

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

GUILHERME ALESSANDRO LEMOS DA SILVA
MOREIRA DE SOUZA

**COSMOLOGIA MILITAR E INTERVENCIONISMO
POLÍTICO: AMAZÔNIA, PROJEÇÃO POLÍTICA E
EXPRESSÃO MIDIÁTICA DO EXÉRCITO
BRASILEIRO**

SÃO CARLOS -SP
2025

GUILHERME ALESSANDRO LEMOS DA SILVA MOREIRA DE SOUZA

**COSMOLOGIA MILITAR E INTERVENCIONISMO POLÍTICO: AMAZÔNIA,
PROJEÇÃO POLÍTICA E EXPRESSÃO MIDIÁTICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de doutor em Antropologia Social.

Orientador: Piero de Camargo Leirner

São Carlos-SP
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Souza, Guilherme Alessandro Lemos da Silva Moreira de

Cosmologia militar e intervencionismo político: Amazônia, projeção política e expressão midiática do Exército Brasileiro / Guilherme Alessandro Lemos da Silva Moreira de Souza - 2025.
361f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Piero de Camargo Leirner
Banca Examinadora: Adriana Aparecida Marques, Antonio Carlos de Souza Lima, Celso Corrêa Pinto de Castro, Igor José de Renó Machado
Bibliografia

1. Exército Brasileiro. 2. Amazônia. 3. General Heleno. I. Souza, Guilherme Alessandro Lemos da Silva Moreira de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Doutorado do candidato Guilherme Alessandro Lemos da Silva Moreira de Souza, realizada em 26/06/2025:

Profª. Dra. Adriana Aparecida Marques
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro
Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado
Universidade Federal de São Carlos

Para minha mãe, Marúcia Lemos de Souza
(em memória).

AGRADECIMENTOS

Os primeiros parágrafos desta tese começaram a ser escritos no dia 5 de abril de 2023. Naquela tarde, a redação do texto foi interrompida por minha mãe, Marúcia Lemos de Souza, que abriu a porta do quarto para se despedir, uma prática feita por ela todas as vezes que ia para o trabalho. Nascida em 1970 e filha de um mestre de obras e de uma costureira, minha mãe foi a única entre oito irmãos a concluir o ensino superior. Como muitos brasileiros, dividia sua jornada entre o trabalho durante o dia e os estudos na parte da noite. Ainda assim, formou-se em Fisioterapia em 1995, profissão que buscou exercer durante boa parte de sua juventude. Tanto foi seu esforço que deixou o interior de São Paulo para buscar oportunidades no estado de Rondônia logo depois de formada. Suas idas e vindas foram a marca de uma trajetória que buscava romper com as limitações do contexto social do qual advinha. Ainda assim, não encontrou condições necessárias para exercer sua formação plenamente, buscando se inserir no mercado de trabalho na função de caixa, a qual desempenhou até o último dia de sua vida.

Minha mãe faleceu trabalhando, em um acidente que, apesar de trágico e traumático, não resume sua trajetória. Contar a história de uma vida exige, acima de tudo, respeito e delicadeza. Como ensina a sociologia, uma trajetória é também uma forma singular de percorrer o espaço social, com todas as suas potencialidades, mas também com suas grandes limitações. Muito mais que uma lista de ensinamentos, minha mãe relegou aos seus três filhos uma postura combativa diante do mundo, inconformada pelas negligências que se manifestam em diversos contextos e interações sociais. A ela devo minha empatia pelo outro, uma tarefa difícil e cotidiana, que apesar disso me foi transmitida por ela sem a necessária verbalização. Em suma, um ensino silencioso, igualmente atento e minuciosamente trabalhado. Com ela aprendi que, por vezes, educar ou ajudar a moldar a personalidade de alguém não pode ser computado em uma lista de ensinamentos, mas, ao contrário, diz respeito a certas ranhuras afetivas que deixamos no outro. Era impossível, portanto, não iniciar estes agradecimentos por ela.

Ainda assim, como todos sabem, a escrita de uma tese não é nem de longe uma tarefa individual. Neste percurso, acredito que diante de um professor sempre temos uma dívida como aluno, que inapelavelmente jamais poderá ser paga, isto porque um trabalho de orientação para além do ambiente acadêmico parece se constituir em vários feixes que

conectam o presente ao passado, mas também que evocam um certo “vir a ser” por parte do aluno. Deste modo, posso dizer que sou orgulhosamente um projeto inacabado do professor Piero Leirner. Pela sua leitura e escrita criteriosa aprendi a melhor me expressar, pelas suas falas redescobri o Brasil e sua política, e por meio de seu trabalho gentil e atento me encontrei academicamente. Certamente muitos anos passarão, mas a ele devo minha área de estudo e o pesquisador que procuro ser. Ao Piero rendo o meu profundo agradecimento.

Aqui, também não posso deixar de mencionar os nomes de Vitor Queiroz Santos e Marcelo Pimentel Jorge de Souza, que gentilmente leram esta tese. “Vitão”, como é chamado por seus alunos, foi meu professor de história no Ensino Médio. Com trechos de textos de Boris Fausto, José Murilo de Carvalho, Lília Schwarcz e tantos outros, com ele aprendi a ler e manusear textos acadêmicos. Não é preciso dizer o quanto sua influência sobre a minha formação e de demais colegas, levaram inúmeros alunos aos cursos de História, Geografia, Ciências Sociais e Filosofia. Ainda hoje busco em suas aulas a inspiração para seguir em um país que pouco valoriza as Ciências Humanas.

Já Marcelo Pimentel, além da leitura e dos diversos comentários que esclareceram pontos importantes da tese, ajudando a calibrar alguns argumentos aqui elaborados, foi um dos poucos militares das Forças Armadas a expor publicamente suas preocupações quanto a politização de seus companheiros de farda ainda em novembro de 2018. Naquela oportunidade, em artigo para a Folha de S. Paulo¹, ele alertava para os possíveis efeitos nefastos de que os maus exemplos de outrora, a começar pelo indisciplinado Capitão Jair Bolsonaro, poderiam trazer para a profissão militar e para a estabilidade democrática do país. Não foram poucas as entrevistas e textos produzidos por ele, com intuito de alertar políticos, jornalistas, acadêmicos e tantos outros sobre o assunto. Um esforço contínuo e extenuante que lhe rendeu punições disciplinares por parte do Exército Brasileiro. Por conta disso, a ele rendo minha homenagem e grande estima, pois Marcelo representa aqueles brasileiros que, sob duras penas, permanecem defendendo o respeito às leis e à justiça.

Outro ponto que merece ser mencionado é que, quando comecei a escrever esta tese, ela ainda era uma dissertação de mestrado. Essa mudança deveu-se aos professores

¹ <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/11/cadete-ides-comandar-aprendei-a-obedecer.shtml>. Acessado em 13 de maio de 2025.

Igor José de Renó Machado e Adriana Aparecida Marques. Foram eles que, na banca de qualificação do mestrado, sugeriram minha passagem ao doutorado direto. Seus comentários na banca me deram a confiança necessária para continuar a escrita da pesquisa, não sem antes permanecer alguns dias desnorteado quanto à possibilidade de avançar alguns passos na carreira acadêmica. Se é verdade que, nesta carreira, o reconhecimento é pequeno e, às vezes, incerto, devo a ambos um dos momentos mais felizes da minha trajetória até aqui.

Além de Igor e Adriana, compuseram a banca de defesa os professores Antônio Carlos de Souza Lima e Celso Castro, os quais, pela leitura atenta e gentil, bem como pelas sugestões que engrandeceram a escrita final desta tese, muito me motivaram a continuar trabalhando com a temática dos militares.

Rendo ainda minha homenagem ao meu pai, Marcos Luís de Souza, e meus irmãos Laura e Diogo Lemos de Souza, que todos os dias me forçam a ser uma pessoa melhor e que pacientemente me ensinam que o afeto é, sem dúvida alguma, o grande motor do mundo. Aqui, estendo meus agradecimentos ao meu tio, Marcelo Luís de Souza, aos meus avós, Luiz José e Santina de Souza (em memória), e aos queridos amigos Caio Bernardo, Guilherme Nogueira, Salomão Dal Ri, Thiago Moreira, Ana Saviolo, Bruna Mendonça, Mateus Holmo e Airlon Lucas Heck.

Por fim, agradeço à CAPES pelo financiamento, em parte, desta pesquisa.

Um aspecto que não tem sido explorado pelos historiadores e sociólogos está no fato de terem sido os militares, ou indivíduos plenamente integrados na força militar, a maior parte dos nossos governantes, em quase três séculos da nossa história

História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo
(ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1972).

Apesar de não sermos eleitos, nós [Exército Brasileiro] somos legítimos representantes do povo brasileiro

General Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira
(ALECE TV, 2017).

A corporação marca, inapelavelmente, as nossas vidas e, sobretudo, a corporação militar. A farda não é uma veste qualquer, é uma outra pele, com a qual, também, a maneira de ver as coisas é completamente diferente

General Octávio Costa
(MOTTA, 2003a).

RESUMO

Esta tese trata do fenômeno do intervencionismo militar, com atenção ao processo pelo qual os oficiais das Forças Armadas se expressam publicamente por meio da imprensa. Ao longo deste trabalho, dou destaque à ação política das Forças Armadas, particularmente do Exército e sua abordagem em relação à Amazônia, com um enfoque especial na trajetória militar do General Augusto Heleno Ribeiro Pereira. A aproximação dele com a imprensa e suas tomadas de posição sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, entre os anos de 2007 e 2008, permitem ver imbricadas as disposições pessoais às determinações coletivas e históricas de uma cosmologia militar. Para tratar destes elementos, abordo as principais interpretações acerca da participação política dos militares na história do Brasil, observando como este protagonismo se desdobra no relacionamento do Exército com a Amazônia, e como a partir desta relação abriu-se espaço para novas formas de intervencionismo, sobretudo através dos embates entre generais e outras forças sociais no contexto da demarcação de Raposa Serra do Sol. Ao final discuto como a histórica politização e presença midiática dos militares, bem como o discurso militarizado sobre a Amazônia e o país como um todo, convergiram para a atuação das Forças Armadas durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Palavras-chave: Exército Brasileiro; General Heleno; Amazônia; Terras Indígenas

ABSTRACT

This thesis deals with the phenomenon of military interventionism, with attention to the process by which Armed Forces officers express themselves through the press. Throughout this work, I highlight the political action of the Armed Forces, particularly the Army and its representations in relation to the Amazon, with a special focus on the military trajectory of General Augusto Heleno Ribeiro Pereira. His approach to the press and his positions on the demarcation of the Raposa Serra do Sol Indigenous Land between 2007 and 2008 allow us to see the intertwining of personal dispositions with the collective and historical determinations of a military cosmology. To address these elements, I seek to address the main interpretations about the political participation of the military in the history of Brazil, observing how this protagonism unfolds in the relationship of the Army with the Amazon, and how from this relationship space opened up for new forms of interventionism, especially through the clashes between generals and other social forces in the context of the demarcation of the Raposa Serra do Sol Indigenous Land. Finally, I discuss how the historical politicization and media presence of the military, as well as the militarized discourse about the Amazon and the country as a whole, converged in the actions of the Armed Forces during the government of Jair Bolsonaro (2019-2022).

Keywords: Brazilian Army; General Heleno; Amazon; Indigenous Lands

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - OPERADOR DE FORÇAS ESPECIAIS E NATIVOS DE UMA EQUIPE ZEBRA NA CAMPANHA DO ARAGUAIA	103
FIGURA 2 - ESTANDARTE HISTÓRICO DO CIGS	121
FIGURA 3 - DISTINTIVO DO JUNGLE EXPERT (ESCOLAS DAS AMÉRICAS) E O PRIMEIRO MODELO DE DISTINTIVO DO CIGS.....	122
FIGURA 4 - PRIMEIRO DISTINTIVO DO CIGS (USO INTERNO).....	123
FIGURA 5 - DISTINTIVO “PIONEIRO” (1966).....	123
FIGURA 6 - DISTINTIVO DO COSAC (1970).....	124
FIGURA 7 - DISTINTIVO DO CIGS (1978).....	124
FIGURA 8 - DISTINTIVO ATUAL DO CIGS (1994).....	125
FIGURA 9 - ORAÇÃO DO GUERREIRO DE SELVA – 4º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM).....	129
FIGURA 10 - BOINA VERDE DO CIGS.....	132
FIGURA 11 - CHAPÉU BANDEIRANTE.	133
FIGURA 12 - FACÃO DO GUERREIRO DE SELVA	134
FIGURA 13 - TAPIRI DA MÍSTICA (VISÃO EXTERNA).	135
FIGURA 14 - TAPIRI DA MÍSTICA (VISÃO DA “TÁVOLA”)	136
FIGURA 15 - FORÇA MARUPIARA NAS REDES SOCIAIS	144
FIGURA 16 - 2ª COMPANHIA DE FUZILEIROS DE SELVA – “MALDITA”	157
FIGURA 17 - MONUMENTO “HERÓIS DO TRAÍRA” – 3º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA.....	158
FIGURA 18 - PLACA PRESENTE NO MONUMENTO “HERÓIS DO TRAÍRA” – 3º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA	158
FIGURA 19 - 3ª COMPANHIA DE FORÇAS ESPECIAIS DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA - “COMPANHIA GENERAL THAUMATURGO”.	161
FIGURA 20 - LIVRO GUERREROS DA SELVA COMBATENDO NA AMAZÔNIA (1992).....	175
FIGURA 21 - GENERAL HELENO NO CLUBE MILITAR.....	242
FIGURA 22 - GENERAL HELENO APÓS PALESTRA NO CLUBE MILITAR ...	243
FIGURA 23 - 5º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DE MATURACÁ (TERRA YANOMAMI – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM).....	276

FIGURA 24 - MILITARES DA AERONÁUTICA CONVERSAM COM CRIANÇAS YANOMAMI NO 5º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DE MATURACÁ (TERRA YNOMAMI – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM)	276
FIGURA 25 - AUGUSTO HELENO NO “PROGRAMA DA NORMA” (2008).....	303
FIGURA 26 - MANIFESTAÇÃO DE ARROZEIROS NO INTERIOR DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA – BOA VISTA - RR.....	305
FIGURA 27 - JAIR BOLSONARO E AUGUSTO HELENO (2015)	320

LISTA DE SIGLAS

ACE - Alto Comando do Exército

ACISO - Ações Cívico-Sociais

AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ARN - Alto Rio Negro

CCOMSEX - Centro de Comunicação Social do Exército

CEP/FDC - Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias

CIGS - Centro de Instrução de Guerra na Selva

CMA - Comando Militar da Amazônia

COB - Comitê Olímpico Brasileiro

COS - Curso de Operações da Selva

CSN - Conselho de Segurança Nacional

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EME - Estado-Maior do Exército

EMFA - Estado-Maior das Forças Armadas

EsAO - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

ESG - Escola Superior de Guerra

EsPCEx - Escola Preparatória de Cadetes do Exército

FCS - Facção do Guerreiro de Selva

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GSI - Gabinete de Segurança Institucional

INCRA - Instituto Nacional de Colonização Agrária

JOTC - *Jungle Operation Training Course*

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti

MMBIP - Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PCN - Projeto Calha Norte

SG/CSN - Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional

SNI - Serviço Nacional de Informações

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

STF - Supremo Tribunal Federal

STM - Superior Tribunal Militar

TIRSS - Terra Indígena Raposa Serra do Sol

UCIRT - Associação da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquié

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. INTERVENCIÓNISMO MILITAR: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E INTERPRETATIVOS	24
1.2 HOMOGENEIDADE VERSUS CISÕES.....	26
1.2.1 Da Segunda Guerra Mundial ao Golpe de 1964.....	33
1.3 O PARTIDO MILITAR: AS CORRENTES MILITARES E OS GRUPOS CIVIS	40
1.3.1 Militares vão à Política: Omissão Civil?	49
1.4 O PARTIDO FARDADO: DESARTICULAÇÃO NACIONAL E “PAISANIZAÇÃO” DOS MILITARES	54
1.5 INTERVENCIÓNISMO E DEMOCRACIA NO PÓS DITADURA.....	62
1.6 MILITARES E BOLSONARO: O PARTIDO VERSUS A INSTITUIÇÃO	67
1.6.1 A Guerra Invade a Política.....	76
1.7 O “ABRE-ALAS” MILITAR: CAMINHOS POSSÍVEIS	80
2. AMAZÔNIA, VOLVER: DOCTRINA, IMPRENSA E SIMBOLOGIA	85
2.1 A ORIGEM “ESPECIAL” DA GUERRA NA SELVA	90
2.2 A GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1975)	98
2.3 A COALIZAÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL: DO BICO DO PAPAGAIO AO CALHA NORTE	106
2.4 UMA NOVA IDENTIDADE: O EXÉRCITO DO PÓS-GUERRA FRIA.....	114
2.4.1 O Centro de Instrução de Guerra na Selva e a Mística dos Guerreiros de Selva.....	117
2.4.2 Os Guerreiros de Selva e os Munduruku: um Caso Particular?.....	139
2.4.3 O 1º Batalhão de Infantaria de Selva: a Hora e a Vez da (Narco)guerrilha	148
2.5 A AMAZÔNIA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO	162
3. AUGUSTO HELENO: NA TRAJETÓRIA DE UM FURACÃO	181

3.1 A FORMAÇÃO DO OFICIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO	187
3.1.1 No gabinete do General Sylvio Frota	206
3.1.2 Na Presença de Leônidas Pires Gonçalves	217
3.2 INSERÇÃO NA MÍDIA E DIÁLOGO COM JORNALISTAS	219
3.2.1 O Caso do Juiz “Lalau”	221
3.2.2 De Campinas a Porto Príncipe	223
3.3 UM GENERAL ÀS PORTAS DE RAPOSA SERRA DO SOL.....	236
4. GENERAIS EM PELE DE RAPOSA: UMA POLÍTICA DA GUERRA NA AMAZÔNIA	245
4.1 CONDIÇÕES DE FALA E EXPRESSÃO MILITAR	245
4.2 O PARQUE INDÍGENA DO XINGU E A TERRA INDÍGENA YANOMAMI .	260
4.3 A TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL	269
4.3.1 Forças Armadas em Terras Indígenas: Acesso Negado?	274
4.3.2 Insurgência Programada: o Fator Heleno	285
4.3.3 O Supremo Tribunal Federal: uma Demarcação Condicionada.....	312
CONCLUSÃO	322
REFERÊNCIAS	331

INTRODUÇÃO

Esta tese trata do fenômeno do intervencionismo militar², com atenção ao processo pelo qual os oficiais das Forças Armadas se expressam publicamente por meio da imprensa. Parto da ideia de que a possibilidade de fala dos militares no Brasil se manteve historicamente enquanto uma regra não escrita, tornando-se rotineiras suas ações em controvérsias políticas. Ao longo deste trabalho, darei destaque à temática da demarcação de Terras Indígenas na Amazônia. Neste contexto, o caso em foco são as disputas pela validade da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) entre os anos 2007 e 2008.

O caso da Raposa Serra do Sol merece destaque, pois se constituiu em um episódio privilegiado para a compreensão de como os militares se colocam publicamente através da imprensa. Veremos que isto também engatilhou a coesão interna da caserna, cuja convergência de opiniões se ampara no contraste simbólico que é estabelecido em relação aos “civis”³. Neste percurso, o levantamento sistemático de reportagens nos acervos digitais dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo revelou a centralidade atribuída a um personagem em específico: o General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que na época ocupava a chefia do Comando Militar da Amazônia (CMA), e reiteradamente se posicionou contra a demarcação da TIRSS de forma contínua⁴ e na faixa de fronteira⁵.

² Sigo aqui a conceitualização proposta por Edmundo Campos Coelho (1985), segundo a qual o *intervencionismo* se associa a um sistema de crença ou ideologia que somente se concretiza em *intervenção* por meio do suporte da hierarquia (COELHO, 1985, p. 13). Esta questão será melhor trabalhada no próximo capítulo.

³ Ao longo deste trabalho, optei pelo uso do termo entre aspas com base em uma perspectiva interessante fornecida por Celso Castro: “é importante [...] desnaturalizarmos a própria ideia de que de fato existem ‘civis’, ou um ‘mundo/meio civil’ – visão comum não apenas aos militares, mas também a muitos pesquisadores que os estudam. O ‘civil’ é uma invenção dos militares. Não sou ‘civil’, a não ser quando estou diante de militares e quando sou assim classificado por eles. [...] Para qualquer militar, no entanto, ser ‘militar’ necessariamente aparece entre os primeiros atributos, se não como o primeiro” (CASTRO; LEIRNER, 2009, p. 16-17). Esta questão será melhor detalhada no terceiro capítulo desta tese.

⁴ Forma de demarcação que, ao contrário do uso de “ilhas” não permite a criação ou manutenção de corredores habitados por populações não indígenas entre as localidades demarcadas. In: <https://especiais.socioambiental.org/inst/esp/raposa/index5363.html?q=node/260> acessado em 03 de agosto de 2021.

⁵ Segundo o § 2º do Art. 20 da Constituição de 1988: “a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental

Como se sabe, Augusto Heleno, anos mais tarde, tornou-se ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) durante a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022). Nesse sentido, embora esta tese não seja uma análise sobre o governo do Capitão-Presidente ou sobre a atuação do General Heleno nele, não posso deixar de reconhecer que ela é fruto do contexto político pelo qual passou o país durante aquele período. Nesse sentido, é possível afirmar que a divulgação da reunião ministerial do governo Bolsonaro em 22 de maio de 2020 marcou minha “entrada em campo” nos estudos sobre militares no Brasil. A partir dela, mergulhei em uma infinidade de horas assistidas de *lives*, palestras e entrevistas realizadas por ou com militares das Forças Armadas. Tornaram-se diárias as leituras e, em muitos casos, a compilação e análise de notícias veiculadas nos principais jornais do país; e, também, tornou-se corriqueiro o monitoramento de generais, coronéis e outros militares em mídias digitais, bem como de textos publicados pelo Exército Brasileiro em suas variadas redes. Desde o início, tais materiais não se circunscreviam ao governo Bolsonaro, seguindo a trilha de um esforço pessoal e coletivo de ir além da figura incendiária alçada à Presidência da República em 2018⁶.

Daquele trabalho inicial, com a coleta de materiais diversos, tomei contato com a literatura especializada, em especial após a publicação de *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida*, do antropólogo que veio a ser meu orientador, Piero Leirner (2020). Ali, ele põe em evidência o fato de que boa parte das dinâmicas e dos personagens de destaque do governo Bolsonaro haviam se notabilizado durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Ao lado do capitão que deixou o Exército no final dos anos 1980, enfileiravam-se alguns generais que desempenharam papéis centrais em desencontros entre a caserna e as gestões petistas ou que ganharam prominência política e midiática após o impeachment de 2016 e durante a intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018. É o caso do General Heleno, mas também de Antônio Hamilton

para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 08 de junho de 2024.

⁶ A imagem advém de uma entrevista concedida pelo professor Piero Leirner (UFSCar) à BBC Brasil em junho de 2020. Naquela oportunidade, Leirner definiu da seguinte forma o funcionamento do governo Bolsonaro: “As declarações de Bolsonaro não são estapafúrdias apenas diante da pandemia. São diante de tudo. Seu papel é funcionar como uma espécie de ‘para-raios sem fio terra’. Ele causa a explosão, para possibilitar a ação reparadora dos bombeiros. Esse foi o modelo escolhido, e foi escolhido justamente por ser assim: Bolsonaro atrai o caos para si, enquanto a ‘solução da ordem’ emerge das ‘instituições que estão funcionando’. Dentre elas, a que se considera mais funcional e que fez um trabalho de convencimento da opinião pública para parecer assim é a instituição militar”. In: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52926714>. Acessado em 14 de fevereiro de 2024.

Martins Mourão, Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Maynard Marques de Santa Rosa, Walter Souza Braga Netto e muitos outros.

A ausência de qualquer familiaridade com o mundo militar aos poucos se transformou em um crescente interesse pessoal pela temática, que era cotidianamente estimulada pela proeminência que as Forças Armadas conquistaram na imprensa nacional. Durante os quatro anos do mandato de Jair Bolsonaro, tornaram-se comuns declarações dadas por militares a jornalistas. Quase sempre comentando ações do governo ou produzindo ataques velados a outras instituições da República (protegidos, não raro, pelo anonimato e por opiniões dadas em *off*). Tínhamos inúmeros militares dispostos a falar e uma audiência ilimitada interessada em ouvi-los. Deste contexto, resultou o meu interesse pela coleta de reportagens nos acervos dos jornais impressos, material que se encontra disposto ao longo de todo este trabalho e que constitui o cerne documental de boa parte dos argumentos aqui elaborados.

O uso de notícias de jornais é relativamente comum entre os estudos do papel político desempenhado pelas Forças Armadas no Brasil. Ainda assim, as cronologias estabelecidas ao longo deste trabalho não devem ser vistas como um mero relato histórico-jornalístico, mas como uma narrativa analítica que compreende uma série de interações entre militares e “civis” (cf. ZAVERUCHA, 2000, p. 31). Observar o relacionamento entre ambos através da imprensa pode significar uma perspectiva interessante, uma vez que ela se apresenta aos fardados como um “espelho” do modo pelo qual o mundo *paisano* os interpreta. Minha perspectiva, nesse sentido, é partir daquilo que o “ponto de vista nativo” entende como uma espécie de “fórmula de chegada” para sua ação política. As interações com a imprensa, portanto, podem representar ao mesmo tempo o modo pelo qual os militares “idealmente codificam, processam e negociam sua identidade com a sociedade, o que certamente rebate novamente numa temática política, porém partindo de seus dados ‘interiores’” (ALBERTINI, 2007, p. 5).

Da mesma forma, procurei me manter atento quanto a fato de que nem tudo o que é publicado pela imprensa pode ser interpretado como evidência do que os militares pensam (CASTRO; D’ARAUJO, 2001, p. 22-23). Daí a preocupação de contrastar boa parte das notícias de jornais com documentos oficiais, entrevistas concedidas em meios eletrônicos ou acadêmicos, materiais de *sites* historicamente vinculado aos militares brasileiros ou mesmo postagens em redes sociais. Além disso, pude ver como um reduzidíssimo número de militares, mas nem por isso menos importante, discutia,

observava, questionava e se colocava criticamente contra discursos produzidos pela imprensa e por outros militares através dela. Cabe dizer que esses militares, além de se tornarem interlocutores que nos permitiram algum nível mais etnográfico de interação, foram dos raros casos que se colocaram contra a politização dos quartéis, e, por isso mesmo, até agora se tornaram os únicos punidos pela *Justiça Militar* por expressarem sua opinião. Todo este caminho se mostrou produtivo na medida em que me permitiu reconstituir, a partir de uma polifonia de fontes, a trajetória de episódios polemizadores envolvendo diversos oficiais do Exército Brasileiro.

Deste modo, entre a publicação da reunião ministerial em 2020 e a escrita desta tese, oficiais das Forças Armadas se tornaram assessores de presidentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça; gestores da saúde pública nacional em plena pandemia de coronavírus; articuladores de um orçamento bilionário junto ao Congresso Nacional, o chamado “Orçamento Secreto”; representantes formais em uma Comissão de Transparência do Tribunal Superior Eleitoral voltada para o pleito de 2022; fiadores da revogação da Lei de Segurança Nacional (Lei n. 7.170/83) e da aprovação, em sua substituição, de acréscimos ao Código Penal (Decreto-Lei n 2.848/40) que passou a prever a ação de “incitar, publicamente, animosidade entre as Forças Armadas” entre os crimes passíveis de detenção; responsáveis por duas Operações de Garantia da Lei e da Ordem em todos os estados da Amazônia Legal durante mais de um ano; dirigentes de um superministério, o Gabinete de Segurança Institucional, responsável por coletar e analisar informações advindas de toda a Praça dos Ministérios e além; administradores do partido com a maior bancada da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Partido Liberal (PL); incitadores da maior vandalização de prédios públicos da história do país, no dia 8 de janeiro de 2023; e que mesmo após isso tudo, continuaram sendo lembrados como os “melhores especialistas” em segurança pública⁷ e fiéis defensores da democracia brasileira. Uma projeção que, nas palavras de um desses militares, é aceita e admirada pela sociedade e por sua elite política⁸.

⁷ A declaração é de Flávio Dino, então ministro da Justiça e Segurança Pública. In: <https://x.com/GloboNews/status/1719803086745575514>. Acessado em 22 de maio de 2023.

⁸ A fala é do General Ajax Porto Pinheiro em entrevista ao canal *Ao Bom Combate* no Youtube. In: https://www.google.com/search?q=general+ajax+porto+pinheiro+no+olho+do+furac%C3%A3o&rlz=1C1IISCs_pt-PTBR1056BR1056&oq=general+ajax+porto+pinheiro+no+olho+do+furac%C3%A3o&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCTEzMDAazjBqN6gCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:a7b0cd53,vid:1aJuPowNGMo,st:0. Acessado em 14 de fevereiro de 2024.

É preciso, portanto, dedicar atenção especial a esta subentendida aceitação e admiração pelo intervencionismo militar. Revelar retrospectivamente suas ramificações pelo estrato social e trazer para o primeiro plano da análise a imagem desta instituição, que parece dissimular suas próprias ações ao mesmo tempo que se expõe como partícipe de questões “nacionais” que envolvem atores políticos e sociais diversos. Estes são alguns dos objetivos deste trabalho.

No primeiro capítulo, realizo uma revisão bibliográfica sobre as principais interpretações acerca da participação política dos militares na história do Brasil. O argumento central do capítulo é que, desde as interpretações sobre a Revolução de 1930 e o golpe do Estado Novo de 1937, passando pela Ditadura Militar (1964-1985) e chegando ao governo Bolsonaro, a literatura sobre militares no país girou em torno de uma questão fundamental: as Forças Armadas no Brasil se expressam politicamente de forma coesa ou cindida? Como isso se reflete naquilo que se compreende como “intervenção militar”? Entre essas interpretações, dou destaque aos conceitos de *partido militar* e *partido fardado*, pois durante o governo Bolsonaro ambos foram recuperados pela literatura interessada em entender a atuação das Forças Armadas naquele contexto político. Como se verá, boa parte desse esforço da bibliografia contemporânea recolocou o binômio coesão/cisão quase que nos mesmos termos da literatura pregressa, relegando ao presidente uma atuação constantemente disruptiva e aos militares um papel indefinido entre a instituição militar e o governo. A persistência dessa arquitetura analítica para compreender conjunturas diversas também me fez questionar seus limites e vantagens ao longo do capítulo.

Como consequência, argumento que a não problematização da pertinência do binômio historicamente posto pela bibliografia resultou contemporaneamente no realce à cizânia no seio da caserna ao mesmo tempo que turvou componentes propriamente militares do fenômeno do intervencionismo. Nesse ponto, cabe ressaltar que esta argumentação está calcada numa noção mais própria da chamada “antropologia dos militares”, que, com suas estratégias (e possíveis problemas) se fia na ideia de “seguir o nativo”, i.e., levar a sério o raio de ação de suas categorias nativas. Em seguida, busco nos conceitos militares relacionados a guerra, particularmente em sua versão de *guerra híbrida*, uma maneira de me engajar na cosmologia militar (cf. LEIRNER, 2020). Neste caminho, procuro ver as complementaridades e divergências em relação a outros tipos de análises, sobretudo aquelas que se alinham às noções de *partido militar* e *partido fardado*.

O capítulo se encerra propondo um caminho metodológico acerca das possibilidades de convergência de opinião e ação entre “civis” e militares.

No segundo capítulo, analiso o relacionamento do Exército Brasileiro com a Amazônia. Parto do entendimento de que, pelo menos desde a Ditadura Militar, esta região do país se constitui em uma importante plataforma doutrinária-estratégica, política e midiática da atuação militar. Aqui, destacarei o envolvimento dos militares no combate à Guerrilha do Araguaia (1972-1975) e nos conflitos fundiários na região amazônica, com especial atenção à política de demarcação de terras indígenas. Em seguida, procuro evidenciar como o Exército operou, a partir dos anos 1990, uma reorientação doutrinária, estratégica e ideológica que reservou certo destaque à formação de militares no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e ao recalque de uma *mística* em torno dos *guerreiros de selva*, enquanto uma fração dotada de alto prestígio no interior da tropa. O argumento central do capítulo é que a instituição militar manteve o discurso da defesa territorial e da pretensa desorganização nacional como pano de fundo de mudanças organizacionais, fundamentadas nos preceitos da *guerra revolucionária* dos anos 1960, porém recobertas por uma retórica “nacionalista”. Neste novo momento pós-ditadura, a atuação guerrilheira de antes é traduzida primeiramente pela narco(guerrilha), e posteriormente na atuação indireta de povos indígenas e seus “aliados”, possibilitando tanto a manutenção e aprofundamento da ocupação militar da Amazônia, quanto uma projeção midiática da instituição.

No terceiro capítulo, reconstituo a trajetória do General Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Tal reconstituição é relevante etnograficamente, pois aborda os elementos de distinção pessoal do general, os quais têm ressonância interna na caserna. Estou pensando, por exemplo, na posição de primeiro colocado da Arma de Cavalaria de sua turma na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); nas passagens pelos gabinetes dos generais Sylvio Frota e Leônidas Pires Gonçalves; em sua proximidade com jornalistas que cobriam política no Palácio do Planalto; em seus anos no comando da Escola Preparatória de Cadetes, no Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX) e, sobretudo, em sua atuação no Haiti e no Comando Militar da Amazônia. Esses momentos permitem ver elementos nativos que geralmente estão minimizados no entendimento das questões que envolvem a ação política dos militares, como a importância da classificação e da distribuição desigual do *mérito*; a constituição de círculos de amizade/influência e sua relevância para as promoções e formação de lideranças internas; e, por fim, de como

todas essas características se fazem presentes quando os militares interagem com o “mundo civil”, tanto de forma “criativa” – como é caso da imprensa – quanto de forma “disruptiva” – como é o caso de suas ações intervencionistas. A partir de Heleno, pode-se observar como posições de prestígio no interior da Força, somadas a predisposições pessoais, resultaram tanto em casos de posicionamentos privilegiados no espaço político e midiático quanto em episódios engatilhadores da ação militar, especialmente quando referenciados a questões percebidas como *nacionais*, tal como as demarcações de terras indígenas na Amazônia.

No quarto capítulo, por sua vez, evidencio como as disputas pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol entre os anos 2007 e 2008, congregaram “civis” e militares na órbita de um discurso militarizado sobre a região amazônica. Para tanto, analiso as condições pelas quais os militares se expressam publicamente sobre temas não relacionados à instituição militar, mostrando como, historicamente, as tomadas de posição desses atores quase sempre desconsideram o Regulamento Disciplinar do Exército e o Estatuto dos Militares. Em seguida, destaco como as experiências do Parque Indígena do Xingu (demarcado em 1961) e da Terra Indígena Yanomami (demarcada em 1991) revelam como setores militares sempre advogaram sua incidência em processos demarcatórios do país, fazendo uso de argumentos da *cobiça e internacionalização* da Amazônia, mas também de que as terras indígenas além de serem “muita terra para pouca gente”, recobriam grandes riquezas minerais. Ao final, uma vez que as terras indígenas uma importante plataforma histórica de polemização e expressão militar no país, dedico atenção à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, alvo de críticas do general Augusto Heleno, então comandante militar da Amazônia, e que desencadearam reações de políticos, jornalistas, acadêmicos e militares sobre o tema. Como saldo final, a TIRSS foi demarcada observando condicionantes que reforçaram a presença militar na região, ao mesmo tempo em que o General Augusto Heleno conquistou uma ampla autoridade e prestígio político, cujos reflexos podem ser vistos até os dias atuais.

Por fim, retomo alguns episódios durante o governo de Jair Bolsonaro, destacando as dinâmicas estabelecidas com as Forças Armadas e militares egressos de suas fileiras. Na prática, ali vemos como a histórica exposição midiática contribuiu para uma ação política que carregava em seu bojo a cosmologia e o intervencionismo militar.

1. INTERVENCIONISMO MILITAR: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E INTERPRETATIVOS

A nação inteira clama pela intervenção das Forças Armadas

General Olympio Mourão Filho⁹.

A câmera inicia a gravação, seu foco é o Presidente e o Vice-Presidente da República. Ao fundo, escutamos a voz do ministro-chefe da Casa Civil, que pede a atenção do chefe da Secretaria de Governo. O foco da câmera é ampliado, permitindo ver e ouvir o ministro da Casa Civil, ombreado pelo ministro da Defesa. O *slide* apresentado na televisão acusa erros; o ajudante de ordens do presidente tenta corrigir a situação ao som de reprimendas do ministro da Casa Civil, que assume o tom de quem chama a atenção de um subordinado¹⁰.

Estamos em 22 de abril de 2020. Um mês antes o Brasil tomava contato com o coronavírus e, com ele, passaria a conviver com taxas crescentes de contágios e mortes. Na reunião, cujo objetivo era apresentar um programa de “retomada do crescimento socioeconômico no país” tendo em vista a pandemia desencadeada pelo vírus, nenhum dos integrantes das equipes ministeriais do governo eleito em novembro de 2018 utilizava máscara, exceto o ministro da Economia, Paulo Guedes. Sobre as mesas, há vidros de álcool em gel utilizados para a higienização de mãos. Nos mercados e farmácias do país, o item já se encontrava em falta.

O ministro da Casa Civil prossegue com a apresentação do programa intitulado *Pró-Brasil*, nome originalmente dado pelo ministro da Infraestrutura. Dividido em duas partes, o programa trata de “medidas estruturantes”, tais como “segurança jurídica” e “melhoria do ambiente de negócios”, e de “investimentos”, que se subdividiriam em atividades voltadas às obras públicas e às parcerias com o setor privado. A apresentação é interrompida; novamente, o ajudante de ordens do presidente comete erros, novas

⁹ (MOURÃO FILHO, 1978, p. 352).

¹⁰ Trata-se do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril de 2020, divulgado quase na sua totalidade por determinação de Celso de Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal, em 22 de maio daquele mesmo ano. Para a íntegra da transcrição do vídeo: <https://www.poder360.com.br/justica/celso-de-mello-libera-video-de-reuniao-de-bolsonaro-com-ministros/>. Acessado em 01 de dezembro de 2023.

advertências do ministro se seguem sobre a rapidez com que os *slides* eram passados. O ministro volta a chamar a atenção das demais equipes ministeriais acerca da necessária ajuda para a implementação do programa pelo Executivo Federal, daquilo que seria uma “versão brasileira do Plano Marshall”.

Frequentemente lembrado como uma estratégia para o crescimento rápido de países assolados por recessões ou crises econômicas, não seria de se surpreender que a imagem de um programa de ajuda econômica com recursos de cooperação internacional fosse resgatada no contexto da pandemia de coronavírus, primeiramente pela própria Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (LASSANCE, 2021, p. 6-7).

Originalmente lançado em 1947, o Plano Marshall tinha entre suas principais atividades destinar ajuda financeira aos países europeus destruídos pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Assim, países como França, Reino Unido, Itália, Áustria e, entre outros, receberam não somente ajuda emergencial, como, por exemplo, a distribuição de alimentos e doações de máquinas e equipamentos, mas também investimentos para a reconstrução da infraestrutura e para o fomento à industrialização e modernização, com vistas a ganhos crescentes de produtividade.

A iniciativa durou oficialmente até 1951 e foi idealizada por George C. Marshall, chefe do Departamento de Estado dos Estados Unidos durante a presidência de Harry Truman (1945-1953). Antes da idealização do Plano que levou seu nome, o General Marshall, formado na *Virginia Military Institute* em 1901, percorreu uma longa carreira militar que o levou ao campo de batalha durante a Primeira Guerra Mundial e na chefia do gabinete do Exército norte-americano durante a II Guerra. Com a saída da vida militar, o General se tornou o representante pessoal do presidente Truman durante a Guerra Civil na China, até chegar aos cargos de Secretário de Estado (1947-1949) e de Defesa (1950-1951)¹¹.

Por sua trajetória pessoal e pelo contexto político-social que estava inserido, Marshall foi mencionado pelo sociólogo Charles Wright Mills em *A elite do poder* (1981 [1956]) como um dos exemplos da proeminência que a alta hierarquia militar passou a ter na política norte-americana durante e após a Segunda Guerra Mundial. Um nome nada

¹¹ Dados biográficos coletados em <https://www.britannica.com/biography/George-C-Marshall>. Acessado em 01 de dezembro de 2023.

trivial a ser evocado em uma reunião ministerial do governo de Jair Bolsonaro na qual todos os atores citados até aqui - com exceção do ministro da Economia - são oficiais do Exército Brasileiro formados na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) entre anos 1969 e 2000. Do ajudante de ordens ao ministro da Casa Civil, do ministro da Infraestrutura ao Presidente da República, todos militares.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), o número de militares em cargos civis da Administração Pública Federal subiu de 2.765 em 2018 para 3.515 em 2019, chegando a 6.157 em 2020, segundo ano do governo Bolsonaro¹². Já segundo dados do jornal *Poder 360* de junho de 2020, havia 2.930 militares da ativa distribuídos pelos Três Poderes¹³, que somados aos 8.450 militares da reserva atuando em ministérios e tribunais¹⁴, totalizavam mais de 11 mil militares com cargos no governo e demais poderes. Uma ocupação massiva, para dizer o mínimo. É preciso, então, analisar o fenômeno do intervencionismo militar no Brasil e suas principais interpretações. Assim, poderemos nos aproximar de uma compreensão mais aprofundada dessa esfinge, que parece sempre tentar monopolizar o poder e reduzir o número de alternativas viáveis.

1.2 HOMOGENEIDADE VERSUS CISÕES

Para o Exército, é uma questão de vida ou de morte o seu fortalecimento [...]. Quanto mais forte ele estiver, mais será coeso e disciplinado, mais se entregará à exclusividade, mais será uma garantia sólida da unidade e integridade nacional, mais capacidade terá de desmascarar os embusteiros que penetram nas suas fileiras com o fim oculto de dissociá-las, sejam eles políticos facciosos, elementos indesejáveis da própria classe ou agentes disfarçados a soldo de outros governos

General Pedro Aurélio de Góes Monteiro¹⁵.

Só a perfeita união nos facultaria atuar com sabedoria na direção conveniente e no momento oportuno. É nessas horas de crise que

¹² <https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exercem-funcoes-civis-governo-federal>. Acessado em 04 de novembro de 2023.

¹³ <https://www.poder360.com.br/governo/militares-da-ativa-ocupam-2-930-cargos-nos-tres-poderes/>. Acessado em 04 de novembro de 2023.

¹⁴ <https://www.poder360.com.br/brasil/8-450-militares-da-reserva-trabalham-em-ministerios-comandos-e-tribunais/>. Acessado em 04 de novembro de 2023.

¹⁵ (MONTEIRO, G., 1934, p. 160).

se patenteia a vantagem da unidade de pensamento e de sentimento no seio das Forças Armadas

General Augusto Tasso Fragoso¹⁶.

Nós, no Exército, podemos ter diferenças de origem político-partidária, podemos individualmente apoiar tal ou qual governo, apoiar tal ou qual candidato, às vezes temos nos encontrado em situações antagônicas em campo de luta. Entretanto, quando se tratou do problema ideológico, o Exército estava sempre inteiramente uno, pois as poucas exceções serviram para confirmar essa unidade

General Antônio Carlos Muricy¹⁷.

O Exército Brasileiro é uno, coeso. Não existe opiniões diferentes, desde o seu Comandante ao militar mais moderno

General Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira¹⁸.

Acho que as Forças Armadas são um todo bastante homogêneo, mas não tão homogêneo quanto se possa imaginar. As Forças Armadas têm todo tipo de pensamento. Esse pensamento se faz silenciosamente, você nunca sabe exatamente o que dele vai sair. [...] Então, não há surpresas, as Forças Armadas não são monolíticas, há pensamento para tudo

General Octávio Costa¹⁹.

Lembrei 1930 quando um político hábil soube lançar tenentes por toda a parte e desagregou o Exército, cujo comando só foi retomado quando os efeitos da Intentona Comunista permitiram ao general Eurico Gaspar Dutra reassumir o controle do Exército e, conseqüentemente, das Forças Armadas, restabelecendo a disciplina e a hierarquia. Desses ensinamentos precisávamos extrair uma lição: era absolutamente necessário que, desde o primeiro instante, as Forças Armadas se apresentassem como um bloco, para dar a quem quer que assumisse a chefia do Executivo oportunidade e condições de levar à concretização os princípios revolucionários

Presidente Artur da Costa e Silva²⁰.

¹⁶ (FRAGOSO, 1951 [1935], p. 26-27).

¹⁷ (MURICY, 1964, p. 45).

¹⁸ (ALECE TV, 2017). Agradeço a Marcelo Pimentel por chamar minha atenção para o conteúdo desta entrevista, que também compõe a epígrafe desta tese.

¹⁹ (MOTTA, 2003a, p. 63).

²⁰ (JORNAL DO BRASIL, 1969).

O Exército é um só bloco, uma força coesa – e cada soldado saberá cumprir o seu dever, sacrificando-se até a morte pelo Brasil

Marechal Eurico Gaspar Dutra²¹.

A união que promovi foi aceita e dali por diante o Exército passou a ser um bloco sólido e que se mantém intangível até agora, tantos anos depois dessa pacificação. Com essa união, os ministros militares puderam suportar por 15 dias a crise da renúncia imprevisível do Presidente Jânio; nessa ocasião a Marinha e a Aeronáutica se apresentaram também unidas, a exemplo e nos moldes do Exército, isto é, sem as esquerdas. E a união das Forças Armadas, que aí se apresentou, mantém-se até hoje atravessando incólume o período da Presidência Goulart, e realizando a vitória de 31 de março de 1964

Marechal Odylio Denys²².

Para isso, disse estarmos reunidos, amalgamados em um só bloco, pois, quaisquer que fossem as ideias de cada um, haveria sempre um denominador comum capaz de fundi-las, ou nivelá-las; a dedicação ao Exército, a união segundo os interesses e aspirações da grande pátria

General Carlos Luís Guedes²³.

Os destinos da Revolução [de 1964] estavam inabalavelmente ligados à coesão das Forças Armadas. Qualquer fissura nestas, teria consequências imprevisíveis naquela. Desgraçadamente, essa coesão, pelo que vimos, não foi tão monolítica como se ostentava e as consequências que as cisões trouxeram aí estão para a análise de cada um

General Sylvio Frota²⁴.

No aspecto legal, não há possibilidade de intervenção militar, golpe, nada disso. Quando me perguntam o que os militares vão fazer, digo: está escrito no artigo 142 da Constituição. Pautamos a postura do Exército para contribuir na estabilidade. [...] exigimos coesão, o Exército como um bloco monolítico. Não podemos permitir qualquer tipo de fissura na estrutura e no pessoal da ativa ou reserva

²¹ (RENAULT LEITE; JÚNIOR, 1983, p. 505).

²² (DENYS, 1980, p. 78).

²³ (GUEDES, 1979, p. 61).

²⁴ (FROTA, 2006, p. 880).

General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas²⁵.

O sociólogo Edmundo Campos Coelho, em sua obra *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira* (1976), foi o primeiro a introduzir na literatura sobre militares uma metodologia com enfoque nas características e evoluções históricas particulares do Exército Brasileiro. Por meio do enfoque *organizacional*, Campos Coelho identificou três processos conexos fundamentais para o entendimento da evolução histórica da esfinge militar brasileira: “a) o peso crescente dos interesses e necessidade próprias da organização como fatores de seu comportamento político; b) a aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema societal e com relação a segmentos particulares deste; c) um ‘fechamento’ progressivo aos influxos da sociedade civil”. Tratava-se, portanto, de um fenômeno de longa duração pelo qual a instituição militar passou de uma completa dependência em relação à sociedade civil englobante para um estado de quase total controle sobre ela (COELHO, 1976, p. 27 e 62).

Na cronologia proposta por Coelho (1976), teríamos na Revolução de 1930 e no golpe do Estado Novo em 1937 os pontos focais do processo pelo qual o Exército adquiriu maior consciência de sua existência como entidade distinta da sociedade. Para tanto, foi essencial o papel exercido pela “Intentona” Comunista (1935) enquanto experiência crítica promotora de uma *solidariedade* dentro do Exército, que, embora não tenha significado uma “unidade de pensamento”, facilitou uma integração cognitiva ou o desenvolvimento de uma comunidade de perspectivas no interior da Força (COELHO, 1976, p. 113). A pedra fundamental rumo à homogeneidade política estava posta e erigiram-se as condições para que as possíveis divergências internas não significassem o abandono de certas linhas-mestras, a começar pela ideia de que a integridade da instituição, baseada na preservação do prestígio e autoridade do Alto Comando e do Estado-Maior do Exército enquanto órgãos de formulação da política do Exército, devia se sobrepôr às divisões de pensamento militar (COELHO, 1976, p. 117-118; DOMINGOS NETO, 1980, p. 60)²⁶.

²⁵ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/10/eduardo-dias-da-costa-villas-boas-nao-ha-possibilidade-de-intervencao-militar-4866861.html>. Acessado em 31 de julho de 2025.

²⁶ Para que esse objetivo fosse conquistado, os mentores da Revolução de 1930 solidificaram a ideia, ainda durante seus preparativos, de que “a trama devia ser feita, não por baixo, isto é, direta e inicialmente no seio dos corpos de tropa, mas por cima, isto é, entre os chefes”, como defendia o então Coronel Bertholdo Klinger, para quem o movimento, ao ser realizado pelos “chefes naturais”, revestiria a deposição do

Com a “Intentona” aumentaram os custos dos pronunciamentos isolados de guarnições e corpos do Exército, bem como da frequente “[...] mobilização dos escalões subalternos para a discussão de temas controvertidos ou para suporte de correntes de opinião militar”, característicos do fenômeno tenentista dos anos 1920. Baseado também em expurgos internos, o Estado Novo coroou o modelo de homogeneização ideológico dos militares²⁷. Eliminada a política partidária da sociedade por meio do fechamento do regime varguista, as correntes de pensamento militar se viram também derrotadas por um projeto que procurava hegemonizar a tarefa de reformulação das Forças Armadas e de sua relação com a sociedade. Este projeto, chamado de *intervencionismo tutelar* por José Murilo de Carvalho (2006), pode ser resumido nos seguintes pontos: “primeiro, uma visão do Estado como fator preponderante na vida política; segundo, a necessidade da formulação e implementação pelo Estado de uma política nacional; terceiro, a necessidade de elites bem treinadas e capazes para dirigir o Estado” (CARVALHO, J. M., 2006, p. 108).

Nascia, então, a “política do Exército”²⁸ orientadora das demais políticas nacionais (econômica, industrial, agrícola, educacional, etc.) e, por consequência, balizadora da atuação da própria elite “civil” (COELHO, 1976, p. 103). Nesse contexto, os militares consolidaram-se como atores políticos garantidores da base social das elites tradicionais e da promoção dos interesses da burguesia industrial emergente, sendo capazes de nas décadas seguintes, avançar na tarefa de mediação de lutas políticas reais,

presidente como um “ato normal de serviço corrente” do Exército (apud LEITÃO DE CARVALHO, 1959, p. 216). Já para o então General Augusto Tasso Fragoso, a Revolução, ao ser conduzida pelos generais, poderia “conservar a disciplina da tropa, manter a ordem social, coibir os abusos e evitar as vinditas pessoais num ambiente em que as paixões haviam chegado ao auge” (FRAGOSO, 1951, p. 34).

²⁷ Tal foi os efeitos da Revolução de 1930 para a instituição militar, sobretudo para os militares não participantes do movimento de deposição do presidente Washington Luís, que o Marechal Estevão Leitão de Carvalho assim resumiu o clima no Exército: “dos grandes males que a revolução de 1930 acarretou para o Brasil e suas instituições políticas, talvez não tenha sido a menor a condenação lançada contra os militares que se mantiveram fieis ao dever, definindo pelo acatamento à lei e às ordens dos superiores hierárquicos, sem se deixar influenciar por interesses ou sentimentos estranhos a esses severos, mas salutaris princípios” (LEITÃO DE CARVALHO, 1959, p. 188).

²⁸ A expressão é do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, ministro da guerra duas vezes (1934-35 e 1945-46) e chefe do Estado-Maior do Exército (1937-1943), na obra *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército* (1934): “[...] sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército. E este deve repelir, a coices d’armas, todo elemento que, sob quaisquer disfarces, queira induzi-lo a tomar outra direção, do que, como tem acontecido, só poderá resultar a sua divisão, fraqueza e impotência. A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria, suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo” (MONTEIRO, G., 1934, p. 163, itálico do autor).

tanto no interior dos interesses dos grupos dominantes quanto no interior do aparelho de Estado e nas próprias Forças Armadas (CARVALHO, J. M., 2006, p. 110).

Neste período, a mediação entre os grupos dominantes ocorreu principalmente por meio de iniciativas como a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG) e a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Criada em 20 de agosto de 1949²⁹, ainda durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), a ESG foi pensada para abrigar o Curso de Estado-Maior e Comando comum às três Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica) e também incluía, ao contrário de sua congênere norte-americana (o *War College*), alunos “civis” oriundos de diversos setores governamentais e organizações profissionais (OLIVEIRA, 1976, p. 20-23). Deste modo, a Escola assegurava uma difusão ideológica intraelites “[...] com o objetivo de promover um determinado tipo de desenvolvimento econômico (de tipo capitalista), dirigido por um grupo específico (as elites) e dotado de uma ideologia (ideologia da segurança nacional) e de uma opção estratégica (o Mundo Ocidental), sob hegemonia dos Estados Unidos” (OLIVEIRA, 1987, p. 60). Segundo este raciocínio, ainda muito influenciado pelos impactos da Segunda Guerra, nas palavras de um de seus idealizadores, o Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias, a Escola tinha o objetivo de

Criar lideranças civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco das lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa orientação, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mais decisivos do que dos militares na guerra (CAMARGO; GÓES, 1981, p. 413)

Parte justamente do grupo criador da ESG a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, que em um plano geral, trata de uma teoria da ação política para

²⁹ “A ESG foi concebida inicialmente para ministrar só para militares o curso de Alto Comando (Decreto nº 25.705, de 22/10/1948), mas acabou sendo organizada para civis e militares, de acordo com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. O Curso Superior de Guerra deveria incluir em seu currículo assuntos do Alto Comando, mas não se restringir a eles. A partir de 1954, foi criado, também dentro da ESG, o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), destinado exclusivamente a militares. A ESG iniciou seus trabalhos no ano de 1949, em caráter experimental. Até o ano seguinte, esses trabalhos foram realizados por uma comissão de oficiais presidida [pelo general Osvaldo] Cordeiro de Farias e orientada pelo general Salvador César Obino, chefe do EMFA [Estado-Maior das Forças Armadas]” (CAMARGO; GÓES, 1981, p. 409).

fundamentar a atuação das elites no Estado (OLIVEIRA, 1987, p. 75). E que, no plano de atuação das Forças Armadas, pode ser compreendida, em primeiro lugar, como a inversão do compromisso da instituição militar com os governantes: a partir de então, estes não mais estariam em condições de usar o apoio militar como força de sustentação de políticas originadas fora da caserna. Em segundo lugar,

[...] sugere as condições para a integração dos militares na sociedade ao propor um modelo no qual a estrutura societal é tão monolítica a ponto de reduzir a competição política a níveis excepcionalmente baixos. No contexto desta ‘sociedade integrada’ os militares encontrariam as condições de participação sem os riscos de incorrerem nos altos custos da competição, isto é, nos custos de participação numa sociedade onde o nível de conflito, manifesto ou latente, é alto (COELHO, 1976, p. 165-166).

Tornada política de Estado, a *segurança nacional* carregava em seu bojo os fundamentos do pensamento autoritário brasileiro, para quem o despreparo das elites para a “construção nacional” combinava-se com a incapacidade continuada do país em organizar-se como “Nação”. Sendo assim, toda a vida estatal e societária devia ser tutelada e protegida pelos militares, a única *elite autêntica* capaz de interpretar os “interesses nacionais” e realizar o destino do “Brasil potência”: uma sociedade autenticamente capitalista em que o desenvolvimento e a ocupação econômica do território eram vistos como os “antídotos” ideais à penetração do *comunismo* (OLIVEIRA, 1976, p. 55; OLIVEIRA, 1987, p. 67-75).

Pressupondo que a intervenção militar na sociedade tinha como propósito instaurar um modelo estrutural no qual a liderança das Forças Armadas era sinônimo de filiação à elite política e social, a Doutrina de Segurança Nacional incorporava uma teoria a respeito tanto da sociedade quanto da organização militar, bem como do relacionamento entre ambas. No caso específico dos grupos intramilitares, sua eficácia advinha de seu potencial para a produção de consenso dentro da instituição (COELHO, 1976, p. 164-166). Porém, é justamente acerca da amplitude deste consenso que se opuseram algumas análises acerca do período entre 1945 e 1964, e que foram fundamentais para o estabelecimento das vias mestras interpretativas dos anos iniciais da Ditadura Militar (1964-1985) e além.

1.2.1 Da Segunda Guerra Mundial ao Golpe de 1964

As armas que a nação adquire com sacrifício geral, para sua defesa, não podem converter-se em órgão de sanção dos atos dos governos nas mãos da soldadesca

General Argemiro de Assis Brasil³⁰.

A verdade é esta: Generais não fazem revolução. É isto um bem? Um mal? Num regime democrático (que não é o caso do nosso) seria um mal, se os Generais fizessem revolução

General Olympio Mourão Filho³¹.

Eliézer Rizzo de Oliveira (1976), em *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*, ressaltou que uma determinada fração de militares que participou da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial e que, na volta ao Brasil, estiveram ligados à criação da Escola Superior de Guerra, passou a apresentar uma forte coesão entre si, em um contexto no qual as Forças Armadas experienciavam “um novo tipo de divisão ideológica: a que se desenvolve entre os quadros inferiores” e uma profunda politização de algumas de suas instâncias, como era o caso do Clube Militar³². Para o autor, a organização militar conhecia até então o fenômeno da *divisão horizontal* que se dava ao nível dos oficiais e tinha como centro de gravidade os “aspectos constitucionais da posição dos oficiais frente ao regime”, a qual se distinguia da *divisão vertical*, isto é, daquela observada entre sargentos e marinheiros que passaram a organizar suas próprias reivindicações alheias ao controle da hierarquia e disciplina militares, uma consequência direta da penetração dos movimentos populares na instituição e de seu trabalho contestatório acerca da posição política dos oficiais superiores (OLIVEIRA, 1976, p. 13-72).

No contexto dos anos 1950, boa parte da divisão militar se dava em torno do debate sobre o desenvolvimento econômico, a organização política e a política

³⁰ (ASSIS BRASIL, 1933, p. 166).

³¹ (MOURÃO FILHO, 1978, p. 280).

³² O General Goés Monteiro assim sintetiza o contexto interno das Forças Armadas naquele período: “Havia uma tendência para o apaziguamento geral e as Forças Armadas estavam adquirindo consciência mais perfeita do seu papel e da sua função social, sobretudo depois que frações das mesmas tomaram parte ativa em operações de guerra ao longo da costa brasileira e até mesmo nas históricas montanhas da Itália” (COUTINHO, 1956, p. 484).

internacional adotadas pelo Brasil. Tais debates opunham, de um lado, *nacionalistas*, que eram contrários ao capital estrangeiro e à subordinação aos EUA, e que imaginavam a industrialização no país tal qual o modelo do Estado Novo: “[...] investimentos direto do Estado nos setores-chave da economia e utilização de instrumentos de política econômico-financeira, como o controle das taxas de câmbio, sistema de crédito, os impostos e etc.”. Por óbvio, seus aliados “civis” encontravam-se entre aqueles que apoiavam a “coligação populista” de Getúlio Vargas e o projeto de mobilização das classes operárias. De outro lado, tínhamos os *esguianos* (em alusão aos militares da Escola Superior de Guerra), que também eram a favor da industrialização do país, porém defendiam que esta deveria se basear na associação entre a livre iniciativa e o Estado, com foco em um relacionamento privilegiado com os EUA. No plano político, apoiavam uma democracia liberal elitista, com foco nos grupos agroexportadores e não mobilizadora da participação popular - eram, em suma, *antigetulistas* (PEIXOTO, 1980a, p. 78-83).

Por conta das alianças estabelecidas por essas *correntes militares* com grupos “civis”, as cisões na instituição militar tiveram repercussões profundas na política do país entre o fim da Segunda Guerra e o golpe de 1964. Naquele intervalo da história brasileira, os militares estiveram envolvidos em quase todas as crises políticas, ora com a balança pendendo para as forças *nacionalistas*, ora para os *esguianos*, que disputavam a incidência sobre a hierarquia da instituição, assim como espaços de debate, tal como o Clube Militar, que experimentava um alto grau de agitação política naquele contexto.

Foi a partir deste cenário político que Alfred Stepan (1975 [1971]) chamou atenção para a existência de um *padrão moderador*³³ nas relações entre “civis” e militares no Brasil. Para o autor, antes do golpe de 1964, reinava uma situação na qual os “civis” apelavam para intervenções na política realizadas pelos militares, no sentido de controlar ou mesmo depor as autoridades constituídas, em especial os presidentes da República. Neste período, os militares desempenhavam a função de “restrição de crise”, não

³³ O termo faz referência ao poder reservado ao imperador pela Constituição de 1824, pelo qual ele poderia “nomear os senadores, convocar extraordinariamente a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, sancionar decretos e resoluções da Assembleia Geral, aprovar e suspender interinamente as resoluções dos conselhos provinciais, prorrogar ou adiar a Assembleia Geral, dissolver a Câmara dos Deputados, nomear e demitir livremente os ministros de Estado, suspender os magistrados nos casos previstos, perdoar e moderar as penas impostas e os réus condenados por sentença e conceder anistia”. In: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/298-poder-moderador>. Acessado em 24 de fevereiro de 2025.

recebendo estímulos “civis” para que permanecessem longos períodos no poder. Da mesma forma, os militares tinham poucas convicções acerca de suas qualificações e legitimidade para governar o país; e acreditavam que as crises poderiam ser resolvidas com o retorno das elites “civis” ao poder (STEPAN, 1975, p. 82-92).

Ainda assim, no período de 1961-1964, enquanto aumentava consideravelmente a prática das elites políticas de tentar cooptar os militares, adquire consistência a crença de que nenhum grupo político tinha competência para governar, e se cristalizava a imagem entre os militares de que as Forças Armadas estavam em condições de alcançar um nível mínimo de “consenso de crise”, explorando para tanto a cisão entre o presidente João Goulart e os setores políticos importantes, e derivando a legitimidade de uma intervenção na política a partir do apoio da opinião pública (STEPAN, 1975, p. 115-166). Para tudo isso, a conjuntura convergiu favoravelmente para o grupo *esguiano*, encastelado na Escola Superior de Guerra e baseado na Doutrina de Segurança Nacional, que reservava às Forças Armadas e à possibilidade do uso da violência um papel central em suas elaborações ideológicas e conspirações políticas. Para esse grupo que depôs Goulart e ceifou qualquer influência popular das fileiras militares, “as Forças Armadas eram o eixo e o elemento determinante do equilíbrio da coligação, da mesma forma que se constituíam na fração mais bem estruturada e organizada no campo das forças antipopulistas e antinacionalistas” (PEIXOTO, 1980a, 87-89).

As leituras acadêmicas sobre este período sofreram forte influência do trabalho pioneiro de Alfred Stepan (1975) e continuaram simpáticas a uma visão em que a instituição militar não é tomada por suas características intrínsecas, mas sim por sua dependência em relação ao sistema político mais amplo. Assim, teve vida longa a percepção de que “as atitudes civis para com os militares podem ser tanto ou mesmo mais importantes na determinação da dinâmica dos golpes do que a ideologia dos militares ou seus propósitos” (STEPAN, 1975, p. 62). Neste sentido, por exemplo, o trabalho clássico de René Dreifuss (1981) sustenta o argumento de que a deposição de João Goulart foi consequência de um *movimento civil-militar* e não de um golpe das Forças Armadas. Assim, teria cabido ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) cooptar e instrumentalizar os militares, sobretudo coronéis, tenentes-coronéis e majores, a desmantelarem o *dispositivo militar* do governo e tomarem a liderança do movimento de deposição (DREIFUSS, 1981, p. 361-368). Nestes termos, ambas as contribuições reafirmam o caráter heterônimo da ação

política da instituição militar. Como consequência, foram relativamente raras as abordagens que buscaram no esquema de visão e percepção militar as explicações para o golpe de 1964 e o que veio depois dele.

Entre as exceções, podemos destacar as contribuições de João Roberto Martins Filho (1993) em *O Palácio e a Caserna: a Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*. Ao dedicar-se aos aspectos militares do regime instaurado a partir de 1964, enfocando “[...] as características de heterogeneidade, divisão e fluidez especificamente militares que caracterizam as práticas políticas castrenses”, o autor localizou a existência de uma *unidade na desunião* dentro das Forças Armadas brasileiras, isto é, a copresença da discórdia interna com um forte fator de unidade constituído em oposição à política “civil”, tomada como sinônimo de “demagogia populista” e de instabilidade social. Segundo ele, durante os anos iniciais do regime “[...] a presença de divisões dentro do campo militar [era] secundária em relação à reiterada união dessas forças na defesa da ‘Revolução’ de 1964 e no ataque a qualquer tentativa de rearticulação autônoma do campo ‘político’”. Como resultado desta dinâmica, a cada momento de crise em que a Ditadura se viu ameaçada, o processo unitário se expressou pelo aprofundamento da militarização do Estado e da sociedade (MARTINS FILHO, 1993, p. 49 e 129).

É comum nas interpretações da Ditadura Militar a tese de que embora tenha se mantido o referencial à unidade da organização militar, esta não excluiu as cisões internas, as quais se tornaram basilares para tomadas de posição acerca dos rumos dos governos dos generais-presidentes. Todavia, é inegável que do ponto de vista do processo militar interno às Forças Armadas, duas tendências importantes apareceram no pós-1964: “[...] a predominância do papel do Exército com relação à Marinha e à Aeronáutica se acentuou; [e] a tensão existente no interior do Exército entre ‘líderes políticos’ e ‘chefes militares’ resolveu-se em favor da burocracia militar, ou seja, da estrutura hierárquica” (OLIVEIRA, 1980, p. 123).

Embora Eliézer Rizzo de Oliveira (1976) também tenha se dedicado aos discursos do primeiro marechal-presidente, foi Eurico de Lima Figueiredo em *Os Militares e a Democracia* (1980) quem talvez tenha melhor extraído o cerne da ideologia deste grupo militar expresso pela presidência de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Nos discursos de Castelo Branco, sobressaia uma categoria que propunha uma “teoria” a respeito da coexistência do *soldado profissional* com o *soldado político*,

ao mesmo tempo que fornecia as bases explicativas da intervenção das Forças Armadas: tratava-se do *dever militar*. Naquele contexto, para o marechal-presidente, o *dever* do militar constituía-se em um duplo: de um lado, na atividade profissional do militar no cotidiano da profissão, marcado pela interação com outros oficiais e soldados e, de outro, no desempenho da função de comandante, realizando aquilo que a nação espera: a *segurança nacional*. Havia, desta maneira, uma dinâmica de preponderância e não exclusão entre os dois tipos de *soldados* na concepção castelista, na qual em tempos de normalidade se aflorava o soldado compenetrado em suas atividades diárias, eminentemente militares; enquanto nos momentos de “crise” em que havia um “mau governo”, “corrupto”, não comprometido com o “interesse nacional” e que “desonrava” a corporação, tendia-se ao soldado, que interpretando as “aspirações nacionais”, intervinha na cena política para restaurar a *ordem* e defender o seu *dever* (FIGUEIREDO, 1980, p. 96-98)³⁴. Em suma,

Exercendo o seu dever, tanto no plano da normalidade, como no plano da crise, o soldado da ideologia castelista é capaz de, ao mesmo tempo, manter-se como militar no seu cotidiano e também como político ao nível das relações de poder. No primeiro caso isto ocorre como decorrência natural de suas funções. No segundo caso isto ocorre, manifestamente, quando a corporação intervém para ‘restaurar a ordem e garantir a reposição do Brasil no seu verdadeiro caminho’ (CASTELO BRANCO, 1965, p. 23 apud FIGUEIREDO, 1980, p. 102).

Implicitamente, a comunicação de Castelo Branco informava que os militares eram sempre profissionais e políticos, dinâmica que teve fortes implicações para a

³⁴ É preciso que se diga que a ideia de *dever militar* não foi elaborada exclusivamente por Castelo Branco. Desde pelo menos a revolta de 1922, militares como Juarez Távora a utilizavam como justificativa para a intervenção militar contra governos que supostamente desrespeitavam a lei e a Constituição, pois, segundo o líder revolucionário, “a força armada não jura fidelidade incondicional aos agentes do poder constituído. Jura, sim, obediência à Constituição. O seu papel no mecanismo interno da República é a garantia da lei. *E é só dentro dos limites desta* que a sua obediência, indispensável à própria disciplina, deve exercer-se, sem discussão, nem controvérsia” (TÁVORA, 1927, p. 88-91 apud LEITÃO DE CARVALHO, 1959, p. 131, *italico meu*). O tema também ganhou a atenção do Coronel Euclides Figueiredo, um dos idealizadores da Revolução Constitucionalista de 1932. Para ele, a partir do dever militar “compreende-se que para a defesa de algum governo legal, legalmente constituído, devam os militares afastar-se das contendas internas, garantindo, por sua conduta, o pleno exercício da autoridade civil. *Mas não se conclua daí que se exija como princípio que as forças armadas se curvem sempre ante o poder, quando este não tem o amparo da lei cujo advento chega até a postergar, contrariando os anseios da Nação*” (FIGUEIREDO, Euclides, 1933, p. 33-34, *italico meu*). Para uma crítica à ideia de *dever militar* ver Estevão Leitão de Carvalho (1959).

perspectiva quanto a *intervenção militar*. Nos discursos do primeiro marechal-presidente, pode-se dizer que a distinção preponderante se estabelecia entre a *intervenção militar legítima tutelar* e a *intervenção militar legítima cirúrgica*. Como se nota, a *intervenção militar ilegítima* não merecia atenção nos discursos castelistas, apenas aparecendo como uma “forma” desvirtuada da ação política da corporação. Neste enquadramento, a atitude *tutelar* (permanente) estava para períodos de *normalidade*, da mesma forma que a *intervenção cirúrgica* (diante de uma necessidade indeclinável) estava para momentos de *crise*.

Eurico Figueiredo (1980) ressaltava ainda como os discursos de Castelo Branco apresentavam recorrentes menções à necessidade de manutenção da coesão e do respeito à hierarquia pelas Forças Armadas. Essas evocavam questões centrais para que suas mensagens estabelecessem a dimensão de *legitimidade* da “Revolução” de 1964, supostamente realizada por *chefes militares* que, agindo *nos limites da lei*, procuraram orientar e auscultar seus subordinados ao longo de toda a cadeia de comando. Naquela fase do regime, as referências à unidade do estamento armado eram fundamentais, “[...] pois que, na verdade, ele passava por um dos períodos mais difíceis e desequilibrantes de sua história: no dia 11 de abril de 1964, 122 oficiais foram expulsos formalmente das Forças Armadas, com o processo de ‘saneamento’ continuando por todo o decorrer daquele ano” (FIGUEIREDO, 1980, p. 93).

Como chama atenção boa parte da literatura, durante a presidência de Castelo Branco foram adotadas uma série de procedimentos de renovação do Alto Comando do Exército e a adoção, em dezembro de 1965, de uma regra que limitava a quatro anos o tempo de permanência na patente de General de Exército, obrigando, em caso de exercício de cargos eletivos, a passagem para a reserva após dois anos de um afastamento compulsório ou temporário da ativa, chamado agregação (CHIRIO, 2012, p. 82). “Deste modo, oficiais de Estado-Maior que poderiam aspirar ao exercício de liderança no interior do Exército tiveram dificuldades em fazê-lo (na condição de oficiais da ativa, como haviam sido Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Estillac Leal etc) e de opor-se aos chefes institucionais (principalmente os chefes militares)”, em síntese, fechava-se a porta para uma das dimensões mais significativas da politização militar caracterizadora do período pré-1964 (OLIVEIRA, 1980, p. 150).

Já com Artur da Costa e Silva à frente do Executivo (1967-1969), os incentivos ao controle interno das Forças Armadas continuaram altos por meio do desenvolvimento

de uma centralização política e organizacional. Em outubro de 1968, foram modificados os papéis e funções da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (subordinada ao Gabinete Militar da Presidência da República); a partir de então, todo o planejamento governamental encontrava-se submetido a esta Secretaria, “organizada em sub-chefias especializadas no tratamento de questões centrais da segurança nacional: Assuntos Políticos, Assuntos Econômicos, Assuntos Psicossociais, e, por último, de Mobilização e Assuntos Militares”. O secretário-geral era o chefe do Gabinete Militar (na época, General Jayme Portella de Mello), e as subchefias distribuídas a militares da patente de coronel e com curso de Comando e Estado-Maior. No mesmo período, foi também realizada a subordinação funcional, organizacional, e, por isso, política, das forças militares estaduais ao comando militar federal. Com essas modificações, o comando das polícias militares era exercido por oficiais do Exército, que também passaram a ocupar, privativamente, os cargos das secretarias estaduais de segurança pública (OLIVEIRA, 1976, p. 137-140).

Com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, estabeleceram-se as condições para a institucionalização de um *Sistema Militar* capaz de realizar consultas e canalizar as pressões advindas da organização militar, “[...] determinando a segurança como ponto central da política nacional e ponto de apoio da presença política dos militares. Assim, compreende-se que o Serviço Nacional de Informações – órgão de segurança ‘por excelência’ – tenha assumido papel preponderante no conjunto dos demais organismos militares, definindo inclusive os ‘presidenciáveis’, além de a sua posse (controle, melhor dizendo) se constituir num elemento estratégico na definição militar do poder” (OLIVEIRA, 1976, p. 149). Embora possibilitando os expurgos internos às Forças Armadas, tal como os realizados no início da Ditadura, os atos de reforma, passagem para reserva ou expulsão feitos a partir do AI-5 tomaram a forma de punições excepcionais e exemplares, capazes de transmitir uma mensagem clara sobre os limites do aceitável aos membros da corporação militar (CHIRIO, 2012, p. 136-138).

Em 31 de agosto de 1969, com o afastamento de Costa e Silva da Presidência por conta de sua saúde, e o estabelecimento de uma Junta Militar, a sucessão presidencial foi realizada a favor da hierarquia: o Alto Comando do Exército limitou ao círculo dos oficiais generais (114 oficiais à época) a consulta dos nomes que seriam indicados para a Presidência da República. “O regime militar, instaurado sob o argumento do retorno da

disciplina e do apolitismo no interior das Forças Armadas, resolve, assim, sua primeira crise importante suscitando uma participação política ativa em seu seio”. Erigida a pedra angular definidora das próximas sucessões presidenciais de uma Ditadura de generais, a consulta acabou por levar Emílio Garrastazu Médici ao Executivo, sendo empossado em 30 de outubro daquele ano. Fechada a possibilidade das patentes intermediárias em influírem no processo político, a escolha de Médici não deixou de ser antecedida pela edição do Ato Institucional nº 17 (14 de outubro de 1969), que previa o afastamento temporário (transferência para a reserva) de oficiais que viessem a atentar contra a coesão das Forças Armadas e sendo, portanto, um importante instrumento de administração da dissidência militar (CHIRIO, 2012, p. 157-164). Por esses e outros processos, a Ditadura teve sucesso em seu projeto de homogeneização político-ideológica das fileiras militares, reduzindo ao mínimo as nuances distintivas entre os oficiais (DOMINGOS NETO, 2023, p. 12).

É, portanto, incontestável que “a emergência do regime de 64 colocou imediatamente em pauta a necessidade de se providenciar análises densas a respeito do papel dos militares na formação do moderno Estado brasileiro”, como defendeu Eurico de Lima Figueiredo (1979). Como visto, boa parte dessas preocupações giraram em torno da questão da *intervenção militar* na política e da tentativa de arguir os antecedentes históricos das Forças Armadas a partir do binômio cisão/coesão. Foi na esteira dessas preocupações, já nos estertores da Ditadura Militar, que a literatura sobre militares no Brasil produziu generalizações teóricas a partir de dados bem situados no tempo, formulando, para tanto, o conceito de *partido(s) militar(es)*. O conceito teve vida longa na literatura, sendo, décadas mais tarde, utilizado para compreender a atuação dos militares durante o governo Bolsonaro. Por conta disso, para os fins desta tese, é preciso evidenciar sua origem e o contexto político ao qual fazia referência esta formulação conceitual.

1.3 O PARTIDO MILITAR: AS CORRENTES MILITARES E OS GRUPOS “CIVIS”

Mas, entre os complexos do Presidente Getúlio, o da espada era invencível, e, embora procurasse ele escondê-lo, empregava todos os meios para manter enfraquecidas ou divididas as Forças

Armadas, agindo em relação a elas como se fossem um corpo político ou um partido

General Pedro Aurélio de Góes Monteiro³⁵.

O Exército não é, bem sabemos todos, um corpo político; é, sim, uma instituição de segurança, de coesão e de ordem, ao serviço da defesa e da unidade do País. Sua vida e sua força e sua eficiência repousam nisso

Marechal Eurico Gaspar Dutra³⁶.

Como simples cidadão, o militar é livre de acompanhar a vida política do país e, mesmo, de tomar parte nela: assiste-lhe esse direito. Mas, como parte da força armada, servindo-se dela, seja apenas do seu prestígio, para impor soluções nas crises surgidas no governo da nação, retira dessa força o caráter de órgão da segurança nacional, para emprestar-lhe o de agente partidário de uma facção

Marechal Estevão Leitão de Carvalho³⁷.

O Exército Brasileiro nunca foi nem será nunca um Exército de caráter miliciano ou sujeito a qualquer partido que se arrogue o direito de selecionar os seus integrantes, de comandar as suas atitudes e até mesmo o pensamento dos seus homens, como é o caso dos Exércitos políticos. Porque o Exército não tem política, a não ser a da Pátria. Não é partido, mas uma Instituição Nacional

General Aurélio de Lyra Tavares³⁸.

[...] o Exército não é um partido político para apresentar solidariedade ao Governo ou a quem quer que seja. Quem tem o direito de apresentar solidariedade, tem o direito de apresentar, também, desaprovação

Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco³⁹.

Na ocasião, não entendi bem por que a saída do Presidente Castelo Branco e a transmissão do cargo ao Presidente Costa e Silva era encarada como a entrega do poder a um partido adversário. Tratava-se, somente - pensava eu - da transmissão de cargo entre dois Presidentes revolucionários

³⁵ (COUTINHO, 1956, p. 372).

³⁶ (RENAULT LEITE; JÚNIOR, 1983, p. 683).

³⁷ (LEITÃO DE CARVALHO, 1959, p. 209).

³⁸ (LYRA TAVARES, 1985, p. 179).

³⁹ Discurso proferido em 4 de julho de 1964, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Vila Militar - RJ).

General Hugo Abreu⁴⁰.

[O Exército] recolhia-se aos quartéis, nos momentos de paz, só os abandonando por imperativos de restabelecimento de ordem e da lei. É constrangedor, portanto, que chefes encanecidos na caserna, ofuscados pelo poder e quiçá com consciência turvada, o tenham confundido com um partido político

General Sylvio Frota⁴¹.

As Forças Armadas são um partido político de conteúdo nacional, que não participa de atos eleitorais, que não se insere na linha de organizações especificamente políticas, dentro dos limites indicados. Sua sorte está ligada ao desenvolvimento do país, e esse desenvolvimento só é possível em bases nacionais

General Nelson Werneck Sodré⁴².

Meu único partido político é o Exército Brasileiro e não pretendo ter outro. Não pretendo ter outro

General Augusto Heleno Ribeiro Pereira⁴³.

Alain Rouquié teria razão em falar de ‘partidos políticos’ entre 1964 e 1979, de Castelo a Figueiredo, quando os Alto Comandos indicavam ao Congresso os presidentes [...]. Houve até mais de um partido militar, dividindo-nos

Coronel Jarbas Passarinho⁴⁴.

Alain Rouquié, em *Os Partidos Militares do Brasil* (1980), buscava evidenciar, com a noção de *partido militar*, o fenômeno segundo o qual “[...] as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, *por outros meios*, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo que conhecem em seu seio – tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica – processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais”. Isto é, tratava-se de uma metáfora para

⁴⁰ (ABREU, 1979, p. 17).

⁴¹ (FROTA, 2006, p. 196).

⁴² (SODRÉ, 2010 [1965], p. 493).

⁴³⁴³ <https://www.youtube.com/watch?v=qRWzU3uWbJ4&t=73s> a partir do minuto 01:02. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

⁴⁴ O Estado de S. Paulo, 16 de janeiro de 2001.

investigar a relação entre o Exército e a política, ou mais especificamente, de “como os militares se decidem em matéria política” (ROUQUIÉ, 1980, p. 12)⁴⁵.

No bojo de suas contribuições, o pesquisador francês almejava discutir o “lugar-comum”, supostamente propiciado pelos próprios militares, de que as Forças Armadas seriam um ator unido e monolítico, o que teria influenciado interpretações idealizadas dos movimentos tenentistas e da Revolução de 1930, e que se mantiveram presentes nos esforços teóricos desde então. Para ele, a instituição militar apresentaria seus próprios “rachas” internos, cujos consensos sobre questões políticas teriam origem corporativa e se apresentariam com base no código normativo da instituição. Nestas dinâmicas, as divisões internas poderiam coincidir com correntes da opinião “civil”, sobretudo se tratando de “questões centrais da vida nacional”. Todavia, tais divisões não poderiam ser reduzidas ao “simples jogo de cooptação ou de aliança com setores econômicos ou políticos civis”. Seu interesse estava em ressaltar que as Forças Armadas eram, entre outras coisas, um espelho deformador das tensões da sociedade, na medida em que

Os militares naturalmente se dividem em função dos grandes problemas nacionais, mas segundo procedimentos próprios e com consequências singulares ligadas às diversas pressões a que são submetidos e aos múltiplos papéis que desempenham. Tanto os valores quanto os interesses próprios da corporação acarretam uma reformulação em termos militares de questões centrais da vida nacional que não fica devendo muito à coerência intelectual das ideologias civis (ROUQUIÉ, 1980, p. 20).

Rouquié seguiu o fio daquilo que acreditava ser uma “permanente tensão” entre o *partido militar*, tomado como sinônimo para a própria instituição militar, e os *partidos militares*, isto é, as tendências políticas organizadas no seio do Exército. No pós-1964, em que a instituição assumiu a hegemonia sobre a sociedade civil, estas disputas internas apresentariam reverberações para todo o Estado e a sociedade brasileira, sem que, no entanto, fosse rompido o elevado nível de coesão institucional e a prerrogativa do quadro

⁴⁵ Ressalta-se que a proposta em si não era de toda original. Antes de Rouquié, foi o brasilianista Alfred Stepan (1975) quem propôs que as Forças Armadas fossem enfocadas enquanto uma instituição política, que não somente sofre as mesmas pressões que os partidos políticos, os grupos de pressão, ou os parlamentos, mas que também opera a partir de atividades como a de articulação entre grupos distintos, formulação e implementação de políticas próprias etc. (STEPAN, 1975, p. 43-44).

de oficiais em funcionar como uma “organização política superior” (ROUQUIÉ, 1980, p. 14-17).

Na coletânea *Os Partidos Militares do Brasil*, a noção de *partido militar* também é trabalhada por Antônio Carlos Peixoto (1980a; 1980b), cujos textos talvez definam melhor as condições da elaboração conceitual e da generalização teórica que se encontram apenas anunciadas por Alain Rouquié⁴⁶. Peixoto (1980a), em o *Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964)*, detalha um contexto já explicitado anteriormente, em que as eleições no Clube Militar se tornaram tão importantes quanto as eleições presidenciais e opunham *nacionalistas* e *esguianos* sobre os grandes temas da política nacional. Com esse contexto em mente, para ele se tornava fundamental o realce dado às cisões internas à instituição e seu relacionamento com as divisões observadas na sociedade como um todo. Desta maneira, segundo o autor, a história do fenômeno militar brasileiro entre 1945 e 1964 seria uma sucessão de eventos em que cada um dos grupos militares, apesar de não procurarem provocar uma cisão das Forças Armadas em si, não deixaram de buscar isolar os grupos antagônicos, presumindo, quase sempre, que agiam em nome da totalidade da organização militar (PEIXOTO, 1980a, p. 84).

Assim sendo, em *Exército e Política no Brasil*, Peixoto (1980b) propõe que o entendimento do comportamento militar e sua incidência sobre a política perpassa a articulação entre as pressões exercidas pela “sociedade global” e “[...] um certo número de traços e características institucionais: valores, percepção do sentido e do conteúdo das missões atribuídas às Forças Armadas, tipo de formação profissional e natureza do relacionamento com os outros agentes [...] do cenário político”. Nesta dinâmica, haveria três agentes fundamentais: “[...] os civis (partidos, grupos de pressão etc), as correntes militares, e as estruturas do comando supremo (os mais elevados escalões da hierarquia militar)” (PEIXOTO, 1980b, p. 31-34).

De maneira geral, no enquadramento proposto por Antônio Carlos Peixoto (1980a; 1980b) é difícil localizar o que significa as *Forças Armadas enquanto instituição*; por vezes, esta parece ser tomada como sinônimo de *hierarquia*, já que é justamente essa

⁴⁶ Apesar disso, as elaborações de Peixoto foram praticamente esquecidas nas referências correntes sobre o *partido militar*, é o caso por exemplo de Renato Lemos (2013), mas também de Penido Oliveira e Mathias (2021). Talvez a única exceção seja Edmundo Campos Coelho (1985), que propõe uma crítica importante ao trabalho de Peixoto, com especial atenção ao fato de este autor tomar elementos como “coesão interna”, “monolitismo”, “abertura” ou “isolamento” como *atributos* a serem exorcizados das interpretações sobre a instituição militar e não como *variáveis de análise* possíveis -, o que teria consequências significativas para sua concepção do fenômeno do *partido militar* (COELHO, 1985, p. 9).

categoria que se posiciona equidistante tanto das *correntes militares* quanto dos *grupos civis* que buscam atrair os militares para seus pontos de vista. Neste caso, haveria duas situações possíveis:

[...] na primeira, há a coincidência entre as propostas de uma dada corrente e a hierarquia – o partido militar expressa-se através da hierarquia e logra isolar a corrente oposta. Na segunda, o partido militar consegue estabelecer nas Forças Armadas um consenso que torna capaz de fazer a hierarquia ceder. Mas tal consenso é por si mesmo o resultado das mudanças e das novas relações de força que ocorreram na sociedade política (PEIXOTO, 1980a, p. 85)

Por conta destas constantes tensões e mediações entre a sociedade e a instituição militar, apresentada enquanto um duplo, isto é, de um lado, manifestação das posições de comando situadas pelas normas da hierarquia; e, de outro lado, expressão dos espaços abertos ao debate entre diferentes correntes de pensamento, Peixoto (1980b) defende que tomar a estratégia da instituição militar pelo seu produto acabado (uma “decisão” qualquer), subestimaria a complexidade do fenômeno da intervenção militar ao desconsiderar os conflitos internos das Forças Armadas e a forma pela qual os militares interpretam as disputas que ocorrem na sociedade que os engloba. Deste modo, estaríamos diante não de uma única estratégia “oficial” possível, mas de uma estratégia forjada em um jogo político de articulação e adaptação de diversas correntes de opinião militar, que também não deixam de convergir ou divergir das divisões externas à instituição (PEIXOTO, 1980b, p. 33-34).

A riqueza dos dados expostos por Antônio Carlos Peixoto e seu esforço em produzir uma generalização conceitual do *partido militar* teve um rendimento amplo, ainda que suas contribuições se limitem ao período histórico de 1945-1964. Sobre isso, Alain Rouquié também não deixou de pontuar em seu texto introdutório que as interpretações contidas na coletânea diziam respeito a “momentos-chave de máxima transparência dos processos políticos internos” às Forças Armadas (ROUQUIÉ, 1980, p. 21-22). Esta constatação é fundamental para questionarmos, em primeiro lugar, se as análises de ambos os autores podem resistir a um quadro pós-1964 em que 1) “as tensões que as Forças Armadas sofreram desde essa época não deram origem a correntes de opinião estáveis no interior do aparelho militar” (PEIXOTO, 1980a, p. 109); e 2) o

confronto entre diferentes tendências tornou-se “menos transparente, já que menos público e sobretudo menos vinculado a organizações políticas civis” (ROUQUIÉ, 1980, p. 14). E, em segundo lugar, se o reconhecimento do jogo político anterior a uma “decisão” no interior das Forças Armadas autoriza a análise a considerar que por conta deste mesmo jogo há decisões mais ou menos “oficiais/institucionais” e, portanto, mais ou menos lastreadas na hierarquia e nas estruturas de comando, como nos parece sinalizar uma série de trabalhos sobre a atuação dos militares durante o governo Bolsonaro e que serão melhor detalhados mais à frente (PENIDO OLIVEIRA; LENTZ, 2020; PENIDO OLIVEIRA; MATHIAS, 2021; MARTINS FILHO; PAVARIN, 2019). Antes disso, contudo, ainda me parece ser preciso continuar a análise do conjunto de interpretações sobre o problema da intervenção militar e sua relação com a noção de *partido*.

A tese do partido militar parece estar intrinsecamente associada à problemática da tomada de decisão no interior das Forças Armadas. Oliveiros Ferreira, em *Elos Partidos: uma Nova Visão do Poder Militar no Brasil* (2007), analisa a instituição militar a partir de seu *ethos burocrático* que - apesar de apresentar traços das *organizações políticas* como, por exemplo, a dominação e subordinação -, funda-se na *segurança militar*, isto é, na certeza que o detentor do poder tem de que sua ordem será cumprida porque as normas regulamentares e a coação organizada assim garantem. É possível dizer que, em uma *organização burocrática* tal qual as Forças Armadas, “[...] aquele que dá as ordens não se preocupa em saber se elas preenchem uma função aglutinadora na relação de forças em presença; se são obedecidas porque se acredita nelas e no fim que se vislumbra estarem elas perseguindo, ou porque se teme uma sanção disciplinar” (FERREIRA, 2007, p. 113 e 117). A citação a seguir é essencial para evidenciar a diferença profunda entre a tomada de decisões naqueles dois tipos de *organização*:

A organização política distingue-se da *burocrática* nisso que, nela, as decisões são adotadas por um núcleo dirigente que deriva a legitimidade de sua dominação (portanto, a expectativa de ver obedecidas suas decisões) do fato de haver sido eleito pelos membros aderentes, enquanto na organização burocrática a dominação se legitima pelo fato de o núcleo dirigente ter assumido tal função não por eleição, mas pelo preenchimento de uma série de requisitos administrativamente estipulados. Em outros termos, na organização política, cujo modelo é o partido enquanto tipo ideal, eu obedeço àquele a quem escolhi por chefes em virtude de neles haver reconhecido condições e capacidades

aptas a realizar a política definida pelos órgãos da organização, e por corresponderem ao modelo de chefe que o grupo criou na luta das facções que compõem. Já na organização burocrática, cujo modelo é exatamente a organização militar, obedeço àqueles a quem os regulamentos designaram como superiores por corresponderem à imagem de chefe inscrita nos regulamentos e por terem preenchido as condições regulamentares para a ascensão aos postos de comando. Daí, no partido, a discordância com as pessoas decorrer antes de uma discordância com as políticas que elas desenvolvem do que propriamente com as normas gerais, teoricamente impessoais, que presidiram sua escolha para os cargos de direção. Isso leva a que a dissidência não seja uma traição, nem violente os fundamentos mesmos da organização. Discorda-se da política que a organização está realizando no momento, não da organização enquanto tal. Só quando o partido se burocratiza é que a discordância se dá também com a organização [...]. Na organização burocrática, pelo contrário, a dissidência é impossível – pois se a dominação se exerce por imposição de normas administrativas, o ato de discordar da política do núcleo dirigente implica negar validade aos próprios critérios que permitem aos indivíduos de cuja ação se discorda chegar às posições de poder que ocupam. É quebra de hierarquia e da disciplina; é insubordinação – e nos casos extremos, traição (FERREIRA, 2007, p. 114-115).

Portanto, para Ferreira, nas Forças Armadas, diferente do que afirmam Alain Rouquié (1980) e Antônio Carlos Peixoto (1980a; 1980b), uma ordem não se baseia necessariamente na busca por um consenso, mas sim no *princípio do chefe*: não duvidar, não discutir, não divergir. Não somente a instituição entra em colapso quando seus integrantes contestam a capacidade de mando dos escalões superiores (FERREIRA, 2007, p. 55 e 121), como, também, o mundo militar, ao constantemente marcar repetitivamente a realidade, busca em seus processos socializadores *unificar a palavra e a ação*, “[...] trata-se de (tentativamente) sempre convergir para uma visão unificada. Assim, ‘sentido!’ significa a correspondente postura corporal imediata: *procura-se suprimir ao máximo* (de maneira ideal, totalmente) *o intervalo entre a ordem e a sua consumação em ato, entre comando e obediência*” (LEIRNER, 2008, p. 197-198, *italico meu*). Por outro lado, em se tratando de órgãos de cúpula, por vezes o consenso é garantido por meio do interesse de se preservar posições e evitar contradições no interior da instituição. Esta é a opinião do Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias, segundo o qual em organizações fechadas como as Forças Armadas “[...] quando as pessoas se reúnem para resolver um problema geralmente a maioria fica com a solução mais pobre e tranquila, desprezando a solução

mais rica e difícil”, revelando, assim, o poder da inércia decisória em instituições militares (CAMARGO; GOÉS, 1981, p. 610).

Uma leitura para além da coletânea sobre os partidos militares revela que Alain Rouquié buscava, com esse conceito, distanciar-se das teses que localizavam a intervenção política das Forças Armadas a partir de uma falta de hegemonia da elite sobre as classes populares. Segundo ele, as causas do intervencionismo não estariam no nível das classes sociais, mas na forma pela qual o Exército, sendo o garantidor de um Estado que regulamenta a participação dos agentes sociais e serve de instância mediadora, acaba por se posicionar no centro desta mesma máquina estatal. Assim, as intervenções militares “[...] repelem os grupos sociais, as forças políticas que opõem obstáculos a seu funcionamento ou à sua expansão. Os militares não são os ‘cães de guarda’ da oligarquia ou do grande capital, mas sim os guardiães do Estado, que é liberado por eles dos agentes considerados, por eles próprios, perigosos e inúteis”. Esta avaliação serviria para boa parte dos Estados latino-americanos e, em especial, para o caso brasileiro, em que “o sonho tenentista de uma modernização conservadora executada por um Estado ‘despolitizado’ realiza-se finalmente depois de 1964. O único grande corpo burocrático do Estado [o Exército] funda o ‘estado administrativo’. [...] Sua ideologia [a dos militares] não é nem o fascismo nem o liberalismo, mas uma ‘ideologia do Estado’”. Agindo desta forma, os militares brasileiros teriam mantido sua autonomia política sem se conduzirem como simples agentes da burguesia (ROUQUIÉ, 1984 [1982], p. 336-338).

Mais à frente, pretendo desenvolver como outra noção de partido, aplicada às Forças Armadas, foi na contramão de Rouquié e Peixoto, apesar de também enquadrá-las enquanto *organizações políticas*. Por ora, basta ressaltar que o conceito de *partido militar* se insere na literatura sobre militares no Brasil relacionado ao desenvolvimento histórico do país. Cabe notar que o campo de “estudos militares” é relativamente grande quando tratamos das Ciências Sociais produzidas nos EUA e Europa. Contudo, até onde pudemos perceber, o *partido* não se tornou uma opção analítica fora daqui⁴⁷. Apesar disso, Eliézer Rizzo de Oliveira (1976), identificou que, *pari passu* com aquela visão de realce às divisões e “rachas” militares, criou-se na literatura brasileira uma *regra sociológica básica*, “segundo a qual haveria maior probabilidade de intervenção militar quanto menor

⁴⁷ A exceção talvez seja Rut Diamint (2015), que indexa aos “governos populistas de esquerda”, como, por exemplo, os da Venezuela, Bolívia, Equador e Nicarágua, a iniciativa de utilizar as Forças Armadas como partidos políticos e empregá-las como ferramentas de políticas governamentais e de neutralização da oposição (DIAMINT, 2015, p. 161).

fosse a capacidade das elites civis para ‘resolver seus próprios problemas’”, ou seja, de que a ascendência política dos militares guardava íntima relação com a “fragilidade das instituições políticas” nacionais e a uma certa “omissão civil” (OLIVEIRA, 1976, p. 8-9).

1.3.1 Militares vão à Política: Omissão Civil?

Jamais se ajustarão os pontos de vista entre os homens da caserna e a massa dos profissionais da política. Quando isso acontece, em casos muitos restritos, não há dúvida de que um ou outro está em lugar errado

General Carlos Luís Guedes⁴⁸.

A *covardia cívica* é o mal endêmico dos políticos brasileiros. Traduz-se no mascaramento das ideias ou pensamento. E como tal enfermidade se transmite por contágio, o nosso General [Góes Monteiro], infelizmente não soube ou não pode subtrair-se de contraí-la

General Argemiro de Assis Brasil⁴⁹.

Lembrei, então, a incompreensão do Sr. Getúlio Vargas relativamente ao papel das Forças Armadas, conduzindo-as, por exemplo, a se intrometerem na política interna, o que redundava num dos maiores males para o país. Um mal vezo esse, dele e de outros líderes políticos, que, quando necessitam de concurso dos militares para satisfazer seus objetivos, atraem aqueles que julgam mais brancos ou ambiciosos, atrelando-os aos varais da política do campanário

General Pedro Aurélio de Góes Monteiro⁵⁰.

[...] no Brasil, como em outros países, os políticos procuram por todos os meios envolver os militares em benefício de seus ideais ou de seus interesses, e é difícil que todos os militares consigam deixar de ouvir o canto dessas aves, no caso de rapina, não é?

Marechal Henrique Teixeira Lott⁵¹.

⁴⁸ (GUEDES, 1979, p. 31).

⁴⁹ (ASSIS BRASIL, 1933, p. 154).

⁵⁰ (COUTINHO, 1956, p. 495).

⁵¹ (LOTT, 2002 [1978], p. 45).

[...] nos países com longa tradição democrática o poder civil é incontestável, os detentores do monopólio das ramas a ele se submetem naturalmente. Já nos países faltos de democracia estável, as intervenções militares são a ponta do *iceberg*, cuja massa está na sociedade civil, especialmente no campo político. E é este que busca o apoio militar para a consecução dos seus objetivos, ora porque acusa o Executivo de corrupto, ora porque não se conforma com o resultado das eleições como fraudado. Não há, pois, coerência na apreciação do papel extramilitar das Forças Armadas, ora louvado, pelos que se beneficiam, ora combatido pelo que ficam entre suas vítimas

Coronel Jarbas Passarinho⁵².

Normalmente, as Forças Armadas não usam esse seu decisivo argumento [a força] – cumprindo, aliás, uma tradição entre nós – senão nos momentos de crise nacional, quando falham ou se omitem os líderes civis. Preenchem, então, os militares, o claro deixado pelos políticos e exercem, de algum modo, o Poder Moderador dos fastos do Império

Marechal Mário Poppe de Figueiredo⁵³.

A Revolução [de 1964] existiu porque não havia líderes políticos nesse País, essa é que é a verdade

General Leônidas Pires Gonçalves⁵⁴.

As conexões espaciais e temporais que ajudam a entender a sociogênese das percepções quanto a *omissão civil* parecem estar bem explicitadas em *O Mundo como Alvo* de Paulo Arantes (2021). Ali, Arantes recupera as formulações do sociólogo norte-americano Charles Wright Mills para caracterizar uma era em que todas as regiões do mundo, indistintamente, configuram-se como alvos de uma *definição militar da realidade* ou, enfim, de uma *metafísica militar*.

Não necessariamente militares, os *senhores da guerra* observados por Mills (1981 [1956]) na sociedade norte-americana do final dos anos 1940, retornaram da Segunda Guerra Mundial para subverter o desejo por pacificação e para tomar as rédeas de uma série de “instituições e doutrinas promulgadas por todo um famigerado aparato legislativo”. A partir de então surgiu tanto a Guerra Fria enunciada pela Doutrina Truman,

⁵² (PASSARINHO, 1991, p. 33-34).

⁵³ (POPPE DE FIGUEIREDO, 1970, 98).

⁵⁴ (MOTTA, 2003c, p. 94).

quanto “[...] [um]a nova Lei de Segurança Nacional [que] criava o Departamento de Defesa, o Estado Maior Unificado, o Conselho Nacional de Segurança e enfim, a CIA, que dispensa apresentações. Numa palavra, estava oficialmente criado o fetiche dos fetiches, o Estado de Segurança Nacional” (ARANTES, 2021, p. 48).

Neste sentido, Wright Mills confrontava-se com uma realidade na qual os fardados se tornaram aceitos pela elite política e econômica dos EUA como “[...] autoridades em assuntos que ultrapassam de muito a concepção histórica do domínio adequado aos militares” (MILLS, 1981, p. 244). Atores ativos de um militarismo que parecia exportar seus códigos para uma série sem fim de políticos, funcionários civis, jornalistas, acadêmicos e entre outros, todos partícipes de uma dinâmica na qual o governo norte-americano parecia ter passado a operar de forma dual:

[...] um aberto à visitação pública e operando mais ou menos às claras, o outro operando na sombra — da guerra, precisamente -, secreto e autoritário, em estado de guerra permanente e intervenções encobertas recorrentes. Pois é essa nova forma de governo dual, ou melhor, o seu efeito mais desconcertante — fora o choque da erosão continuada do sacrossanto *rule of law* —, que segundo Catherine Lutz, Wright Mills teria visto e denominado então ‘definição militar da realidade’: qualquer iniciativa de governo, de um sistema de rodovias à localização de um subúrbio, das mais às menos relevantes, nada que não passasse por esse crivo, que poderemos chamar provisoriamente de estratégico, com risco de banalizar a visão de nosso sociólogo (ARANTES, 2021, p. 48-49)⁵⁵.

Para o sociólogo estadunidense, não haveria outra categoria social que se aproximasse dos “[...] recursos de tempo, dinheiro, homens, que os militares dispõem para apresentar seus pontos de vista, dia a dia” (MILLS, 1981, p. 264-265). Apesar disso, em sua perspectiva, o militar profissional não estaria intrinsecamente interessado no poder político, mas se veria em uma situação na qual esse poder lhe seria cedido pela *omissão civil*:

⁵⁵ Sobre esta temática e suas explicações para a relação entre Estado e a “máquina de guerra”, ver Leirner (2023, p 158-160).

Os políticos [...] omitem-se em relação à sua tarefa específica de debater a política, ocultando-se atrás de uma suposta perícia militar. E os administradores políticos faltam à sua missão de criar uma verdadeira carreira no serviço civil. Com essas duas omissões civis, os militares profissionais ganham ascendência. É precisamente por esses motivos que a elite militar – cujos membros não são, presumidamente, nomeados politicamente, nem politicamente responsáveis – tem sido atraída para as mais altas decisões políticas (MILLS, 1981, p. 240).

Esta *omissão*, sobretudo da organização e do pessoal que constituiriam o Congresso norte-americano, redobraría a “segurança” e “autoridade” dos militares como peritos em decisões de importância política e econômica básica. Para Mills, portanto, a questão evocava um quadro de *omissão* mais do que de uma “usurpação militar” de funções propriamente “civis” (Ibidem, p. 245). Porém, desde já, é preciso relativizar este ponto: Mills estava imerso em uma realidade sociológica que reiterava o “controle civil” sobre os militares, cujo ápice ideológico parece ter sido a constatação feita pelo próprio Presidente Eisenhower – ele mesmo um militar – de que o poder desses havia cruzado uma linha depois da 2ª Guerra. Mills não teria como antever, também, em 1956, o quanto o neoliberalismo casaria tão bem com essa nova *metafísica militar* (ARANTES, 2021; LEIRNER, 2023), a qual aparenta escapar, afinal de contas, às teses mais do que cristalizadas em nosso pensamento social de que a “guerra aparece quando o Estado falha” e da qual as noções de que o protagonismo militar surge por incompletude “civil” são, afinal, tributárias.

Ainda que a discussão norte-americana seja feita com base numa formação estatal bastante diferente da nossa, é notável como se usa por aqui a régua da (falta de) “democracia consolidada” para explicar os porquês das inúmeras intervenções militares que tivemos. Ainda assim, é preciso levar em conta, como apontado acima, que o conceito de *partido* parece ter sido uma das vias por onde houve uma certa “tropicalização” dessa problemática. Não por acaso, a tese da *omissão civil* também encontrou ecos entre os pesquisadores que buscaram compreender a ação política das Forças Armadas brasileiras.

É provável que Alfred Stepan (1975) tenha sido o primeiro a introduzir na literatura nacional dedicada aos militares uma compreensão segundo a qual as Forças Armadas só interfeririam na política mediante a incapacidade civil de barganhar, persuadir e estabelecer compromissos e diálogos em momentos de crise política. Segundo essa acepção, o *padrão moderador* que teria vigorado entre 1945 e 1964 seria a expressão

de uma elite “civil” que procurou suprir suas debilidades políticas por intermédio da cooptação dos fardados para suas causas e disputas. Embora posteriormente criticado⁵⁶, o modelo de Stepan deixou para as análises posteriores uma perspectiva que enquadra as Forças Armadas como um *subsistema* do sistema político mais amplo e que, por isso mesmo, compreende a intervenção política desses atores como consequência direta das ações (ou omissões) “civis”, em detrimento de uma análise que se detivesse às características institucionais dos estabelecimentos militares (STEPAN, 1975, p. 44).

De forma similar, José Murilo de Carvalho (2006) considera que a responsabilidade pela interferência dos militares na política também cabe aos “civis”, que a partir de diferentes posições no espectro político ora se abstêm do tema, ora optam pela convivência aberta, contribuindo para um quadro no qual os problemas de organização das Forças Armadas e de defesa nacional passam ao largo de uma preocupação do controle sobre os militares (CARVALHO, J. M., 2006, p. 139). Já Eliézer Rizzo de Oliveira (1993) vê a percepção de que a omissão e sua consequente intervenção militar seriam tributárias de uma sociedade nacional desarticulada. Segundo ele, os líderes políticos e partidos apresentariam um verdadeiro “descaso” para com o setor militar, fator que combinado com a autonomia institucional - expressão da própria história das Forças Armadas brasileiras e das condições de desenvolvimento da profissão militar - e com a fragilidade do sistema político, que reconhece os militares como parceiros efetivos, acabaria por enquadrar os militares como uma “*força social mediadora* entre a economia e a política e entre interesses sociais”, emergindo assim “a visão do papel de moderação das lutas sociais reais” por parte das Forças Armadas (OLIVEIRA, 1993, p. 174-182, *italico do autor*).

A tese da omissão civil também pode ser encontrada nos usos que se fez do *partido*, tal como identificado nos trabalhos de Oliveiros Ferreira, em especial, em *Forças Armadas para quê?* (2004 [1988]). Nesse caso, a tese se desdobra desde o período colonial, retomando a hipótese de que o Brasil não se constituiu como “Nação” pois não realizou um “projeto” definido. Desde então, teríamos classes sociais incapazes de estabelecer contatos organizacionais significativos em todo o território nacional para defender posições coerentes de classes. Esta fragilidade da sociedade nacional se refletiria em um Estado pouco articulado e despojado de um núcleo social hegemônico. Em

⁵⁶ Ver Coelho (1976); Barros (1978); Markoff, Baretta e Stepan (1985); Martins Filho (1993); e Quartim de Moraes (2001).

decorrência deste quadro, as Forças Armadas emergiriam como “o único grupo organizado capaz de preencher as funções de *partido*”, ou seja, de direção do país enquanto um *partido fardado* (FERREIRA, 2004, p. 49-50). Esta foi uma visão inspirada de um lado, na noção de “crise de hegemonia” a partir de uma leitura de Antônio Gramsci sobre a emergência da força diante da falha de consenso⁵⁷ e, de outro, baseava-se nos preceitos enunciados pelo pensamento autoritário brasileiro, tal como o de Oliveira Viana (FERREIRA, 2007, p. 2).

Deste modo, Oliveiros Ferreira (2000; 2004; 2007), em sua concepção de *partido fardado*, foi quem talvez tenha melhor plasmado a literatura sobre militares no país calcada na *omissão civil* e a ideologia manifesta pelos próprios militares justificadora de suas intervenções políticas. Afinal, é preciso lembrar que autores como Oliveira Viana e Alberto Torres também constituíram a base de pensamento de toda uma geração de militares que tiveram atuação na Força Expedicionária Brasileira, no Clube Militar e na Escola Superior de Guerra, e cujo produto mais bem acabado e com maior longevidade doutrinário-ideológica foi, sem dúvida, a Doutrina de Segurança Nacional (OLIVEIRA, 1976, p. 45; COELHO, 1985, p. 14). Como se verá adiante, assim como Alain Rouquié, as contribuições de Oliveiros Ferreira também foram recuperadas nas interpretações sobre o relacionamento entre os militares e o governo Bolsonaro. Por isso, é preciso dedicar atenção a este autor, que parece ter imbricado atuação ideológica, profissional e desenvolvimento teórico.

1.4 O PARTIDO FARDADO: DESARTICULAÇÃO NACIONAL E “PAISANIZAÇÃO” DOS MILITARES

Neste país, tudo presta, mas o povo ainda não está à altura do país que Deus lhe deu. Muitas e muitas décadas ainda passarão

General Carlos Alberto da Fontoura⁵⁸.

Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa,

⁵⁷ As considerações teóricas que Oliveiros faz para chegar à essa noção de crise ou lapso de hegemonia estão particularmente trabalhadas em seu livro “Os 45 Cavaleiros Húngaros” (FERREIRA, 1986).

⁵⁸ (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994b, p. 101).

em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo - o Exército - única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente - vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social

Revista *A Defesa Nacional*⁵⁹.

O Exército, já o assinalamos, foi, desde o início da nacionalidade, a grande armadura que sustentou a unidade da Pátria, preservando-a das ameaças de fragmentação, assegurando a coesão daquela espécie de províncias que tendiam a isolar-se em compartimentos autônomos, dentro das suas peculiaridades, sob a ação de forças desagregadoras, muitas vezes alimentadas pelo inimigo externo. O quartel representou, na formação do Brasil, a presença do poder central sobre toda a periferia e o interior do imenso território. Era a grande força que defendia e aglutinava, criando e preservando o espírito nacional

General Aurélio de Lyra Tavares⁶⁰.

Não havendo a opinião pública do país se organizado em forças nacionais, restam as forças particularistas, que não poderão mais dispor e concentrar em suas mãos os interesses da nacionalidade. Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais e únicas forças com esse caráter, e só a sombra delas é que, segundo nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade

General Pedro Aurélio de Góes Monteiro⁶¹.

É patente, porém, que os canhões de um Exército, além do mais, indisciplinado, diminuto, nunca poderão soldar os vínculos de uma nacionalidade que, por imperativos econômicos, políticos, raciais, pela inépcia dos governantes e pela indiferença dos governados – tende ao desenvolvimento. A cura pela força não fará senão agravar cada vez mais aquilo que um processo econômico e histórico está continuamente determinado

General Argemiro de Assis Brasil⁶².

⁵⁹ *A Defesa Nacional*, n. 1, 10 de outubro de 1913.

⁶⁰ (LYRA TAVARES, 1985, p. 171).

⁶¹ (MONTEIRO, G., 1934, p. 156).

⁶² (ASSIS BRASIL, 1933, p. 172).

Em suas obras, Oliveiros Ferreira expõe sua filiação ao pensamento de Oliveira Viana, considerado por ele um “grande pensador”. É justamente a partir dessa leitura particular dos “problemas brasileiros” que Oliveiros fundamenta uma percepção segundo a qual a sociedade brasileira seria “desarticulada” desde os tempos coloniais, o que tensionaria a própria ideia de “sociedade brasileira”, que na realidade seria uma junção disforme de “pequenas Pátrias” - expressão singular do *poder privado* e da dispersão territorial supostamente reinantes no Brasil (FERREIRA, 2007, p. 7 e 310). Para o autor de *Forças Armadas Para Quê?*, “[...] diante de uma nação socialmente desarticulada, em virtude de as populações dos diferentes arquipélagos dificilmente se comunicarem entre si, não podendo, portanto, estabelecer contatos quantitativa e qualitativamente significativos, capazes de forjar uma opinião pública que tivesse, de Norte a Sul, uma visão coincidente no essencial sobre o futuro do grupo nacional”, o *partido fardado* passaria a enxergar a si próprio como dotado da missão de “organizar a sociedade” e “ligar os arquipélagos” (FERREIRA, 2004, p. 51-52 e 58).

Na interpretação de Oliveiros, foram as Forças Armadas que garantiram ao longo da história brasileira a unidade territorial, “condição *sine qua non* para a existência do Estado ‘brasileiro’”. Nesta perspectiva, os militares foram decisivos desde 1821, conquistando posteriormente com a Constituição de 1891, a prerrogativa de manter as leis no interior do país sem a necessária anuência dos civis. Tornaram-se a partir de então autônomas em relação ao próprio Estado, na medida em que cada um de seus membros ou de seus superiores hierárquicos poderiam advogar a posição de intérpretes autorizados da legalidade dos atos dos governantes. Inspirados por essa autonomia reconhecida pelas cartas constitucionais desde então, o *partido fardado* teria se lançado na cena política interpretando um papel importante nas crises que vão da proclamação da República⁶³ ao golpe de 1964 (FERREIRA, 2007, p. 10, 49 e 582).

Por sua vez, no seu *Vida e Morte do Partido Fardado*, Ferreira (2000) afirma existirem duas maneiras de marcar o relacionamento dos militares com o governo e seu compromisso com o Estado e a Nação. De um lado, teríamos o *estabelecimento militar*, pautado no comportamento da hierarquia e disciplina, e no respeito às autoridades civis responsáveis por “dirigir os destinos do País”. De outro lado, o *partido fardado*, que romperia com aqueles valores e se basearia na concepção de que os militares seriam

⁶³ Para uma perspectiva que toma a Proclamação da República enquanto um “golpe” que expõe o surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro, ver Celso Castro (2000).

intérpretes legítimos da Constituição, em especial no que diz respeito ao seu relacionamento com o governo e, uma vez defensores da lei e da ordem, responsáveis por estabelecerem, “*motu proprio*, o momento em que agir[ão] para cumprir essa determinação constitucional, e a maneira pela qual far[ão]” (FERREIRA, 2000, p. 42).

Neste caso, ao falar sobre o *estabelecimento militar*, Oliveiros Ferreira se refere a um grupo de militares que “fazem do respeito e da manutenção da disciplina a pedra de toque da carreira militar”, postura esta vigente em períodos de ausência de crise de Estado⁶⁴. Trata-se de um grupo organizado com permanência no tempo e que se confundiria com a própria instituição militar, sendo povoado em sua grande maioria por oficiais gerais e superiores. Já em relação ao *partido fardado*, estaríamos diante de um grupo organizado que não permanece no tempo como organização e cuja existência se evidenciaria “em momentos de tensão interna na corporação ou de desencontro dos militares com o Governo”. Nessas ocasiões, sua existência dependeria da emergência de um centro aglutinador em torno de um *tótem* (liderança militar), que exploraria “transformações profundas no que se refere ao valor do acatamento sem contestação de ordens emanadas dos escalões superiores ou das autoridades civis”, objetivando realizar mudanças na sociedade e na própria corporação (FERREIRA, 2000, p. 43-44).

Oliveiros Ferreira advoga o papel de *protagonismo* das Forças Armadas, ressaltando a constância histórica da intervenção militar na política desde antes da Independência em 1822. O autor se contrapõe, assim, às interpretações segundo as quais a instituição seria apenas “instrumento dos partidos, aliciadas por facções do mundo civil [...] para a defesa do *status quo*” (Ibidem, p. 47). Todavia, Ferreira enxerta ao longo de sua formulação do *partido fardado* uma dimensão de atuação militar na política totalmente dependente do mundo “civil”. Isto é, para ele, ao dependerem de um tótem - quase sempre pertencente ao *estabelecimento militar* e cuja autoridade emana da própria hierarquia - para a mobilização da tropa, o partido perderia a direção e a liderança das mudanças que procuraria realizar, ficando preso ao *ethos burocrático* e reproduzindo os valores de “subordinação do povo” próprios da elite “civil” e homólogos aos valores dos

⁶⁴ Para Oliveiros Ferreira, tal crise seria o momento em que “[...] após sucessivas crises de poder, o Governo não encontra segmentos sociais dispostos a sustentá-lo custe o que custar, em que a classe política se retrai e em que os quadros administrativos deixam de exercer sua função de correia de transmissão entre os governantes e os governados” (FERREIRA, 2000, p. 43).

tótems militares - que compartilham o meio social e político com aquela mesma elite. Como consequência,

Não sendo capaz, exatamente por sua atemporalidade, de formular uma concepção correta do processo — e tê-la é uma das condições essenciais para disputar a hegemonia sobre outras forças que participam do processo político — *ele* [partido fardado] *tende a fazer suas aquelas proposições que espelham as concepções dos grupos civis a que se alia quando passa das palavras à ação para tentar realizar as transformações que reputa necessárias*. Uma necessidade permanente de socorrer-se da hierarquia associada à adoção da ideia que os grupos civis eventualmente aliados têm do processo o que assinala a marcha, a ascensão e, afinal, a queda do Partido Fardado (FERREIRA, 2000, p. 82-83, itálico meu).

Nesse ponto, a atuação política dos militares, isto é, o movimento que atravessa o *partido fardado*, materializa-se em uma “paisanização” dos militares, na medida em que Oliveiros compreende tal atuação enquanto o abandono da hierarquia e disciplina e a adoção dos valores “[...] que formaram os contornos do quadro em que cada um encaixava o mundo *antes da consciência e do comportamento terem sido trabalhados pelas escolas militares*”. A intervenção política dos militares é, portanto, uma volta ao mundo “civil” para aqueles que o abandonaram um dia. Mas uma volta que transpõe para a política elementos que ele vê como próprios, e talvez os principais, do mundo militar: para defenderem a Pátria - que acreditam ser menosprezada pelos políticos – e a honra militar, evocam noções de “amigo” e “inimigo” inerentes ao conflito armado (FERREIRA, 2000, p. 42-89).

Entretanto, qual a consequência de as Forças Armadas atuarem como núcleo hegemônico no Estado? Ao analisar as dinâmicas estabelecidas após o golpe militar de 1964 e a ida de fato dos militares ao poder, Oliveiros evidencia um quadro em que a legitimidade do governo emanaria não da capacidade de arregimentação da opinião pública, mas das baionetas de um Exército que age como um partido político (isto é, “instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional”), enredado em seu *ethos burocrático* eminentemente estamental-disciplinar e, portanto, relegado a uma visão imediatista da ação política e incapaz de compreender o

processo político como o desenrolar de conflitos e ajustamentos, mas apenas enquanto “um exercício de ordem unida” (FERREIRA, 2004, p. 36; FERREIRA, 2007, p. 22).

Nessas circunstâncias, o *partido fardado* seria, não obstante, incapaz de compreender a “organização política da opinião [e] do público que discute os problemas e não aceita as decisões vindas de cima”. Mas não só. Para Oliveiros, uma vez tendo o Ocidente afirmado a predominância do “Poder Civil” sobre o *estabelecimento militar*, este encontrou-se afastado de uma compreensão mais ampla da ação e das relações políticas, que apesar disso não deixaram de ser os fundamentos da ação militar. Assim sendo, ao assumirem para si a tarefa de “núcleo hegemônico” de organização da sociedade, as Forças Armadas tenderam a fazer de sua organização o modelo da organização política do país e “[...] do seu ‘ethos’ o modo de pensar que deve dominar a Nação” (FERREIRA, 2004, p. 43 e 77).

Não deixa de ser intrigante que Oliveiros tenha colocado essas mesmas ideias para os próprios militares durante alguns anos, enquanto foi professor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Se ele o fazia como uma espécie de “crítica”, é notável que o efeito para os militares foi justamente o contrário – como atesta Leirner (1997; 2020), que participou com o próprio de alguns desses momentos na própria instituição. Lá eles liam e discutiam Gramsci, e possivelmente dali saiu uma geração de militares que começou a ver no “gramscismo” e na “guerra cultural” da esquerda uma ameaça, a qual só poderia ser interrompida se os militares (novamente) articularassem um projeto nacional, mas desta vez atuando na “direção”, e não no “palco” (Leirner: comunicação pessoal, 2023). Da mesma forma, é dessa época – começo dos anos 1990 – que jornalistas que frequentavam a ECEME começaram a elaborar teorias mais completas sobre o “gramscismo”: tal foi, por exemplo, o caso de Olavo de Carvalho (LEIRNER, 2020). Nada disso, contudo, foi uma completa novidade. Transformava-se elementos que já estavam colocados em outros lugares, mas com os mesmos militares.

Sobre essa temática, Michel Debrun (1987), ao analisar a base social do pensamento militar proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG), identificou a existência de uma simbiose entre as ideologias do “conservantismo brasileiro” e aquela expressa pelos “objetivos nacionais” e de “segurança nacional” provenientes do mundo militar da segunda metade do século XX. Segundo ele, o pensamento da ESG proporcionou uma orientação política de uma concepção bastante presente nos grupos dominantes no Brasil, segundo a qual “[...] a sociedade e/ou o homem brasileiro [...] são

social e politicamente ‘fracos’, no sentido de que são incapazes de se associar e auto-organizar, seja para se desenvolver econômica e culturalmente, seja para forjar um projeto de destino coletivo”. Uma visão que favoreceria “atitudes tutelares”, uma vez que

[...] não só o Brasil tem de passar de ‘fraco’ a ‘forte’ como essa ‘redenção’ não pode ser obra dele próprio. Deve-se, portanto, promover este Brasil de cima para baixo, fazer o bem dos seus habitantes malgrado ele, até pelo menos que a massa ‘amorfa’ tenha sido substituída (mas isso vai demorar!) por uma totalidade articulada de cidadãos instruídos e responsáveis (DEBRUN, 1987, p. 192).

Caberia, assim, a uma elite, organizar aquela massa amorfa. E, para tanto, nada melhor que a atuação dos próprios militares na educação da elite civil-empresarial do país, sendo capazes de a partir de uma doutrina, apoiada na forma de organização da ESG enquanto um espaço de socialização ideológica, “[...] drenar, unificar, mobilizar e orientar capacidades de mando e de repressão esparsas no tecido social, oferecendo a essas ‘reservas de poder’ um projeto de sociedade e impedindo que se esgotassem no exercício do mandonismo local” (DEBRUN, 1987, p. 195). O projeto “educativo” dos fardados, por fim, emanava um princípio de visão de mundo que partia da premissa de que não somente a “massa” da população encontrava-se desarticulada, como também a elite nacional (OLIVEIRA, 1976, p. 46). Era fundamental, pois, “civilizar incondicionalmente” todos os “civis” (com toda a contradição que essa ideia implica), ainda que tal projeto significasse a permanente projeção política das Forças Armadas⁶⁵.

Como vimos logo acima, Piero Leirner (1997), durante seu trabalho etnográfico na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) nos anos 1990, identificou a presença daquele mesmo princípio de visão de mundo entre os oficiais superiores da Força. Uma percepção que se cristalizava nos próprios trabalhos monográficos realizados

⁶⁵ Este princípio de visão de mundo esteve presente nas formulações de militares que participaram dos levantes de 1922, 1924 e da Revolução de 1930. Segundo essa acepção, presente, por exemplo, no pensamento de Juarez Távora, caberia às Forças Armadas substituírem as instituições políticas vistas como inoperantes e empreenderem a educação do povo para a prática do regime republicano. Na opinião desses militares, cabia essa grave missão à instituição militar, “[...] porque as elites políticas, instaladas no poder, por seus vícios, só poderiam exercer atuação negativa. [...] Não se podia, pois, confiar a regeneração dos costumes políticos e a reforma das instituições a essa suposta elite, que não representava, nem moral, nem intelectualmente, um verdadeiro escólon nacional, porquanto os seus membros eram escolhidos mediante processos de todo negativos” (LEITÃO DE CARVALHO, 1959, p. 233).

na ECEME naquele período, como bem identificou Samuel Alves Soares (1994, p. 86-88). Na perspectiva militar, uma vez estando envolvidos em questões próprias da vida pública em nível nacional e conseqüentemente estabelecendo contatos com os mais variados atores políticos e sociais, caberia ao Exército Brasileiro se “abrir” para a sociedade, “[...] mas de uma forma ainda restrita, ou ‘privada’, com articulações estratégicas e fragmentadas, de grupo a grupo, tentando abarcar setores representativos da sociedade”, objetivando a concretização de um projeto político intraelites capaz de articular toda a sociedade, que nada mais seria que um “amontoado de arquipélagos fragmentados” (LEIRNER, 1997, p. 24).

Desta forma, tanto a interpretação acadêmica do fenômeno da omissão civil e da conseqüente intervenção das Forças Armadas na política, quanto a própria ação militar enquanto “grupo de interesses”, partem de uma mesma base comum, que, de um lado, explica um fenômeno, e, de outro, sustenta uma ação baseada na pretensa “incompletude” nacional, seja de seu “povo” ou de suas “instituições” e “elites” (LEIRNER, 2020, p. 60-61). À vista disso, Oliveiros Ferreira e seu *partido fardado* não são a exceção. Em Jorge Zaverucha (2000), por exemplo, a ausência de supremacia civil sobre os militares é explicada pela inexistência no Brasil de uma “sociedade homogênea similar às do Primeiro Mundo”. Assim sendo, em um contexto de “baixo grau de coesão social”, “baixo nível de institucionalização jurídica”, de “culto ao salvador”, de “partidos políticos fracos” e “corrupção endêmica”, não poderíamos senão estarmos destinados ao recorrente “pretorianismo” (ZAUERUCHA, 2000, p. 306-307 e 311).

Fundamental pontuar que esta ideologia da incompletude nacional compartilhada por acadêmicos e militares brasileiros, não deixa de tornar-se, porquanto, um “pensamento-realidade” ou um “pensamento-encarnado”, em que os grupos dominantes confundem a constatação da realidade social do país com o seu próprio “[...] poder de esmagar, desmobilizar ou cooptar – conforme as circunstâncias – outras camadas”, em uma lógica na qual os dominados não podem deixar de ser “naturalmente fracos”. Profecia autorrealizável de um país marcado pelo hiato social, econômico, cultural e político entre sua elite e o restante da população, mas também entre a instituição militar e a sociedade englobante (DEBRUN, 1987, p. 194-195).

Desta forma, é interessante que a tese do partido fardado, fundada no argumento da desarticulação da sociedade brasileira, caminhe *pari passu* com uma cultura militar que reitera a incompetência “civil” em matéria de direção do país, gerando um quadro um

tanto curioso em que os sucessos e fracassos das intervenções militares são medidos pela literatura especializada justamente a partir do elo “civil” da equação. De um lado, os militares vão à política pela omissão civil; e, de outro lado, uma vez no poder, falham em sua tarefa de guiarem as “vontades nacionais” por filiarem-se ao pensamento da elite paisana e se desvincularem da “consciência e do comportamento” aprendidos na caserna, como defende Oliveiros Ferreira⁶⁶. O fato é que tais considerações interpretativas tiveram vida longa e refletiam um contexto em que os militares mesmo após o fim da Ditadura conservaram posições de destaque dentro do aparato estatal.

1.5 INTERVENCIONISMO E DEMOCRACIA NO PÓS DITADURA

As democracias fortes não precisam chegar a copiar os métodos comunistas; basta saber conter os excessos de linguagem, escrita e falada dos opositoristas, seja quais forem

Marechal Odylio Denys⁶⁷.

A maior parte, se não a totalidade dos oficiais e sargentos, ignora filosoficamente o que seja Democracia

General Olympio Mourão Filho⁶⁸.

Esse país virou democracia porque nós desejamos que fosse assim

General Leônidas Pires Gonçalves⁶⁹.

Essa história de democracia plena, absoluta, para o Brasil, é uma ficção. Temos que ter democracia, temos que evoluir à procura de uma democracia plena, mas no estágio em que estamos impõem-se certas limitações. [...] Aí vem novamente o velho problema da democracia. Todo mundo vota no Brasil, o voto é obrigatório. Vota o analfabeto, vota o favelado, o flagelado do Nordeste, e votam os jovens de 16 anos que ainda não têm a cidadania. Qual é o discernimento que essa gente tem para escolher?

⁶⁶ É bem verdade que alguns militares também relegam aos seus colegas de farda as responsabilidades pela politização da instituição militar. No entanto, além de mais raras, essas confissões tendem a ser feitas por aqueles que em algum momento se sentiram alijados de posições de prestígio ou que não alcançaram o topo da carreira nas Forças Armadas (cf. MOURÃO FILHO, 1978; GUEDES, 1979; ABREU, 1979; 1980; FROTA, 2006).

⁶⁷ (DENYS, 1980, p. 74).

⁶⁸ (MOURÃO FILHO, 1978, p. 33).

⁶⁹ (SOARES; D'ARAUJO; CASTRO, 1995, p. 181).

Presidente Ernesto Geisel⁷⁰.

Boa parte dos desenvolvimentos teóricos explicitados até aqui tiveram como base os vinte e um anos em que os militares assumiram o poder no país. Tanto o *partido militar* de Alain Rouquié (1980) e Antônio Carlos Peixoto (1980a; 1980b), quanto o *partido fardado* de Oliveiros Ferreira (2000; 2004; 2007) vinculam-se, direta ou indiretamente, a um contexto em que a Presidência da República se tornou a “quinta estrela” para generais do Exército Brasileiro. A saída da Ditadura, com sua conseqüente *descompressão*, ao contrário do que a classe política de então idealizava, não foi o retorno às formas não autoritárias da vida política ou uma restauração dos processos e instituições da chamada *democracia liberal*, mas, antes, a convergência dos valores sociais e das pautas de comportamento “civis” com a ética e os padrões de conduta do elemento fardado (COELHO, 1976, p. 176-177).

Se, durante a Ditadura Militar, boa parte dos trabalhos acadêmicos se voltaram para o processo histórico de autonomização da instituição armada e para as disputas internas entre as diferentes *correntes de pensamento militar* (COELHO, 1976; OLIVEIRA, 1976; BARROS, 1978; ROUQUIÉ, 1980; PEIXOTO, 1980a; 1980b; FIGUEIREDO, 1980), com a redemocratização, os pesquisadores passaram a se dedicar a um problema clássico das relações civis-militares: como estabelecer o *controle civil* sobre os militares?

Samuel Huntington, originalmente em *O Soldado e o Estado* (1996 [1957]), propôs que a redução do poder militar se vinculava diretamente à maximização do *profissionalismo* das Forças Armadas. Neste caso, o *controle civil objetivo* alcançaria sua meta quando, ao profissionalizar os militares, os tornassem instrumentos do Estado e distanciados da política. Desta forma, ao contrário da maximização do poder “civil” a partir de determinadas instituições governamentais, classes sociais e formas constitucionais específicas, o autor defendia que a profissionalização reduziria o poder dos militares ao nível mais baixo possível *vis-à-vis* a todos os grupos “civis”; ao mesmo

⁷⁰ (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 444-445 e 451).

tempo que aumentaria a probabilidade de se alcançar a paz social (ou *segurança militar*) (HUNTINGTON, 1996, p. 102-104)⁷¹.

No que tange aos países latino-americanos, a avaliação era de que o desenvolvimento, a qualidade e a sobrevivência do sistema democrático nestes países dependiam de governos capazes de assumirem supremacia sobre os homens de farda. No entanto, apesar de identificarem os militares latino-americanos como menos tendentes a promoverem reflexos autoritários, os pesquisadores notaram que *pari passu* a uma prevalência “civil” na esfera política, capaz de afastar as instituições militares de assuntos não relacionados à defesa, no plano institucional as Forças Armadas conservavam uma autonomia exacerbada (KARL, 1990; PION-BERLIN, 2001; 2014; AGÜERO, 2001; MATHIAS; GUZZI, 2010).

No caso brasileiro, os dados apontavam para um reduzido controle civil sobre os militares, sobretudo devido à grande quantidade de prerrogativas deixadas às Forças Armadas. Entre 1985-1987, o país caracterizava-se por uma *acomodação civil desigual*, na qual existia a possibilidade de vivenciar resoluções não democráticas para conflitos socioeconômicos ou políticos. Nesse contexto, dada a existência de elevadas prerrogativas militares e o fato de que essas prerrogativas poderiam ser contestadas eleitoral e socialmente, o potencial para conflitos civis-militares permanecia elevado (HAGOPIAN; MAINWARING, 1987, p. 9-10; STEPAN, 1988, p. 122-126).

Pesquisadores brasileiros, confrontados com o contexto da abertura política e das disputas em torno da nova Constituição, ainda que reconhecessem que a essência de qualquer sistema de controle civil democrático fundava-se na minimização do poder militar, não deixaram de contestar a fórmula huntingtoniana para a qual o controle civil seria sinônimo de profissionalização da caserna. Segundo estes críticos, “os militares, ao se profissionalizarem, podem optar, em vez de se subordinarem ao poder político, por substituí-lo”. Em resumo, indicava-se que a autonomia profissional era condição necessária, mas não suficiente, para um controle civil democrático sobre as Forças Armadas (ZAVERUCHA, 2000, p. 22-25).

⁷¹ Em Penido, Costa e Janot (2021), há uma revisão da literatura que se desenvolveu a partir da obra de Huntington e que abordou a questão do possível vínculo entre a profissionalização e a neutralidade política dos militares.

Com a promulgação da Constituição de 1988, ficou claro para os acadêmicos que a volta à democracia significava, antes, o reconhecimento constitucional do desempenho ininterrupto da função interventora das Forças Armadas, a qual se materializou, entre outras áreas, na conservação do emprego interno para garantia da “lei e da ordem” e na continuidade do serviço militar obrigatório (OLIVEIRA, 1993, p. 197-198; MATHIAS; GUZZI, 2010, p. 48-54). Por esses e outros fatores, chamou-se a atenção para o fato de que, desde então, teríamos uma *democracia tutelada*, em que “[...] não se instaura uma sólida democracia nem há uma volta à ditadura”, e por meio da qual “civis” e militares produzem ajustamentos continuados entre si (ZAVERRUCHA, 2000, p. 24).

Segundo aquela acepção, os militares permaneceram fora das posições mais importantes do Executivo, isto é, deixaram de ser governo, mas preservaram “enclaves autoritários dentro do aparelho de Estado”, o que lhes permitiriam o exercício do poder político. Portanto, o caso brasileiro seria caracterizado por uma “tutela amistosa” capaz de perdurar por longos anos, desde que a autonomia militar continuasse intocada (ZAVERRUCHA, 1994, p. 10-11). Além do controle indireto sobre a política, as Forças Armadas mantiveram, por meio da *extrapolação burocrática*, o domínio em vários organismos e instâncias do poder estatal não relacionados diretamente com os quartéis, e que embora sejam extrapolações ilegítimas do ponto de vista democrático, são atribuições legais pela ótica do ordenamento jurídico em vigor (QUARTIM DE MORAES, 1987a, p. 100).

Apesar de evocarem aos olhos da literatura especializada posições de desdém com os processos políticos vigentes (COELHO, 1976; MARTINS FILHO, 1993; SOARES, 1994), é digno de nota que os militares a cada intervenção política atualizam suas informações acerca do comportamento “civil”, calculando suas próprias movimentações para a próxima rodada interventora (ZAVERRUCHA, 1994). É assim que, apesar dos tons de cinza do relacionamento com os “civis”, é inegável, como propõe Eliézer Rizzo de Oliveira, que os “verdes-oliva” apresentam uma “[...] bem desenvolvida capacidade de antecipação na definição de seus interesses, das linhas tendências de desenvolvimento político e, por consequência, das linhas preferenciais de apoio ou de oposição a temas de extrema atualidade”, e que “tais escolhas tendem a pesar sobre as possibilidades de atendimento de interesses em jogo na cena política e – ainda mais importante – no desenvolvimento institucional do regime político” (OLIVEIRA, 1993, p. 102).

Não podemos deixar de lado também que o Exército Brasileiro, simultaneamente reacionário e popular, historicamente pôde configurar-se institucionalmente a partir de um *nacionalismo militante* que afirma seu compromisso não com a sociedade ou com o regime democrático, frequentemente visto como agravante dos problemas militares por conta da “breve transitoriedade de governantes demagógicos e com crises políticas sucessivas”, mas com “entidades abstratas e permanentes tais como a ‘Nação’” (COELHO, 1976, p. 146-147). Para Manuel Domingos Neto (2019), este nacionalismo corporativo, nomeado por ele de *patriotismo castrense*, seria o exemplo mais radical da atuação “não militar” das Forças Armadas, uma vez imaginadas como primordiais para o cultivo do “sentimento nacional”. Um sentimento alicerçado na percepção que o militar constrói de si mesmo, da sociedade, do Estado e do potencial inimigo; e tributário de uma leitura histórica enaltecida dos feitos das organizações militares e do seu papel de imposição da ordem sobre a sociedade como forma de manutenção da estabilidade social, sendo, por consequência, negador de discriminações, exclusões e segregações marcantes na construção da história do país (DOMINGOS NETO, 2019, p. 29 e 32).

Imaginada enquanto bastião da nacionalidade, as Forças Armadas, em especial o Exército, empreenderam uma dupla inserção: de um lado, ao nível social, com presença física e geográfica ramificada pelo país e, de outro, inseridas na vida estatal como “sujeito crescentemente autônomo”, capaz não somente de definir suas necessidades e direitos políticos, mas de “[...] dizer aos demais agentes políticos qual deve ser o rumo e o sentido do desenvolvimento do Estado e da sociedade” (OLIVEIRA, 1987, p. 13). Imprescindível dizer que tais características não surgiram de imediato, mas constituíram um longo processo através do qual uma imperfeita reunião de atores armados, quase sempre tributários de um prestígio social lastreado em suas características eminentemente “civis” (COELHO, 1976, p. 65-66), transmutou-se em uma *corporação*, isto é, uma organização que “[...] produz no interior do grupo uma unidade de vontade e de potência que é expressa pelas *autoridades* que a própria organização define e cujos limites de atuação estabelece” e que, portanto, “unifica condutas e personalidades; cria uma pessoa coletiva especial e distinta das demais pessoas coletivas que o Estado moderno cria, a começar por ele próprio” (FERREIRA, 2004, p. 158-159, *italico do autor*).

Estamos diante de uma instituição baseada em elementos seculares, tais como a hierarquia e a honra, elementos estruturais da profissão militar e demarcadores das relações estabelecidas com a sociedade e com o próprio Estado. Por condições específicas

da história nacional, mas também por dinâmicas do desenvolvimento do Estado moderno e sua articulação com a “máquina de guerra”, as Forças Armadas erigiram-se como uma entidade em constante conflito com o lastreamento de suas condutas a uma ordem não mais estamental, mas calcada na ligação legal que deve ser estabelecida entre o Estado e seu quadro administrativo. Um conflito, que somado à obrigação constitucional de garantir a lei e a ordem, lançou a sementes de uma instituição que vê a si própria não como subordinada ao Estado, mas sim como sua garantidora e, conseqüentemente, juridicamente igual a ele (COELHO, 1976; LEIRNER, 1997; FERREIRA, 2004; MATHIAS; GUZZI, 2010).

Nesta longa trajetória, qual foi, pois, a surpresa de acadêmicos, jornalistas e lideranças políticas e sociais? Trinta anos após a promulgação da Constituição de 1988, um capitão e um conjunto de generais, coronéis e demais militares das Forças Armadas chegaram ao poder pelas urnas, desencadeando uma série de interpretações acadêmicas que em sua maioria, recuperavam argumentos e conceitos datados dos anos subsequentes ao fim da Ditadura Militar, entre eles a ideia de *partido militar*.

1.6 MILITARES E BOLSONARO: O PARTIDO VERSUS A INSTITUIÇÃO

O Ministro do Exército, responsável maior pela manutenção dos valores primeiros de nossa Instituição, acaba de homologar os pareceres dos Conselhos de Justificação que consideram os dois Capitães [Jair Bolsonaro e Fábio Passos] como tento faltado à verdade em circunstâncias absolutamente vazias de atuantes e justificativas. [...] O Exército tem, tradicionalmente, utilizado todos os meios legais para extirpar de suas fileiras aqueles que, deliberadamente e comprovadamente, desmerecem a honra militar. A verdade é um símbolo da honra militar

Noticiário do Exército⁷².

É sempre a política entrando no Exército. Isso é mais ou menos tradicional. Tenho a impressão de que, à medida que o país se desenvolve, essa interferência vai diminuindo. Presentemente, o que há de militares no Congresso? Não contemos o Bolsonaro,

⁷² Noticiário de 25 de fevereiro de 1988. In: <https://x.com/marcelopjs/status/1491572138700156934?t=i3qLgMIAJ7Rv14tEE05r3w&s=19>. Acessado em 22 de dezembro de 2024.

porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar

Presidente Ernesto Geisel⁷³.

[Bolsonaro] é um militar que resolveu fazer o que os civis fazem. Defendeu o corporativismo, defendeu as viúvas. Ele engana as viúvas falando dos salários dos militares, das pensões dos militares. É um militar demagogo na política. É um explorador das pensionistas militares. E aí está. Até hoje pagamos o preço de ele ser militar. E é um péssimo representante dos militares. É um homem que explora puramente o caráter corporativista dos militares. E o corporativismo de natureza salarial é abjeto, porque esse não deve ser o móvel da vida política

General Octávio Costa⁷⁴.

Bolsonaro é um companheiro nosso, paraquedista. Que ocupou o seu espaço na política nacional. Existe gente que acredita na maneira de fazer política do Bolsonaro e o Exército o considera como um dos nossos

General Antônio Hamilton Mourão⁷⁵.

Bolsonaro é meu companheiro de turma, meu amigo. Tenho um grande respeito por ele como legislador, como congressista. Já tem alguns anos de vida como político e até hoje não tivemos a denúncia do envolvimento dele em nenhum grande escândalo desses que estamos vendo; e temos severas críticas a diversos políticos da nossa nação. Por isso só já coloco o Bolsonaro em outro patamar. Diferenciado de alguns

General Edson Leal Pujol⁷⁶.

Com a profusão de militares que chegaram ao Palácio do Planalto e à Esplanada dos Ministérios, algumas análises identificaram o Capitão-Presidente com passos mais firmes que seus colegas generais, os quais se encontrariam desnorteados com uma extrema direita civil ativa e militante, propensa a disputar acirradamente cargos e influência sobre o presidente (MARTINS FILHO, 2019, p. 175). Segundo estas mesmas interpretações, o Exército teria aderido institucionalmente à candidatura de Bolsonaro e

⁷³ (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 113).

⁷⁴ (DINES et al., 2000, p. 186).

⁷⁵

https://www.youtube.com/watch?v=OdZziAmEHGs&list=PLyeH38I_AwXoT9zXiYBz9vMCR1LHcue6j&index=56. Acessado em 22 de dezembro de 2024.

⁷⁶ https://x.com/olemos_gui/status/1734756822207152183. Acessado em 22 de dezembro de 2024.

apostado na capacidade de controlá-lo durante seu mandato; porém, apesar de constituírem uma “ala militar” no governo, a qual estaria sujeita a conflitos e divisões internas, tiveram que se submeter a vexames e xingamentos do presidente e de seu entorno mais ideológico (MARTINS FILHO; PAVARIN, 2019).

A despeito da tese de adesão institucional à candidatura Bolsonaro, tais análises afirmavam ao mesmo tempo que o Alto Comando do Exército, o topo da instituição, era mais profissional e pouco envolvido em política, podendo desempenhar um papel importante no afastamento das Forças Armadas em relação ao Executivo. No limite, o incontrolável capitão utilizava toda sua habilidade política em benefício próprio e de seus familiares, chegando mesmo a encenar que era dominado pelos generais no governo. Ao se tornar ingovernável, o presidente teria sido capaz de inverter a ordem de precedência hierárquica: tínhamos um capitão que arrastava generais para a política (MARTINS FILHO, 2019; 2021; MARTINS FILHO; FRANCO, 2020; VICTOR, 2022).

Naquele mesmo período, Eliézer Rizzo de Oliveira pontuou que a situação pela qual passava a política do país se assemelhava a reviver as contribuições de Oliveiros Ferreira, isto é, a emergência de um *partido fardado*⁷⁷. As impressões de Oliveira foram acompanhadas por uma numerosa produção acadêmica sobre as relações estabelecidas entre as Forças Armadas e o governo de Jair Bolsonaro, e que partiam de duas contribuições principais: o *partido militar* conceitualizado por Alain Rouquié (1980) e o próprio *partido fardado* de Ferreira (2000; 2004; 2007).

Na esteira dessas contribuições, Ana Penido Oliveira e Suzeley Mathias (2021) discutiram a noção de *partido militar* para avaliar a presença castrense no governo Bolsonaro. Para as autoras, o *partido* seria a combinação de três formas de ação dos militares na política:

a institucional – quando a participação se realiza em nome da instituição ‘Forças Armadas’; a corporativa – quando ocorre pela atuação de lobbies ou de representações políticas e sindicais, sejam essas militares ou não; e a pessoal – quando militares, comissionados ou reformados, exercem um papel constitucionalmente reservado aos civis, seja por mandato atribuído pelo poder político, seja por ascensão ao poder pelo voto

⁷⁷ <https://www.estadao.com.br/politica/exercito-enquadra-tuites-politicos-de-militares-da-ativa/>. Acessado em 01 de dezembro de 2023.

no Legislativo ou Executivo (PENIDO OLIVEIRA; MATHIAS, 2021, p. 64).

Apesar de combinarem os três tipos de ação política, as autoras ressaltavam que o *partido militar* apresentaria predominância da ação corporativa. Assim, caracterizaria-se por ser uma fração organizada das Forças Armadas que ganharia funções elementares dos partidos políticos, tais como “articulação política, representação de interesses, coesão e organização de vontades individuais”, reproduzindo para tanto os princípios da hierarquia e disciplina para alcançar objetivos claros de ocupação e manutenção de cargos na burocracia estatal, bem como de conquista de políticas públicas para as suas bases. O *partido militar* com atuação durante o governo Bolsonaro seria ainda um partido sem conteúdo programático e caracteristicamente “fisiológico”, o que o distinguiria do *partido militar* operante durante a Ditadura Militar de 1964-1985 (PENIDO OLIVEIRA; MATHIAS, 2021, p. 67-70; PENIDO OLIVEIRA; LENTZ, 2020).

Ainda segundo Penido Oliveira, Rodrigues e Mathias (2020), as Forças Armadas não foram para o governo Bolsonaro enquanto instituição, sendo incapazes de conquistarem a hegemonia do governo durante o primeiro ano, apesar de serem o único *agrupamento* coeso e organizado de sustentação do discurso de campanha de Jair Bolsonaro. Aqui, a formulação acompanha as definições de Rouquié (1980) e Ferreira (2000; 2004; 2007), na medida em que haveria uma distinção entre a instituição e o *partido militar*. Assim, no bojo desta interpretação teríamos uma situação segundo a qual

O Partido Militar usufrui do corporativismo militar e mantém a Instituição militar capturada. A Instituição militar sempre gozou de alta aprovação na opinião pública, e isso é um fator de orgulho para qualquer militar. No triângulo Instituição, Bolsonaro e Partido, os bônus de imagem institucional ficam para o presidente, os bônus de recursos e cargos oriundos da ocupação no Executivo ficam para o Partido Militar, e o ônus do mau governo fica para a Instituição (PENIDO OLIVEIRA, 2021).

Nesta situação, conforme Penido Oliveira e Rodrigo Lentz (2020) colocaram em outra ocasião, a instituição militar não teve capacidade de impedir a adesão individual e voluntária de parte de seus membros ao “projeto bolsonarista”. Apesar de buscarem a coesão ideológica entre si, a participação na política também teria tornado o bloco

castrense menos monolítico, produzindo oposições na sua própria base como, por exemplo, o caso do General Carlos Alberto dos Santos Cruz que deixou o governo em 2019. Os autores acreditavam “não ser possível que a Instituição FFAA tenha delegado ao partido militar o poder de representação, mas que isso se dê apenas aos *indivíduos*”, isto é, a alguns generais do Alto Comando do Exército. Assim, este órgão de cúpula teria perspectivas diversas sobre o papel da instituição diante da politização de seus quadros, de tal forma que “[...] a correção dos rumos cabe[ria] aos [demais] membros da Instituição, e não exclusivamente aos militantes do partido”. Em resumo, seriam “[...] louváveis os esforços para a diferenciação entre o Partido e a Instituição tanto para dentro das FFAA quanto diante da opinião pública, em uma lógica de reparação de danos” (PENIDO OLIVEIRA; LENTZ, 2020).

Aqui é preciso cautela na análise. Tratando-se de uma instituição baseada na hierarquia e disciplina, é essencial indicar que a adesão ao “projeto bolsonarista”, se tomada como voluntária e individual ou mesmo como projeto de uma fração da corporação, teve a anuência da cadeia de comando. Sobre este assunto, é importante lembrar que durante todo período do governo Bolsonaro não houve nenhuma evidência pública de “comando rachado”, a não ser pela insistência da descrição da imprensa e de acadêmicos em classificar a existência das tais “alas” (ideológica e militar). Não se viu, em momento algum, generais se desautorizando ou falando “em *on*” que esta cisão existia. É necessário dizer, contudo, que quando as “revelações sobre o 8 de janeiro” começaram a aparecer, sugerindo que estas clivagens foram dramáticas entre novembro de 2022 e janeiro de 2023, a construção da imagem do “legalismo *versus* golpismo” já estava consolidada. Nesse sentido, é preciso estar atento ao fato de que existe a possibilidade de os militares terem aproveitado este viés consolidado e produzirem algum nível de dissimulação (LEMONS DE SOUZA; LEIRNER, 2024). Curiosamente, até o presente momento ainda não apareceu nenhum fato que comprove definitivamente que esta era uma situação dada desde o início do governo Bolsonaro.

É preciso então questionar se os esforços em se veicular na mídia as “resistências” internas não preenchem a função de mascaramento, para dentro e para fora das Forças Armadas, da própria atuação do partido militar e, sobretudo, de seu grau de adesão dentro de uma instituição na qual uma visão de mundo comum é construída por relações pessoais estreitas, regulamentadas corporativamente e baseadas no princípio da coesão, o qual “[...] se impõe a cada um pela necessidade, consciente, de bem

desempenhar a função como condição inclusive de sobrevivência” (FERREIRA, 2004, p. 158-159). Se considerarmos a ideia de que houve uma adesão a algo exterior à instituição, é necessário, então, localizar aqueles atores que teriam sido sua oposição. Isto é, seria preciso contar a história daqueles que tomaram o caminho contrário do “projeto bolsonarista” e cuja existência sustenta a argumentação de que o partido militar contrariaria de alguma maneira a vontade da organização militar e de alguns de seus membros; e se aproveitaria de seu corporativismo.

É interessante notar que, tanto no *partido fardado* de Oliveiros Ferreira (2000; 2004; 2007), quanto no *partido militar* de Penido Oliveira e Lentz (2020), a instituição militar parece independer da atuação de sua cadeia de comando e dos agenciamentos da hierarquia militar ou, de forma mais ampla, do *espírito militar* (CASTRO, 2004 [1990]; LEIRNER, 1997). Desta forma, sem localizar disciplinar e hierarquicamente os atores em um campo inflexionado pela identidade militar, estas análises tendem a se apoiar em elementos exógenos a ela: a atuação política dos militares é a negação do mundo militar e a adoção de valores propriamente “civis”, como em Ferreira (2000); e a ação política do *partido militar* produzindo ganhos *estritamente* corporativos por meio da atuação de “indivíduos” que não são a instituição, mas algo indefinido entre as Forças Armadas e o mundo político, como em Penido Oliveira e Lentz (2020). Note-se que a própria noção de “indivíduo” no interior de uma cosmologia militar tem suas limitações, afinal, “[...] a hierarquia é capaz tanto de abarcar o ‘todo’, como um *princípio geral*, quanto o indivíduo, como *segmentação que determina o lugar pessoal que se deve ocupar*” (LEIRNER, 1997, p. 116)⁷⁸.

Importante sinalizar que uma análise crítica desta interpretação, que vai na direção contrária da ideia de uma instituição dividida, parte do princípio de que a identidade militar se sobrepõe *ao* partido (e não o contrário). A consequência analítica mais importante desta visão é constatar que a politização age sobre a identidade, como mostrou já no final da ditadura Edmundo Campos Coelho (1976; 1985). Podemos dizer que ele foi o primeiro a identificar uma tendência a interpretar a “politização” dos militares enquanto uma “paisanização” destes, como pode ser observado nos trabalhos descritos acima. Para o autor, o processo se assemelharia a um “exorcismo” no qual os estudiosos quase que vítimas de um “[...] profundo trauma com os símbolos, marcas,

⁷⁸ A discussão sobre o *espírito militar* e a influência da hierarquia dentro do Exército será melhor aprofundada no segundo capítulo desta tese.

hábitos, mentalidade e procedimento das instituições militares necessitassem revelar a sua dimensão mais ‘familiar’ (ou ‘paisana’) dissolvendo nela a outra zona: a do perigo, da ameaça, do desconhecido” (COELHO, 1985, p. 5). Por essas vias interpretativas sobram perspectivas da atuação política dos militares como o antro de pautas corporativas e do *fisiologismo*, e permanecem ausentes considerações acerca do que há de mais cotidiano e eminentemente militar no intervencionismo das Forças Armadas. Portanto, cabe se perguntar qual os valores propriamente militares - para além da divisão do mundo entre “amigo/inimigo” - se mantêm em pé quando os militares atuam politicamente.

Este foi o caso de pelo menos uma outra abordagem que procurou enquadrar a ação política dos militares no interior de seu esquema nativo ou “identidade”. Além dos trabalhos de Penido Oliveira e demais, o conceito de partido militar recebeu a atenção de Marcelo Pimentel Jorge de Souza (2021; 2023), coronel da reserva do Exército e cientista social formado pela Universidade Federal de Pernambuco. Partindo de uma perspectiva que podemos chamar de “interna” à lógica da instituição, ele caracterizou tal partido enquanto um

grupo informal, coeso, forte, hierarquizado, disciplinado, com características autoritárias, e dirigido por cúpulas hierárquicas – gerais e coronéis – formadas na AMAN nos anos 70/80 que, instrumentalizando as Forças Armadas – seus integrantes, estruturas e família militar –, se organizam e articulam para a conquista do poder e seu exercício, radicalizando, ao fazê-lo, os processos de politização das Forças Armadas/dos militares e de militarização da política/da sociedade. Esses processos constituem o substrato fenomenológico, de natureza sócio-histórica, do protagonismo político das cúpulas hierárquicas das Forças Armadas (SOUZA, 2023).

Na sua descrição, o *partido militar* reuniria elementos semelhantes a de um partido político tradicional: carregaria memória histórica e vocação institucional; base ideológica definida; pautas de interesses coletivo e corporativo específico; direção “partidária” distribuidora de poder interno; quadros “partidários”; base eleitoral e militante e, o que considero principal, com a eleição de Jair Bolsonaro, tal grupo assumiu o controle do governo em direção, sentido e intensidade, para além de uma numerosa ocupação de cargos no Executivo Federal e a adoção de políticas corporativas de interesse das Forças Armadas (SOUZA, 2021). É preciso ressaltar que Souza participou de mais

de uma centena de *lives*, entrevistas, programas e conferências procurando detalhar como a dinâmica da hierarquia, das *turmas de formação*, das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia etc), dos cursos e das posições, do *habitus* e da cultura militar estavam direcionando o que, para ele, era a ação deste *partido* que agia, sobretudo, de forma coesa e integrada. Some-se a isso o fato de que ele procurou lançar uma espécie de “contraprova” pensando a aplicação de mecanismos de coesão e coerção a membros das Forças Armadas contrários ao projeto do partido, explicitando dinâmicas que não raras vezes permaneceram fora das conceitualizações feitas pela academia. Segundo ele,

[...] registram-se diversas ocorrências de punições a militares – até na reserva – e afastamento de oficiais professores de colégios militares. No entendimento de parte da cúpula, os posicionamentos críticos de militares em relação ao governo Bolsonaro – repleto de generais – devem ser monitorados, sendo muitas vezes (mal) entendidos como ‘ofensas’ às FA. Como não houve, nos últimos anos, tal espécie de conduta em relação a militares críticos aos governos anteriores por parte da cúpula hierárquica, fica evidente que o controle, exercido agora somente num ‘sentido’, caracteriza a opção político-ideológica da direção do ‘partido militar’ (SOUZA, 2021, p. 130).

Souza pontua que aquela opção político-ideológica de direcionamento do partido beneficiou-se bastante do cultivo de uma base eleitoral composta por um núcleo central formado pelos milhares de integrantes das Forças Armadas, sendo fundamental sua arregimentação na eleição de 2018. Segundo ele, a partir daquele núcleo principal,

[...] outros núcleos vão aderindo ‘em redes’ expansivas que conformam camadas orbitais na organização daquela base. O círculo seguinte é constituído pelos familiares do militar. Como a presença é nacional, formam-se polos de ‘núcleo familiar’ em todo o território, a partir dos quais se agrega outro ‘anel’ de eleitores simpatizantes – o ‘entorno social próximo’. Nesse aspecto, as adesões são potencializadas pelo tradicional e salutar relacionamento institucional das organizações militares com as comunidades em suas cidades-sede. Um ‘entorno social ampliado’ é alcançado pelo emprego massivo das redes sociais. Os integrantes do ‘núcleo familiar’ utilizam seus perfis para expressar opinião pessoal e disseminar a base ideológica do ‘partido militar’, agregando a última camada que conforma sua base eleitoral – a sociedade civil ‘militarizada’” (Ibidem, p. 137).

Assim, o governo Bolsonaro foi caracterizado por Souza (2021) como um *governo militar*, no qual o *partido*, orientado por oficiais-generais formados na AMAN durante a ditadura, forneceria direção, sentido e intensidade para a manutenção do poder político adquirido desde pelo menos o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

Como nas análises explicitadas anteriormente, Souza também converge para a ideia de que a instituição teria sido instrumentalizada pelo *partido*, havendo, contudo, uma diferenciação entre ambos e a identificação de avarias no “muro de contenção” que separaria os militares da política. Para ele, “governar, constituir bases políticas, articular-se com os parlamentos e governadores, relacionar-se com cortes superiores” deveria estar a cargo de lideranças “civis” e não dos militares e muito menos das Forças Armadas (SOUZA, 2021, p. 140).

É inegável que a crescente projeção política adquirida pelos militares na história recente do país foi acompanhada por uma numerosa produção bibliográfica. Tal produção recuperou, por vezes, conceitos e definições que haviam se popularizado neste campo de estudos desde pelos menos a década de 1980, como a formulação sobre os *partidos militares* de Alain Rouquié. Entretanto, este trabalho de recuperação conceitual também não deixou realçar as divisões e rachas internos às Forças Armadas, distanciando-se de uma perspectiva que partisse da própria cosmologia militar, suas disposições e *habitus*, para se entender as dinâmicas políticas colocadas em movimentos por esses mesmos homens de farda. Não é de se espantar que formulações como a do *partido militar* considerem como pertinente o uso de termos e categorias que os “militares não gostam de ver associados a eles”, como as noções de “política” e “partidos” (PENIDO OLIVEIRA; MATHIAS, 2021, p. 65). Cabe notar que o problema não é exatamente eles não gostarem dos termos utilizados, mas sim entender o porquê deste não reconhecimento. No caso em foco, me parece que devemos problematizar a prática de impor categorias exógenas por se tratar de militares, uma vez que tal movimento seria impensável quando produzimos ciência social sobre outros coletivos e populações. Nesse sentido, vejamos como um viés etnográfico tentou dar conta dessas questões.

1.6.1 A Guerra Invade a Política

O soldado é o cidadão uniformizado para o exercício cívico da violência

General Leônidas Pires Gonçalves⁷⁹.

[O político] usa a acomodação como método, trocando ‘isto’ por ‘aquilo’ para preservar, em latência, uma parcela do poder. O militar, preparado de outra maneira, vê na acomodação uma transigência lesiva aos seus pontos de vista e autoridade. Age pela dominação, seu método favorito, tentando, por isso, impor suas soluções

General Sylvio Frota⁸⁰.

Nem sempre o raciocínio da guerra é o mesmo para a política. A força é sempre um bom argumento para derrotar um adversário na batalha. Uma coisa é o campo de batalha e outra é o campo da política

General Argemiro de Assis Brasil⁸¹.

[...] eu pensei que eu podia agir fora do quartel como eu agia dentro do quartel, aí que eu me dei mal. A massa era completamente diferente, a gente com quem eu ia lidar era completamente diferente. No quartel só se falava em cumprir dever, em bandeira, defender o Estado, ‘viva a Pátria!’, era o dia inteiro isso. E aqui fora só se ouvia interesse particular. A última coisa que eu ouvia falar era em Brasil. A ponto de eu perguntar uma vez a um determinado político: ‘e o Brasil?’. [E ele responder:] ‘ora, presidente!’

Presidente João Batista Figueiredo⁸².

Os militares são preparados para guerra. Dentro da mentalidade militar há um inimigo, então, se o outro é inimigo meu, devo tentar destruí-lo. Para o político não há nada disso, para o político há o diálogo, o ‘tenho que conviver’. O que disse ontem talvez não diga amanhã, o que não é próprio da índole militar. [...] Querer que os militares, por decreto, se transformem em grandes políticos, em grandes estadistas, é muito difícil, porque a formação da vida inteira, nas diversas escolas militares, é

⁷⁹ (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 255).

⁸⁰ (FROTA, 2006, p. 342-343).

⁸¹ (ASSIS BRASIL, 1933, p. 171).

⁸² <https://www.youtube.com/watch?v=MbPN-t4sgK8>, a partir do minuto 11. Acessado em 31 de julho de 2025.

autoritária, preconiza a violência. Somos pessoas treinadas para a guerra

General Octávio Costa⁸³.

O antropólogo Piero Leirner, em *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida* (2020), propõe utilizar categorias do mundo militar e da guerra numa tentativa de rever o papel das Forças Armadas nas dinâmicas políticas estabelecidas nos últimos anos no Brasil. Ele procurou o “centro de gravidade” da sociocosmologia militar para ver como ela organiza os conceitos nativos, utilizando sua própria experiência etnográfica iniciada nos anos 1990, como dito acima. Nesta abordagem, é inevitável que as noções nativas de “guerra” atuem como um operador sociológico que engloba as demais, mas que permitem ao autor localizar a partir de 2016 uma série de produções militares que utilizavam o conceito de *guerra híbrida* como chave para o entendimento de como o cenário brasileiro foi sendo indexado a uma constelação de formulações doutrinárias estrangeiras, sobretudo norte-americanas.

Naquele contexto, o uso do conceito de *guerra híbrida* expressava uma forma particular e relativamente nova de interpretar a guerra a partir da operacionalização e atualização de uma série de elementos doutrinários e ideológicos pré-existentes, daquilo que se convencionou como “guerra moderna”, com seus parâmetros clausewitzianos. O “híbrido” emergia como a emancipação da guerra em relação ao campo de batalha, tal como concebido classicamente. Não haveria exclusivamente tanques e soldados e o cenário de um campo ou terreno onde os militares seriam os *players*; nem mesmo *front* para o qual se dirigir. Diz respeito a uma forma de guerra que pretende agir de maneira implícita, não mais distinguindo entre o *estado de guerra* e a *política* e, portanto, incapaz de estabelecer diferenciações entre *guerra* e *paz*. Em resumo, na *guerra híbrida* o conflito torna-se um estado permanente (LEIRNER, 2020, p. 116).

Leirner (2020) ressaltou como a noção de guerra híbrida, inicialmente formulada por militares norte-americanos⁸⁴, implicitamente contraria a mitologia segundo a qual o

⁸³ (MOTTA, 2003a, p. 88).

⁸⁴ Piero Leirner destaca o trabalho do coronel Frank Hoffman na formulação do conceito nascido em torno de debates sobre a atualização da Estratégia Nacional de Defesa (NDS) dos Estados Unidos em 2005. Em um artigo de 2007, Hoffman define a guerra híbrida como “polimórficas por natureza, assim como são seus antagonistas. As Guerras híbridas podem ser conduzidas por estados e por uma variedade de atores não estatais. As Guerras Híbridas incorporam uma variedade de modos diferentes de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas, incluindo violência e coerção

Estado “pacífica” a socialidade e “expulsa” a guerra para seu exterior. Ao contrário disso, a guerra híbrida evoca que “guerra” e “política” não se distribuem de forma tão dicotômica, mas se encontram imbrincadas na atividade humana, o que pode sinalizar que “se a política intervém no que em princípio seria a guerra absoluta, é porque ela em algum ponto compartilha da mesma natureza, de outra maneira não seria possível qualquer *continuação* entre uma e outra” (LIERNER, 2020, p. 130).

Porém, se em termos doutrinários a guerra híbrida objetiva empreender um ataque ao Estado, em especial ao centro de sua liderança, partindo do exterior e superando para tanto a própria resistência de forças militares como ocorre tipicamente nas *revoluções coloridas* (KORYBKO, 2018). No caso brasileiro, sua forma tomou um vetor inverso. Por aqui, segundo a hipótese de Leirner (2020), a guerra híbrida começou como uma insurgência de setores do Estado, e provocou rupturas nele. A porção militar que realizou este processo operou a partir de uma “transferência de conceitos”, que ao final também “tropicalizaram” versões da guerra híbrida a partir de doutrinas que por aqui haviam deitado raízes em décadas anteriores (LEIRNER, 2020, p. 173)⁸⁵.

Entre os militares identificados por Leirner (2020), destacam-se generais como Luiz Eduardo Rocha Paiva (considerado um dos pivôs das novas doutrinas no Exército, cf. LEIRNER, 2022 [2020]: 259 e ss.) e o General Carlos Alberto Pinto Silva⁸⁶, referenciado como um dos especialistas em guerra híbrida dentro das Forças Armadas brasileiras (Ibidem, p. 267). Para Pinto Silva, por exemplo, as “ameaças híbridas” partiriam do Partido dos Trabalhadores (PT), argumento desenvolvido em uma série de artigos publicados no site *defesanet.com.br* desde pelo menos 2015 (e que algumas vezes eram republicações de textos “internos” da Instituição Militar). Em suma, a guerra híbrida interpretada pelo general teria como objetivo desacreditar a instituição militar no país.

Aqui, não se trata em ressaltar a factibilidade da formulação militar, mas reconhecer que elaborações como estas já contavam de antemão com certo consenso no

indiscriminadas e desordem criminal. [...] O componente disruptivo das Guerras Híbridas não vem da tecnologia de ponta ou revolucionária, mas da criminalidade. A atividade criminosa é usada para sustentar a força híbrida ou para facilitar a desordem e perturbação da nação alvo” (HOFFMAN, 2007, p. 29 apud LEIRNER, 2020, p. 160-161).

⁸⁵ Note-se que do mesmo modo o Judiciário também realizou transferências de conceitos e doutrinas para produzir sua parte na ação corporativa de “insurgência estatal”. Note-se, por exemplo, a qualificação de Zanin; Martins e Valim (2020) de *lawfare* como caso de guerra híbrida, aplicado aqui especialmente no âmbito da operação Lava-Jato.

⁸⁶ Para uma análise detalhada da trajetória e dos escritos do General Pinto Silva, consultar a dissertação de Airlon Lucas Heck (2023).

Exército, e talvez nas Forças Armadas como um todo. Não seria de se espantar que muito possivelmente quanto mais se falou em guerra híbrida, indexada aos governos petistas e à atuação da esquerda em geral, mais os próprios militares viram o processo ocorrer fora dos muros da instituição. No limite, ao falarem da guerra híbrida – ou mesmo internalizar seus princípios – estes e outros militares produziam para dentro das Forças Armadas uma dinâmica que se irradiou para a cadeia de comando como um todo⁸⁷. Desse modo, para Leirner (2020) a leitura deste processo a partir da guerra híbrida supõe que:

i) ela pode acionar elementos que estavam em estado latente que começam a entrar em *feedback*; ii) esses elementos não vão se resumir a um único evento, como por exemplo o impeachment de 2016; iii) eles começam antes e continuam depois; diria que ainda estão em curso; iv) eles foram e são resultados de uma relação que se retroalimentou e ainda se retroalimenta, portanto dependem de atores distintos para funcionar. Por tudo isso, talvez fique mais claro porque me distancio aqui da noção de golpe – tal qual elaborada por Luttwak (1991) e apropriada por alguns para analisar o caso brasileiro –, uma vez que este supõe uma ação unilateral de um grupo e um começo, meio e fim (LEIRNER, 2020, p. 179).

Neste sentido, a organização do setor militar após a queda de Dilma Rousseff em 2016 não significou apenas uma questão numérica de aparelhamento do Estado pelos militares, “[...] mas também de um processo de construção de uma hegemonia (isto é, de imposição de valores e símbolos) que os coloca[m] no centro da sociedade. [...] Trata-se de um processo de *domesticação* do Brasil, que, aliás, não [seria] exatamente novidade na história do País” e muito menos uma particularidade brasileira (LEIRNER, 2020, p.

⁸⁷ Fato similar ocorreu com a doutrina da guerra revolucionária dentro do Exército no início dos anos 1960. Sobre este tema é revelador o relato do General Octávio Costa: “essas ideias [da guerra revolucionária] começaram a se alastrar, passaram às três escolas de estado-maior, chegaram aos estados-maiores das três Forças Armadas. Elaborou-se farta documentação, criaram-se cursos e estruturas sintonizadas com essa prioridade dada à contra-revolução. A prioridade agora não era para o infinitamente grande da guerra atômica, mas para o infinitamente pequeno das guerras insurrecionais e das guerrilhas. Tudo isso se tornou obsessivo durante o governo Goulart, porque as perturbações da ordem nas cidades e nos campos configuravam, na ótica militar, os passos da revolução em marcha. [...] o convencimento era total e os fatos acompanhavam o pensamento: o populismo demagógico de João Goulart, o problema sindical, as Ligas Camponesas. Tudo reforçava a nova orientação. ‘É isso mesmo. Estamos convencidos’. Dominados os currículos escolares, dominavam a instrução da tropa. Durante longos anos, provavelmente 80% dos conceitos passaram a ser sobre guerra revolucionária. Os textos, os livros, os artigos, as discussões, os seminários, tudo isso preparou mentalmente as três Forças e deu provas da absoluta convicção de que essa era a nossa guerra” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 79-80).

42-43). Isso estaria ocorrendo, inclusive, anteriormente ao processo de *impeachment*, com manifestações “pró-intervenção militar” começando a aparecer no rastro dos processos disparados após junho de 2013. Ainda que esta fosse explicitamente uma demanda que parecia vir mais do entorno propriamente militar, é preciso notar que uma linguagem militarizada da vida social avançava a passos largos nessa época, sobretudo quando se tratava de ver os militares como uma saída para uma suposta “anomia” da sociedade brasileira (LEIRNER, 2023, LEMOS DE SOUZA; LEIRNER, 2024).

Pelas condições expostas acima, basta combinarmos a separação entre Forças Armadas e sociedade com um sentimento de marginalização e descriminação política ou do medo de dissolução da instituição, para termos a força motriz do intervencionismo militar, que não se resumindo a golpes de Estado, quase sempre realiza uma transposição de valores do mundo militar para a política, tensionando tanto a ação de diversos atores sociais e políticos, quantos os caminhos interpretativos-metodológicos acerca da projeção política dos militares no Brasil. É então necessário dedicar algumas linhas sobre esta questão.

1.7 O “ABRE-ALAS” MILITAR: CAMINHOS POSSÍVEIS

Não há imagem permanente, não há nada mais mutável do que a
imagem. Só o drama congela a imagem

General Octávio Costa⁸⁸.

Edmundo Campos Coelho (1976) chamou atenção para a influência que a *política de personalidades* (ou *complexo messiânico*) exerceu nas crises político-militares vivenciadas pelo Brasil ao longo de sua história, nessas situações era prática corrente “[...] repartir das Forças Armadas, como a um bolo, pela multidão messiânica e contabilizar, nas crises, a fatia que cada personalidade presumivelmente controlava: a fatia dos sargentos, a dos coronéis, a dos ‘generais do povo’” (COELHO, 1976, p. 160). Contemporaneamente, a fim de sinalizar uma “divisão” interna às Forças Armadas, que quase sempre está alhures de sua devida demonstração analítica (DOMINGOS NETO,

⁸⁸ (MOTTA, 2003a, p. 78).

2023, p. 12), o processo interpretativo dedicado ao governo Bolsonaro e sua relação com os militares tem lançado mão da identificação de agentes em série supostamente responsáveis pelo desvirtuamento das “reais” intenções das Forças Armadas: “militares bolsonaristas”, “generais golpistas”, “gurus extremistas” e um “presidente incontrolável”. Uma das consequências desse tipo de procedimento, no plano mais geral e político, tem sido que, ao repartir os agentes, repartem-se também as responsabilidades, na medida em que uma atuação retrospectivamente interpretada como “controversa” pode frequentemente ser manuseada a favor ou contra a atuação desse ou daquele ator/grupo “cooptador” da vontade institucional (LEIRNER, 2023). Em razão disso, militares têm podido quase sempre apresentar publicamente ora sua “pessoa física”, ora “jurídica”, almejando tão e somente a maior retenção possível do capital (político, econômico, social etc) em disputa.

Nestas circunstâncias, tornou-se inviável a aplicação integral da *concepção instrumental* da “eterna ingenuidade” das Forças Armadas, muito por conta de uma crítica já clássica sobre suas limitações. Segundo aquela concepção, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica nada mais seriam que o instrumento da “retórica de políticos sagazes” que saberiam explorar o espírito corporativo do militar por meio de uma “parca e transitória gratificação simbólica pelo dever cumprido” (COELHO, 1976, p. 19). Deste modo, não colocando nos mesmos termos, mas mantendo princípios similares, os esforços recentes puderam enfocar o problema a partir de uma perspectiva em que a instituição militar se encontra, na verdade, refém de seus próprios homens de farda, sem, no entanto, ver os elementos estruturantes da cosmologia militar presentes nos momentos de máxima politização das Forças Armadas.

Por fim, cabe-nos uma consideração, por assim dizer, metodológica, acerca de uma problemática que aparenta ter dividido o campo de estudos sobre militares no Brasil e cujas linhas de tensão sinalizam, de um lado, aqueles que consideram o fenômeno militar a partir da ótica das “divisões”, “alas” e “rachas” internos; e, de outro lado, aqueles que enfocam a temática pelo realce aos elementos de “coesão” e “unidade interna”. Neste contexto, acreditamos ser fundamental que os empreendimentos conceituais contemporâneos explicitem que o reconhecimento das “divisões” ou do “monolitismo” evoca, antes de tudo, uma escolha metodológica, e não a consumação de um fato social.

Para João Roberto Martins Filho (1993), por exemplo, a opção por realçar características como “heterogeneidade”, “divisão” e “fluidez” do aparato militar durante

os primeiros anos da Ditadura Militar (1964-1969) permitiu constatar que diante de uma “ameaça” real ou imaginária, a hierarquia e os fatores de união institucional se impunham ao fornecerem a solução de pontos de instabilidade do relacionamento da instituição com a política. Como já mencionado anteriormente, Martins Filho identificou naquele período uma coexistência entre os ímpetos à cizânia e os incentivos à unidade, naquilo que denominou por *união na desunião*. De forma diversa, Jorge Zaverucha (1994; 2000), em sua análise, considerou “civis” e militares como grupos distintos e *unitários*. Para o autor, o importante não estava em ressaltar a razoabilidade daquela premissa inicial, mas sim no que este percurso metodológico permitiria evidenciar quando confrontado com as cronologias dos governos que se sucederam no pós-1985 até o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Ambos os trabalhos, portanto, revelam a possibilidade de um ou de outro caminho de análise, em que os dados finais e a avaliação que se faz das Forças Armadas não estão postos *ex-ante*.

O intrigante é que a corrente reificação de conceitos e procedimentos metodológicos muitas vezes fomentou uma verdadeira cruzada contra o monolitismo. Alain Rouquié (1980), por exemplo, afirma que o monolitismo não passaria de uma “esquemática simplista”, um “lugar-comum” criado pelos próprios militares para induzir pesquisadores a ressaltarem aspectos como “disciplina, hierarquia, verticalidade” (ROUQUIÉ, 1980, p. 13).

Argumento similar ao de Rouquié é feito por Suzeley Mathias (1995), para quem a unidade militar seria um “mito” a partir do qual as Forças Armadas “mantêm a aparência” quando confrontadas com momentos de crise (MATHIAS, 1995, p. 61). Já para Samuel Alves Soares (2006), o monolitismo político dos militares seria uma “ficção”, pois as cisões faccionais seriam perceptíveis em qualquer instituição militar, sobretudo naquelas que vivenciaram um passado autoritário em que “[...] podem-se ao menos perceber fissuras entre ‘duros’ e ‘moderados’” (SOARES, 2006, p. 63-64). Na mesma linha, em Eduardo Raposo et al. (2022), encontra-se sugerido que tendências a ressaltar a unidade e coesão da instituição militar seriam “hegemônicas” nos estudos sobre militares, tendo estes estudos influenciado a própria visão que o Exército Brasileiro teria de si e do “sucesso” de seus processos socializadores; isto é, tudo se passa como se a “representação sociológica da corporação” tenha sido assumida pelos militares como “realidade empírica” (RAPOSO et al., 2022, p. 29-30).

Aqui acompanho Celso Castro (2004) na constatação de que não nos confrontamos com um “erro” de análise, mas antes com um fenômeno que comporta ambos os caminhos metodológicos na medida em que se circunscreve a uma *identidade militar* dotada de duas tendências opostas: “uma para a divisão e oposição de seus segmentos, outra para a fusão com outros segmentos de sua própria ordem em oposição a segmentos maiores”. No primeiro caso, estamos nos termos da *divisão*, a partir da qual a análise nada mais vê do que a “[...] divisão da instituição militar em grupos de natureza diferente (como as quebras de hierarquia e disciplina, os conflitos e ‘rachas’ históricos entre grupos de militares etc’”. Já no segundo, estão dadas as condições para que o fenômeno da *segmentação* de diferentes grupos de igual natureza revele seus traços diante do trabalho interpretativo. Neste caso, tratamos de um fenômeno pouco afeito aos olhos externos, isto é, “civis”, pelo simples fato de ser “cotidiano” ao mundo militar em oposição ao lugar de “excepcionalidade” reservado à *divisão* (CASTRO, 2004, p. 131-132). Deste modo, a tendência à fissão ou à fusão interna encontram-se ambas no bojo do espírito militar e, conseqüentemente, revelam-se a depender da situação focalizada:

[...] para dar um exemplo, digamos que um infante [oficial da Arma de Infantaria], diante de um intendente [oficial do Quadro de Intendência], deve procurar regular sua conduta segundo o espírito da Infantaria. Mas os dois seriam não mais infante e intendente, e sim membros do Exército e participantes de seu espírito, caso se juntasse ao grupo um membro da Marinha. Este, por sua vez, não seria, nessa situação, membro do Corpo da Armada ou do Corpo de Fuzileiros Navais, mas membro da Marinha. E todos os três seriam, diante de um paisano, representantes não do Exército ou da Marinha, mas sim das Forças Armadas e do ‘espírito militar’. Chegamos assim à ‘situação-zero’ das identidades militares: a oposição fundamental entre militares e paisanos. Para além disso, podemos imaginar uma situação em que essa oposição se dissolva e ocorra uma nova mudança de nível: numa situação de combate entre ‘brasileiros’ e ‘inimigos da Pátria’ (externos ou internos) (CASTRO, 2004, p. 130).

Tratam-se, portanto, de *clivagens solidárias*, isto é, divisões internas e suas respectivas formas de demarcação de fronteiras entre Armas, turmas, unidades etc., que não traspõem os limites impostos por uma solidariedade geral *dentro* da instituição militar e em oposição aos “civis” (LEIRNER, 2008, p. 200). Ressalta-se que ao deixar aberta a possibilidade metodológica de uma *tendência monolítica* no fenômeno militar brasileiro,

as análises podem lançar luz sobre zonas reconhecidas como de “competência militar” que não mais evocam “campos de conflito polarizadores da opinião e da militância militar” como possivelmente a tese do *partido militar* evidenciaria (OLIVEIRA, 1993, p. 175-176), mas que, ao contrário, dizem respeito a um verdadeiro consenso tanto dentro quanto fora das Forças Armadas.

Como abordarei no próximo capítulo, acredito que a Amazônia e as alegações de *ameaça à soberania* por parte das terras indígenas demarcadas na região preenchem uma *zona de convergência militar* (e “civil”), revelando-se em uma eficiente plataforma política e midiática para os militares brasileiros. Entre outras coisas, a Amazônia serviu de base empírica e ideológica para que a instituição militar mantivesse (e mantenha) seu vetor intervencionista, ou de pretensões hegemônicas. Para isso, veremos como ela deslocou a fórmula amigo/inimigo para outros significantes e como ela prolongou uma leitura da *guerra revolucionária* para repertórios atuais e estruturantes da cosmologia militar.

2. AMAZÔNIA, VOLVER: DOCTRINA, IMPRENSA E SIMBOLOGIA

[...] a pomba da paz na Amazônia não é branca não, sabe qual é a cor dela? Camuflada. Que somos nós [Exército Brasileiro]. Na paz que nós damos

General Leônidas Pires Gonçalves⁸⁹.

Interpretando os sentimentos e as convicções do povo brasileiro, nós, militares, defendemos o ponto de vista de que, antes de ser um patrimônio da Humanidade, como procuram dizer tantas vozes da cobiça internacional, a Amazônia é, majoritariamente, um patrimônio do Brasil. Estou convencido de que a marcha para à Amazônia, a vigilância em favor da Amazônia, esse amadurecimento das nossas elites militares para essa certeza de que se trata de um patrimônio nosso, tudo isso é um conflito em potencial, para o qual estamos preparados. Este sim é um grande dever, e não o dever de estar intervindo politicamente a toda hora

General Octávio Costa⁹⁰.

Em pleno século 21, metade do território [brasileiro] não está integrada ao desenvolvimento, com espaços vazios onde as Forças Armadas são a única presença do Estado, única alternativa de atendimento básico da população. Atuamos com a estratégia da presença. Por outro lado, o Brasil é uma das maiores economias do mundo e precisa de capacidade de projetar poder e influência. [...] O país precisa de Forças Armadas com alto conteúdo tecnológico. Ao mesmo tempo em que temos de ser um Exército moderno, *temos de ser um Exército de colonização*

General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas⁹¹.

O que garante a soberania e a integridade territorial do Brasil é a presença diária das Forças Armadas na fronteira, principalmente do Exército, que é quem está com o pé no chão lá

General Augusto Heleno Ribeiro Pereira⁹².

⁸⁹ <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/leonidas-pires-goncalves/texto>. Acessado em 23 de novembro de 2024.

⁹⁰ (MOTTA, 2003a, p. 91-92).

⁹¹ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/10/eduardo-dias-da-costa-villas-boas-nao-ha-possibilidade-de-intervencao-militar-4866861.html>. Acessado em 31 de julho de 2025.

⁹² <https://www.youtube.com/watch?v=jNPGKZQcdVM&t=5468s> a partir do minuto 01:32:10. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

Em 30 de novembro de 1948, o sociólogo Gilberto Freyre proferiu uma conferência na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a convite do General Tristão de Alencar Araripe. Publicada na forma de livro no ano seguinte, a conferência exaltava o papel de “coordenador pacífico” desempenhado pelo Exército Brasileiro na vida nacional. Em um mar de “desorganização” e “comodismo” civil, a Força Terrestre seria a “[...] única força organizada a ponto das outras forças nacionais renunciarem a algumas de suas responsabilidades mais nitidamente civis, abdicando-as nas mãos dos chefes militares” (FREYRE, 2019 [1949], p. 29).

Supostamente levado ao centro da vida política brasileira por conta da “desagregação social da Nação”, Gilberto Freyre exultava um Exército de “líderes militares esclarecidos” que nunca transpuseram os limites democráticos. E que, se uma vez o fizeram, tais erros foram antes das “elites brasileiras de então, prejudicadas pelo bovarismo ou pelo bacharelismo da época”. Entre aqueles líderes militares enaltecidos pelo autor estavam Benjamin Constant e seus discípulos, tributários de uma linhagem de chefes militares que sempre imaginaram uma instituição militar menos paternalista, mais democrática e, sobretudo, afeita a reformas sociais (FREYRE, 2019, p. 24).

É preciso lembrar que Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um oficial sem nenhuma vocação para a carreira das armas, foi a expressão mais acabada da difusão de teses positivistas dentro do Exército Brasileiro no final do século XIX. Convencido a participar do golpe contra a Monarquia por uma *mocidade militar* advinda, em sua maioria, da Escola Militar da Praia Vermelha e que prezava mais pela formação em matemática e ciências físicas do que o contato com a tropa, essa pequena parcela de militares foram fundamentais para a defesa da superioridade moral da “classe militar” diante daquilo que acreditavam ser a patente deterioração da ordem “civil” (CASTRO, 2002, p. 22).

Ao fornecer uma autoimagem lisonjeira que compensava os vexames e privações dos oficiais “científicos” (predominantemente das armas de Engenharia e Artilharia) no período pré-republicano, os seguidores de Constant passaram cada vez mais a se dedicar à administração do país, denominada por eles de *ciência da paz*. Com a República, aqueles oficiais se tornaram políticos hábeis, governadores de estado e presença cativa em cadeiras no parlamento. A partir de uma desejada liberdade em tomar parte sobre questões políticas, seja dentro ou fora da instituição militar - incluindo o direito a críticas

aos superiores hierárquicos -, as teses do *soldado-cidadão* evocavam a percepção do Exército enquanto força “regeneradora” da ordem social (COELHO, 1976, p. 65-68).

É também com a queda da Monarquia que se aprofundam as discussões sobre a necessidade de modernização do Exército. A partir de 1906, sob influência do Marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, foram enviados grupos de oficiais para estagiar no exército alemão, considerado um modelo a ser replicado. De volta ao Brasil, aqueles oficiais - chamados de “germanófilos” ou, pejorativamente, de “jovens turcos” - tornaram-se ferrenhos defensores da reforma profissional, sobretudo por meio da contratação de uma Missão Militar estrangeira que colaborasse nesse sentido (COELHO, 1976, p. 78-79; DOMINGOS NETO, 1980, p. 47).

Posteriormente, impossibilitados de ter no país uma Missão Militar alemã, por conta do resultado da Primeira Guerra Mundial, em 1919 chegou ao Brasil uma Missão dirigida por oficiais franceses, que, na perspectiva de Manuel Domingos Neto (1980), introduziu um conjunto de iniciativas que sepultaram o “velho” Exército. Entre as iniciativas implementadas estavam a renovação do armamento e melhoria de instalações, implantação de uma nova estrutura organizacional, uma reforma completa do ensino, a adoção de novas regras de promoção hierárquica e, por fim, mas não menos importante, a adoção e ampliação da lei do serviço militar obrigatório, que implicou em um “[...] gigantesco esforço para mudar a imagem do Exército, que passou a ser apresentado como uma escola na qual todos os cidadãos deveriam se educar no culto à Pátria”, e que, no final das contas, permitiu um aumento dos efetivos e a difusão da imagem dos oficiais enquanto “apóstolos do patriotismo e do civismo” (DOMINGOS NETO, 1980, p. 47-48).

Porém, na direção contrária à Domingos Neto, para Edmundo Campos Coelho (1976), os “jovens turcos” e, posteriormente, a Missão Militar francesa, imprimiram uma perspectiva que tomava a profissionalização e o apolitismo como objetivos conexos da reforma do Exército. Tal empreendimento teria idealizado a modernização institucional enquanto desvinculada de seu contexto político e societal. A realidade política de então tensionaria aquela idealização e revelaria, para os militares formados pela Missão, que o apolitismo era sinônimo de obediência ao poder “civil”, o qual historicamente tinha caminhado na direção de rebaixar o Exército à função de guarda pretoriana a serviço dos interesses políticos em voga. Foi assim que a aceitação do programa de profissionalização militar não foi extensiva aos valores que a informavam, e, nas décadas seguintes, os mais fervorosos apologetas do apolitismo militar e das teses do “grande mudo” se viram

enredados em disputas políticas de gabinetes. Por fim, se constituíram em antecessores diretos de uma geração que viu na construção da Revolução de 1930 e na instauração do Estado Novo um caminho possível para a reforma do Exército Brasileiro (COELHO, 1976, p. 98-102).

Já para João Roberto Martins Filho (2012), apesar das mudanças implementadas, o saldo final da Missão Militar francesa foi muito menos um legado de lições úteis para a defesa militar do país e mais a introjeção de um *ethos* segundo o qual os militares seriam uma “força moral” regeneradora⁹³. Dentro desta visão, os “males” brasileiros “[...] só seriam suplantados quando os valores militares da ética, ordem, disciplina, dever e unidade suplantassem as mazelas do mundo ‘político’ ou ‘civil’” (MARTINS FILHO, 2012, p. 523-524).

O fato é que a escola francesa e o *ethos* veiculado por ela continuaram sendo a base de formação dos militares brasileiros muitos anos depois do fim da Missão, mesmo em um contexto pós-1940, no qual os Estados Unidos substituíram países como a França e a Alemanha na tarefa de instrução de exércitos pelo mundo. Foi assim que, aproximadamente, onze anos após a conferência de Gilberto Freyre na ECEME, o Coronel Augusto Fragoso, dirigindo-se aos oficiais do curso de Estado-Maior e Comando da Escola Superior de Guerra (ESG), proferiu a palestra *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*, fruto de seus estudos pessoais sobre a produção francesa acerca da *guerre révolutionnaire*. A palestra, pronunciada em 1959, foi realizada em um contexto no qual os militares brasileiros buscavam uma doutrina militar⁹⁴ adaptada às necessidades nacionais, que pouco tinha a ver com as preocupações doutrinárias norte-americanas, que

⁹³ Esta também é a visão do presidente Ernesto Geisel: “segundo a tradição militar alemã e francesa, o Exército deveria ser o ‘grande mudo’. Mas nós não aceitávamos isso. A Missão Militar Francesa teve sobre nós uma influência estritamente profissional. Ela queria transmitir ao Exército os novos ensinamentos colhidos durante a guerra de 1914-18, estava preocupada com a organização militar do Brasil. Com relação à nossa mentalidade, à nossa orientação política, não teve maior importância. Éramos profissionais, todos procurávamos ser eficientes, tínhamos amor à carreira, vontade de ser bons oficiais, mas sofriamos a influência política do quadro nacional” (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 42).

⁹⁴ “A doutrina militar é um guia de orientação da ação coletiva, composto por princípios reguladores que a determinam. Esses princípios se firmam como regras absolutas e assim adquirem força de dogma. Na sua filigrana, a doutrina é sustentada por análises da realidade que, respeitando unidades mnemônicas como, por exemplo, as ‘quatro expressões do Poder Nacional: a econômica, a psicossocial, a política e a militar’, formam uma espécie de ‘corpo de jurisprudência’ que traça os limites entre o permitido e o interdito” (LEIRNER, 1997, p. 39). Além disso, “a ‘doutrina militar’ pode ser resumida como o conjunto de valores, conceitos, concepções, normas, métodos e processos, que tem por finalidade orientar a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Não seria pouco dizer que ela é uma descrição do ‘estado da arte’ de uma determinada Força, ou de um modo pelo qual ela vai atuar em resposta a uma determinada situação” (LEIRNER, 2020, pp. 25-26, n.11).

se encontravam voltadas para a possibilidade da guerra nuclear (MARTINS FILHO, 2008, p. 41-42).

Baseada na experiência francesa na Indochina e na Argélia, a *guerra revolucionária* evocava um esquema doutrinário no qual não havia distinção entre meios militares e não militares no conflito; e combinava elementos advindos do mundo da política, da ideologia e das próprias operações bélicas. Tratava-se de uma doutrina que extraía seu nome justamente do fenômeno que buscava combater: um efeito de espelhos em que os “revolucionários” deveriam ser derrotados por meio de suas próprias armas.

Deitando raízes nos anos que antecederam o golpe de 1964, a doutrina francesa ofereceu aos militares brasileiros “[...] uma definição flexível e funcional do inimigo a enfrentar, ao mesmo tempo em que, no plano geopolítico, valorizava o Terceiro Mundo como cenário do confronto mundial da Guerra Fria” (MARTINS FILHO, 2008, p. 42). Por isso, já em 1961, o Estado-Maior das Forças Armadas apresentava sua definição de guerra revolucionária:

É a guerra interna, de concepção marxista-leninista e de possível adoção por movimentos revolucionários diversos que – apoiados em uma ideologia, estimulados e, até mesmo, auxiliados do exterior – visam à conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual, da população sobre que é desencadeada, desenvolvendo-se segundo um processo determinado, com a ajuda de técnicas particulares e da parcela da população assim subvertida (ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1961, p. 21 apud MARTINS FILHO, 2008, p. 45).

Sobre este tema, o relato do General Octávio Costa dá uma dimensão da proliferação dos estudos sobre a guerra revolucionária no início dos anos 1960 e evidencia como a percepção militar parecia confirmar a doutrina nos eventos políticos da época:

Essas ideias [da guerra revolucionária] começaram a se alastrar, passaram às três escolas de estado-maior, chegaram aos estados-maiores das três Forças Armadas. Elaborou-se farta documentação, criaram-se cursos e estruturas sintonizadas com essa prioridade dada à contra-revolução. A prioridade agora não era para o infinitamente grande da guerra atômica, mas para o infinitamente pequeno das guerras insurrecionais e das guerrilhas.

Tudo isso se tornou obsessivo durante o governo Goulart, porque as perturbações da ordem nas cidades e nos campos configuravam, na ótica militar, os passos da revolução em marcha. [...] o convencimento era total e os fatos acompanhavam o pensamento: o populismo demagógico de Joao Goulart, o problema sindical, as Ligas Camponesas. Tudo reforçava a nova orientação. ‘É isso mesmo. Estamos convencidos’. Dominados os currículos escolares, dominavam a instrução da tropa. Durante longos anos, provavelmente 80% dos conceitos passaram a ser sobre guerra revolucionária. Os textos, os livros, os artigos, as discussões, os seminários, tudo isso preparou mentalmente as três Forças e deu provas da absoluta convicção de que essa era a nossa guerra (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 79-80).

Uma análise deste período revela não apenas o desenvolvimento teórico-doutrinário voltado para a guerra revolucionária, como também algumas modificações em setores específicos do Exército, que culminarão na ênfase dada à região amazônica. Na próxima seção, analiso a origem do Curso de Guerra na Selva, defendendo que a “selva” nasce para o Exército vinculada às atividades desempenhadas pelos paraquedistas formados no Curso de Operações Especiais, e sob forte influência norte-americana. Esses elementos serão importantes para entendermos as vinculações históricas entre essas tropas especializadas, que, embora distintas, têm uma origem comum dentro da Força Terrestre.

2.1 A ORIGEM “ESPECIAL” DA GUERRA NA SELVA

Demônios camuflados vão sair da escuridão,
Sentinela ensanguentado vai rolando pelo chão,
E perguntem de onde venho, venho da escuridão,
Trago a morte, o desespero e a total destruição.
Armadilhas camufladas, acionadores de tração,
Quem vier atrás de mim só vai ouvir a explosão (Cabum!)
Sangue frio em minhas veias congelou meu coração
Nós gostamos de explosivos nosso lema é vibração⁹⁵.

⁹⁵ Canção de Treino Físico Militar. In: <https://pt.scribd.com/document/55844563/Demonios-Camuflados>. Acessado em 21 de março de 2025.

Para localizar a origem do Curso de Guerra na Selva do Exército Brasileiro é preciso destacar o papel desempenhado pelo Núcleo da Divisão Aeroterrestre (atual Brigada de Infantaria Paraquedista - RJ) na criação de cursos e estágios operacionais voltados para o combate à *subversão*. Criado em 1953, na esteira de colaborações com o Exército norte-americano e enfocando o uso da técnica de salto paraquedista por pequenas frações de infantaria, o Núcleo qualificou um grupo de candidatos ao Curso de Precursor Aeroterrestre (atual Curso de Precursor Paraquedista) em dezembro daquele ano. “Como primeiro colocado da turma, o Capitão Gilberto Antônio Azevedo e Silva⁹⁶ viajou para os EUA com outros oficiais paraquedistas e frequentou os cursos de formação paraquedista em *Fort Benning* (Georgia) e *Fort Bragg* (Carolina do Norte)”. Nestes cursos, Azevedo e Silva tomou conhecimento da existência da atividade de Operações Especiais desempenhada pelos *Rangers*⁹⁷ e pelo Grupo de Forças Especiais (Aerotransportado)⁹⁸ do Exército norte-americano, na sigla em inglês SFG-A (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 176-177).

⁹⁶ Gilberto Azevedo e Silva é pai do General Fernando Azevedo e Silva, ministro da Defesa do governo Bolsonaro entre 2019 e 2021.

⁹⁷ “Os *Rangers* norte-americanos surgiram no contexto da Segunda Guerra Mundial quando o brigadeiro general Lucian King Truscott Jr., oficial de ligação junto ao alto comando britânico, convenceu o chefe do estado-maior do Exército dos EUA sobre a necessidade de se constituir uma tropa estadunidense que operasse ao estilo dos *Commandos* britânicos. Em maio de 1942, foi autorizada a criação do *1st Ranger Battalion* (1º Batalhão Ranger), comandado pelo major William Orlando Darby. Oficial com treinamento em operações anfíbias. O termo foi escolhido propositalmente devido à relevância histórica das tropas *Rangers* organizadas pelo Major Robert Rogers durante a Guerra Franco-Indígena travada no território norte-americano entre 1754-1763” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, n. 8, p. 198).

⁹⁸ “O conceito dos SFG-A do Exército norte-americano surgiu em decorrência da atmosfera belicosa resultante da Guerra Fria, que conferia aos Estados vinculados aos blocos capitalista e socialista a necessidade de dispor de organizações aptas e executar ações clandestinas (realizadas de forma sigilosa, distante da opinião pública e sem denunciar envolvimento do país que as patrocina) nas regiões globais onde fossem solicitadas. Particularmente nos EUA, coube ao brigadeiro general Robert Alexis McClure, comandante da OPW (*Office of Psychological Warfare*, ou Divisão de Guerra Psicológica) do Exército, a criação de unidades vocacionadas para este fim. Convicto de suas percepções, e enfrentando a resistência da ala conservadora da Força Terrestre Estadunidense (cujo pensamento estava enraizado nos conceitos da guerra clássica e direcionado para o contexto da guerra nuclear), em 1951, McClure instituiu e vinculou uma seção destinada à condução de ações não convencionais ao órgão que comandava. Liderada pelo coronel Wendell Fertig, a *Special Operations Section* (Seção de Operações Especiais) da OPW tinha os coronéis Russell William Volckmann e Aaron Bank, respectivamente, como oficial de planejamento e diretor de operações. Veteranos da Segunda Guerra Mundial, Fertig, Volckmann e Bank prestaram relevante contribuição na assessoria a movimentos de guerrilha que se opunham às tropas do Eixo nos teatros da Europa e do Pacífico. Foram incorporados à Seção de Operações Especiais antigos integrantes da OSS (*Office of Strategic Services*, ou Agência de Serviços Estratégicos), serviço de inteligência dos EUA durante a Segunda Guerra, e dos *Merrill's Marauders*, tropa norte-americana constituída entre 1943 e 1944 para conduzir operações irregulares na Birmânia (atual Mianmar) contra os japoneses. Embora não tivesse oferecido condições para o desencadeamento de OpESp [Operações Especiais], a Guerra da Coreia (1950-1953) teve importância como primeiro campo de experimentação para a OPW. Posteriormente, em junho de 1952, sob o comando do coronel Aaron Bank, foi criado o 10th SFG-A, reunindo um grupo heterogêneo de voluntários oriundos de diferentes unidades do Exército, incluindo soldados jovens inexperientes e veteranos de conflitos passados. Foi durante o governo do presidente John Fitzgerald

De volta ao Brasil, o Capitão Azevedo e Silva apresentou um relatório sobre as operações especiais ao General Djalma Dias Ribeiro, comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Naquele período, a necessidade de realizar operações de busca e salvamento de aeronaves acidentadas em áreas de difícil acesso já havia estimulado uma colaboração entre o Núcleo e a Aeronáutica. Tendo em vista este contexto, anos mais tarde, em 1956, coube a Azevedo e Silva estudar as possíveis atribuições dos paraquedistas do Exército em operações dessa ordem. Destes estudos surgiu o Curso de Busca e Salvamento (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 177-178).

Logo o Exército percebeu que criação de uma força de salvamento e resgate, cujos integrantes desenvolvessem habilidades para sobrevivência e orientação em locais inóspitos, não poderia ficar restrita aos episódios de desastres aéreos. Foi então que o Curso de Busca e Salvamento passou a ser a porta de entrada de conteúdos doutrinários que dissessem respeito ao enfrentamento de forças insurgentes, sob condições adversas e em áreas geograficamente isoladas (ARAGÃO VIANA, 2020 p. 254). Mais uma vez as experiências dos *Rangers* e do Grupo de Forças Especiais (Aerotransportado) norte-americano foram reavivadas para compor o programa do Curso de Operações Especiais (COPEsp). “Após ser devidamente avaliado e ajustado pelo Estado-Maior do NuDAet [Núcleo da Divisão Aeroterrestre], o projeto foi executado em caráter experimental no dia 2 de dezembro de 1957” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 178).

Em sua origem, o Curso de Operações Especiais era fornecido apenas para oficiais e sargentos paraquedistas, e no nível prático compreendia uma primeira fase em que eram ensinadas “[...] técnicas de emboscada, ataques a posições fortificadas, assalto à praia com paredão, combate e vida na selva e patrulhas”. Ainda neste “estágio básico”, o candidato deveria tomar contato com elementos próprios da *guerra irregular*⁹⁹, tais como “técnica de controle de tumultos, guerra insurrecional, guerrilha, guerra psicológica

Kennedy (1961-1963) que as FEsp [Forças Especiais] norte-americanas tiveram grande incremento. Em 1961, em uma visita oficial a Fort Bragg, Kennedy mostrou-se positivamente impressionado com as capacidades na condução da modalidade de guerra não convencional demonstradas pelo 7th SFG-A (criado em maio de 1960). Convicto de que aquela modalidade de enfrentamento era a mais adequada para o tipo de guerra que se configurava no cenário internacional, o presidente determinou a expansão das Forças Especiais A iniciativa presidencial deu origem ao 5th SFG-A (1961), 3rd, 6th e 8th SFG-A (1963)” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, n. 9, p. 198-199).

⁹⁹ Segundo o Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército: “conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009a, p. G-10).

e combate em localidade”. Findo o “estágio básico”, o Curso apresentava uma segunda fase que compreendia as instruções *avançadas* onde eram ministradas instruções bastante ecléticas como, por exemplo, “[...] direção de veículos (carros de combate, trens, bondes, motocicletas etc.), instrução equestre, treinamento médico, técnica aeroterrestre, comunicações, *indiologia*, guerra psicológica, guerra irregular, operações contra infiltrações, forças especiais e estudo das regiões de operações” (ARAGÃO VIANA, 2020, p. 254-256, *itálico meu*).

A segunda fase do Curso de Operações Especiais, ministrado entre 1957 e 1958, tinha como objetivo permitir que os alunos praticassem os conteúdos assimilados na fase anterior. Portanto, foram realizados quatro exercícios em regiões geográficas que apresentavam características específicas relacionadas ao clima e ao terreno: o estágio de guerra em montanha foi realizado nas cidades de Alegrete, Livramento e Uruguaiana todas no Rio Grande do Sul, contando com a aplicação de técnicas de “montagem e atividade de rede de espionagem e contraespionagem, subtração de documentos e raptos de uma personalidade”. O estágio de guerra irregular foi realizado no Amazonas e no Pará, onde os militares desenvolveram técnicas de golpe de mão¹⁰⁰, sobrevivência e apoio à população. Já o estágio de guerra na selva foi feito em Petrolina (BA) e Paulo Afonso (PE), com a aplicação de um exercício que abordava a coordenação da população “civil” em defesa de um “líder” ameaçado de rapto e a destruição da usina da então Companhia Hidrelétrica do São Francisco (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 179).

Entre os estágios ministrados aos primeiros alunos do Curso de Operações Especiais, o que mais chama atenção diz respeito ao estágio sobre técnicas aeroterrestres. Compreendendo técnicas de salto livre, dobragem de paraquedas, suprimento aéreo, construção de pistas de pouso etc., este estágio foi realizado no Xingu (MT) e contou com exercícios de combate na selva e aplicação da *indiologia*, isto é, “conhecimentos relacionados aos hábitos de vida indígena”. Assim,

No dia 20 de julho de 1958, aproximadamente um ano após a viagem de reconhecimento ao Xingu (estado do Mato Grosso)

¹⁰⁰ Segundo o Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército: “ataque violento e de surpresa que se realiza contra uma tropa inimiga estacionada ou uma instalação, com a finalidade de destruí-la, capturar prisioneiros ou material, obter informações, fustigar o inimigo, perturbá-lo ou manter um acidente importante no terreno que serão vitais em operações futuras” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009a, p. G-2).

realizada em 15 de julho de 1957, com a finalidade de levantar dados para a execução do exercício, os alunos e instrutores do curso foram transportados por via aérea e saltaram de paraquedas sobre as margens do rio Tuatuari, região onde estava localizado o Posto Indígena Capitão Vasconcelos (atual Posto Leonardo Villas Bôas). Os militares foram recebidos com curiosidade e gentileza pelos índios e pelo sertanista Orlando Villas Bôas, funcionário do Serviço de Proteção ao Índio.

Contando com o inestimável apoio do renomado sertanista o grupo de instrutores e alunos do COpEsp 57/1 interagiu com várias etnias indígenas que habitavam a área. Por conseguinte, absorveram conhecimentos inerentes às diferentes culturas e obtiveram relevantes informações relacionadas ao terreno e ao clima característicos da região central do Brasil (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 184).

Deste modo, o combate na selva teve sua origem no Curso de Operações Especiais e também sofreu influência norte-americana. Em 1957, uma turma de 15 militares brasileiros, em sua maioria capitães da Arma de Infantaria foram enviados para o *Jungle War Training Center* (Fort Sherman), desenvolvido na Escola das Américas localizada no Panamá e comandada pelo Exército dos EUA (ARAGÃO VIANA, 2020, p. 255; CIGS, 2024)¹⁰¹. De volta ao Brasil, os *jungle experts*, trataram de difundir pela Força Terrestre os conhecimentos adquiridos. Boa parte desta experiência foi replicada no COpEsp e, em um primeiro momento, significou a adoção de instruções nas matas de Ribeirão das Lages (RJ), até que se elaborou os exercícios no Xingu relatados acima (FAN, 2014).

Em julho de 1958, o COpEsp formou sua primeira turma. Dos dezesseis aprovados, seis eram instrutores, monitores ou colaboradores do próprio curso, a começar pelo instrutor-chefe, o Major Gilberto Antônio Azevedo e Silva. Entre os concluintes estava o então primeiro-tenente de infantaria, Thaumaturgo Sotero Vaz, um importante personagem das Forças Especiais brasileiras e que estará presente em alguns episódios relatados ao longo deste capítulo (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 181 e 189). Por enquanto o que nos interessa ressaltar é que a “selva” surge para o Exército Brasileiro dentro das Operações Especiais, pautadas, sobretudo, na guerra não convencional, no

¹⁰¹ A Escola das Américas é uma organização do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, fundada em 1946. Na década de 1960 seu objetivo oficial passou a ser o de ensinar a formação de contra-insurgência anticomunista. Em 2001 foi renomeada para Western Hemisphere Institute for Security Cooperation (WHINSEC). (Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança, em português). Sabidamente este foi um local não somente de doutrinação, mas de formação e transmissão de técnicas de tortura e repressão.

emprego de pequenas frações e na atuação interna ao território nacional. Esta genealogia nos permite localizar, portanto, que o combate na selva inicialmente se expressava para a Força Terrestre num ambiente de difícil acesso para tropas convencionais e suscetível a presença de *focos guerrilheiros* pautados na ideologia revolucionária, na atuação descentralizada e na aproximação com populações nativas da região (PINHEIRO, 2005).

Como se depreende do exposto, foram os militares do Núcleo da Divisão Aeroterrestre que vislumbraram aquele novo inimigo-terreno de atuação, fomentando assim o seu direcionamento para a formação de tropas especiais do Exército. Todavia, a alta hierarquia da instituição produziu um direcionamento totalmente diverso (cujas motivações carecem de maiores esclarecimentos): ao contrário de reconhecer oficialmente o destacamento de forças especiais imaginado pelo Núcleo, foi criado em 1964 o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), a primeira organização militar exclusiva para instruir tropas de natureza especial. A partir daquele momento, a *guerra na selva* foi alçada a um curso próprio, realizado em Manaus e desvinculado da formação paraquedista (ARAGÃO VIANA, 2020, p. 257)¹⁰².

Apesar de contrariar as expectativas institucionais da Divisão Aeroterrestre, foi dada a ela a incumbência de selecionar os militares que realizariam o curso de *Jungle Expert* no Panamá para que futuramente assumissem cargos no recém-criado CIGS. Entre os militares encarregados desta seleção estava Thaumaturgo Sotero Vaz, que posteriormente chegaria a general e que esteve no Panamá ainda em 1962 como instrutor convidado da Escola das Américas. De volta ao Brasil, Sotero Vaz “[...] foi responsável por traduzir para o português todos os documentos necessários para a aplicação do JOTC [*Jungle Operation Training Course*] aos militares brasileiros. No segundo semestre de 1964, servindo junto ao CIAet [Centro de Instruções Aeroterrestres], coube ao capitão Thaumaturgo elaborar um relatório sobre as atividades do *Jungle Warfare Training Center* por solicitação do Gabinete do Ministro do Exército” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, n 14, p. 199). Naquele mesmo ano, Sotero Vaz ainda participou da seleção dos militares brasileiros que viajaram para a Escola das Américas, entre estes estava o então Major Jorge Teixeira de Oliveira, paraquedista que viria a ser o primeiro comandante do CIGS em 1965 (FAN, 2014; CIGS, 2024).

¹⁰² Enquanto isso, o próprio Curso de Operações Especiais somente foi reconhecido oficialmente em 12 de agosto de 1968, por meio de uma Portaria do Ministério do Exército (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 190).

No ano seguinte à volta de Jorge Teixeira do Panamá, em 1966, dois processos significativos ocorreram na organização do Exército em relação às tropas especializadas. De um lado, o Curso de Operações Especiais foi dividido entre o Curso de Ação de Comandos¹⁰³ e o Curso de Forças Especiais¹⁰⁴, com 9 e 21 semanas de duração, respectivamente, e ambos a cargo do Núcleo de Divisão Aeroterrestre (atual Brigada de Infantaria Paraquedista) (PINHEIRO, 2012, p. 41). De outro, em outubro daquele ano deu-se início ao primeiro Curso de Guerra na Selva (CGS)¹⁰⁵ do Exército Brasileiro, composto unicamente por oficiais advindos do Comando Militar da Amazônia, ainda com sede em Belém, e da 8ª Região Militar. Nesta primeira turma foram formados 29 oficiais, entre os quais estavam dois futuros comandantes do CIGS, Gélío Augusto Barbosa

¹⁰³ O Curso de Ações de Comandos qualifica oficiais e sargentos no desempenho de funções que compõem o Comando de Operações Especiais, capacitando militares na execução de operações de “captura, resgate, eliminação, interdição e ocupação de alvos compensadores do ponto de vista estratégico, operacional ou tático, *situado em área hostil ou sob controle do inimigo*, em tempos de paz, crise ou conflito armado, visando contribuir com a consecução de objetivos políticos, econômicos, psicossociais ou militares. Para cumprir tais missões, o batalhão é moldado de forma a ter garantidas as seguintes possibilidades: - realizar infiltrações e exfiltrações terrestres, aéreas e aquáticas; - atuar em qualquer ambiente operacional, particularmente em regiões semi-áridas, de montanha, de planalto e de selva; - conduzir o fogo terrestre, aéreo e naval; - participar em conjunto com outras FOpEsp [Forças de Operações Especiais], de operações contraterrorismo e de guerra irregular; - realizar operações contra forças irregulares; - realizar operações de reconhecimento especial, principalmente em proveito próprio; - realizar outras operações de inteligência de combate; - assessorar outras forças quanto ao emprego dos elementos operacionais de Comandos”. In: <https://www.ciopesp.eb.mil.br/en/curso-de-aco-es-de-comandos.html>. Acessado em 12 de abril de 2024.

¹⁰⁴ “O Curso de Forças Especiais - CFEsp tem por finalidade habilitar o oficial do Exército Brasileiro a planejar, conduzir e/ou realizar operações especiais ou operações com emprego de Forças de Operações Especiais, integrando um Destacamento Operacional de Forças Especiais (DOFEsp), nas funções de Cmt, SCmt, Of Intg e Of Op; habilitar o sargento do Exército Brasileiro a operarem Operações especiais ou operações com emprego de Forças de Operações Especiais, integrando um DOFEsp, nas funções de Armamento, Comunicações, Demolições ou Saúde. Possui a duração máxima de 23 (vinte e três) semanas, com o emprego de técnicas, táticas e procedimentos específicos das operações especiais, conduzindo operações de busca, combate e salvamento, prevenção e combate ao terrorismo, reconhecimento especial, guerra irregular e operações contra forças irregulares, visando a consecução de objetivos políticos, econômicos, psicossociais ou militares relevantes, preponderantemente, por meio de alternativas militares não convencionais. Podem ser conduzidas tanto em tempo de paz quanto em períodos de crise ou conflito armado; em situações de normalidade ou não normalidade institucional; de forma ostensiva, sigilosa ou coberta; em áreas negadas, hostis ou politicamente sensíveis; independentemente ou em coordenação com operações realizadas por forças convencionais; em proveito de comandos de nível estratégico, operacional ou tático”. In: <https://www.ciopesp.eb.mil.br/en/curso-de-forcas-especiais.html>. Acessado em 22 de maio de 2023.

¹⁰⁵ O Curso de Guerra na Selva (CGS) ou Curso de Operações da Selva (COS) forma oficiais e sargentos para atuarem na Amazônia, atualmente “tem a duração de 09 (nove) semanas e são divididos, didaticamente, em 03 (três) fases: Vida na Selva, Técnicas Especiais e Operações. Na primeira fase, o aluno aprende a sobreviver na selva com os meios que ela oferece. Na segunda fase, são ministradas instruções de caráter mais técnico, como: módulos de tiro, módulo de orientação, explosivos e destruições, emprego de aeronaves, dentre outras. Na última fase, o aluno integra os conhecimentos adquiridos nas fases anteriores, atendendo às demandas operacionais do Comando Militar da Amazônia e do Comando Militar do Norte”. In: <https://www.revistaoperacional.com.br/exercito/curso-de-guerra-na-selva/>. Acessado em 12 de abril de 2024.

Fregapani e Nilton Correa Lampert; e um futuro comandante militar da Amazônia, Raymundo Nonato Souza Ferreira (CIGS, 2018; 2021).

Enquanto a guerra na selva e o CIGS seguiram o seu caminho de institucionalização dentro do Exército Brasileiro, o Curso de Operações Especiais parece ter enfrentado maiores percalços para obter maior adesão da instituição. Em 1967, pelas mãos de instrutores da AMAN formados no COpEsp, organizou-se na Academia o Departamento de Instruções Especial (DIESP), depois denominado Seção de Instrução Especial (SIESP), com o objetivo de modernizar a instrução fornecida aos cadetes, preparando-os para a guerra não convencional e centrada, sobretudo, nas armas de Infantaria e Cavalaria. Naquele contexto, se, por um lado, interessava realizar estágios com conteúdos voltados para as técnicas de sobrevivência na selva, fuga e evasão, e ações contraguerrilha, por outro, também estava em questão moldar um certo prestígio dos egressos do COpEsp no seio da tropa, como releva o relato do General Roberto Jugurtha Camara Senna, instrutor do SIESP na época:

Recebemos a orientação do TC [Tenente-Coronel] Jofre, Instrutor Chefe pioneiro, para sermos ‘diferentes’ dos demais instrutores da AMAN. Deveríamos usar uniformes e equipamentos diferentes e, ainda me lembro, a seguinte orientação que nos foi passada: ‘Quando um instrutor do DIESP entrar no Conjunto Principal deve despertar a atenção de todos. Os cadetes têm que espontaneamente parar para ver e admirar esses instrutores’. Realmente um exagero, mas aos poucos isso realmente foi acontecendo. Éramos uma equipe de ‘Comandos’ levando à AMAN novas táticas de guerra e processos de instrução revolucionários e muito mais rigorosos. Vencemos muitos paradigmas, passamos a usar pela primeira vez o uniforme camuflado, o brevê de Comandos no ombro, boina preta, pistola, faca e equipamento de montanha. Algumas vezes entrávamos no Conjunto Principal de mochila e fuzil, aliás sem muita razão, a não ser, para sermos diferentes. Acho que isso deu certo pois éramos quase que ‘endeusados’ pelos cadetes (CAMARA SENNA, 2020, p. 53-54).

As instruções especiais parecem ter enfrentado certa resistência por parte de outros instrutores “mais tradicionais” da AMAN (CAMARA SENNA, 2020, p. 58), uma realidade que espelhava a situação das operações especiais dentro do Exército naquele período, tanto é que este tipo de atividade só foi reconhecida oficialmente por uma

Portaria Ministerial de 12 de agosto de 1968, que também criou o Destacamento de Forças Especiais (DFEsp), primeira unidade de operações especiais do Exército (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 206). Enquanto isso, o Centro de Instrução de Guerra na Selva já contava com pelo menos dois anos de experiência formando *guerreiros de selva*.

Deste modo, se nos anos 1960 a *guerra revolucionária* passou de objeto de seminários e de uma discreta reformulação doutrinária da Força, para uma certa presença na formação das futuras gerações do Exército, isso se deveu ao contexto da Ditadura Militar e o desencadeamento da luta armada em ambiente urbano e rural. A seguir detalharei como a Amazônia e, posteriormente, a atuação guerrilheira, adentraram no horizonte militar a partir de uma experiência marcante na história da instituição, a Guerrilha do Araguaia (1972-1975), reforçando a importância do emprego de tropas especializadas na selva amazônica e revelando o imbricamento entre as Forças Especiais e a Guerra na Selva.

2.2 A GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1975)

1973
 No Araguaia
 Operações
 Contra-guerrilha, missões reais
 Xambioá
 Foi em Xambioá, foi em Xambioá
 Quem nunca ouviu que fique a escutar
 Contos de glória que agora vou contar

Quando era pequeno meu pai sempre dizia
 Ei meu filho lá estive a atuar
 Vi guerrilheiros na mata a tombar
 E para casa nunca mais voltar
 [...]
 Cabo mateiro, a frente a avistar
 Ordem a patrulha, na selva infiltrar
 Tem guerrilheiro na mata a emboscar
 Pára-quedistas chegavam pelo ar
 [...]
Fiz emboscadas para eliminar
 Vi o inimigo com medo no olhar
 E o desespero em sua alma a reinar

E lá havia Dina a guerreira¹⁰⁶

Dina guerreira, Dina guerrilheira
Sua astúcia era de invejar
Sua liderança de admirar
Informes sobre ela ninguém queria dar

Mas passos para morte a Dina deixou
Sua silhueta na mata revelou
Um comando sua cabeça arrancou
Um preço caro a Dina pagou
Por isso meu filho se alguém lhe perguntar

Se seu pai esteve em Xambioá
Diga com orgulho ‘meu pai esteve lá’
Foi em Xambioá que cumpri nobre missão
[...].

A canção de Treino Físico Militar (TFM) transcrita acima segue com menções à possibilidade de a guerrilha voltar a “incomodar”, e em sua última estrofe, reitera o papel dos militares brasileiros em defenderem a “querida Nação”, mantendo sua “integridade”, “seja na selva, na montanha ou no sertão”.

Frequentemente referida nas mídias digitais como uma canção proibida dentro do Exército Brasileiro, são evidentes as menções ao aniquilamento de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que atuaram em um foco guerrilheiro na região conhecida por Bico do Papagaio, situada em uma área fronteira de selva amazônica entre o sudeste do estado do Pará, norte de Goiás (atual Tocantins) e sudoeste do Maranhão, e caracterizada pela confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Tratava-se da Guerrilha do Araguaia, que ali havia se estabelecido desde pelo menos 1966 (PEIXOTO, R., 2011, p. 480).

O Brasil estava nos *anos de chumbo*, com a presidência do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o terceiro governo militar responsável pela elaboração do I Projeto Nacional de Desenvolvimento (PND) e do Programa de Integração Nacional (PIN). Na esteira de iniciativas como a criação da Superintendência de Desenvolvimento

¹⁰⁶ “Dinalva Conceição Oliveira Teixeira (1945-1973/74?). Participou ativamente do movimento estudantil nos anos de 1967/68, sendo, por isto, presa. Em maio de 1970, seguiu com o marido para o Araguaia, passando a utilizar o codinome Dina. Foi uma das guerrilheiras mais respeitadas e admiradas pela comunidade da região, e sobre ela existem muitas lendas e mitos. Foi a única mulher a ter o cargo de vice-comandante na guerrilha” (ARAGÃO VIANA, 2020, p. 281).

da Amazônia (SUDAM), ainda em 1966, o PIN objetivava “[...] ocupar os grandes espaços vazios da Amazônia com os excedentes populacionais do Nordeste, pondo em sintonia de forma complementar as duas regiões mais pobres do país” (OLIVEIRA FILHO, 2021, p. 9).

Baseado no lema “terra sem homens, para homens sem terras”, o governo Médici pretendia *colonizar* a Amazônia com a instalação de núcleos habitacionais (agrovilas), imaginados como a solução para o subentendido *vazio demográfico* e a urgente necessidade de *integração* não somente geográfica, mas econômica, política e social daquela porção do país, por meio de um programa de povoamento “ordenado” e “racional” (MATOS, 2010, p. 59). Dentro desta lógica, a Ditadura Militar passou a incentivar a construção de rodovias – como as de Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, e a mais famosa delas, a Transamazônica, que ligaria Cabedelo, na Paraíba, à Lábrea, no Amazonas, passando, assim, pelos estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, com uma extensão total de 4.269 km (NAURINETE et al., 2021, p. 177). Apesar da grandiosidade, em pouco tempo, aqueles empreendimentos se revelaram desastrosos para os povos indígenas e populações rurais e ribeirinhas que lá habitavam, sobretudo após a descoberta da atividade guerrilheira na região do Bico do Papagaio e a posterior instalação de bases militares nas cidades de Xambioá (TO) e Marabá (PA) (PEIXOTO, R., 2011).

Definido enquanto um conflito armado de guerrilheiros e militares entre os anos de 1972 e 1975, o combate à Guerrilha do Araguaia mobilizou em torno de 10.000 homens do Exército Brasileiro, e pode ser subdividido em seis episódios de ações operacionais¹⁰⁷. A primeira campanha, apelidada de *Operação Peixe*, foi conduzida entre março e maio de 1972, contando com recrutas do 2º Batalhão de Infantaria de Selva (Belém), militares da Brigada Paraquedista (divididos em um destacamento de forças especiais e uma companhia de infantaria), uma equipe de inteligência da 3ª Brigada de

¹⁰⁷ Segue-se a periodização adotada por Aragão Viana (2020), por meio da sucessão das seguintes operações entre 1972 e 1975: Operação Peixe (março e maio de 1972), Operação Presença (junho a setembro de 1972), Operação Papagaio (15 de setembro a 7 de outubro de 1972), Operação Sucuri (fevereiro a setembro de 1973), Operação Marajoara (3 de outubro de 1974 a 30 de setembro de 1975) e Operação Limpeza, que visava a supressão de corpos e documentos (de 1975 até os anos 1990). Tal periodização não é consensual nos trabalhos sobre a Guerrilha do Araguaia. Naurinete et al. (2021), por exemplo, reconhece apenas três campanhas de cerco e aniquilamento; já a Comissão Nacional da Verdade utiliza a seguinte demarcação temporal: “descoberta dos guerrilheiros no Araguaia (1972); operação de informações e primeira campanha (abril a junho de 1972); Operação Papagaio (setembro de 1972); Operação Sucuri (maio a outubro de 1973); e Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974)” (CNV, 2014, p. 686).

Infantaria e agentes do Centro de Informações do Exército, da Aeronáutica e da Marinha. Com objetivo de averiguar a existência de um foco guerrilheiro na região, a campanha terminou com nove guerrilheiros presos e com a morte do cabo do Exército, Odílio Cruz Rosa (ARAGÃO VIANA, 2020, p. 275-276).

Já entre junho e setembro de 1972, foi desencadeada a *Operação Presença*, que contou com cem militares da 3ª Brigada de Infantaria e do 10º Batalhão de Caçadores. Nesta operação, as Forças Armadas realizaram Ações Cívico-Sociais (ACISOs)¹⁰⁸, enviando médicos, dentistas, equipes de combate à malária e técnicos do Instituto Nacional de Colonização Agrária (INCRA) para demarcação de terras. Ao mesmo tempo que esses profissionais atendiam a população local e recolhiam informações sobre a região, o destacamento de forças especiais da Brigada Paraquedista vasculhava a área em busca do corpo do Cabo Cruz Rosa. Este Destacamento conduzia operações de “caça” na região, e não de manutenção ou patrulha territorial, e era comandado pelo então Major Thaumaturgo Sotero Vaz, que, como dito na seção anterior, foi um dos primeiros militares a realizar o curso de *jungle expert* no Panamá e posteriormente selecionar militares que frequentariam o mesmo curso e comporiam os quadros do recém-criado Centro de Instrução de Guerra na Selva. Para essas operações, além das técnicas de tortura física e psicológica aprendidas na Escola das Américas, o próprio CIGS passou a receber militares franceses veteranos da Indochina e da Argélia que ministravam pessoalmente o curso de “Técnicas de Interrogatório” (CNV, 2014, p. 264; PASSOS, 2023, p. 5). Anos mais tarde, o próprio Sotero Vaz, ao ser perguntado sobre o “peso da tortura”, chamaria atenção para a importância daquelas técnicas:

Tem que aproveitar o momento psicológico da prisão. Nesse momento, se não for arrancada a informação, se o cara não abrir a boca, ele não vai falar nunca. A tortura só faz falar as pessoas fracas, porque o cara pode inventar para se livrar. E na selva, ele inventa também¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Segundo o Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército, é o “[...] conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações militares das forças armadas, nos diversos níveis de comando, com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. Além da natureza assistencial, também se insere como assunto civil e colabora nas operações psicológicas” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009a, p. A-2).

¹⁰⁹ <https://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=31339&cat=Artigos&vinda=S>. Acessado em 18 de abril de 2024.

Posteriormente, entre setembro e outubro de 1972, a *Operação Papagaio* contou com um esforço conjunto do Exército, Marinha e Aeronáutica, que enviaram para o Bico do Papagaio um contingente de 3.250 homens. “A manobra foi realizada no quadro tático da guerra revolucionária em ambiente de selva, comportando operações contraguerrilha, ocupação de pontos e suprimento da tropa pelo ar, além do desencadeamento de operações psicológicas¹¹⁰ e novas ações cívico sociais. Os militares deixariam a região após vinte dias, contando-se oito guerrilheiros mortos, todos em confronto armado” (ARAGÃO VIANA, 2020, p. 277).

Segundo se afirma, as campanhas realizadas até outubro de 1972 terminaram com um saldo positivo para os guerrilheiros, quadro que se alteraria a partir da *Operação Sucuri*, executada entre novembro de 1972 e setembro de 1973, e caracterizada por um intenso trabalho de operações de informações e de infiltração de cabos e soldados no terreno de forma descaracterizada. O Coronel Nilton Correa Lambert (comandante do CIGS entre 1990-1991) relembra a preparação, pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva, de militares vindos do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus - AM), e que foram enviados para Xambioá:

Eu era instrutor [...] e participei junto com a equipe do CIGS: preparar uma tropa para ir para Xambioá. A primeira tropa. Era uma companhia especial, tinha gente descaracterizada, internaram lá na BI-1 [Base de Instrução Marechal Rondon]. ‘Pintão’, o nosso General [Carlos Alberto] Pinto Silva, era o chefe da seção de selva; Ubiratan era o instrutor; Paulo César e Jarbas [...] e eu encarregado da logística. Eu ia para o mercado, para a ‘beirada’, para comprar roupa, sapato que descaracterizava os cabos velhos, soldados velhos que iriam para lá¹¹¹.

Além de tropas especializadas e descaracterizadas, foram construídas três estradas operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3) ao longo da rodovia Transamazônica e na área de atuação da guerrilha, o que facilitou a movimentação das tropas, que também passaram

¹¹⁰ Segundo o Manual de Operações Psicológicas, trata-se de “um conjunto de ações de qualquer natureza, destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões de um grupo social, com a finalidade de obter comportamentos predeterminados”. In: <https://pt.slideshare.net/DanielFXA/manual-de-campanha-operaes-psicologicas-c-454>. Acessado em 15 de abril de 2024.

¹¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=JjI6EmqX5rA&t=2689s> a partir do minuto 43:50. Acessado em 12 de abril de 2024. Como dito acima, Carlos Alberto Pinto Silva posteriormente foi um precursor da ideia de guerra híbrida entre militares brasileiros. Para uma investigação detalhada de seu papel (cf. HECK, 2023).

a ser reforçadas pela criação em 31 de janeiro de 1973 do 52º Batalhão de Infantaria de Selva com sede em Marabá, que foi criado juntamente com outros quatro Batalhões às margens daquela rodovia: 50º BIS (Imperatriz - MA), 51º BIS (Altamira – PA), 53º BIS (Itaituba – PA) e 54º BIS (Humaitá - AM)¹¹² (DINIZ, 1994, p. 115; NAURINETE et al., 2021, p. 181). Durante esta fase, os militares operavam em patrulhas de cinco a dez homens munidos com armas e equipamentos leves. O destacamento de forças especiais, por exemplo, ficou responsável por treinar os Grupos de Autodefesa (GADs), “[...] formação composta por habitantes das diferentes localidades distribuídas pela região. A prática tinha o objetivo de proteger a população local dos justicamentos realizados por integrantes da FOGUERA [Força de Guerrilha do Araguaia] contra os colaboradores das FA, e que também pudessem integrar as patrulhas (Equipes Zebra) de captura de guerrilheiros, procedimento que foi incorporado à doutrina das OpEsp [Operações Especiais] do EB” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 216).

FIGURA 1 - OPERADOR DE FORÇAS ESPECIAIS E NATIVOS DE UMA EQUIPE ZEBRA NA CAMPANHA DO ARAGUAIA



Fonte: (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 323).

Com um rico levantamento de informes sobre a localização, a forma de atuação e sobre a rede de apoio dos guerrilheiros, as Forças Armadas colocaram em prática a *Operação Marajoara* entre o período de outubro de 1973 e dezembro de 1974, contando com um total de 750 homens divididos em três grupos de 250 militares – destes, 130

¹¹² <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71785-31-janeiro-1973-420069-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 11 de abril de 2024.

pertenciam aos efetivos de Manaus, especializados em guerra na selva e com bastante treinamento, pois haviam participado das duas fases anteriores; 110 pertenciam à Brigada Paraquedista e os demais pertenciam ao Comando da Operação e à área de Inteligência. Segundo o jornalista Hugo Studart, “a ideia era formar patrulhas mistas. Nas campanhas anteriores, os pára-quedistas mostraram-se agressivos em combate a céu aberto, mas vacilantes na selva. Já os comandos da selva a dominavam bem, mas na hora de trocar tiros não se mostravam resolutos” (STUDART, 2006, p. 226-227). Foram estes efetivos de tropas especiais que realizaram o cerco e aniquilamento da guerrilha, com ordens para não deixar prisioneiros.

Durante a Operação Marajoara, além dos guerrilheiros, os camponeses da região também foram submetidos à vigilância, perseguições, coação, prisões ilegais, torturas e execuções, realizadas em bases militares localizadas em Marabá e Bacaba no estado do Pará e em Araguaína e Xambioá no estado do Tocantins (NAUERINETE et al., 2021, p. 181). Nesta última cidade - exaltada pela canção de TFM transcrita no início desta seção - a base militar foi instalada ao lado de uma pista de pouso, de onde partiam helicópteros e aviões monomotores que realizavam sobrevoos de reconhecimento, bem como o transporte de prisioneiros capturados na selva. Para esta mesma base foi levado em abril 1974 o corpo de Osvaldo Orlando da Costa, o “Osvaldão”, tenente da reserva do Exército e um dos pioneiros da guerrilha na região¹¹³. Segundo o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*, após ser transportado pendurado morto em um helicóptero, “Osvaldão” teve sua cabeça decepada e seu cadáver violado com chutes, pedradas e pauladas deferidas por militares, “[...] sendo finalmente queimado e jogado no buraco conhecido como ‘Vietnã’ (vala situada ao final da pista de pouso da Base Militar de Xambioá), onde eram lançados mortos e moribundos” (BRASIL, 2007, p. 250 apud PEIXOTO, R., 2011, p. 487). As decapitações haviam se tornado prática corrente entre os militares que atuavam na região desde pelos menos o início da Operação Marajoara (STUDART, 2006, p. 245-247).

Sobre a experiência do Araguaia, João Roberto Martins Filho (2008) destaca a forte influência exercida pela doutrina francesa da guerra revolucionária exercida entre os militares brasileiros, permitindo estabelecer uma conexão quase que direta entre os conflitos na Argélia e as campanhas no Bico do Papagaio. Tanto lá quanto aqui,

¹¹³ “Osvaldão” cursou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, e muito provavelmente sua morte também foi utilizada como exemplo para o público interno do Exército Brasileiro. In: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/osvaldo-orlando-da-costa/>. Acessado em 13 de fevereiro de 2025. Agradeço Marcelo Pimentel Jorge de Souza por esta informação.

crystalizou-se a ideia de que “guerrilha se combate com guerrilha”, nas palavras do General Álvaro de Souza Pinheiro, ferido no Araguaia em 1972 e considerado o “padrinho” ou “guru” das Forças Especiais no Brasil (LEIRNER, 2020, p. 266). No plano operacional, ao constituir-se na experiência de combate mais realista vivida pelas tropas especiais do Exército, o Araguaia significou a introjeção de determinados ensinamentos presentes na doutrina militar até os dias atuais.

O primeiro deles foi a utilização de efetivos militares distribuídos pelo terreno em destacamentos, isto é, no máximo doze militares, porém fortemente especializados (advindos, sobretudo, dos batalhões de infantaria de selva e dos batalhões de infantaria paraquedista). Em segundo lugar, o Exército aprendeu que neste tipo de conflito a população se tornava o centro de gravidade das ações guerrilheiras, necessitando que fossem desencadeadas “operações de informação¹¹⁴ e operações psicológicas¹¹⁵ junto à população local, e sendo empregados em missões selecionadas de ação direta contra o inimigo interno” (PINHEIRO, 2005 [1995]). No caso específico do Araguaia, a população do Bico do Papagaio foi utilizada como guias (indivíduos que conhecem a área e auxiliam no direcionamento da tropa) e mateiros (indivíduos familiarizados a identificar e seguir rastros) (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, n. 20, p. 226).

No plano geral, a Amazônia fornecia os traços gerais para uma instituição que não apenas imaginava a si mesma como responsável por organizar a *Nação*, como também de garantir sua integridade territorial, daí vinham boa parte dos projetos da Ditadura Militar de ocupação da região, via agrovilas e rodovias, mas também por meio de instalações militares. Desde então os Pelotões e Batalhões de Infantaria de Selva na Amazônica seguem sendo compreendidos como pontas de lança do combate ao *vazio demográfico* na região, a partir dos quais se realizam, entre outras atividades, Ações Cívico-Sociais, uma importante via de realização de operações psicológicas entre populações “civis” (PASSOS, 2023). Assim, ainda hoje perdura um quadro em que “[...] enquanto os infantes de selva e os especialistas das forças especiais se internam na selva

¹¹⁴ Segundo o Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército: “ações coordenadas que concorrem para a consecução de objetivos políticos e militares. Executadas com o propósito de influenciar um oponente real ou potencial, diminuindo sua combatividade, coesão interna e externa e capacidade de tomada de decisão. Atuam sobre os campos cognitivo, informacional e físico da informação do oponente, e, também, sobre os processos e os sistemas nos quais elas trafegam, ao mesmo tempo em que procuram proteger forças amigas e os respectivos processos e sistemas de tomada de decisão. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009a, p. A-2).

¹¹⁵ Ver nota n° 110 supra.

[...], os profissionais da área de saúde do Exército prestam assistência médica e odontológica aos habitantes da área onde se realiza o exercício”, como forma de estabelecer uma cumplicidade entre os nativos da região e a Força Terrestre (MARQUES, 2007, p. 104-105).

Porém, o conflito no Araguaia não deixou uma herança apenas no sentido operacional para as Forças Armadas. Na medida em que a própria doutrina da guerra revolucionária preconizava uma justificativa plausível para uma atuação militar que se dava nos limiares da política, da ideologia e da guerra, objetivando combater “inimigos” dos mais variados possíveis (MARTINS FILHO, 2008, p. 47), não demorou muito para que a Amazônia e suas populações nativas (indígenas e não indígenas) ocupassem um relevante espaço nas estratégias da instituição militar, interessado, sobretudo, em atuar nos conflitos fundiários da região e na política indigenista do país. Na próxima seção, analiso como a região do Bico do Papagaio e de Serra Pelada transformaram-se em laboratórios para uma política militar cujo raio de ação se estendeu por todo o país, com efeitos para as políticas de demarcação e de presença militar em terras indígenas para além do fim da Ditadura Militar.

2.3 A COALIZAÇÃO DE SEGURANÇA NACIONAL: DO BICO DO PAPAGAIO AO CALHA NORTE

No Exército Brasileiro somos mais de 200 mil militares [...] e temos a capacidade de tomar as rédeas de mais de 200 milhões de habitantes

General Edson Leal Pujol¹¹⁶.

Marcada por torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres, a região do Bico do Papagaio, em especial as cidades de Marabá (PA) e Imperatriz (MA), foi transformada em Área de Segurança Nacional ainda em 1971 – o que significava a total ausência de autonomia política daquela porção do país –, seguindo-se das construções da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (Santarém - PA), em novembro de 1976 (NAURINETE et al, 2021, p. 181). Por conta do histórico da presença da guerrilha e dos conflitos fundiários que

¹¹⁶ https://x.com/olemos_gui/status/1734755478536618299. Acessado em 23 de novembro de 2024.

passaram a envolver a Igreja Católica e organizações camponesas, ambas contrárias aos planos de colonização da região levados a cabo pela Ditadura Militar; combinado com a confirmação das jazidas de ferro da Serra dos Carajás (descoberta em 1967) e de ouro em Serra Pelada (janeiro de 1980), a Amazônia entrou de vez na área de interesse daquilo que Eugênio Diniz chamou de *Coalizão de Segurança Nacional*, isto é, uma “[...] articulação formal e informal estabelecida entre a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN), o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o sistema CODI-DOI-CIE”, que além de apresentarem uma forte solidariedade de interesses e laços institucionais entre si, também almejavam atuar tanto nos conflitos fundiários quanto da política indigenista na região (DINIZ, 1994, p. 97).

Com participação direta na repressão à Guerrilha do Araguaia, Eugenio Diniz chama a atenção para dois atores que nos anos subsequentes passaram a ser centrais para a atuação da *Coalizão*. De um lado, o General Hugo de Andrade Abreu, comandante da Brigada Paraquedista entre 1970 e 1974, sendo um dos responsáveis pela Operação Marajoara; e que em 1975 se tornou Secretário-Geral do CSN do governo Geisel (1974-1979). De outro, o Major Sebastião Curió Rodrigues de Moura, que durante as campanhas no Araguaia, se apresentava como Major Marco Antônio Luchini e que, posteriormente, se tornou uma espécie de “vice-rei” do Bico do Papagaio (DINIZ, 1994, p. 111).

Fortemente associado à criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), subordinado à SG/CSN, Curió se tornou interventor em Serra Pelada em 1980, que passou a ser um dos destinos do grande contingente de mão-de-obra que havia se deslocado para a Amazônia em função da abertura de rodovias e dos programas de colonização que ofereciam terras a preço baixo. Alçado à condição de única autoridade “civil” e militar da região, Curió “[...] desarmou a população e acabou com as brigas e mortes por causa de mulheres, sorteou os barrancos e criou alguma ordem numa terra sem lei”. Ao impedir que o ouro fosse explorado de forma mecanizada por empresas do setor mineral, o Major angariou o prestígio de garimpeiros e consolidou o objetivo imaginado pelo GETAT de rearticular lideranças políticas locais com o Governo Federal, barrando qualquer florescimento de iniciativas ligadas à Igreja Católica (por meio da Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário) e aos movimentos sem-terra. Com o “sucesso” da estratégia, Curió conquistou uma cadeira no Congresso Nacional como deputado federal em 1982, e a experiência do GETAT foi ampliada para todos os conflitos de terra do país por meio da criação do Ministério Extraordinário para Assuntos

Fundiários (MEAF), também subordinado à SG/CSN, retirando de vez a questão fundiária da área de influência do Ministério da Agricultura e transferindo-a para a esfera da Coalização de Segurança Nacional (DINIZ, 1994, p. 129-135).

Aos olhos militares, a tarefa de “[...] alocar incentivos fiscais e linhas de crédito subsidiado a fim de atrair empresas na região, abrir programas de colonização pública e, finalmente, implementar grandes projetos agropastoris, minerais e florestais” (ALBERT, 1991, p. 37-38), somente seria possível se fossem barradas quaisquer iniciativas que aprofundassem os conflitos por terras na região – o que em certa medida foi solucionado com o sucesso da estratégia do Major Curió, no plano local, e do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, em um plano nacional. Porém, outra questão que perpassava o problema fundiário era a situação das populações indígenas na região. Em relação a elas considerava-se de suma importância “[...] liberar os recursos naturais das terras indígenas à exploração em grande escala e administrar as consequências sociais do avanço desta nova fronteira econômica”, processo que acabou se revelando numa verdadeira inoperância na proteção destas populações e que resultou já em 1967 em denúncias de corrupção e de demais formas de conivência com o extermínio, a exploração e a expropriação dos índios por parte do Serviço de Proteção aos Índios - SPI (ALBERT, 1991, p. 38).

Em decorrência daquele processo, naquele mesmo ano, a Ditadura Militar decidiu extinguir o SPI e criar, em seu lugar, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Posteriormente, promulgou uma nova legislação indigenista baseada no Estatuto do Índio - Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973¹¹⁷ - que forneceu as orientações gerais da própria atuação daquele órgão. Essas orientações revelaram um paradoxo de discurso protecionista de terras indígenas e de assistência a estas populações, combinado com dispositivos altamente lesivos aos índios:

[...] disposições discriminatórias de controle político (como a tutela jurídica da FUNAI sobre os índios considerados “relativamente incapazes”), disposições assimilacionistas (como o pressuposto da transitoriedade da condição indígena) e disposições expropriativas como o não reconhecimento da propriedade indígena, a previsão de remoção de grupos por razões de segurança nacional ou para a realização de obras públicas, a

¹¹⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm acessado em 04 de novembro de 2021.

autorização de mineração por estatais e a tolerância de contratos de arrendamento em terras indígenas) (OLIVEIRA FILHO 1985 apud ALBERT, 1991, p. 39).

Não por acaso, após a publicação do Estatuto, os processos de demarcação das terras indígenas passaram a ser extremamente morosos, realizados quase sempre em situações de emergência e, não raro, acompanhados de forte reivindicação pública por parte das populações indígenas e seus aliados políticos. Como seria de se esperar, estas reivindicações preocuparam os militares que, a partir de 1980, produziram uma extrapolação dos processos demarcatórios para além da FUNAI. É neste contexto que a delimitação das terras indígenas passou para um grupo de trabalho interministerial (GTI) de participação dos ministérios do Interior (MINTER) e de Assuntos Fundiários (MEAF) - sendo este último controlado pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), como exposto anteriormente. Com o GTI, a orientação geral para procedimentos de delimitação de terras era de se levar em conta os empreendimentos econômicos de terceiros já existentes nestas regiões, orientação posteriormente acompanhada pela autorização para que empresas privadas instalassem empreendimentos de mineração dentro de terras indígenas (ALBERT, 1991, p. 40).

Contudo, embora o país já estivesse em vias da abertura política desde pelo menos 1982, e que tal processo significasse um refluxo do controle militar sobre a política indigenista, especialmente na demarcação de terras, Bruce Albert relata que esse refluxo foi momentâneo:

[...] a tutela militar sobre esta questão continuou a manifestar-se, ainda que discretamente, num processo de quase paralisação dos trabalhos do GTI encarregado de definir as delimitações de terras indígenas. Assim, entre março de 1983 e março de 1985, o GTI só havia aprovado 14 das 50 propostas de delimitação recebidas da FUNAI (Olivera Filho & Almeida 1985). Em meados de 1986, 36 casos aprovados encontravam-se ainda bloqueados pelo MINTER [...] (ALBERT, 1991, p. 40)

É justamente neste contexto de redemocratização, que se intensificou a atuação da Coalizão de Segurança Nacional na elaboração do Projeto Calha Norte (PCN), um projeto sigiloso que foi concluído em 1985, mas que veio a público somente em 1986. O

PCN privilegiava quatro pontos básicos: a) aumento da presença militar na fronteira; b) incremento das relações bilaterais; c) demarcação das fronteiras; d) política indigenista apropriada à região (OLIVEIRA FILHO, 1991, p. 334 e 341).

Em primeiro lugar, deve-se destacar que além de ter sido concebido sem a participação do Congresso Nacional ou mesmo da sociedade de forma geral, o PCN não apresentava uma estrutura rígida e sistemática de um programa ou plano, bem como não instituíam um grupo ou unidade que atuasse de modo permanente em sua elaboração e execução – o que o difere radicalmente de todos os programas ou planos até então voltados para a Amazônia. “Trata[va]-se da formulação de um conjunto coerente de orientações e metas com as quais deve[riam] vir a compatibilizar-se *todas as iniciativas governamentais voltadas para aquela região*”, para as quais “[...] inexíst[ia] um agente claramente responsabilizado, que serv[iria] como um possível interlocutor para as forças sociais afetadas por suas intenções e decisões”. Quem decidia, em última instância, era o Presidente da República assessorado pela mesma Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (OLIVEIRA FILHO, 1991, p. 325-326, *itálico meu*).

Porém, mesmo inexistindo qualquer organização interna rigidamente estipulada, segundo Oliveira Filho (1991), o PCN não parecia apresentar nenhuma paralisia ou casos de confusão administrativa, uma vez que existia a própria estrutura sólida e poderosa da SG/CSN, que embora tivesse realizado a confecção do Projeto, paradoxalmente, não era concebida legalmente como o órgão responsável por sua gestão.

Em segundo lugar, deve-se ressaltar que o PCN foi concebido enquanto um projeto predominantemente militar. Evidência disso era a própria destinação das verbas do projeto: “[...] reunidos, os Ministérios Militares consumiam 78,2% das verbas do Calha Norte. Partes menores cabiam ao Ministério das Relações Exteriores (2,1%), para diversas finalidades (demarcação de fronteiras, ampliação da rede consular, cooperação técnica e secretaria pró-tempere do Tratado de Cooperação Amazônica), e à SEPLAN (0,8%) para administração e acompanhamento financeiro geral”. Boa parte desses recursos destinados aos ministérios militares foram dedicadas à construção e ampliação de quartéis, aeroportos e bases navais na região (OLIVEIRA FILHO, 1991, p. 327). Data deste período a construção, entre outras organizações militares pela Amazônia, do 23^o Batalhão Logístico de Selva (23^o B Log Sl – Marabá/PA), em dezembro de 1985; da 2^a Companhia de Comunicações de Selva (23^a Cia Com Sl – Marabá/PA), em outubro de

1986 e do 33^o Pelotão de Polícia do Exército (33^o Pel PE – Marabá/PA), em junho de 1987 (NAURINETE et. al., 2021, p. 183).

Por outro lado, se o PCN significou melhorias estruturais para as Forças Armadas na Amazônia, do ponto de vista da política indigenista, o Projeto emergiu como mais uma tentativa por parte dos militares de exercer influência sobre a temática, especialmente no que tange à exploração de riquezas minerais em terras indígenas. Nesse contexto, o caso do Alto Rio Negro (ARN) parece ter sido paradigmático.

Um primeiro estudo da Funai para a demarcação da região do ARN data de meados dos anos 1970. Na ocasião, foi reconhecida a “ocupação indígena” de três áreas contíguas: Pari Cachoeira, Iauaretê e Içana-Aiari. No entanto, a “declaração de ocupação [...] estava longe de significar demarcação e não satisfez as lideranças locais e regionais, que continuaram a reivindicar a delimitação do Alto Rio Negro como área única” (IUBEL, 2019, p. 203-204). De um lado, a Associação da União da Comunidade Indígena do Rio Tiquié (Ucirt) buscou dialogar com o Ministério do Interior, com a Funai e com o Conselho de Segurança Nacional, apresentando a sua mais antiga reivindicação: a demarcação da região como reserva indígena contínua.

O ano era 1986, e à frente do CSN estava o General Rubens Bayna Denys, que logo rechaçou a proposta da Ucirt por entender que se tratava “de uma região localizada na faixa dos 150km ao longo da fronteira considerada como ‘área de segurança nacional’ e argumentou que a reserva indígena não permitia a entrada de brancos e que o ‘estado de aculturação’ dos índios da região também não justificava uma tal medida”. O general propunha então a criação de Colônias Agrícolas Indígenas destinadas à exploração agropecuária por não índios e por índios considerados “aculturados”, além da promessa de que futuramente cada família indígena poderia adquirir um lote com seu título de propriedade. Apesar da recusa inicial desta proposta pela Ucirt, as lideranças indígenas, como forma de conquistarem uma área indígena contínua, propuseram abrir mão da parte sudoeste de seu território em benefício da empresa mineradora Paranapanema, que desde 1985 explorava jazidas de ouro na Serra do Traíra dentro da reserva indígena de Pari Cachoeira. A proposta foi aceita com júbilo pelo CSN, que firmou um “acordo de honra” entre a Associação e a Paranapanema, “isto sem consultar os índios Maku que acabaram pagando com suas terras o acordo firmado entre a Ucirt e a Paranapanema e também sem

que o procedimento legal de regularização das terras indígenas fosse respeitado” (BUCHILLET, 1991, p. 108-109).

De outro lado, demais lideranças contestavam a instalação do Projeto Calha Norte na região. Segundo estas lideranças, ao contrário do que defendiam a Ucirt, a Funai e o CSN, o PCN pouco contribuiria para a educação, saúde, transporte e desenvolvimento econômico, sendo, na verdade, uma importante via de acesso para o reforço da presença militar na área. Essas divergências foram expostas na “II Assembleia das Organizações Indígenas do Rio Negro”, realizada entre 28 e 30 de abril de 1987, e resultaram na reivindicação de cerca de 300 líderes indígenas de que a suas terras fossem demarcadas como área indígena e não como Colônias Agrícolas Indígenas. Diante deste impasse, o CSN propôs uma solução intermediária: a demarcação de Pari Cachoeira na forma de Colônias Indígenas, figura inventada pela circunstância e “legalizada” em 26 de janeiro de 1988, quando uma portaria interministerial (nº 012) declarava de “posse permanente” dos índios das famílias linguísticas Tukano e Maku a Terra Indígena Pari Cachoeira subdividida em três Colônias Indígenas (Pari Cachoeira I, II e III) e duas Florestas Nacionais, que as envolvem parcial ou totalmente (caso de Pari Cachoeira III) (BUCHILLET, 1991, p. 110-111).

No caso do Alto Rio Negro, as Florestas Nacionais, criadas por esforço do CSN, significaram a redução dos territórios indígenas em pelo menos 14% em relação às propostas demarcatórias da Funai e deixaram aberta a possibilidade de empresas mineradoras controlarem a exploração dessas áreas, uma vez que as populações indígenas de Pari Cachoeira têm apenas o direito de “uso preferencial” das Florestas. Paralelo a isso, o CSN foi feliz em vender a ideia de que a perda territorial teria uma compensação socioeconômica via o Projeto Calha Norte por meio da construção de hospitais e escolas na região. Na prática, tudo não passou de uma estratégia de retomada militar do Alto Rio Negro, que se efetivou em dois movimentos: “[...] em primeiro lugar, através da construção ostensiva de estruturas sanitárias e escolares que venham duplicar e esvaziar as dos missionários asfixiadas pela falta de recursos financeiros; em segundo lugar, através do reforço da infra-estrutura militar regional pela instalação em três pontos da região (Iauareté, São Joaquim e Querari) de quartéis destinados aos ‘pelotões especiais de fronteira’”. Isto é, os militares encastelados no CSN, utilizaram-se do PCN como ponta de lança de uma estratégia que a um só golpe abriu as terras indígenas para a iniciativa

privada e sufocou a influência da Igreja Católica na região (BUCHILLET, 1991, p. 113-115).

Ao mesmo tempo, em um plano mais geral, o Calha Norte não alterou a atuação do que a Funai já vinha realizando: uma atuação que privilegiava seu viés autoritário e burocrático, o seu desconhecimento das necessidades e das aspirações indígenas e a sua baixa capacidade de conviver com iniciativas e formas de organização que provêm dessas populações (OLIVEIRA FILHO, 1991, p. 331).

Assim, para Oliveira Filho,

O Calha Norte foi um balão-de-ensaio para a progressiva retomada da influência do CSN [Conselho de Segurança Nacional] junto à Presidência da República, *com uma temática que parecia de competência dos militares e prescindindo de consulta ou mobilização das forças políticas*. À medida em que a transição democrática enfrentava maiores obstáculos políticos, o CSN conseguiu recuperar seu prestígio como órgão de assessoramento direto e de plena confiança do Presidente, um papel que os intelectuais e técnicos vinculados aos partidos não perceberam ou não quiseram desempenhar. É essa estrutura, herança de um outro Brasil e de um outro projeto político (o da ‘abertura gradual e consentida’, não o da ‘transição democrática’), alimentada pela ideologia da segurança e por técnicas pragmáticas de ação social (que vão da negociação à cooptação de lideranças, passando pela intimidação), que dirige a política governamental para a região de fronteira, ao mesmo tempo que comanda a atuação da FUNAI e determina os rumos da política indigenista brasileira (OLIVEIRA FILHO, 1991, p. 346, *itálico meu*).

Por consequência, para retomar o início da argumentação desta seção, o Calha Norte pode ser visto como o primeiro passo de uma ação que reconhece oficialmente a demanda militar de gestor do controle estatal sobre uma parte do território nacional. Seu precedente poderia ser indexado na própria atuação do Major Curió na região do Bico do Papagaio (cf. DINIZ 1994, pp. 98-99; LEIRNER, 2024, p. 242) e, posteriormente, em Serra Pelada, onde o dispositivo militar se colocou como organizador das alianças políticas e da economia local, em especial dos acordos de mineração.

Neste contexto, o Projeto Calha Norte não deixa de ser a expressão de uma ação militar que esquadrinha a Amazônia como uma zona de guerra (geográfica e cognitiva). Isto, por um lado, permitiu a readequação do papel político dos militares no contexto pós-Ditadura, no qual a defesa da região contra as forças “centrípetas” dos conflitos fundiários e da política indigenista permitiram produzir demandas e pressões em relação ao resto do Estado e da sociedade; e, de outro lado, sugere uma via mais legítima do que a da doutrina da guerra revolucionária e do combate à *subversão*, para galvanizar a tropa em torno de uma identidade que tem na defesa da região sua força motriz (LEIRNER, 2024, p. 234-236). Na próxima seção me detenho a este problema da identidade militar já no final da Ditadura. Tentarei mostrar como o Exército produziu uma reorganização interna, tanto doutrinário-estratégica, quanto simbólica, a partir dos anos 1990. Estes elementos serão importantes pois dizem respeito a invenções institucionais que objetivavam reforçar um passado colonial heroico, de luta contra invasores externos, mas que, como se verá ao longo deste capítulo, nunca deixou de estar calcado nas experiências de combate contraguerrilha e do Araguaia.

2.4 UMA NOVA IDENTIDADE: O EXÉRCITO DO PÓS-GUERRA FRIA

A Amazônia é um desafio que a nossa instituição aceitou para vencer. O Exército, em todas as épocas difíceis de nossa História, esteve na vanguarda da luta pela preservação de nossa civilização e inviolabilidade de nosso território. A Nação deve-lhe muito; sem ele, talvez, nossa unidade estivesse esfacelada, nossa gente vilipendiada e nossos princípios cristãos destruídos

General Sylvio Frota¹¹⁸.

Com o fim da Guerra Fria, a visão militar brasileira era de que o país havia saído estagnado e que “[...] os EUA, aliados preferencias de outrora, claramente não se empenharam em ajudar o Brasil a se tornar uma potência regional aos moldes que era pensado. Definitivamente o Brasil não se deslocou para o Hemisfério Norte” (LEIRNER, 2020, p. 199). E, além disso, a partir da “Nova Ordem Mundial” passou a estar no rol das novas ameaças vislumbradas pelo aparato militar norte-americano, que começou a

¹¹⁸ (FROTA, 2006, p. 196).

enxergar na América Latina uma região propícia ao tráfico de drogas, a conflitos políticos resultantes de desafios ambientais e à emigração em massa, que, ao fim ao cabo, significavam ameaças à segurança nacional dos EUA (MARTINS FILHO; ZIRKER, 2000, p. 110).

Neste período, à medida que os militares brasileiros passaram cada vez mais a fazer menções a ameaças à soberania, à independência, à autodeterminação dos povos, e à autonomia e integridade territorial, uma série de documentos e declarações de líderes de grandes potências e organizações internacionais começaram a confirmar as percepções de que a Amazônia se constituía na principal “vulnerabilidade estratégica” do país (MARTINS FILHO; ZIRKER, 2000, p. 111-114). Datam desta época,

[...] uma conferência na OTAN, em 1990, onde aparecia um ‘teatro de operações’ na Amazônia; versões de mapas que mostravam uma ‘área internacional’ lá; Sting; livros de geógrafos e cientistas políticos ‘demonstrando’ como ONGs eram organizações de fachada; a fala do então Senador e depois Vice-Presidente americano Al Gore, em 1989, dizendo que, ‘ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós’ (LEIRNER, 2020, p. 199).

Tratava-se, pois, da *cobiça*, cuja cara-metade era a ideia de *internacionalização da Amazônia*, que passou a fornecer aos militares brasileiros “[...] um motivo mais direto e nacional para redefinir seu papel, com a defesa de uma parte importante da integridade do Brasil” (LEIRNER, 2020, p. 200). Foi deste modo que a crise de identidade gerada pelo fim da Guerra Fria e a ascensão de Fernando Collor à Presidência da República (responsável pela redução do prestígio e participação das Forças Armadas no governo e pela extinção do Sistema Nacional de Informações), foi revertida em uma série de mudanças doutrinárias, estratégicas e simbólicas, sobretudo na Força Terrestre, voltadas para a região norte do país (LEIRNER, 2024, p. 233).

Antes da década de 1980, a doutrina militar brasileira mantinha quatro hipóteses operacionais para um possível conflito envolvendo o país, que seriam: a guerra revolucionária na América do Sul; a guerra convencional ou nuclear entre Oriente e Ocidente; a ocorrência concomitante dos dois cenários acima e, por fim, uma guerra convencional na América do Sul, na qual a Argentina como o inimigo potencial mais

perigoso. Já em 1995, esse último cenário era considerado totalmente descabido, haja vista a cooperação estabelecida por meio do MERCOSUL. Não por acaso, no ano seguinte, foi publicada a *Política de Defesa Nacional*, primeira publicação governamental a expor as diretrizes do país nas áreas de segurança e defesa, que definia como prioritária a proteção da Amazônia “[...] com apoio de toda a sociedade e com a *valorização da presença militar*”, tendo em vista ser uma *zona de instabilidade* provocada pela ação de “bandos armados” que atuavam nos países vizinhos à região e do crime organizado internacional (BRASIL, 1996, p. 6 e 10, *itálico meu*).

Neste mesmo período, a Amazônia passou a ser objeto de uma ocupação militar que se deu por meio do aumento do efetivo de tropas, bem como da criação de novas unidades ou a transferência de organizações militares pré-existentes para a região (em sua maioria Brigadas de Infantaria Motorizada localizadas no Sul ou Sudeste do país). Por exemplo, “em 1992, a 1ª Brigada de Infantaria foi transferida de Petrópolis – RJ para Boa Vista – RR. Em 1993, a 16ª Brigada de Infantaria foi transferida de Santo Ângelo – RS para Tefé – AM, o que resultou na transferência do 17º e do 61º Batalhões de Infantaria de Santo Ângelo – RS e Cruz Azul – RS para Tefé – AM, respectivamente” (MONTEIRO, L., 2021, p. 77-78). Porém, a reorganização física também contou com uma significativa reforma simbólica levada a cabo pelo Exército naquela mesma época.

Na próxima seção, analiso como essa reorganização ocorreu no Centro de Instrução de Guerra na Selva. Através de elementos como as canções de treino físico militar, os distintivos, o chapéu bandeirante, o facão do guerreiro de selva e demais elementos que compõem a *mística* do Exército na Amazônia, desejo evidenciar como os egressos do CIGS tentaram se diferenciar de outras frações da Força, reafirmando o prestígio e as qualidades particulares daqueles que concluem o Curso de Operações na Selva (COS). Como se verá, tais esforços podem ser uma via interessante para acessar a percepção que os militares têm sobre a “selva” e suas populações.

2.4.1 O Centro de Instrução de Guerra na Selva e a Mística dos Guerreiros de Selva

A nossa Amazônia é ruim de invadir,
 os Guerra na Selva vão se divertir,
 porque lá na selva eu vou dizer como é que é,
 é tropa de elite você pode botar fé,
 porque lá selva até os fortes tremem,
 por falta de comida eles choram, eles gemem,
 agora eu dou conselho para uns amigos meus,
 pra ser Guerra na Selva é preciso fé em Deus,
 tem que ter muita moral,
 e um bom preparo,
 pois quando a selva cobra você paga muito caro,
 tem onça pintada e cobra coral, tem picos de jaca, muito charco
 e lamaçal,
 mas se você quiser conquistar o seu brevê,
 agora eu vou dizer o que você tem que fazer,
 limpe seu fuzil amole seu facão,
 cuide bem dos seus pés se não você fica na mão,
 tendo sempre em mente as leis da selva irmão,
 e sendo coroadado com sua brevetação,
 obrigado instrutor, obrigado monitor,
 com a onça na cabeça também vou tocar horror!¹¹⁹

O quintal de lá de casa
 Não se varre com vassoura
 Varre com ponta de sabre
 E bala de metralhadora
 Selva, selva, selva, selva!
 É lugar bom de se morar
 Carapanã pra todo lado
 E borrachudos a picar
 O guerreiro de selva
 É combatente especial
 O uniforme é o camuflado
 E o armamento é o parafal
 Oh! Ah! Brasil!¹²⁰

Eu vo pra selva e você não vai me ver
 Eu vo pra selva toca o fuzuê
 Eu vo pra selva já provei não há perigo
 Eu vo pra selva beber sangue do inimigo

¹¹⁹ Canção de Treino Físico Militar. In: <https://bizudotfm.blogspot.com/p/cancoes-de-selva.html>. Acessado em 21 de março de 2023.

¹²⁰ Canção de Treino Físico Militar. In: <https://www.lettras.mus.br/cancoes-de-tfm/cancoes-classicas-de-tfm/>. Acessado em 23 de março de 2023.

Quero banhar-me numa piscina
Cheia de sangue, sangue do inimigo, sangue do inimigo¹²¹.

No Exército Brasileiro, à medida que as comemorações da vitória sobre a “Intentona” Comunista em 1935 e a “Revolução” de 31 de março de 1964 perderam certa relevância, fortaleceram-se as comemorações relacionadas à I Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648); a qual, a partir de 1994, por iniciativa do então ministro do Exército, General Zenildo Zoroastro de Lucena, passou a ser a data de comemoração do Dia do Exército, em coincidência com a data do Dia do Índio. Segundo o Exército, na Batalha de expulsão de tropas holandesas que ocuparam a região de Pernambuco entre 1630 e 1654, “[...] mesmo inferiorizados numericamente, as tropas locais, compostas por unidades de brancos, negros e índios, e recorrendo a táticas de guerra irregular (ou de guerrilhas)¹²², derrotaram um inimigo superior em número e mais bem equipado”. Uma união “heroica” de “raças” contra o inimigo externo que teria lançado as “sementes” de duas instituições permanentes e indissolúveis: a Nação e o próprio Exército Brasileiro (CASTRO; SOUZA, 2012, p. 222 e 223).

O *espírito de Guararapes*, além de evocar a origem comum da nacionalidade brasileira e do Exército, perpassando, para tanto, o mito das três “raças” originárias, deriva boa parte de sua potencialidade simbólica da associação com a Amazônia e da leitura muito particular que os militares fazem daquela região. Deste modo, a *invenção*¹²³ recente da tradição de Guararapes rememora uma *cobiça internacional* sobre o território brasileiro que seria observada tanto no período colonial, quanto no tempo presente, em que atores externos mais bem equipados e em maior número somente poderiam ser derrotados através de *táticas de guerrilha e emboscadas* por parte das forças “nacionais” (CASTRO; SOUZA, 2012, p. 223; MARQUES, 2007, p. 100). Trata-se de uma construção simbólica que procura vincular representações de espaços e tempos distintos,

¹²¹ Canção de Treino Físico Militar. In: <https://bizudotfm.blogspot.com/p/cancoes-de-selva.html>. Acessado em 21 de março de 2023.

¹²² Ver nota n° 99 supra.

¹²³ Castro (2002) deriva o termo do conceito de “tradição inventada” de Eric Hobsbawm (1997), na qual o autor procura ressaltar que tais tradições “[...] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica[ria], automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”, sendo utilizadas diante de transformações amplas e rápidas do mundo moderno (HOBSBAWM, 1997, p. 09-10). O uso que fazemos se aproxima ao de Castro, justamente por sua proximidade também com a formulação de *invenção* de Roy Wagner (2010), na qual esta é entendida enquanto um processo geral e permanente da cultura, que opera dialeticamente com as formas convencionais desta.

de forma a produzir continuidades que a geografia e a própria história desautorizariam, mas que no nível institucional guardam sua eficácia. Para “dentro” da instituição militar, não somente tal invenção foi transformada em dogma, como também se tornou ela própria a “evidência” da perenidade da instituição ao longo da história aos olhos dos próprios militares (CASTRO; SOUZA, 2012, p. 228; LEIRNER, 1997, p. 130).

Aquela perenidade se dá, sobremaneira, porque a *invenção*, ao selecionar os pontos nodais de cada “parada histórica”, deteve-se em acontecimentos que, por sua vez, reportavam a uma “ideia-força” por si só percebida enquanto permanente pelos militares: *a cobiça internacional da Amazônia* (LEIRNER, 1995, p. 130). Por homologia, sendo permanente a ameaça, constante deveria ser a presença militar na região, considerada por si só uma estratégia militar (MARQUES, 2007). Neste contexto, Celso Castro (2002; 2012) foi um dos primeiros a notar como tais elementos simbólicos encontram-se incorporados na rotina dos quartéis espalhados pela região norte do país. No Comando Militar da Amazônia (CMA), por exemplo, há dizeres afixados em seus portões de entrada que ressaltam o surgimento do Exército durante a Batalha de Guararapes, a qual é descrita enquanto “uma eficiente luta de emboscadas, foi o expediente usado pelo povo em arma para derrotar o poderoso invasor. *Exemplo e tradição que serão mantidos na defesa da Amazônia*” (CASTRO; SOUZA, 2012, p. 226, *italico meu*).

Dizeres como os expostos na entrada do CMA ou escritos em placas e paredes nos Pelotões de Fronteira, frequentemente lembrados por militares em palestras e entrevistas, são expedientes mnemônicos que buscam inculcar elementos ideológicos como princípios naturalizados e “decorados” – no duplo sentido, etimológico mesmo, como algo que pertence ao “coração” (e ao corpo, incorporado), e como decoração, parte do ambiente que se habita (LEIRNER, 1997, p. 38-39). Assim como há inúmeros dizeres, também é possível observar uma série de invenções simbólicas de autoidentificação no interior da tropa que respondem à função de distinguir os soldados e organizações militares situados naquela porção do país. É o caso, por exemplo, do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) instalado em Manaus (AM).

Um pequeno retrospecto da história do CIGS revela que apesar da relativa presença da Amazônia enquanto área para qual destinavam-se programas governamentais da Ditadura Militar, a região continuava sendo sinônimo de punição para os militares que para lá eram enviados (LEIRNER, 2020, p. 201-202). Dentro desta lógica, mesmo criado em 2 de março de 1964, o CIGS, em seus anos iniciais, sofreu com a falta de militares

suficientes para compor seus quadros, tanto quantitativa, quanto qualitativamente, uma vez que de 1957 a 1962, o Exército contava com apenas 24 militares com curso de *jungle expert* realizado no Panamá. Somente em outubro de 1966 iniciou-se o primeiro Curso de Guerra na Selva (CGS) do Exército Brasileiro (CIGS, 2018; 2021; 2024).

Já em outubro de 1970, o CIGS foi transformado em Centro de Operações na Selva e Comandos (COSAC), formando não somente militares no Curso de Guerra na Selva, que passou a se chamar Curso de Operações na Selva (COS)¹²⁴, mas também no Curso de Ações de Comandos (CAC)¹²⁵. Este último curso permaneceu à cargo do CIGS até 1978, quando retornou para a Brigada de Infantaria Paraquedista no Rio de Janeiro. O fato é que ao se examinar o *Livro da Mística da Guerra na Selva* elaborado pelo CIGS (2018; 2023), é possível observar como, a partir do final dos anos 1980, uma série de elementos simbólicos foram inventados como forma de legitimar o CIGS/COSAC e seus egressos dentro da Força. O primeiro destes elementos foi a criação do Estandarte Histórico do Centro, que segundo o General Adalberto Bueno da Cruz (comandante do CIGS entre 1988-1990),

Por muito tempo, o Centro tentou, junto aos escalões superiores, obter aprovação de um estandarte histórico. A resposta era sempre a mesma: não podia pois nunca havia participado de operações de guerra.

Na administração do Exmo. Sr. Gen. Ex. LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES, então Ministro do Exército, houve uma flexibilização na legislação e, com o Ofício Nr 015/CMDO, de 28 Jun 88, foi enviada uma proposta ao CMA, solicitando urgência na sua aprovação tendo em vista que, no dia 02 Mar 89, transcorreria o Jubileu de Prata do CIGS e, esta, seria uma data significativa para se fazer a sua incorporação (CIGS, 2018, p. 9).

Uma portaria ministerial de 17 de agosto de 1988 acabou por aprovar o Estandarte Histórico, cuja versão é utilizada até os dias atuais.

¹²⁴ Ver nota n° 105 supra.

¹²⁵ Ver nota n° 103 supra.

FIGURA 2 - ESTANDARTE HISTÓRICO DO CIGS¹²⁶

Fonte: CIGS (2018, p. 8)

Além do Estandarte, o *Livro* menciona a evolução histórica do distintivo do CIGS. Mais uma vez segundo o relato do General Adalberto Bueno,

Instalada a nova Unidade e apresentados seus primeiros integrantes, *esses partiram para criar um distintivo que os destacasse dos demais militares da guarnição. As motivações eram muitas: unidade com missão inédita no Exército; em área considerada por todos os militares como de ‘castigo’; instrutores e monitores com curso de habilitação no exterior e curso com elevadas exigências físicas e psicológicas, tanto para o corpo discente como para o docente. Estes aspectos reunidos conduziam ao estabelecimento de um forte espírito de corpo. Para eles, se fazia necessário materializar, através de um símbolo ou de um*

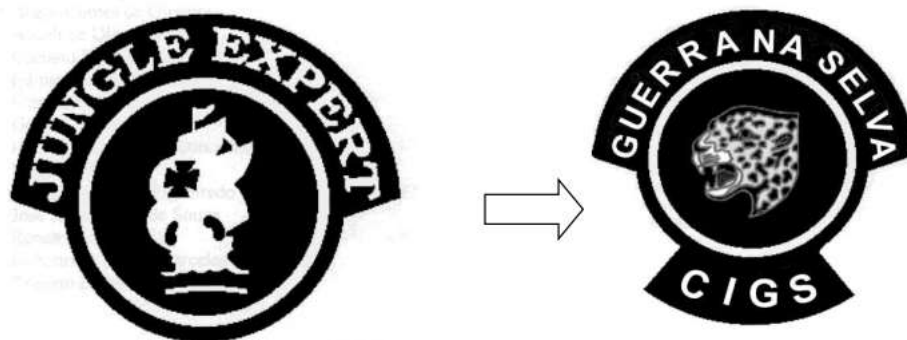
¹²⁶ O Estandarte é assim descrito pela Portaria n^o 183, de 17 de abril de 2000, do Comandante do Exército: “Forma retangular tipo bandeira universal, franjado de ouro campo de azul-celeste. Em abismo, um escudo peninsular português, filetado de prata, chefe de vermelho, carregado com uma estrela gironada, de prata, símbolo de escola. Abaixo do chefe, uma bordadura de amarelo, carregada com uma coroa de folhas de castanheiras, de verde, abraçando um escudete, também de verde e filetado de prata, tendo em brocante e em abismo, uma cabeça de onça-pintada, de ouro, voltada para destra, com pintas pretas e língua vermelha, caracterizando a imensa selva amazônica e o indômito sentimento de brasilidade em sempre guardá-la e defendê-la. Envolvendo o conjunto, a denominação histórica ‘Centro Coronel Jorge Teixeira’, em arco e de ouro. Laço militar nas cores nacionais, tendo inscrito, em caracteres de ouro, a designação militar da OM [Organização Militar]” (CIGS, 2018, p. 8).

distintivo, todas estas características. Na época, o brasão de braço, era o único legalmente possível.

Com esta ideia, três monitores se reuniram e passaram a ‘bolar’ um brasão. Esses monitores eram: 3º Sgt [Sargento] Inf [de Infantaria] ALMIR DE ALENCAR SOBREIRA, 3º Sgt Inf LUIZ DE SOUZA AGUIAR e 3º Sgt Saúde URBANO LIBERATO DE AGUIAR, todos com o CGS [Curso de Guerra na Selva] feito no PANAMÁ.

Sem modelo para começar e entusiasmados pelo curso recém-conquistado, *tomaram como base o distintivo do curso de selva do Exército Americano*. Assim, surgiu o seguinte modelo:

FIGURA 3 - DISTINTIVO DO JUNGLE EXPERT (ESCOLAS DAS AMÉRICAS) E O PRIMEIRO MODELO DE DISTINTIVO DO CIGS.



Fonte: CIGS (2018, p. 13)

Segue o General Bueno em seu relato,

Apresentado ao Comandante do Centro, ele sugeriu modificações, impondo que, *por tradição e por nossas origens, o distintivo de braço deveria ter o formato de escudo português*, a cabeça da onça pintada foi mantida, mas, deveria estar em posição frontal. Surgiu o segundo modelo, que foi aprovado (CIGS, 2018, p. 13-14, *itálico meu*).

FIGURA 4 - PRIMEIRO DISTINTIVO DO CIGS (USO INTERNO)



Fonte: CIGS (2018, p. 14)

Ao longo de sua história, o CIGS teve quatro versões de distintivos, os quais acompanharam as modificações sofridas pelo Centro que, como dito anteriormente, por um período também sediou o Curso de Ações de Comandos (CAC).

FIGURA 5 - DISTINTIVO “PIONEIRO” (1966)



Fonte: CIGS (2018, p. 11)

FIGURA 6 - DISTINTIVO DO COSAC (1970)



Fonte: CIGS (2018, p. 12)

FIGURA 7 - DISTINTIVO DO CIGS (1978)



Fonte: CIGS (2018, p. 12)

FIGURA 8 - DISTINTIVO ATUAL DO CIGS (1994)



Fonte: CIGS (2018, p. 11)

Como pode ser observado, todos os distintivos carregam a imagem da onça-pintada, considerada o “animal-símbolo” dos *guerreiros de selva*¹²⁷. Frequentemente lembrada como um símbolo “genuinamente brasileiro”, ela representaria “[...] a selva amazônica e o ‘indômito sentimento de brasilidade em sempre guardá-la e defendê-la’” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006 apud MARQUES, 2007, p. 114). A onça, além de ser interpretada como portadora de características que devem espelhar aquelas incorporadas pelos *guerreiros*, como, por exemplo, “paciência”, “astúcia” e “precisão” (REIS E SILVA, 2012), é presença marcante em quartéis espalhados pela Amazônia, sendo quase sempre exposta aos “civis” de forma acorrentada e controlada por um soldado indígena (LEIRNER, 2012, p. 53-54). Particularmente no CIGS, tornou-se tradição que ex-comandantes já falecidos tenham seus nomes atribuídos às onças recém “domesticadas” como, por exemplo, as onças Teixeira, Garrone, Lana e Thaumaturgo (CIGS, 2018, p. 49-50; DEFESANET, 2021)¹²⁸. Além dessa particular forma de nomeação, na data de

¹²⁷ “Termo empregado para definir o especialista em operações na selva formado pelo CIGS, das Forças Armadas nacionais e estrangeiras. No jargão militar internacional é o *jungle expert*, apto a combater em qualquer selva do mundo com características semelhantes à da Amazônia” (CIGS, 2018, p. 43).

¹²⁸ Em homenagem, respectivamente, ao Coronel Jorge Teixeira de Oliveira (Comandante do CIGS 1965-1971); ao Coronel Garrone Romão Veloso (Cmdt do CIGS 1971-1973); Coronel Oliveiros Lana de Paula (Cmdt do CIGS 1976-1977) e General Thaumaturgo Sotero Vaz (Cmdt do CIGS 1984-1985). <https://www.defesanet.com.br/terrestre/solenidade-celebra-57-anos-do-cigs-e-marca-a-incorporacao-do-contingente-de-2021/>. Acessado em 24 de fevereiro de 2025.

comemoração dos vinte e cinco anos de criação do Centro (1989), foi criada a *Confraria das Velhas Onças*, que reúne os guerreiros de selva *veteranos*, isto é, já na reserva ou reformados, que a partir de então passaram a ser chamados de “velhas onças” (CIGS, 2018, p. 28). É interessante notar que, não raro, os concluintes do COS afirmam terem “conquistado” ou “se transformado” na própria onça, o que significa, em primeiro lugar, poder utilizar o distintivo (quando servindo em unidade na Amazônia) ou o brevê do CIGS no fardamento (independente da região em que se serve); e, em segundo lugar, de ter adquirido por meio do Curso aquelas características descritas acima como inerentes ao felino amazônico - uma ideia que se encontra presente no poema *Que não ousem*, segundo o qual, “os guerreiros da selva são como a onça, que cerca pacientemente a presa para atacar no momento oportuno, fazendo ecoar um esturro ubíquo e aterrador” (CIGS, 2021, p. 49). Estes animais também estão presentes em algumas canções de treino físico militar, frequentemente entoadas durante marchas:

Entrada do centro,
Onde a onça te chama pra dentro,
É aqui se se forja o guerreiro,
Do mais sagrado solo brasileiro,
É o guerra, é o guerra, é o guerra na selva,
Todos os guerras tem no peito uma onça,
Eles carregam pra guardar no coração,
Se Deus quiser um dia eu terei uma,
Mas pra eu chegar lá não vai ser fácil não,
Porque essa onça vale muito mais que ouro,
O preço dela é o meu couro e com meu couro eu vou pagar,
E não adianta,
Meia alavanca,
Eu quero ver quem é que tira eu aqui desse lugar¹²⁹.

Vou contar para vocês
A história de um guerreiro
Que vivia na fronteira
Há muito tempo atrás
O seu nome era temido
Sua fama era de mal
Era um guerreiro muito destemido
Dizem que ele usava
Uma onça em seu chapéu
E que essa onça

¹²⁹ Canção de Treino Físico Militar. In: <https://www.instagram.com/cancoesdetfm/tv/B9sjf0qpG6i/>. Acessado em 22 de março de 2025.

Era o seu troféu
E ninguém já ouviu dizer
Que o desafiaram sem depois morrer¹³⁰.

Olha a onça dele no chapéu!
Olha que essa onça é o seu troféu.
Olha a onça dele no chapéu!
Olha que essa onça é o seu troféu.
Onça pintada que tanto me orgulha,
tu és o estandarte da minha patrulha.
Onça pintada quem foi que te pintou!?
Foi um guerreiro louco, louco como eu sou¹³¹.

Eu tinha um pitbull antes de entrar no EB [Exército Brasileiro]
Agora que entrei uma onça quero ter,
Onça pintada quem foi que te pintou,
Foi um infante louco, louco como eu sou,
Onça pintada que tanto me orgulha
Tu és o estandarte da minha patrulha¹³².

O norte-americano, não venham nem tentar
A Amazônia é nossa e ninguém vai tomar
Mas se um dia você ousar
A onça do meu peito não vai lhe perdoar
E de Vietnã irão se lembrar
E de mais uma derrota pra se envergonhar¹³³.

Além das onças, há ainda a presença de uma infinidade de animais selvagens domesticados e expostos como “mascotes” nos quartéis na Amazônia, quase sempre confinados em zoológicos próprios, com um número variado de tucanos, macacos, tatus, araras e entre outros pássaros (LEIRNER, 2012, p. 53-54). No CIGS, que conta com um dos maiores zoológicos da região (criado em 1967 e ampliado em 1999), são realizadas diversas pesquisas de militares oriundos da Escola Veterinária do Exército. Segundo relato do Coronel Gélvio Augusto Barbosa Fregapani, comandante do CIGS entre 1980-1981, foram realizados no zoológico vários cruzamentos de espécies diferentes, como, por exemplo, entre queixadas e caititus, bem como a tentativa de cruzamento entre um

¹³⁰ Canção de Treino Físico Militar. In: <https://bizudotfm.blogspot.com/p/cancoes-de-selva.html>. Acessado em 21 de março de 2025.

¹³¹ Canção de Treino Físico Militar. In: <https://bizudotfm.blogspot.com/p/cancoes-de-selva.html>. Acessado em 21 de março de 2025.

¹³² Canção de Treino Físico Militar. In: <https://bizudotfm.blogspot.com/p/cancoes-de-selva.html>. Acessado em 21 de março de 2025.

¹³³ Canção de Treino Físico Militar. In: <https://bizudotfm.blogspot.com/p/cancoes-de-selva.html>. Acessado em 21 de março de 2025.

cão selvagem com uma cadela vira-lata, com o objetivo de se obter “um cão dócil, adaptado à selva e ao homem”. Segundo o Coronel, o experimento não teria dado certo, mas se manteve a esperança entre os militares do Centro de um dia ter “o melhor cão para selva, e *uma raça autenticamente brasileira*” (FREGAPANI, 2009, p. 45-46, *itálico meu*).

Para Piero Leirner (2012), os dados apresentados acima podem ser tomados na chave da “domesticação”, que opera conceitualmente na raiz do *domus*, isto é, não só do plano doméstico como “nacional”, mas da sua deriva em *dominação*. A partir daí, torna-se extensiva, de certa forma, à própria imagem que o Exército tem da “selva” e de suas populações. Neste caso, “selva” para os militares, muito mais que um cumprimento (o tradicional “Selva!”) e muito menos que somente um espaço físico, é antes de tudo a representação do “imprevisível”, uma espécie de “inferno dantesco-hobbesiano: aciona figuras da morte, da finitude, do isolamento” (LEIRNER, 2012, p. 54-55). Não raro referida como “indômita”, na perspectiva militar, só se “dobra” a “selva” revertendo sobre ela suas próprias características aterradoras. Assim, em situações de dificuldade e medo, o militar grita “Selva!” de volta para a mata e seus perigos potenciais. Mais uma vez, um relato do Coronel Fregapani e de seu suposto encontro com uma onça é revelador sobre esta dimensão da cultura militar na Amazônia:

A minha situação, que era desagradável na chuva e sob forte balanço, ficou bem pior quando uma das árvores que estava amarrada minha rede cedeu, deixando-me quase de cabeça para baixo, segurando-me com todas as forças. Larguei a arma que tinha nas mãos, a qual havia acoplado uma lanterna. Nessa situação difícil, ouvi quase embaixo de mim uma série de rugidos irritados. [...] Nada podia fazer com a onça lá embaixo. É claro que eu não gostava da situação, mas como ela já me havia percebido mesmo, lancei o mais alto que consegui o nosso grito de guerra: ‘SELVA!’ (FREGAPANI, 2009, p. 26).

Por duas vezes, o coronel teria espantado a mesma onça com o brado de “Selva!” e em uma dessas oportunidades, o militar teria “imitado” seu comportamento e estabelecido uma “conversa sem contato visual” com o animal (FREGAPANI, 2009, p. 29). Verdade ou ficção, é preciso ressaltar que são justamente esses relatos dramáticos (e talvez dramatizados) e seus elementos intrínsecos, espalhados em livros e publicações

militares (mas também confirmados em encontros, conversas, confraternizações, vídeos semeados ao vento), que deitam raízes profundas na elaboração de uma cosmologia militar e constroem identidades típicas-ideais, que no caso dos *guerreiros de selva*, procuram igualar a “selva” e seus habitantes humanos e não humanos ao militar que nela adentra. Assim, se a onça faz ecoar seu “esturro ubíquo e aterrador” pela mata, o *guerreiro* terá sempre à disposição seu grito de “Selva!” para revidar. Neste sentido, ao igualar-se à floresta - condição indispensável para o seu controle - o soldado saberia retirar dela “a sobriedade para persistir, a paciência para emboscar, a perseverança para sobreviver, a astúcia para dissimular, a fé para resistir e vencer”, como diz a Oração do Guerreiro de Selva (CIGS, 2018). Mais uma vez, a equação exposta é a de que a “selva” só se vence com “Selva!”¹³⁴.

FIGURA 9 - ORAÇÃO DO GUERREIRO DE SELVA – 4º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM)



Fonte: Piero Leirner (fevereiro de 2010)

Em síntese, onças, tatus, cães “selvagens”, araras, índios e a floresta em si, nada mais são que diferentes versões do “outro” incontrolável, do “outro” não domesticado,

¹³⁴ O que pode sinalizar que, ao final, a chamada mística do guerreiro de selva e suas criativas invenções simbólicas nada mais são que um outro nome para a doutrina do combate à guerrilha, aprendida originalmente nos manuais franceses da década de 1950-1960. Mais à frente voltaremos a esse tema.

um “outro” que também pode vir de “fora” e que parece estar sempre interessado em manter a “condição selvagem” da floresta e de seus habitantes, para assim usufruir das grandes riquezas escondidas pelo manto da selvageria – em uma palavra: a *cobiça* pela Amazônia, percebida desde os tempos coloniais (LEIRNER, 2012, p. 55). É assim que, além das onças, se voltarmos aos distintivos do CIGS e demais unidades do Exército na Amazônia, observaremos que estes também carregam o formato de escudo peninsular português, uma vez que os militares brasileiros, sobretudo naquela região do país, imaginam-se como os herdeiros das forças coloniais que teriam delimitado as fronteiras do Brasil, uma conquista que teria sido mantida única e exclusivamente pela presença militar (MARQUES, 2007, p. 111).

No Exército, o colonizador português não é exaltado somente através de distintivos e na nomeação de quartéis “históricos”, mas também em canções evocadas até os dias atuais, como é o caso da Canção do Soldado da Amazônia, cujos versos sublinham os feitos do Capitão-Mor Pedro Teixeira, que com expedições de exploração da calha do rio Amazonas que datam de 1637-1638, é considerado o “Conquistador da Amazônia” (MARQUES, 2007, p. 110-111). Nesta linha, nada mais conveniente que o Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, o “Teixeirão”, fosse alçado de *pioneiro* à *patrono* do CIGS, que em 1999 passou a ter a “denominação histórica” de “Centro Coronel Jorge Teixeira” - revelando mais uma vez como o estabelecimento de continuidades, até mesmo nominais, são centrais para a *mística* do Exército na Amazônia.

As continuidades, além de estarem expressas nos elementos apresentados acima, também se encontram presentes no fardamento dos soldados na Amazônia, no qual merece destaque o uso do *chapéu bandeirante*, um “chapéu de selva” testado entre os soldados do CIGS a partir de 1981 e, posteriormente, adotado por todas as unidades na Amazônia (CIGS, 2018, p. 29)¹³⁵. Porém, se por óbvio o chapéu faz alusão direta às

¹³⁵ Ressalta-se que esta é a versão institucional mais atual, pois há outras que localizam na Engenharia do Exército a origem do chapéu bandeirante. Segundo o Coronel Higio Veiga Macedo, o chapéu começou a ser usado pelo 5º Batalhão de Engenharia de Construção (Porto Velho - Rondônia) por volta de 1966, sendo a combinação entre o “chapéu tropical” usado pela Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial e um “chapéu de selva” trazido ao 5º BEC por engenheiros norte-americanos que o utilizaram no Vietnã. Para além das disputadas da origem, o que há de comum em ambas as experiências (a versão do CIGS e a dos engenheiros militares) é a continuidade estabelecida com o passado colonial: “como os bandeirantes, uniriam céus e terras amazônicas ao restante do solo brasileiro e resgataram os amazônidas devolvendo-lhes a certeza de serem brasileiros reais e não apenas formais, em documentos. Como os bandeirantes que atropelaram e romperam a Linha de Tordesilhas e levaram o horizonte brasileiro para Oeste, assim os novos bandeirantes [engenheiros militares] romperiam a linha do isolamento, atropelariam a miséria e a desassistência do Estado a milhares de brasileiros. À sombra do chapéu, milhares de quilômetros de rodovias foram abertas; imensas quantidades de moradias e instalações foram construídas.

bandeiras de captura de negros e índios na região norte do país ainda durante o Brasil Colônia, o relato do General Adalberto Bueno revela que antes do acionamento deste repertório “nacional” nos anos 1980, o exemplo seguido até então advinha das boinas verdes, características dos soldados das Forças Especiais dos EUA.

Na procura de símbolos que destacassem o CIGS das demais OM [Organizações Militares], a boina verde foi um deles. Em 1967, o 1º Ten Inf GS [Tenente de Infantaria Guerra na Selva] 015 FRANCISCO JANDER DE OLIVEIRA, propõe ao Tenente-Coronel TEIXEIRA o uso de uma boina verde. O Comandante reluta em aprovar a ideia pois teria que ser modificado o RUPE, Regulamento de Uniformes para o Pessoal do Exército, coisa muito ‘complicada’. JANDER argumentou que seria apenas para uso interno e na selva.

O ‘TEIXEIRÃO’ que não era de desestimular a criatividade do seu pessoal, disse-lhe que podia confeccionar um modelo para ser submetido à sua decisão.

JANDER entra em contato com a PRADA, indústria que confeccionava boinas, inclusive a dos ‘Pequedês’ [Paraquedistas], explicou a ideia e especificou que tinha de ser ‘verde oliva, da cor das viaturas’.

Dias mais tarde, JANDER entra no gabinete do comandante e põe à sua frente, sobre a mesa, um pequeno pacote. O Comandante abre e surpreendido, encontra uma boina verde. Vibra como era do seu estilo, e aprova apenas para uso interno. São encomendadas em número correspondente ao de instrutores e monitores. Na verdade, a boina era inadequada para as atividades na selva e foi substituída por um chapéu de selva, arremedo do chapéu tipo australiano utilizado pelos Batalhões de Engenharia. Mas a ideia não morrera. Em 1968, o Comandante do CIGS decide solicitar oficialmente, autorização para o pessoal do Centro a utilizar a boina verde e, em consequência, o uniforme dos integrantes do Centro seria com jaqueta de gabardine VO [verde-oliva] e coturnos verdes. Nesta época já existia coturnos americanos e autorizado seu uso na instrução. [...]

Apesar de ainda não aprovada, a equipe do CIGS que visitou as escolas similares do Exército Norte-americano no PANAMÁ e

Mas o mais importante: alimentariam infinitas esperanças por saber que vindo com os militares viriam fios de esperança no desenvolvimento daquelas terras; esperança de melhores dias para os descendentes de incógnitos guardiões seculares daquelas plagas quer seja pescador, seringueiro, nativos ou garimpeiro”. In: <http://www.dec.eb.mil.br/historico/chapeubandeirante/chapeubandeirante.html>. Agradeço à professora Adriana Marques por chamar minha atenção para a existência desta outra versão acerca das origens do chapéu bandeirante.

EUA, no período Mar/Abr 1969, utilizaram a boina verde com o uniforme de instrução, durante as visitas às OM e atividades de campo.

A boina só seria aprovada mais tarde, ainda em 1969. Por alguns anos, a boina verde foi de uso exclusivo do CIGS. Quando da modificação do RUE, na administração do Ministro LEÔNIDAS, a boina verde foi adotada para todo o Exército e o CMA, dotado de boina rajada (CIGS, 2018, p. 30-31)

FIGURA 10 - BOINA VERDE DO CIGS.



Fonte: CIGS (2018, p. 31)

FIGURA 11 - CHAPÉU BANDEIRANTE.



Fonte: CIGS (2018, p. 29)

Ao lado do chapéu bandeirante, outro elemento do fardamento que merece menção é o *facão do guerreiro de selva* (FCS), concedido aos militares que concluem o Curso de Operações na Selva (COS). Segundo o relato do Coronel Gustavo de Souza Abreu, “[...] os guerreiros de selva formados pelo CIGS, desde o curso pioneiro em 1966, passaram a constituir, incontestavelmente, um grupo diferenciado no contexto do Exército Brasileiro. Entretanto, até o ano 2003, faltava-lhes a materialização do símbolo de um de seus principais instrumentos de trabalho e de combate - um facão personalizado” (CIGS, 2018, 63-64). Desta forma, foi criada uma primeira versão do facão em 2004, que além de uma finalidade simbólica, também poderia ser utilizado em atividades militares. Notável mencionar que além dessas características, segundo consta no *Livro* do CIGS, “o facão do guerreiro de selva alude ao pioneiro Comandante do CIGS – Coronel Jorge Teixeira, o ‘TEIXEIRÃO’ – cuja empreendedora ação de comando serve de inspiração às sucessivas gerações de guerreiros de selva. O FGS [Facão do Guerreiro de Selva] Nr 0001 é, simbolicamente, o FGS do ‘TEIXEIRÃO’” (Ibidem).

FIGURA 12 - FACÃO DO GUERREIRO DE SELVA



Fonte: Santa'ana Junior (2023)

O facão atribuído ao Coronel Jorge Teixeira, permanece exposto dentro do CIGS em um local denominado por *Tapiri da Mística*, onde são realizadas a entrega dos facões aos militares concluintes do Curso de Operações na Selva. O Tapiri é assim descrito pelo *Livro*,

É uma construção rústica, localizada na floresta do CIGSM [Campo de Instrução General Sampaio Maia], na margem esquerda do Igarapé CANDIRU, na BI-2 [Base de Instrução Plácido de Castro], sustentado por toras de aquariquara, coberta com palha, contendo em seu interior os símbolos da Mística do Guerreiro de Selva (Distintivos do CIGS e do Guerra na Selva, Facão talhado em madeira, foto do TEIXEIRÃO, Banner dos Pioneiros e Bandeira do Brasil) e a Távola de madeira em formato semicircular, com bancos em madeira à retaguarda, que dão assento aos recipiendários, paraninfos e convidados.

Na frente dos bancos, existem afixadas nas mesas aquariquaras com fendas na sua parte superior, que servem de suporte para os FGS [Facões de Guerreiro de Selva] postados sobre a tábola em formato circular.

O 1º assento da tábola é destinado ao Coronel JORGE TEIXEIRA (1º Comandante do CIGS). No início, era apenas uma 'ferradura', que comportava 16 militares sentados, porém com o passar dos anos e a imensa difusão da mística foi necessário ampliar esse efetivo e, atualmente, existem duas ferraduras. A primeira comporta 21 militares (o primeiro assento continua

pertencendo ao 'TEIXEIRÃO') e a segunda tem 42 lugares, totalizando 63 assentos.

O piso é em cimento rústico, pintado nas cores do couro da onça pintada. É constituído, ainda, de uma passarela de alvenaria, assentada com pedras rústicas da Amazônia, um trapiche às margens do Igarapé CANDIRU e local para acendimento da fogueira no centro do dispositivo. A iluminação pode ser feita por meio de lamparinas de bambu com breu vegetal e maravalha. No suporte em frente ao assento destinado ao Coronel JORGE TEIXEIRA, é colocado o FGS Nr 0001, simbolizando a presença do Patrono do CIGS (CIGS, 2023, p. 73).

FIGURA 13 - TAPIRI DA MÍSTICA (VISÃO EXTERNA).



Fonte: CIGS (2014)

FIGURA 14 - TAPIRI DA MÍSTICA (VISÃO DA “TÁVOLA”)



Fonte: CIGS (2014)

Segundo o Tenente-Coronel Tigernaque Pergentino de Santa'ana Junior, é considerado uma situação “tabu” que o Tapiri seja utilizado em cerimônias “normais”, sem a entrega do facão, bem como por militares que não sejam guerreiros de selva. Em seu trabalho, o tenente-coronel narra a cerimônia de entrega do facão presidida pelo comandante do CIGS da seguinte forma:

Na sequência da cerimônia, o Comandante do CIGS passa, então, a explicar o porquê de cada um dos símbolos. Ele inicia falando do Tapiri da Mística, uma construção rudimentar que lembra as construções dos habitantes locais, onde o caboclo monta a sua casa e onde o Guerreiro de Selva prepara a instrução, fazendo com que o Tapiri, em si, seja um dos símbolos do Guerreiro de Selva. Na sequência, ele destaca a Bandeira Nacional, que está colocada no alto, *indicando o real motivo de estarem reunidos ali, que é defender a pátria*. O próximo símbolo é o Coronel Jorge Teixeira (representado por sua foto), o primeiro Comandante do CIGS, e que teria deixado um aru que até hoje influencia a maneira de se trabalhar no CIGS e *que faz lembrar do dever dos Guerreiros de Selva, de defender a Amazônia brasileira, o seu solo sagrado*, inspirando também os alunos do COS, que passam a difundir o espírito do Guerreiro de Selva por toda a Amazônia. Nesse momento, o Comandante do CIGS aponta para a primeira cadeira da mesa, que parece estar vazia, *mas que, na verdade, estaria*

ocupada pelo espírito do Coronel Teixeira, que acompanha todas as cerimônias de entrega do FGS. Além disso, onde quer que tenham Guerreiros de Selva reunidos, o espírito do Teixeira (como ele é mais conhecido) estará junto (SANTA'ANA JUNIOR, 2023, p. 547-548, itálico meu).

Qual é, pois, o princípio que está posto por essa pretendida *mística*? Adriana Marques (2007) identificou menções à *mística* em uma série de publicações do Exército, sobretudo em relação à Amazônia, e localizou sua significação no mesmo sentido dado pelos dicionários de português, isto é, “uma crença ou sentimento arraigado de devotamento a uma ideia, causa, clube” (FERREIRA, 1999, p. 1346 apud MARQUES, 2007, p. 108). Não muito distante dessa significação, o Coronel Rodolfo Tristão Pina a definiu enquanto uma “filosofia de vida” que proporcionaria uma “visão holística da realidade circundante” (PINA, 2017), o que se assemelha em muito à disciplina militar enquanto uma “ideologia da totalidade”, como proposto por Piero Leirner (1997). Isso nos faz questionar se o estandarte histórico, o distintivo, a boina verde ou o chapéu bandeirante, o facão do guerreiro de selva, o *espírito* do Coronel Jorge Teixeira e, por fim, o próprio Tapiri da Mística, não possam ser compreendidos como retraduições de uma mesma ideia: a de que o *guerreiro de selva*, independente de sua posição na hierarquia, faz parte de “algo maior” que si próprio, “algo” que sobrepõe uma “vontade coletiva” a uma vontade do indivíduo, um eixo de ligação e de união do “corpo”, que nada mais é do que a própria disciplina militar (LEIRNER, 1997, p. 104-105).

Nesse contexto, ao acionar a ideia de que, ao fazer o curso de guerra na selva, o militar se prepara para defender a Nação, no geral, e a Amazônia, em particular, não somente é possível localizar um compromisso com entidades etéreas, tal como a “Pátria”, como também um reforço de “[...] um sentimento de identidade que, pela lógica da disciplina, liga essa necessidade etérea [...] ao sentimento de pertencimento ao Exército” (LEIRNER, 1997, p. 104). Neste sentido, o relato do General Antônio Manoel de Barros (comandante do CIGS entre 2007 e 2008) é revelador sobre essa dimensão da cosmologia militar:

A motivação [para concluir o Curso de Operações na Selva] é muito de ordem pessoal, mas essa motivação eu sempre via, naqueles que estavam cursando ou companheiros meus ou na minha própria motivação sempre *um enlace com a causa maior*,

*no início, ao Exército e depois, mesmo sem saber, o jovem tenente, o jovem sargento, com a sociedade, com a Nação... de defender o que é nosso (itálico meu)*¹³⁶.

Se, por exemplo, durante a formação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), os rituais expiatórios, treinamentos físicos e repetições constantes de recursos mnemônicos visam a inculcação “naturalizada” de princípios militares, objetivando a dupla finalidade de forjar a imagem de que aquele que persevera se despe de suas características *paisanas* e incorpora uma nova identidade a partir da ideia de pertencimento a um “mundo de dentro” propriamente militar (CASTRO, 2004; LEIRNER, 2008, p. 197). No caso do Curso de Operações na Selva (COS) trata-se de inculcar a ideia de que “os Guerreiros de Selva são diferentes dos outros militares” – o que a depender dos dados explicitados pelo Tenente-Coronel Tigernaque, apresentaria forte eficácia simbólica entre os militares concluintes do Curso (SANTA’ANA JUNIOR, 2023, p. 554). Todavia, não se trata de uma particularidade apenas daqueles formados no curso do CIGS. Da mesma forma que há os *guerreiros de selva* e suas supostas características intrínsecas, “naturalizadas” pelo Curso de formação, há também os “pequedês” da Brigada de Infantaria Paraquedista, os comandos, os forças especiais ou *kids pretos* e assim por diante. São elementos constitutivos das *clivagens solidárias* das Forças Armadas, isto é, divisões internas e suas respectivas formas de demarcação de fronteiras entre Armas, turmas, unidades e etc que não traspõem os limites impostos por uma solidariedade geral *dentro* da Instituição Militar – expressão de um sentimento de unidade que no final das contas apresenta como “situação zero” a oposição entre militares e *paisanos* (CASTRO, 2004; LEIRNER, 2008, p. 200).

Neste sentido, o que procuramos ressaltar é que o estandarte histórico, o distintivo da onça estampado do chapéu bandeirante ou o facão do guerreiro de selva, não são meros preciosismos, mas, pelo contrário, elementos que marcam, em um primeiro plano, um fechamento dos *guerreiros de selva* em relação a outras frações do Exército Brasileiro e, em um segundo plano, um fechamento em relação à própria sociedade. No entanto, se seguirmos as hipóteses de Piero Leirner, veremos que ao mesmo tempo que os exércitos se “fecham” em um sistema de relações hipercodificado, com uma “série de

136

https://www.youtube.com/watch?v=AiHUFvX5d_A&list=PLpQL2sQByD1Z7HuqchzNJvd6wg8Nuc4P7&index=2&sttck=0. Acessado em 23 de abril de 2024.

prescrições, comandos, regulamentos, cerimonial e protocolos estabelecidos não só para ocasiões solenes, mas, antes, para os fatos triviais da vida de seus membros”, eles também se “abrem” para um tipo específico de relação: uma rede de inimizades, reais ou potenciais, extensiva a um plano generalizado. Neste caso, atentar-se para a forma como determinados elementos são nomeados não deixa de ser uma maneira de adentrar em uma terminologia militar que parece frequentemente “reter” e “espelhar” aquela rede de inimizades (LEIRNER, 2008, p. 195-210).

Na próxima seção, nos debruçamos sobre este procedimental *domesticador* do Exército na Amazônia. Para tanto, utilizo de um caso particular, os índios Munduruku, como princípio de observação da cosmologia militar como um todo. Como se verá, a instituição militar utiliza dessas populações para expandir seu repertório doutrinário e simbólico, reatualizando a sua presença na região como um *poder tutelar* que retira sua eficácia justamente de sua apresentação controlada e instrumentalmente direcionada face aos “outros”.

2.4.2 Os Guerreiros de Selva e os Munduruku: um Caso Particular?

Ao raiar do dia,
Ao descer da embarcação
Vou caçar o inimigo,
E causar destruição
Na aldeia inimiga,
Vou matar quem estiver
Seja velho ou criança,
Aleijado ou mulher
E quando armas encontrar,
Uma carga irei deixar.
E você pode até tentar,
Tentar me capturar
Mas no caminho eu vou deixar,
Brinquedinhos pra vocês
Sobre vocês eu vou cair,
E suas almas possuir
E gargalhadas eu vou dar
HA HA HA HA HA HA HA¹³⁷.

¹³⁷ Canção de Treino Físico Militar. In: <https://bizudotfm.blogspot.com/p/comandos.html>. Acessado em 21 de março de 2023.

No *Livro da Mística da Guerra na Selva* encontram-se descritas várias bases instaladas no interior do Centro de Instrução de Guerra na Selva, entre as quais destaca-se o *Tapiri Ocara Munduruku*. Ao contrário do Tapiri da Mística, o Tapiri Ocara foi construído em 2006 para abrigar, exclusivamente, os militares instrutores e monitores do CIGS¹³⁸. O termo “ocara” faria referência à “praça localizada na parte central de uma aldeia indígena de algumas tribos brasileiras”, sendo um local “onde se reúnem os conselheiros da tribo e onde as mulheres preparam as bebidas rituais” (CIGS, 2018, p. 75). Já o termo “munduruku”, antes de denominar o Tapiri, representava a forma pela qual se chamava a equipe de instrução. Sua inspiração viria dos próprios indígenas Munduruku, “famosos por serem guerreiros natos, que eliminavam seus adversários e cortavam suas cabeças em um ritual chamado de Pariauté-rã. Após o ritual, as cabeças eram mumificadas e transformadas em troféus”. Assim como os Munduruku, a equipe de instrução seria reconhecida por “pedir a cabeça” dos *alunos* do curso, isto é, detém a prerrogativa de pedir o desligamento do militar que apresenta baixo rendimento (SANTA’ANA JUNIOR, 2023, p. 546)¹³⁹.

Além do Tapiri Ocara Munduruku, outra localidade que chama a atenção é a Base de Instrução Lobo D’Almada, também denominada “BI-3”, que homenageia Manuel Da Gama Lobo D’Almada, descrito pelo *Livro* como “engenheiro militar português nomeado governador da capitania do RIO NEGRO no século XVIII, quando o atual Estado do Amazonas vivia uma fase de decadência e estagnação econômica” (CIGS, 2018, p. 35). Trata-se, portanto, de um militar português que, ainda em 1784, na condição de comandante do Forte de São Gabriel, foi incumbido de defender a zona encachoeirada do rio Negro e a exploração dos rios Xié, Uaupés e Branco, oportunidade na qual tomou contato com populações indígenas que povoavam densamente a região. Alçado à governador em 1788, Lobo D’Almada foi responsável por firmar, dois anos depois, um “tratado de paz” justamente com os Munduruku que, desde pelo menos 1770

¹³⁸ Trata-se de militares habilitados no Curso de Operações na Selva, que posteriormente são convidados a participar na instrução de novos alunos do CIGS.

¹³⁹ A “caça de cabeças” entre os Munduruku era realizada preferencialmente com os Parintintin, Apiacá e Maué, restringindo-se aos homens (as crianças e mulheres capturadas eram integradas à vida Munduruku). O processo de mumificação envolvia uma dinâmica ritual que podia durar entre três e quatro anos, durante os quais as cabeças-troféu (*pariua-á*) eram expostas publicamente, conferindo prestígio aos guerreiros que a portavam. Ao final do processo ritual, eram descartadas e seus possuidores deixavam as restrições alimentares e sexuais. As últimas referências à “caça de cabeças” datam do final do século XIX, quando o comércio deste tipo de troféu foi fortemente reprimido por dispositivos legais e pela fiscalização das autoridades (MENGET, 1993; MENDONÇA DE SOUZA; MARTINS, 2003/2004; FERREIRA DOS SANTOS et al., 2007).

emprendiam incursões belicosas do alto rio Tapajós para a região do baixo Madeira e baixo Tapajós, promovendo um clima de medo entre as populações indígenas e brancas que encontravam pelo caminho, e, assim, impactando política e economicamente as regiões do Tapajós e aquelas governadas por Lobo D’Almada. Pouco tempo depois, uma vez “pacificados”, os Munduruku tornaram-se um valioso trunfo das autoridades coloniais: a partir de então, aproveitando seus “ímpetos guerreiros”, foram utilizados na perseguição de grupos indígenas que resistiam ao domínio colonial português (SANTOS, F., 1995; 2009).

Além de nomear o Tapiri da equipe de instrução e guardar relações com a Base de Instrução Lobo D’Almada, os Munduruku também são “homenageados” pelo CIGS na Competição Internacional de Patrulhas, chamada de “Operação Iniciação Mundurucu”¹⁴⁰. Segundo reportagem de Rubens Valente (2004), há ainda nos Batalhões de Infantaria de Selva a denominada *Força Marupiara*, que rememorar a forma pela qual eram chamados os guerreiros Munduruku, considerados os “amado[s] na paz e temido[s] na guerra”. Segundo a tese reservada do Major Marcelo Soneghet Pacheco, consultada por Valente, esta Força seria responsável por “atuar na seleção e catalogação de elementos civis que poderão integrar uma Força de Sustentação¹⁴¹ ou Força Subterrânea¹⁴²”, bem como “planejar, conduzir e realizar operações de inteligência e de reconhecimento profundos e de longa duração” (VALENTE, 2004).

Pesquisando mais sobre esta Força que “homenagearia” os Munduruku, localizei a tese do Major Ledson Schwalb, segundo o qual a Força Marupiara receberia instruções da 3ª Companhia de Forças Especiais, subordinada ao Comando Militar da Amazônia,

¹⁴⁰ <https://cigs.eb.mil.br/index.php/cursos/76-competicoes/110-competicao-internacional-de-patrolha>. Acessado em 23 de abril de 2024.

¹⁴¹ Segundo o Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército, a Força de Sustentação é “1. Formada por elementos clandestinos da força irregular que asseguram o apoio logístico adequado à força de guerrilha. É composta por pessoas residentes na área de atuação da força de guerrilha e que levam uma vida aparentemente normal e dentro da lei. 2. Força de combate, na guerra de resistência, constituída por elementos da população civil, para prestar apoio à força principal, contra o invasor, basicamente, na área de serviços” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009a, p. F-10).

¹⁴² Segundo o Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército, a Força Subterrânea é “1. Formada por elementos da força irregular que atuam, normalmente, na clandestinidade, realizando sequestros, sabotagens, roubos, chantagens e operações psicológicas, visando a minimizar ou anular a ação da força regular. 2. Força de combate, na guerra de resistência, constituída por elementos da população, principalmente nas áreas urbanas ocupadas pelo invasor. Tem por missão causar dificuldades, danos, ou baixas ao invasor, mediante o emprego de ações de guerrilha e técnicas especiais de combate. Os integrantes desta força se valem das atividades normais para obter facilidades na execução das ações a eles atribuídas” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009a, p. F-13).

responsável por difundir conceitos relativos ao combate de Resistência em região de selva (SCHWALB, 2019, p. 40). Segundo postagem no fórum *DefesaBrasil*¹⁴³, a Força Marupiará seria formada basicamente por um chefe (um oficial ou sargento habilitado em guerra na selva), um subchefe (sargento) e demais componentes (de quatro a seis cabos e soldados, preferencialmente “nativos ou moradores da região amazônica, conhecedores dos costumes, hábitos e cultura da população local”); não devendo constar sua existência no Quadro de Cargos Previstos dos Batalhões de Infantaria de Selva. A justificativa de sua existência é assim apresentada pela postagem:

Grande parte das missões estabelecidas para as forças marupiaras são possibilidades e aptidões doutrinárias de um destacamento de forças especiais. [Porém,] com as inúmeras missões de seu DOFESp [Destacamento de Operações de Forças Especiais] na região amazônica e, portanto, tendo que priorizar seu emprego, o CMA tem organizado suas equipes especializadas e promovido seu adestramento segundo a coordenação dos elementos de FEs [Forças Especiais] ou de guerreiros de selva. Para tanto, o CMA determinou ao seu DOFESp que elaborasse um programa mínimo de instrução para as equipes especializadas [as forças marupiaras].

Isto é, na impossibilidade de utilizar destacamentos de operações especiais em todas as missões levadas a cabo pelo Comando Militar da Amazônia, este teria designado que a 3ª Companhia de Forças Especiais realizasse instruções para suas demais equipes especializadas, incluindo as chamadas Forças Marupiaras, habilitadas, pois, a desempenhar funções próximas às dos operadores de forças especiais¹⁴⁴.

A postagem no *fórum* elenca uma série de funções desempenhadas por essas Forças Marupiaras e que são muito próximas das funções explicitadas pelo trabalho de conclusão de curso do Capitão Hugo David Araújo (EsAO), o qual faz sugestões de

143

<https://defesabrasil.com/forum/viewtopic.php?t=4490#:~:text=Com%20a%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20combate,poder%C3%A3o%20atuar%20em%20outras%20situa%C3%A7%C3%B5es>.

Acessado em 24 de fevereiro de 2025.

¹⁴⁴ “Os Operadores de Forças Especiais são especialistas em Guerra Não Convencional, Reconhecimento Especial, Operações Contra Forças Irregulares e Contraterrorismo. Organizam-se em Destacamentos Operacionais de Forças Especiais (DOFESp), podendo ser empregados em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis”. In: <https://www.ciopesp.eb.mil.br/en/curso-de-forcas-especiais.html#:~:text=Os%20Operadores%20de%20For%C3%A7as%20Especiais,hostis%2C%20negados%20ou%20politicamente%20sens%C3%ADveis>. Acessado em 23 de abril de 2024.

alterações no Manual EB20-MC-10.210, referente ao *Combate de Resistência na Amazônia*. Para o capitão, a Força Marupiara deveria estar em condições de realizar as seguintes funções:

- a) Obter dados e informações que alimentem o PITCIC [Processo de Integração Terreno, Condições Meteorológicas, Inimigo e Considerações Civis], com ênfase em considerações civis, em coordenação com 2ª Seção.
- b) Atualizar os dados sobre os atrativos operacionais, com ênfase nos pontos de desembarque, passagem e localidades, e os acidentes capitais, alimentando o PITCIC
- c) Realizar o levantamento os meios de transporte existente na área de resistência, e suas rotas de transporte, capacidade e características, verificando a melhor forma de utilização pelas frações internadas e pela logística de forma dissimulada.
- d) *Atualizar e empregar, em proveito da operação, os dados coletados sobre a população, com ênfase sobre lideranças, prestadoras de serviços e comerciantes.*
- e) *Organizar a rede de informantes, em coordenação com elementos de inteligência e 2ª seção* [Seção de Inteligência].
- f) Controlar a ações da força de sustentação nas suas missões.
- g) Realizar o levantamento, estabelecer, ocupar e planejar as mudanças de locais de homizio, com posicionamento de locais alternativos, que se confunda com a rotina da população, valorizando as localidades.
- h) *Cooperar com a preparação da área de combate do batalhão, por meio de reconhecimentos, levantamentos de pessoas para a força de sustentação, catalogação de recursos locais e levantamento de pontos sensíveis.*
- i) Levantar os elementos essenciais de inteligência.
- j) Realizar vigilância sobre elementos de inteligência inimigos.
- k) Levantar as ações realizadas pela tropa invasora (ARAÚJO, 2017, apêndice B, itálicos meus).

Ou seja, a Força Marupiara, cuja existência é confirmada pelos trabalhos apresentados acima e por postagens em mídias digitais, seria uma versão pouco modificada de um destacamento de forças especiais, “capaz de estabelecer e cultivar laços de confiança com a população local a despeito das barreiras culturais, apoiando ou evitando uma confrontação militar formal, com repercussões nos níveis político e estratégico do conflito”¹⁴⁵. Uma descrição muito próxima à atuação de destacamentos

¹⁴⁵

In: <https://www.ciopesp.eb.mil.br/en/curso-de-forcas-especiais.html#:~:text=Os%20Operadores%20de%20For%C3%A7as%20Especiais,hostis%2C%20negad os%20ou%20politicamente%20sens%C3%ADveis>. Acessado em 23 de abril de 2024.

similares durante o combate à Guerrilha do Araguaia, na qual se priorizava grupos militares reduzidos, precedidos por operações de inteligência e de operações psicológicas entre as populações civis da região, como destacado nas seções iniciais deste capítulo.

FIGURA 15 - FORÇA MARUPIARA NAS REDES SOCIAIS



Fonte: Facebook¹⁴⁶

De volta aos usos que se fazem destes elementos pelo CIGS, é possível constatar ainda a existência de duas músicas utilizadas em instruções do Curso de Operações na Selva que guardam referências aos Munduruku. A seguir são transcritos trechos das canções Pariuaté-rã e Marupiara de composição de Boi Caprichoso:

¹⁴⁶ <https://www.facebook.com/share/p/18PDsER9j4/> e <https://www.facebook.com/share/p/15oxNv7GQR/>. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

PARIAUTÉ-RÃ

Dos cortadores de cabeça...
Hei Hei

A dança da guerra
Na aldeia começou
Ô ô ô ô ô
As cabeças enfeitadas
Para o pariaté-rã
Reluz medonhos entre as flechas
Munduruku pintado causa temor

[...]

O ritual do feiticeiro
À meia-noite no terreiro
Troféu da guerra do guerreiro
O pariaté-rã

[...]

Índios pavorosos
Azulados da Mundurukânia
Tatuados, na mata rastejam sombrios
A sua glória
É a cabeça espetada numa lança

Dos cortadores de cabeça...¹⁴⁷

MARUPIARA

Munduruku, Mura, Taguari, Parintintin, Paquiri, Sateré-Mawé
Nas entranhas da mata encantada
No reino sagrado da Mundurukânia
No meio das guerras um tempo de paz
E as tribos guerreiras valentes tribais
Do Tapajós, Madeira, Nhamundá, Paraná-Uaçú
Se unem ao Marupiara, iniciação Munduruku

Prova de força e coragem aos filhos de Karú-Sacaibê
Nos sete caminhos da morte a sorte não basta pra sobreviver

Na caverna dos espíritos, no nicho do jaguar
Na toca das tucandeiras, no remanso das piranhas
No temido serpentário, na cachoeira do inferno
Na praia do jacaré, é preciso audácia bravura e fé

¹⁴⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=uAcpi9I0-Tc>. Acessado em 23 de abril de 2024.

Rito de aclamação, oferendas de honras e glórias
 Uma brasa lhe deixa na testa
 A marca sagrada da lua nova
 Para boa-venturança, unção de Cumacaá
 O pajé lhe ensina as histórias do clã
 E os segredos da vida tribal

Em sete dias, sete virgens, para amar
 Pela vitória triunfal¹⁴⁸

As músicas, exaltadas por postagem oficial no site do CIGS¹⁴⁹, bem como as nomeações do Tapiri Ocara Munduruku e os demais elementos apresentados, são apenas um exemplo das apropriações realizadas pelos militares em relação aos povos indígenas na região amazônica. Além deste caso em específico, acredito haver muitos outros exemplos de tentativas de “captura” daquilo interpretado por “natural” e “exterior” ao Exército e que, ao fim ao cabo, são referenciados e transmitidos em diversas oportunidades como imanescentes à identidade da instituição militar. É preciso lembrar que, assim como as onças, as populações indígenas, sobretudo aquelas identificadas como dotadas de um passado “guerreiro” são, aos olhos militares, “potências” a serem trazidas para próximo do aparato estatal e, de certa forma, domesticadas por ele (LEIRNER, 2012, p. 66-67).

Apesar disso, é preciso que se diga que esses elementos estão ancorados em movimentos anteriores. Antônio Carlos de Souza Lima (1995), ao analisar o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/ITN), chamou atenção para a proximidade histórica dos militares brasileiros com a política indigenista. Ele sugere que o modo de relacionamento e governamentalização de poderes concebidos para fazer coincidir as populações nativas com um Estado – *imaginado como nacional* – está na chave de um *poder tutelar*. Nesse contexto, esta forma de poder de Estado, que tem no Exército o seu vetor de “desbravamento” e/ou “pacificação”, não passa de mais uma forma de reelaboração da *guerra*. No mais, trata-se de uma modalidade de guerra de *conquista*, na qual são dispostos um *nós* e um *outro* numa relação de alteridade (econômica, política, simbólica e espacial) radical. O interessante é que, apesar disso, para submeter essa alteridade “[...] é necessário compreendê-la, interpretá-la e, por mais

¹⁴⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=VkJYoSkUlaCw>. Acessado em 23 de abril de 2024.

¹⁴⁹ <https://cigs.eb.mil.br/index.php/cursos/76-competicoes/110-competicao-internacional-de-patrolha>. Acessado em 24 de abril de 2024.

exótica, apresentar-lhe repostas positivas, estabelecendo, também nesse plano, uma relação”. Daí advém boa parte dos procedimentos semióticos que vimos ao longo deste capítulo. Os usos que os militares fazem das onças e toda uma gama de elementos contrabandeados das populações indígenas na Amazônia podem ser interpretados como maneiras de

[...] controlar a sua própria expressão face ao outro, tanto no plano da transmissão quanto ao máximo no da emissão; avaliar do modo mais eficaz possível, de acordo com os valores e códigos alheios, as condições de recepção de sua representação, com o fim de contornar quaisquer desvios relativos à impressão dele recebida pelo outro. Trata-se de levar o teatro da interação da forma consciente e instrumental em proveito de suas metas, de seu povo. [...] A qualidade da representação, a capacidade e a agilidade em avalia-la em ato, a quebra com códigos predefinidos e a inventividade para o instante são também seus pré-requisitos. [...] *Trata-se de fazer como se fosse, para ser eficaz* (SOUZA LIMA, 1995, p. 59, itálico meu).

Somando-se a isso, minha impressão é que, mesmo os povos indígenas estando presentes no imaginário militar muito antes dos projetos de colonização da Amazônia durante a Ditadura Militar, e que o fim da Guerra Fria tenha exigido uma reformulação da identidade do Exército, a experiência no Araguaia e o combate à guerrilha se fundiram no horizonte do imaginário da “questão indígena”, reatualizando a linguagem militar e um sentido mais “nacionalista” de combate ao inimigo externo, sem, no entanto, desestabilizar a gramática da guerra revolucionária e sua imagem da região Norte do país como constantemente instável e ameaçada por forças “centrífugas” que colocam em risco a unidade territorial do país.

Na próxima seção, analiso como episódios mais contemporâneos envolvendo a presença das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) na Amazônia foram utilizados para reavivar a memória simbólica e operacional de emprego de tropas especializadas em conflitos de baixa intensidade na região. Como se verá, os mesmos militares que preconizavam o uso da *Estratégia da Resistência*, vista como a melhor saída para se combater grandes potências invasoras do território brasileiro, foram os mesmos que atuaram no aniquilamento da guerrilha do Araguaia, nos anos 1970. Por meio da trajetória desses oficiais e de determinadas unidades do Exército na Amazônia, podemos

perceber que o *guerrilheiro* nunca saiu do sistema de inimizade generalizado da Força, dividindo espaço contemporaneamente com as populações indígenas, narcotraficantes, garimpeiros, organizações não governamentais, aventureiros estrangeiros etc.

2.4.3 O 1º Batalhão de Infantaria de Selva: a Hora e a Vez da (Narco)guerrilha

O alarme tocou
 A guarda foi acionada
 Estão tentando invadir
 A nossa esmeralda
 São apenas mil
 São apenas mil
 Contra um guerreiro de selva do Brasil
 Amanhecia
 Amanhecia
 Olhos atentos na zona de matar
 Meu pelotão já esta quase 3 dias
 3 guerrilheiros iam emboscar
 E veio e veio
 E veio o guerrilheiro mau
 E foi e foi
 Eu determino o seu final¹⁵⁰.

No ano de 2013, sob autorização do General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, então comandante militar da Amazônia, uma equipe de filmagem acompanhou todos os três estágios de formação de militares no Curso de Operações na Selva¹⁵¹. Exibida pelo canal *History Channel*¹⁵², a série documental mostrava em seus episódios finais os soldados combatendo em ambiente de selva. Em um dos exercícios simulados, os *alunos* do Curso desembarcavam em uma comunidade ribeirinha ocupada por *guerrilheiros* armados que resistiam às investidas da força regular. Como pode ser depreendido de

¹⁵⁰ Canção de Treino Físico Militar. In: https://www.facebook.com/permalink.php/?story_fbid=370054959822498&id=341684099326251&local_e=pt_BR. Acessado em 21 de março de 2025.

¹⁵¹ Ver nota n° 105 supra.

¹⁵² https://www.youtube.com/watch?v=qUnp5i_T28U&list=PLpQL2sQByD1Z7HuqchzNJvd6w8Nuc4P7. Acessado em 12 de abril de 2024.

elementos captados pelo documentário, em vários outros momentos a figura do *guerrilheiro* é reiterada enquanto o “inimigo” a ser combatido.

As cenas do documentário são aqui mencionadas por retratar este que parece ser mantido como um dos personagens do sistema generalizado de inimizades do Exército Brasileiro: o *guerrilheiro*. Tanto é que os oficiais que moldaram o pensamento da Força Terrestre na Amazônia, vislumbravam justamente um conflito de baixa intensidade, com *forças irregulares*¹⁵³ que se misturariam entre a população civil, dificultando sua identificação e a consequente neutralização por um exército que atuasse de maneira exclusivamente regular. Foi com isso em mente que alguns oficiais que serviram no Comando Militar da Amazônia a partir dos anos 1980 formularam aquilo que seria chamado por *Estratégia de Resistência*, caracterizada por um conflito onde se tenta dobrar o inimigo por meio do desgaste e do emprego de ações não convencionais como, por exemplo, emboscadas e táticas de guerrilha – o que soa bem familiar aos preceitos da guerra revolucionária explicitados nas seções iniciais deste capítulo (MARQUES, 2007, p. 95-108).

Levada a cabo por um exército regular, mas que, inversamente, se vê no combate de forma irregular, isto é, entre outras coisas, fora das convenções internacionais, os militares egressos do CMA foram pioneiros em uma série de invenções que procuraram relegar ao passado colonial a herança daquela Estratégia de Resistência. Adriana Marques (2007) mostra como as experiências de Pedro Teixeira nas expedições de exploração da calha do rio Amazonas entre 1637-1638; de Antônio Dias Cardoso e a Insurreição Pernambucana no século XVII; e de José Plácido de Castro e a expulsão de bolivianos do Acre no início do século XX, são tomadas como ensinamentos pelos militares brasileiros no uso de emboscadas e táticas de guerrilha (MARQUES, 2007, p. 100-103). Embora essas invenções não se sustentem diante de uma análise histórica mais rigorosa, é preciso ressaltar que elas apresentam uma profunda eficácia doutrinária-ideológica dentro do Exército, tal qual acima mencionado no caso de Guararapes. Uma mostra disso é o fato de que todos os atores citados acima são homenageados na nomeação de unidades no interior do próprio Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS, 2018, p. 33-38).

¹⁵³ Trata-se de forças que caracterizam a *guerra irregular*, a qual “[...] engloba uma quantidade enorme de fenômenos, que vão de ‘guerrilhas’ ao ‘terrorismo’, e caracteriza-se por métodos combinados de emprego da força. Segundo a definição norte-americana no *United States Joint Doctrine*, trata-se de ‘uma luta violenta entre atores estatais e não estatais por legitimidade e influência sobre as populações relevantes’” (LEIRNER, 2020, p. 100).

Porém, ao lado do próprio Coronel Jorge Teixeira, outra figura contemporânea que parece ser a exceção entre tantos personagens do período colonial homenageados pelo CIGS, é o General Thaumaturgo Sotero Vaz, (como dito acima) considerado um dos “pioneiros” das Forças Especiais no Brasil - o que lhe rendeu o apelido de “Papai Kid Preto” - e um dos primeiros militares a realizarem o curso de guerra na selva na Escola das Américas ainda em 1962 - antecedendo o próprio Jorge Teixeira que faria o curso somente em 1965. Thaumaturgo foi comandante do CIGS entre 1984 e 1985, e sua trajetória parece refletir a história mais recente do Exército na Amazônia, na qual o espectro da guerra revolucionária parece se tornar mais aparente quanto mais deixamos de lado a versão nativa com seus personagens e eventos do Brasil colônia, para privilegiarmos os reais episódios de emprego de tropas que informaram as invenções em torno da Estratégia de Resistência.

Segundo consta nas *folhas de alterações*¹⁵⁴ do general, tornadas públicas pela Comissão Nacional da Verdade em 2014¹⁵⁵, Thaumaturgo esteve na região de Xambioá combatendo a Guerrilha do Araguaia entre 11 de maio e 13 de junho de 1972, período no qual o seu destacamento de Forças Especiais, originário da Brigada Paraquedista no Rio de Janeiro, foi responsável pelas operações Couro Dantas e Andorinha, que tinham como objetivo cercar os militantes do PCdoB e resgatar o corpo do Cabo Odílio Cruz Rosa, morto na mata. Neste período, Thaumaturgo também era responsável por comandar um pelotão vindo do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), o primeiro Batalhão a enviar uma companhia especializada instruída por militares do CIGS para combater em Xambioá¹⁵⁶.

Anos mais tarde, o General Thaumaturgo comandaria o 1º BIS, um dos mais importantes batalhões do Exército na Amazônia e considerado a “Célula Mater da Infantaria de Selva” por ter fornecido quadros de pessoal e material para a criação de diversas Organizações Militares e Pelotões Especiais de Fronteira, entre os quais

¹⁵⁴ As Folhas de Alteração compõem o Histórico do Pessoal Militar do Exército, onde se registram os fatos mais significativos da carreira do militar, tal como movimentações, condecorações, elogios e etc, dispostos em ordem cronológica. In: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/005_normas/01_normas_diversas/04_departamento-geral_do_pessoal/port_n_063_dgp_25mar2020.html. Acessado em 13 de maio de 2024.

¹⁵⁵ chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2029%20-%20Thaumaturgo%20Sotero%20Vaz%20-%2000092.002057_2014-75%20-%20pp.%2059-60.pdf. Acessado em 12 de abril de 2024.

¹⁵⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=JlI6EmqX5rA&t=2689s> a partir do minuto 43:50. Acessado em 12 de abril de 2024.

destacam-se o próprio CIGS, bem como o 53º e 54º BIS criados em 1973 no contexto da Guerrilha do Araguaia¹⁵⁷.

Localizado em Manaus, o 1º Batalhão de Infantaria de Selva recebeu, em 13 de dezembro de 1990, a *denominação histórica* de “Batalhão Amazonas”. Pouco mais de dois meses depois, o Batalhão enviou militares para compor o que se chamou de *Operação Traíra*, um esforço conjunto das Forças Armadas do Brasil e da Colômbia, com o objetivo de capturar membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que, no dia 26 de fevereiro de 1991, atacaram o Destacamento Traíra¹⁵⁸ pertencente ao 3º Pelotão Especial de Fronteira (Villa Bittencourt - AM), resultando em três soldados mortos e outros nove feridos (PINHEIRO, 2005 [1995]).

O ataque teria ocorrido por conta de o Destacamento ter sido instalado na região de Vila Esperança, onde se encontrava o acampamento central da Companhia Mineradora Paranapanema, que explorava ouro ao sul da Serra do Traíra e que havia deixado de operar na região em 1990, passando o controle do acampamento para o Exército. Com a presença dos soldados, os garimpeiros colombianos que exploravam ouro em solo brasileiro e os membros da FARC que utilizavam o rio Traíra para o transporte de drogas viram seus interesses ameaçados, o que teria motivado a ação guerrilheira (LORCH, 1992, p. 72-75). A ação foi descoberta apenas três dias depois por conta da coincidência da data de chegada da nova equipe que assumiria o Destacamento. Um vez identificado, o ataque resultou no pronto emprego de tropas do 1º Comando de Fronteira Solimões/1º Batalhão Especial de Fronteira (atual Comando de Fronteira Solimões / 8º Batalhão de Infantaria de Selva (CFSol / 8º BIS), que após a Reunião Extraordinária Regional Bilateral Brasil/Colômbia recebeu reforços de “especialistas em guerra irregular e combate não-convencional do 1º Batalhão de Forças Especiais (1º BFEsp), sediado no Rio de Janeiro, através da ação de um Destacamento de Ação Imediata, integrado por

¹⁵⁷ https://1bis.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93. Acessado em 12 de abril de 2024.

¹⁵⁸ O Comando Militar da Amazônia dispõe de três tipos de organizações militares *especiais de fronteira*: o Destacamento, o Pelotão e a Companhia. “O Destacamento Especial de Fronteira é o núcleo inicial de um futuro Pelotão ou Companhia. Seus homens permanecem em instalações provisórias, sem familiares. O efetivo varia entre 10 e 20 homens. Há seis Destacamentos na região Amazônica. O segundo tipo é o PEF [Pelotão Especial de Fronteira] propriamente dito, com 66 homens comandados por um Tenente e todas as instalações comuns a qualquer aquartelamento: alojamentos, próprios nacionais residenciais, salas de instrução etc. [...] Nele vivem, em média, 15 dependentes de militares. O CMA possui 28 PEFs. O terceiro tipo são as Companhias Especiais de Fronteira (CEF), comandadas por capitães que já concluíram a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. O CMA possui duas CEF, cada uma delas com um efetivo de cerca de 250 homens, que ocupam instalações maiores e em maior número do que aquelas destinadas aos pelotões. O número de dependentes é variável” (CCOMSEX, 2006, p. 41-42).

frações de Forças Especiais e Ações de Comandos”. Além do Exército, a Operação contou com militares da Brigada de Aviação do Exército (Taubaté-SP) e do Navio Patrulha Fluvial do Amazonas (FLOTAM) que se deslocou de Manaus para Vila Bittencourt (PINHEIRO, 2005).

Com a chegada de tropas especiais na região, “[...] foi empreendida uma operação de inteligência enviando soldados rastreadores da etnia tukano, que foram incorporados ao batalhão [1º Batalhão Especial de Fronteira] no ano anterior, com o objetivo de localizar os guerrilheiros que atacaram e subtraíram materiais do EB”. Após conseguirem identificar o rastro dos componentes das FARC, “[...] uma patrulha integrada pelos rastreadores e outros militares orgânicos do 1º CmdoFronSol/1º BEF, qualificados no CAC [Curso de Ação de Comandos], CFEsp [Curso de Forças Especiais] e Curso de Operações na Selva (COS), alcançou-os. Por iniciativa do tenente-coronel [Evandro Augusto Pamploa] Vaz, os patrulheiros aplicaram um assalto fulminante utilizando o princípio da oportunidade” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 242). Na Operação Traíra, foram mortos doze guerrilheiros do comando das FARC e houve a recuperação de rifles, uniformes, rádios e outros equipamentos roubados do Destacamento.

Segundo Rodney Lisboa e Fernando Montenegro (2021), “[...] os resultados obtidos na Campanha do Traíra ratificaram a relevância do engajamento de tropas vocacionadas para a condução do combate não convencional em conflitos característicos de guerra irregular, bem como o uso de aeronaves de asa rotativa na Amazônia”. Para tanto, teria sido fundamental a aplicação de conceitos doutrinários assimilados durante os combates à Guerrilha do Araguaia décadas antes. Não por acaso, é preciso destacar que, na época, o 1º Comando de Fronteira Solimões/1º Batalhão Especial de Fronteira era comandado pelo Tenente-Coronel Evandro Augusto Pamploa Vaz, “qualificado como operador de Forças Especiais e veterano das ações de enfrentamento ao foco guerrilheiro na região do rio Araguaia” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 242 e 246).

No final daquele ano de 1991, o Comando Militar da Amazônia desencadeou uma “operação dissuasória” visando às FARC, desta vez na região de Iauretê – AM e Querarí – AM, região conhecida por “Cabeça do Cachorro”, no município de São Gabriel da Cachoeira. A “Operação Perro Loco” contou com efetivos do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (São Gabriel da Cachoeira - AM), do 1º Batalhão de Forças Especiais (Rio de Janeiro) e com 14 aeronaves da Brigada de Aviação do Exército. Para o Coronel Álvaro

de Souza Pinheiro, as operações Traíra e Perro Loco deixaram o seguinte “ensinamento” para o Estado-Maior do Exército (EME) e para o Comando de Operações Terrestres (COTer):

Trata-se de um conflito de baixa intensidade, onde o inimigo, genericamente designado de ‘forças adversas’, pode apresentar-se sob vários matizes - narcotraficantes, garimpeiros clandestinos, indígenas apátridas, guerrilheiros com ou sem motivações ideológicas, aventureiros internacionais, agentes de potências de fora do continente sul-americano infiltrados, ou mesmo uma combinação desses elementos - pondo em risco a Segurança Nacional, nas regiões fronteiriças amazônicas.

O grande objetivo político a ser atingido quando da eclosão de um conflito dessa natureza é manter a Soberania e a Integridade do Patrimônio Nacional, não suspendendo as operações até a definitiva expulsão das ‘forças adversas’ do Território Nacional (PINHEIRO, 2005).

Em caso de um conflito desta natureza, Pinheiro (2005) preconiza a atuação do Comando Militar da Amazônia¹⁵⁹ ou do Comando Militar do Norte¹⁶⁰, dependendo da região afetada, com apoio de combate e logístico do Comando de Aviação do Exército, da Brigada de Infantaria Paraquedista e do Batalhão de Forças Especiais. Porém, além de identificar problemas gerados pela “presença da narcoguerrilha na Colômbia, no Peru e na Bolívia” e pelas constantes disputas fundiárias na região amazônica (incluindo a região do Bico do Papagaio e da Guerrilha do Araguaia), o general - que esteve no Araguaia, diga-se de passagem - também chamou a atenção para a ascensão dos Estados Unidos no cenário internacional e a eclosão de tensões étnicas, religiosas e de identidade nacional, associadas a um “dever de intervir” em questões ambientais de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, o que exigiria a adoção da *Estratégia da Lassidão* ou *Usura* que pressupõe

¹⁵⁹ Com sede em Manaus (AM), o CMA tem jurisdição sobre o território da 12ª Região Militar, que abrange os estados do Acre, Amazonas e Rondônia. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8053.htm#art1. Acessado em 13 de maio de 2024.

¹⁶⁰ Com sede em Belém (PA), o CMN tem jurisdição sobre o território da 8ª Região Militar, que abrange os estados do Amapá, Maranhão e Pará. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8053.htm#art1. Acessado em 13 de maio de 2024.

[...] a adoção da Guerra Irregular¹⁶¹ como principal forma de conduta de uma guerra convencional, na qual fica evidente o desequilíbrio de poder de combate entre as nossas forças e as dos possíveis oponentes. Implica na impossibilidade de fazer face ao invasor por meios convencionais de atuação em força, quer ofensiva, quer defensivamente, devido à inferioridade de recursos materiais e à grande disparidade na área científico-tecnológica.

Seu grande objetivo será demonstrar ao invasor que o preço a pagar para manter o domínio sobre determinada região não compensa os benefícios decorrentes (PINHEIRO, 2005).

As formulações do General Álvaro Pinheiro são fundamentais para se entender o percurso pelo qual o Exército Brasileiro, nos anos 1990, parece ter encontrado na Amazônia a sua *vocação singular*, a qual, em primeiro lugar, permitiu uma identificação da instituição não mais com um projeto que a subordinava a um papel secundário no plano geopolítico, no qual seria responsável por combater “um inimigo global que vinha de longe” – tal qual o Comunismo Internacional –, mas, agora, um inimigo que visava objetivamente o território brasileiro, ressaltando que sua missão primordial “[...] é a defesa de uma parte importante de nossa integridade, e não participar de uma guerra por procuração [...]” (LEIRNER, 2020, p. 200).

Em segundo lugar, aquela *vocação singular* permitiu o deslocamento (o que é diferente de extinção) do corpo ideológico-doutrinário da guerra revolucionária – marca da Ditadura Militar – para as guerras assimétrica e irregular (cf. VISACRO, 2009). Neste percurso, embora a versão nativa martelasse a suposta origem “colonial” do uso de emboscadas e guerrilhas, exaltando personagens como Pedro Teixeira e Antônio Dias Cardoso, na verdade, a chamada Estratégia de Resistência evocava o uso de tropas na Amazônia durante a Guerrilha do Araguaia (MARQUES 2007, p. 100) e em episódios como o do ataque ao Destacamento Traíra. Não por acaso, os mentores desta “nova” doutrina foram personagens que tiveram suas trajetórias militares marcadas por esses episódios, como foram os casos dos generais Sotero Vaz e Álvaro Pinheiro. Por suas mãos, os *guerrilheiros* e *subversivos* de outrora puderam ser retraduzidos em uma miríade de atores igualmente perigosos: “narcotraficantes”, “garimpeiros clandestinos”, “indígenas apátridas”, “aventureiros internacionais” etc. Embrulhada numa retórica “nacionalista” de defesa da Amazônia, os preceitos da guerra revolucionária puderam

¹⁶¹ Ver nota n° 99 supra.

transitar livremente a partir do reforço da ideia de que o Brasil se tornava “[...] uma referência no campo da ‘resistência’, colocando-se no plano de uma ‘potência não-alinhada’, bem de acordo com as necessidades de suprir a frustração gerada pelos resultados locais da Guerra Fria” (LEIRNER, 2020, p. 200).

Neste processo, o Exército foi capaz de dar uma nova orientação à identidade militar, “[...] galvaniza[ndo] os próprios militares em torno de um sentimento corporativo” e constituindo a Amazônia como um ponto importante da formação militar. Não por acaso, “comandar na Amazônia, fazer o curso no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) etc, passaram a ser elementos de status e prestígio dentro da Força”, alargando a imagem de que “[...] estar na Amazônia representa também uma espécie de rito de passagem em que todo militar tem a chance de cancelar o discurso do ‘sacrifício’ pelo bem do Brasil” (LEIRNER, 2020, p. 201)¹⁶². Um *sacrifício* igualmente recompensável em termos muito objetivos: acréscimo de 20% no soldo (salário), incorporação de oito meses de serviço a cada dois anos servindo na região (o que, futuramente facilita promoções e antecipação da aposentadoria), ajuda de custo em dobro para transferência geográfica (gastos com a mudança de ida e volta da família), facilidade para ocupação de casas fornecidas pelo Exército – os chamados Próprios Nacionais Residenciais (PNRs) – e consequente economia no pagamento de alugueis e, por fim, após o mínimo de dezesseis meses na Amazônia, o militar pode escolher a guarnição (cidade) onde deseja servir (SILVA, C. R., 2018, p. 206; MARCELO PIMENTEL: comunicação pessoal, 2025).

Ao fim e ao cabo, a chamada Estratégia de Resistência permitiu que a herança de ações contraguerrilha permanecesse no repertório militar, porém recoberta por uma retórica mais “nacionalista” e com traços difusos de “antimperialismo” norte-americano. Enquanto inúmeros militares listavam declarações de líderes mundiais quanto à necessidade de *internacionalização* da Amazônia, os soldados continuaram com suas canções e marchas exaltando as campanhas do Araguaia e o combate aos guerrilheiros das FARC, bem como plasmando a ideia de que entre o (narco)guerrilheiro e o *resistente*

¹⁶² Cristina Rodrigues da Silva (2018), ao se referir à vivência na Amazônia pelos militares e seus familiares, chamou atenção para o caráter duplo implícito às elaborações nativas sobre o esse “sacrifício”: por um lado, “[...] o *sacrifício* pela profissão, por ser uma área sensível em termos de poder se tornar um teatro de guerra e um grande esforço para um empreendimento civilizador do Exército de levar o Estado para a região”; e, por outro lado, “[...] o *sacrifício* familiar do cotidiano que militares e suas famílias enfrentam com as dificuldades que encontram durante sua estadia na região”, isto é, as dificuldades de locomoção, acesso a meios de comunicação, etc. (SILVA, C. R., 2018, p. 110).

havia na verdade uma diferença de fundo “ideológico”, ainda que utilizassem as mesmas táticas¹⁶³.

Um olhar atento para uma das mais importantes unidades militares da Amazônia, considerada a “Célula-Mater da Infantaria de Selva”, é esclarecedor sobre este percurso. O 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus), tornado tropa de “Pronto Emprego” do Comando Militar da Amazônia em 1994, além de um passado de atuação no Araguaia e no Traíra, conta atualmente com três companhias de fuzileiros de selva, entre as quais destaca-se a 2ª Companhia de Fuzileiros de Selva – “Maldita”, conhecida pelo seu brado de “Maldita Anti-Guerrilha”, que em exercícios de instrução entoava a seguinte canção:

Deus, Loucos, Demônios e Homens
 Aquilo que somos
 O que nos tornamos
 Guerreiros alados
 Malditos soldados

E na Maldita só tem louco
 Missão contra guerrilha na cabeça do cachorro
 Missões reais na faixa da fronteira
 Ira ira ira, Operação Traíra

Foi no resgate de muito sufoco
 No avião da Gol, lá no Mato Grosso
 Ari, ari, ari, ari
 ‘F’ de fronteira, Operação Curare¹⁶⁴.

¹⁶³ Como distinguiu o Coronel Edmundo Palaia Neto (Comandante do CIGS entre 2011 e 2012) em entrevista ao podcast Fala Glauber. In: <https://www.youtube.com/watch?v=k0v6eRiKijw&t=12382s>. Acessado em 16 de abril de 2024.

¹⁶⁴ https://www.youtube.com/watch?v=cO_ug_gqrgM. Acessado em 16 de abril de 2024.

FIGURA 16 - 2ª COMPANHIA DE FUZILEIROS DE SELVA –
“MALDITA”



Fonte: 1º Batalhão de Infantaria de Selva¹⁶⁵

As canções, assim como as próprias denominações de unidades militares revelam, pois, como missões reais de emprego da tropa, tal como no Araguaia e, mais recentemente, na Operação Traíra, tornaram-se oportunidades privilegiadas para o reforço da identidade militar e do pertencimento à instituição. Não raro, a história de uma unidade militar é frequentemente descrita e balizada a partir dessas experiências de combate, que, no caso do 1º BIS, conservam a imagem do guerrilheiro como um dos elementos prioritários do sistema generalizado de inimizados. O mesmo ocorre com o Destacamento Traíra, por exemplo, em que o ataque das FARC é recordado anualmente pelo 3º Pelotão Especial de Fronteira, situado em Villa Bittencourt (AM), em um monumento denominado “Heróis do Traíra”, e que homenageia os três soldados mortos naquela ocasião.

¹⁶⁵ <https://1bis.eb.mil.br/index.php/home>. Acessado em 18 de novembro de 2024.

FIGURA 17 - MONUMENTO “HERÓIS DO TRAÍRA” – 3º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA



Fonte: Noticiário do Exército¹⁶⁶

FIGURA 18 - PLACA PRESENTE NO MONUMENTO “HERÓIS DO TRAÍRA” – 3º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA



Fonte: Exército Brasileiro¹⁶⁷.

166

https://www2.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/U3X7kX8FkEXD/content/id/8691084. Acessado em 24 de abril de 2024.

167

In: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1687104014649853&id=167817063245230&set=a.178017462225190&locale=pt_BR. Acessado em 16 de fevereiro de 2025. Na placa é possível ler a seguinte

Ainda hoje, o Centro de Instrução de Guerra na Selva, por meio de seu Programa de Atualização de Combate de Selva, uma publicação semestral impressa e eletrônica, mantém a Operação Traíra e seus “ensinamentos” para as “operações na selva” entre os assuntos de interesse do Exército na Amazônia¹⁶⁸. Ao lado da Operação Traíra, outro emprego de tropa real que se mantém no horizonte deste tipo de publicação é a participação do 1º BIS no combate à Guerrilha do Araguaia. O que parece confirmar o quanto o “padrão forças especiais” de atuação permanece vivo na forma pela qual o Exército imagina seu papel na região (LEIRNER, 2020, p. 203).

É revelador que, nos anos 1990, a reorientação doutrinário-ideológica tenha caminhado de mãos dadas com o uso de tropas de Comandos e Forças Especiais em exercícios e operações na Amazônia:

Nos anos 1990, o 1º BF Esp [Batalhão de Forças Especiais] foi bastante requisitado para conduzir operações de reconhecimento e avaliação de área, como parte dos planejamentos efetuados pelo EME [Estado-Maior do Exército], considerando as hipóteses de conflito vislumbradas para o país. São exemplos de eventos dessa ordem: Operação Surumu, executada na zona fronteira entre o Brasil e a Venezuela nos meses de setembro e outubro de 1993; Operação Apaporis, levada a efeito na região de Japurá no estado do Amazonas, entre os meses de outubro e novembro de 1994; Operação em proveito do CMA na região da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, situada no estado de Roraima, em novembro de 1997; Operação Mamoré, realizada durante exercício promovido pela 17ª Brigada de Infantaria de Selva (17ª BdaInfSI) na região de Guajará-Mirim, estado de Rondônia, em setembro de 1998

Algumas Operações de Interdição de Área¹⁶⁹ foram executadas pela unidade na década de 1990, destacando-se como modelo: Operação Urumutum e Operação Jatuarana [realizadas na região do rio Traíra, estado do Amazonas]; Operação Guahariba,

inscrição: “Aos infantes tombados no cumprimento do dever no episódio do Rio Traíra em 26 Fevereiro de 1991, a certeza de que não pereceram em vão. O reconhecimento de seus irmãos de farda lhes será eterno e que seus exemplos dignificantes e marcados de heroísmo, sirvam para afirmar a tempera do soldado da Amazônia. Soldado Sansão Ramos Gonçalves. Soldado Aldemir Lopes de Oliveira. Soldado Sidimar Fonseca Moraes”.

¹⁶⁸

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cigs.eb.mil.br/images/curso/cos/Orientacoes_Cos_Jul20.pdf. Acessado em 12 de abril de 2024.

¹⁶⁹ “Operação executada para dificultar ou impedir que o inimigo se beneficie: de determinada região, de pessoal, de instalações ou de materiais. As ações realizadas nesse tipo de manobra, abrangem normalmente o uso maciço de fogos aéreos e de artilharia, a realização de assaltos aeromóveis e aeroterrestres, a infiltração de tropas especiais, as ações de sabotagens, de barreiras e de guerrilha” (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, n. 5, p. 257).

empreendida no estado de Roraima em 1992; Operação Querari, desempenhada em proveito do CMA na região do rio Querari, situada na fronteira amazônica do Brasil com a Colômbia, em novembro de 1999 (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 252).

Também não é de se espantar que em 1993, já passada a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, o Centro de Informações do Exército (CIE) usasse em suas apostilas de instrução “ensinamentos” aprendidos no combate aos guerrilheiros no Araguaia (STUDART, 2006, p. 95); ou que mesmo atualmente o Comando Militar da Amazônia continue a ressaltar em seus textos o papel dos operadores de forças especiais “no combate à subversão” e a relevância de se ter a 3ª Companhia de Forças Especiais (criada em 2003)¹⁷⁰ para a atuação do CMA contra os crimes transnacionais e em ações de garantia da lei e da ordem¹⁷¹. É verdadeiramente revelador que em 2016 esta mesma Companhia tenha recebido o nome e o busto do General Thaumaturgo Sotero Vaz, que, como já ressaltado ao longo deste capítulo, atuou nas operações de aniquilamento no Araguaia.

¹⁷⁰ Em novembro de 2000 foi criado um Destacamento de Forças Especiais em Manaus – AM, que somente em 2003 foi transformado na 3ª Companhia de Forças Especiais, “[...] uma subunidade independente, vinculada à Brigada de Operações Especiais [atual Comando de Operações Especiais sediado em Goiânia – GO], e subordinada, diretamente, ao Comando Militar da Amazônia” (MONTEIRO, M., 2020, p. 8).

¹⁷¹ https://issuu.com/danielfxa/docs/3_companhia_de_for_as_especiais_3_cia_f_esp. Acessado em 22 de abril de 2024.

FIGURA 19 - 3ª COMPANHIA DE FORÇAS ESPECIAIS DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA – “COMPANHIA GENERAL THAUMATURGO”.



Fonte: Comando Militar da Amazônia¹⁷².

Assim, a chamada “crise de identidade” do Exército, com o fim da Guerra Fria, não significou a extinção de repertórios vinculados à guerra revolucionária, mas, sim, sua atualização em versões “nacionalistas” que localizam nos povos indígenas, ONGs ligadas a eles ou em narco(guerrilheiros), por exemplo, os agentes atuais da *cobiça* e *internacionalização* da Amazônia. É assim que do Araguaia ao Traíra; e dos Generais Sotero Vaz e Álvaro Pinheiro aos Munduruku exaltados pelo CIGS, a cosmologia militar inventa tradições que carregam uma boa dose de passado, quase sempre heroico e idealizado, mas que influem em formas particulares e presentes do relacionamento da instituição militar com outros setores do Estado e da sociedade brasileira.

Na próxima seção, abordo como a região amazônica também se constitui em uma importante matriz para a Comunicação Social do Exército Brasileiro. Discutir essa dimensão da instituição é importante, pois permite revelar como, por um lado, ela se “fecha” aos influxos de informação “externos”, controlando aquilo que é transmitido ao seu público interno, e, por outro lado, se “abre” para sociedade, objetivando estabelecer relações estrategicamente orientadas com profissionais da imprensa. Nesse sentido, no

¹⁷² <https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/homenagem-ao-gen-thaumaturgo>. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

que tange à Amazônia, o Exército procura transmitir a imagem de único garante da soberania do país por intermédio da publicização de sua presença na região.

2.5 A AMAZÔNIA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO

Agora, esse ‘Projeto Rondon’ exhibe esse rico potencial de humanidade de nossos estudantes. [...] Os fanáticos terroristas que se grudam no movimento estudantil nada conseguirão, pois o estudante brasileiro é aquele que salva vidas em Rondônia e não o embevecido com a guerrilheira retórica de Havana¹⁷³.

Foi desta forma que o jornal O Globo de 9 de agosto de 1967 definiu o Projeto Rondon, criado por uma parceria entre a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), comandada pelo General João Bina Machado, e a Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Em julho daquele mesmo ano, ela enviou jovens universitários dos cursos de Medicina, Engenharia e Geografia para o 5º Batalhão de Engenharia de Construção, com sede em Porto Velho – Rondônia, onde realizaram uma série de atividades entre os militares e a população civil da região (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006, p. 25-40).

Paralela à atuação do General Bina Machado, destacava-se a figura do professor Wilson Choeri, da UEG, na elaboração das justificativas para a criação do Projeto Rondon. Segundo consta em seu relato para o Projeto História Oral do Exército, Choeri entendia que os universitários brasileiros eram muito politizados; no entanto, essa politização acabava por desaguar em uma “fase ideológica” e “partidária” que capturaria o ambiente das universidades. Para o professor, era fundamental que essa potência politizadora fosse “pega” por um “organismo denso”, tendo sempre em mente que a “Revolução” de 1964 permaneceria contestada não pelo ambiente sindical, mas pelo universitário. O Projeto vislumbraria justamente essa captura por meio de uma profícua conjugação de esforços entre Universidade e Exército (Ibidem, p. 35).

Durante a Ditadura Militar, o Projeto Rondon ficou a cargo do Ministério do Interior, que também controlava a SUDAM, a SUDENE e a SUDEVALE, importantes

¹⁷³ (O GLOBO, 1967 apud EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006, p. 21).

projetos para a região amazônica naquele período. Desde seu início, o Projeto carregou como *slogan* a frase “integrar para não entregar” e tinha como ideia base que os jovens universitários difundissem “mensagens sobre a Amazônia”, possibilitando que mais pessoas das universidades brasileiras tivessem interesse em se fixar e desenvolver aquela região do país em apoio a atuação “permanente e patriótica do Exército” (Ibidem, p. 43-48).

O Projeto Rondon foi um entre vários programas implementados pelo Exército Brasileiro voltados para o público “civil”. Dentro da Força, o órgão especializado no relacionamento com este público, sobretudo com profissionais da imprensa, é o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx), com sede em Brasília, responsável pelo Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx), que apresenta ramificações em todas as unidades do Exército espalhadas pelo país (CASTRO, A., 2019, p. 18-19).

O CCOMSEx tem origem em 1951 na 6ª Divisão de Relações Públicas do Gabinete do Ministro da Guerra. Naquela época, cabia ao órgão “auscultar, analisar e interpretar as tendências da opinião pública, por todos os meios disponíveis, no que se refere aos seus reflexos sobre o Exército; e remover todas as causas que possam afetar as relações do Exército com o público”. Este órgão passou por algumas modificações em sua denominação, mas sempre esteve vinculado diretamente ao Gabinete dos Ministros/Comandantes da Força, e somente após o golpe de 1964 passou também a estar presente em todas as organizações militares. Já no ano seguinte ao golpe, o Exército formou uma turma de militares no Curso de Opinião Pública e Relações Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Bastaram mais dois anos para que a Força criasse o Curso de Relações Públicas e de Operações Psicológicas no Centro de Estudos de Pessoal (CEP-RJ), com o objetivo de formar recursos humanos para a área de comunicação social (CCOMSEX, 2021, p. 15-16). Mas afinal, o que o Exército Brasileiro entende por *comunicação social*? Para responder a esta pergunta, é preciso antes retomar uma dinâmica que havia sido explicitada no início deste capítulo.

Desde as teses do *soldado-cidadão* do fim da Monarquia e início da República, os militares interpretavam a si mesmos como os responsáveis pela regeneração moral do país, o que exigia uma atuação para além dos muros da instituição militar - uma tendência que se manteve mesmo com os ideais de apolitismo e da política do “grande mudo” preconizada pela Missão Militar francesa. Porém, foi nos anos 1960 e 1970, a partir dos

estudos sobre a *guerre révolutionnaire* que o Exército passou a identificar a população “civil” e o uso da guerra psicológica como centrais para as operações militares a partir de então.

Com o desenvolvimento doutrinário da guerra revolucionária, cristalizou-se a ideia de que era fundamental o desenvolvimento de *ações psicológicas* voltadas para o interior da instituição militar e para a própria sociedade, em vias de “assegurar a coesão do conjunto da nação e a desenvolver em cada um a vontade lutar” (PARET, 1964, p. 57 apud MARTINS FILHO, 2008, p. 45). Como dito no início deste capítulo, a doutrina virou realidade com as dinâmicas políticas vivenciadas pelo país no início da década de 1960, com a crise da renúncia de Jânio Quadros, a posse de João Goulart, o debate das reformas de base e, finalmente, o golpe. Instaurada a Ditadura, o fenômeno da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), situado em um contexto de conflito fundiário e de relacionamento entre *guerrilheiros* e a população rural da região do Bico do Papagaio, consubstanciou a visão doutrinária de que era fundamental que o componente militar se equiparasse ao componente da guerrilha e também desenvolvesse um “trabalho de massa” entre a população “civil” (PINHEIRO, 2005). O “ensinamento” de operações contraguerrilha teve vida longa dentro do Exército, de modo que há pouco tempo atrás, o Manual de Campanha C 45-1 de *Comunicação Social* (2009) preconizava que “a partir da década de 70, pode-se observar a crescente influência da opinião pública como um fator de decisão política e militar” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009b, p. 1-2).

Para o Exército, a *opinião pública* é um dos *agentes-alvo* da comunicação social, juntamente com a *opinião publicada*. Naquela, o foco recai sobre a opinião do público em geral, tanto interno quanto externo à instituição militar; já nesta, os manuais se referem especificamente àquilo que é publicado pelos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornais impressos etc.). Neste contexto, a comunicação social é pensada em íntima relação com as áreas de Inteligência¹⁷⁴ e Operações Psicológicas¹⁷⁵ apresentando as seguintes finalidades:

¹⁷⁴ A *inteligência militar* é uma atividade “especializada e permanente que visa a produzir conhecimentos de interesse do comandante de qualquer nível hierárquico e proteger os conhecimentos sensíveis, as instalações e pessoal, contra as ações de serviços de inteligência do oponente ou do inimigo”. No nível operacional, apresenta a finalidade de “produzir e salvaguardar conhecimento requerido para planejar, conduzir e sustentar operações militares” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009a, p. I-9).

¹⁷⁵ Ver nota n° 110 supra.

- a. Criar condições para capacitar a Força Terrestre a atuar como eficaz instrumento de combate nos âmbitos externo e interno, *com especial atenção às ações que impliquem mudanças de atitudes, de opiniões e de comportamentos*.
- b. Atuar no sentido de manter, em níveis elevados, a credibilidade, a confiança e a imagem do Exército junto às comunidades nacional e internacional.
- c. Fornecer respostas adequadas e oportunas aos questionamentos da sociedade relacionados à Instituição.
- d. Privilegiar a atividade-fim da Força, considerando a importância das atividades subsidiárias na integração Exército-Comunidade e da opinião pública no respaldo às decisões militares.
- e. Constituir-se em fator multiplicador do poder de combate pela prevenção dos erros de entendimento e de percepção dos públicos interno e externo, e pelo fortalecimento do moral, da coesão e do espírito de corpo da tropa (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009b, p. 2-1 e 2-2).

No limite, o que os manuais do Exército chamam de comunicação social, quase não se difere do que é chamado por *operações psicológicas*; isto é, o conjunto de ações “[...] destinadas a influir nas emoções, nas atitudes e nas opiniões de um grupo social, com a finalidade de obter comportamentos predeterminados” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1999, p. 1-4 e 1-5). Tanto é que o próprio CCOMSEx é considerado um dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento dessa atividade tanto em tempo de paz, quanto de guerra. Paralelamente, a comunicação social também utiliza a área de *Inteligência*, na medida em que necessita conhecer de forma detalhada os seus *públicos-alvo*, que podem ser militares ou “civis”.

Entre o público-alvo “civil”, os manuais ressaltam a importância dos *formadores de opinião*, que são assim listados:

[...] as principais autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Federal, Estadual e Municipal); personalidades da mídia; dirigentes, docentes e pesquisadores das instituições civis de ensino fundamental, médio e universitário; principalmente este último segmento; administradores e docentes de cursos preparatórios para vestibulares; integrantes de associações sociais

e humanitárias (Rotary, Maçonaria, Lions etc); integrantes de entidades vinculadas ao Exército (FUNCEB, FHE/POUPEX, ESG, ADESG, ASS Of Reserva etc); diretores, gerentes e administradores de estabelecimentos econômicos e ou financeiros; autoridades de associações de classe (OAB, entre outras); e líderes religiosos (CCOMSEX, 2009, p. 71-72).

Dentre estes, destaco os profissionais da imprensa que recebem atenção do Exército tanto nos manuais mais gerais sobre comunicação social, quanto naqueles dedicados exclusivamente à normas de “como lidar com a imprensa”. Nesse relacionamento, que segue a “lei de ferro”, segundo a qual o militar deve, sempre que possível, divulgar informações “em benefício da imagem da Força”, o militar é descrito como alguém com “formação objetiva e pragmática” e conhecido por dar “declarações curtas e muitas das vezes não respondendo por completo o questionamento”, características “antagônicas” às observadas nos profissionais de mídia:

- possui formação subjetiva e humanista;
- possui grande sensibilidade;
- necessita cobrar explicações;
- sofre influência ideológica; e
- serve a uma empresa comercial que visa o lucro (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009b, p. 4-5).

Além de listar as características encontradas entre os jornalistas, o Manual preconiza ser fundamental que o Exército saiba - sobretudo em áreas em que se realizarão operações militares - informações dos meios de imprensa, tais como “quem são os proprietários e quais suas tendências políticas”, “qual a audiência e a abrangência da TV, rádio, jornal e etc.”, bem como os “principais programas radio-televisivos passíveis de se estabelecer parcerias”. Já quanto aos formadores de opinião de modo geral, seria fundamental saber o “[...] posicionamento dos formadores de opinião diante da atuação da Força Terrestre (FTer) em anos anteriores ou nas últimas operações, principalmente os de maior credibilidade”, e o “possível envolvimento de formadores de opinião com o crime organizado” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009b, p. A1-1). O General Octávio Luiz de Rezende, chefe do CCOMSEx entre 1981 e 1984, exemplifica bem como é conduzida essa prática pelo Exército:

Preparei o CCOMSEx para aquela missão que estávamos começando e para os que viessem depois de mim. [...] Nos deram

uma sala que era do Coronel Vilaça e nós pensamos: e agora? Então, peguei meio pavilhão e fundei a primeira seção de informática. É que eu queria que tivéssemos um registro com informações sobre o pensamento, inclusive político, de cada jornalista que teria contato conosco e de cada jornal da época. Queria saber qual era a linha editorial do veículo que o jornalista representava. Com esse procedimento, sempre que alguém nos procurava, eu ia no computador e verificava. Deixei essa herança, que eu considerava muito importante, para o meu sucessor (CCOMSEX, 2021, p. 21).

Com isso em mente, o General Rezende relata como o relacionamento com os donos dos principais jornais do país era importante naquele início da “abertura política”. Entre esses atores, o general chama atenção para a boa relação com Roberto Marinho (Grupo Globo), com Manuel Francisco do Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e com a família Mesquita, proprietária do jornal O Estado de S. Paulo. Além deste tipo de relacionamento, o ex-chefe do CCOMSEx relembra que uma temática que atraía a atenção dos jornalistas na época era a Amazônia:

Os jornalistas gostavam de matérias da Transamazônica, faziam muitas e nós torcíamos para que fizessem. Acho até que a estrada merecia mais notícias para o povo saber que aquilo é nosso, que tudo que se faz pela Amazônia, se faz pelo Brasil. [...] *Sempre que podia eu falava da Amazônia, eu sabia da importância da região* (CCOMSEX, 2021, p. 23-25, itálico meu).

Nos relatos colhidos para o livro *A Evolução do Grande Mudo*, confeccionado por ocasião dos 40 anos do CCOMSEx, é possível observar entre os primeiros chefes do Centro menções elogiosas, quase que unânimes, a Roberto Marinho e ao O Globo, considerado um jornal que “não desviava” muito da opinião do Exército (CCOMSEx, 2021, p. 45). Em seguida, são recorrentemente lembrados os nomes de Eliane Catanhêde

e Alexandre Garcia¹⁷⁶, sendo este considerado um “amigo do Exército”¹⁷⁷. O país estava no período da abertura política e à frente do Exército encontrava-se o General Leônidas Pires Gonçalves, que apresentava um profundo trânsito com os veículos de imprensa ao mesmo tempo que realizava um trabalho interno na Força voltado para esta questão. Nas palavras do General Carlos Olavo Queiroz Guimarães, chefe do CCOMSEx entre 1985 e 1988:

Uma preocupação nossa era a relação da imprensa com os órgãos militares. Por isso começamos a trabalhar nessa questão. Fizemos um simpósio de comunicação social, para o qual convocamos todos os oficiais de relações públicas, para lhes transmitir como deveria ser nosso relacionamento com a imprensa: da maneira mais cordial possível, deveríamos responder a tudo aquilo que fosse possível. Também começamos a visitar os Comandos Militares de Área. Fazíamos uma apresentação padronizada. Visitamos a Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, sempre com essa apresentação, falando sobre a nova maneira de se comunicar com a imprensa e também da ação social com a comunidade, particularmente nas organizações militares pequenas onde o Exército tem uma participação muito forte. Mas isso foi feito como rotina, cada mês era uma unidade (CCOMSEX, 2021, p. 34).

A prática institucionalizada pelo CCOMSEx não foi somente a de aproximação com os donos dos principais jornais do país, como também dos editores-chefes destes veículos de imprensa, uma atuação que parece ter ganhado força à medida que a instituição passava a ser contestada pelas violações de direitos humanos durante a Ditadura. Naquele período, se popularizou a imagem no interior das Forças Armadas de

¹⁷⁶ Alexandre Garcia foi da Secretaria de Imprensa da Presidência da República durante o governo de João Baptista Figueiredo, período no qual participava de reuniões do Conselho de Segurança Nacional ao lado de figuras como o General Golbery do Couto e Silva. Neste período, o jornalista também escreveu uma biografia do ditador-presidente intitulada *João Presidente* (GARCIA, 1990). Como pode ser observado em outros materiais, Garcia orgulha-se em dizer que é da reserva do Exército Brasileiro por ter realizado o serviço militar obrigatório e não esconde que desejava ter seguido a carreira militar. In: <https://podcasters.spotify.com/pod/show/exercitobrasileiro/episodes/Brao-Forte-2---Comunicao-Estrategica-com-Alexandre-Garcia-e-General-Richard-e9ia8j>. Acessado em 22 de abril de 2024.

¹⁷⁷ Piero Leirner (1997) já havia identificado uma lógica “semi-integrativa” que envolveria o relacionamento entre militares e “civis” por meio da categoria de “amigo do Exército”. Neste contexto, a visão evocada pelos militares é de que o “outro” pode ser um *afim*, mas jamais chega a ser *um dos nossos*; desta forma, “[...] o civil pode ser considerado um *amigo do Exército* – alguém que pode sobretudo representar a possibilidade de concretização de uma proposta ou um projeto político *comum*” (LEIRNER, 1997, p. 22).

que a esquerda procurava uma atuação *revanchista* no Congresso, e também por meio da mídia (CASTRO; D'ARAUJO, 2001, p. 20). Um dos expoentes deste tipo de visão foi o General Rômulo Bini Pereira, que na qualidade de chefe do CCOMSEX publicou um artigo no jornal O Globo em 4 de abril de 1998¹⁷⁸, no qual questionava se o *revanchismo* seria mesmo o caminho a ser seguido. Nas palavras do general: “diferentemente daqueles que permanecem reféns das dissensões pretéritas o Exército Brasileiro, olhos postos no porvir, entende que somente na consolidação dos nobres objetivos visualizados pela Lei da Anistia está a certeza de um Brasil capaz de enfrentar os desafios do Terceiro Milênio. Com revanchismo, certamente, o caminho será mais longo” (O GLOBO, 1998 apud CCOMSEX, 2021, p. 115).

A Lei da Anistia foi instaurada em 1979, e já em 1985, nasceu o Grupo Tortura Nunca Mais, que questionava as graves violações de direitos humanos ocorridas no país até então. A seguir, transcrevo um longo trecho do relato do General Bini Pereira, que explicita como a atuação dessas organizações da sociedade civil ressoou no interior da instituição militar e desaguou nas primeiras pesquisas de opinião encomendadas pelo Exército:

Foi uma época em que estávamos muito em baixa. Começamos a receber muitas críticas, que vinham do Ministério da Justiça e ganhavam maior dimensão com o ‘Movimento Tortura Nunca Mais’. Diziam que a instituição era formadora de torturadores. Era algo desagradável. Muitas vezes, quando o companheiro era promovido, aquele movimento dizia que ele havia trabalhado na repressão. Os jornalistas tinham acesso a determinados inquéritos e ao próprio Almanaque de Oficiais do Exército, e sempre aparecia algum comentário tentando derrubar um companheiro. Mas isso nunca aconteceu. Porém era um fato desagradável porque o companheiro tinha o nome exposto. Isso, de algum modo, se refletia muito na imagem da Força, na autoestima do militar, e vimos que seria importante medir a repercussão dos danos à nossa imagem por meio de pesquisas. A pesquisa foi conduzida pelo IBOPE, que fora contratado pela PROPEG para esse serviço. Formulamos todas as perguntas e elas foram aprovadas pelo Alto Comando do Exército. E o resultado nos surpreendeu: 70% da população brasileira acreditava no Exército. Nós achávamos que movimentos acusatórios daquela natureza tinham nos deixado lá embaixo, o que não era verdade. Foi

¹⁷⁸ Segundo o General, o artigo foi publicado em nove jornais brasileiros no mesmo dia (CCOMSEX, 2021, p. 75).

fenomenal. *Passamos a dar palestras em escolas, nos Comandos Militares de Área, mostrando que os valores de honestidade, de responsabilidade e de serenidade sustentavam a imagem do Exército Brasileiro* (CCOMSEX, 2021, p. 72, *italico meu*).

Em 1995, foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; acompanhada no ano seguinte pelo I Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), que em 2002 recebeu uma segunda edição (PNDH II). Nesse meio tempo, foi publicada a trilogia do CPDOC/FGV, que contava com “depoimentos de militares que certificavam pela primeira vez que houve tortura e mortes sem resistência durante a ditadura” (LEIRNER, 2020, p. 207). Como reação, a Biblioteca do Exército deu continuidade ao Projeto História Oral do Exército e, em 2003, publicou quatorze volumes dedicados à memória sobre a “Revolução” de 1964. A iniciativa nasceu por determinação do General Gleuber Vieira, ministro e comandante da Força entre 1999 e 2003, e foi levada a cabo pelo CCOMSEx em parceria com a Secretaria-Geral do Exército (CCOMSEX, 2021, p. 84; ATÁSSIO, 2007, p. 8). A instituição tratava de produzir a sua própria história sobre aquele período por meio de uma atuação dupla: de um lado, conservava acesa a chama de grupos político-militares, como, por exemplo, o Clube Militar (mas não somente ele), que vinham, desde o início dos anos 1990, se mantendo como uma reserva estratégica de atores radicalizados e exaltadores da Ditadura; e, de outro, passava a imagem de estar submetida ao poder civil e ao regime democrático, promovendo esvaziamentos das cerimônias de comemoração da “Intentona” Comunista e no afrouxamento do tom das mensagens de 31 de março (CASTRO, 2002; LEIRNER, 2020, p. 207).

Enquanto isso, o público militar continuou sob influência da máquina de comunicação social da instituição, por meio de uma miríade de produtos confeccionados pelo CCOMSEx: o Portal do Exército na internet; o Noticiário do Exército; mídias sociais como Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e o EBlog; a TV Verde-Oliva; a Rádio Verde-Oliva; O Exército Brasileiro em Revista; a Revista Verde-Oliva; o Reserva pró-Ativa; o Informativo do Exército (INFORMEx); e, por fim, o EB na Mídia, que fornece semanalmente notícias de jornais que mencionam o Exército.

Baseado em uma instituição na qual a hierarquia também molda a forma pela qual o conhecimento é produzido e circulado no interior da tropa - quase sempre privilegiando versões parciais e concentradas nas mãos de agentes-chave que dominam

este processo (LEIRNER, 1997, p. 52-53; 2020, p. 84) - o CCOMSEx se manteve como um dos principais detentores da “versão oficial” da Força, proativamente posicionado para rebater toda e qualquer versão conflitante, especialmente aquelas identificadas como “externas”. O relato do General Adhemar da Costa Machado Filho, chefe do CCOMSEx entre 2007 e 2009, exemplifica bem esta dimensão institucional:

Nosso trabalho era manter o público interno o mais informado possível, o que para nós era mais fácil, porque tínhamos os canais de acesso. Os próprios comandantes, espalhados pelo Brasil inteiro, tinham a preocupação de repassar as informações que recebiam no CCOMSEx, nas reuniões em Brasília. Às vezes, tínhamos um trabalho maior, que era o de esclarecer determinadas notícias veiculadas pela grande imprensa e que não eram verdadeiras. Então, nós expedíamos esclarecimentos para o público interno, só para o cara não ficar vendido, não ficar desinformado. Mas internamente é bem mais fácil (CCOMSEX, 2021, p. 135).

Enquanto o fechamento institucional produzia uma infinidade de meios para se fazer presente, a instituição também não deixou de incentivar “aberturas” que passavam ao largo da memória dos porões da Ditadura e que ajudavam a projetar uma nova imagem para a sociedade, sobretudo associada à defesa da integridade nacional, interpretada como sinônimo de proteção da Amazônia brasileira.

Em 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), emergiu na imprensa brasileira “[...] uma profusão de atores com discursos distintos, procurando, das mais diversas maneiras, legitimar, ou tornar senso-comum, uma ideia sobre o que é, como é, e o que deve ser a Amazônia” (LEIRNER, 1995, p. 119). Como não poderia deixar de ser, entre esses atores estavam os militares, que traçavam cenários de guerra naquela porção do país e reiteravam a imagem de que o verde-ecológico só poderia ser garantido pelo verde-oliva, como chamou atenção José Murilo de Carvalho (CARVALHO, J. M., 2006, p. 171).

Um dos episódios de destaque que antecedeu a ECO-92 foi a discussão pública entre o secretário do Meio Ambiente do governo Collor, José Lutzenberger, e o General Thaumaturgo Sotero Vaz, então chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia – lembre-se, personagem fundamental para se entender a recente inserção do

Exército na Amazônia. Em 28 de agosto de 1991, em entrevista à Folha, o general afirmou que as Forças Armadas não aceitariam que a Organização das Nações Unidas aprovasse monções de “soberania restrita [e] criação de nações indígenas” na Amazônia brasileira, e em seguida emendou: “[...] se esses babacas tentarem entrar aqui, nós vamos cair de porrada neles *como guerrilheiros*” (RIBEIRO, 1991a, *itálico meu*). Poucos dias depois, Lutzenberger retrucou que os “babacas” eram os próprios militares, cuja opinião não “valia a pena contestar” (ILHESCA, 1991). O desentendimento tornou-se assunto na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar supostas tentativas de internacionalização da Amazônia, na qual alguns deputados criticaram o comportamento “antipatriótico” do secretário e defenderam sua demissão (JORNAL DO BRASIL, 1991).

Lutzenberger permaneceu no cargo e a própria CPI foi extinta em fevereiro de 1992¹⁷⁹, o que não abrandou a polemização militar em torno da *questão amazônica*. Porém, apesar da presença midiática, ao final, ficou a impressão para os principais veículos de imprensa que as Forças Armadas estavam “inventando” um problema político inverossímil (LEIRNER, 1995, p. 120) - dinâmica que será profundamente alterada a partir da segunda metade dos anos 2000, como procurarei demonstrar no próximo capítulo.

Se durante a ECO-92 as tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica ficaram responsáveis por patrulhar as avenidas da cidade do Rio de Janeiro, na primeira experiência de operação de Garantia da Lei e da Ordem no país, em 1993, entre os dias 4 e 10 de outubro, seria a vez das Forças Armadas demonstrarem sua operacionalidade em ambiente de selva. Por ocasião da Operação Surumu, foram deslocados 10 mil soldados ao norte do estado de Roraima, abrangendo as áreas das BRs 174 e 319, e das cidades de Surucus e Maturacá. No conflito simulado contra um país imaginário denominado “Cretânia”, houve o emprego de tropas de Forças Especiais e técnicas de infiltração por meio de saltos de precisão. Segundo notícias de jornais da época, a Operação foi pensada como uma reação à proposta dos Estados Unidos de usarem o 4º Pelotão Especial de Fronteira (Surucucu), situado no interior da Terra Indígena Yanomami, como base de apoio para a busca de 17 soldados da Guarda Nacional da Venezuela que estavam perdidos há 11 dias na fronteira com o Brasil. A proposta foi recusada pelo Ministério do

¹⁷⁹ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=238062>. Acessado em 15 de abril de 2024.

Exército e os soldados venezuelanos acabaram localizados pela Aeronáutica (MARTINS, 1993; FOLHA DE S. PAULO, 1993; AUGUSTO, 1993).

Ainda durante a Operação Surumu, além das tropas de Forças Especiais, foi testada a montagem do primeiro Sistema de Comunicação Estratégica, ligando o Comando de Operações Terrestres (COTer) em Brasília ao Comando Militar da Amazônia em Manaus (AM), que por sua vez, ligava-se ao Centro de Operações em Boa Vista (RR), o que possibilitou a transmissão de dados por meio de correio eletrônico entre aquelas diferentes unidades (AUGUSTO, 1993). Esses episódios inauguraram os convites a jornalistas a participar de uma operação conjunta das Forças Armadas na região amazônica, constituindo-se em uma verdadeira vitrine para os militares. O General Gilberto Serra, chefe do CCOMSEx entre 1992 e 1994, narra a rotina dos profissionais da imprensa naquela oportunidade:

Durante toda a Operação eles viveram o nosso cotidiano. Para acompanhar os exercícios, acordavam de madrugada e eram deslocados até os locais das atividades. Diariamente, ao final da tarde, eles participavam de uma ‘reunião do pôr do sol’ para avaliar o que tinha ocorrido naquela jornada e receber instruções sobre as atividades do dia seguinte. O horário da saída era quase sempre de madrugada. [...] Antes da operação, fizemos uma grande reunião com os coordenadores operacionais das Forças, os oficiais-generais, *para definir como melhor poderíamos apoiar e explorar a parte da comunicação social* (CCOMSEX, 2021, p. 66-67, *itálicos meus*).

Neste tipo de operação conjunta, que conta com a participação de jornalistas, o *Manual de Campanha C 45-1 – Comunicação Social* lista a seguintes providências que devem ser tomadas pelo Estado-Maior Combinado (Exército, Marinha e Aeronáutica):

- f. Ligar-se com os principais meios de comunicação locais, levantando capacidades, posicionamento diante da atuação da FTer [Força Terrestre] e possíveis colaboradores para cobrir a operação; [...]
- j. Levantar oportunidades psicológicas favoráveis a presença e a atuação da Com Soc [Comunicação Social] na operação de modo a explorar ao máximo o princípio da oportunidade;

- k. Levantar principais públicos-alvo, destacando os favoráveis, neutros e reativos;
- l. Identificar possíveis vulnerabilidades nos públicos prioritários;
- m. Identificar possíveis campanhas Com Soc para reforçar os apoios e para neutralizar ações adversas;
- t. Solicitar cadastramento de profissionais de imprensa credenciados para cobrir o evento, de modo a criar vínculo antes da operação;
- u. Definir mídias a utilizar e prazos para início da divulgação;
- v. Solicitar relação eletrônica dos meios de imprensa e os respectivos contatos telefônicos, fax, internet etc;
- x. Definir espaços publicitários disponíveis pelo MD [Ministério da Defesa] junto à Secretaria de Comunicações (SECOM) para serem utilizados durante o exercício (Radiobrás, TVE etc) (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009b, p. A1-2 e A1-3).

Ainda que se diga que o trabalho de Comunicação Social do Exército assemelha-se à assessoria de imprensa de qualquer grande empresa da iniciativa privada, é realmente impressionante a miríade de situações consideradas e o grau de detalhe com que os manuais de comunicação social da Força Terrestre são confeccionados, sempre voltados para realçar os elementos positivos das mais diversas áreas de atuação da instituição. Nessa lógica de produção de imagens positivadas de si mesmos e que visam “neutralizar ações adversas”, o CCOMSEx, antevendo os debates da ECO-92, estabeleceu uma parceria com o fotojornalista Carlos Lorch, que no início dos anos 1990, visitou o Centro de Instrução de Guerra na Selva e o 1º Batalhão de Infantaria de Selva. O trabalho resultou no livro *Guerreiros da Selva*, que também ganhou uma versão em inglês.

FIGURA 20 - LIVRO GUERREIROS DA SELVA COMBATENDO NA AMAZÔNIA (1992)



Fonte: Amazon¹⁸⁰.

No livro, Carlos Lorch localiza a origem dos conflitos em ambiente de selva ainda na Primeira Guerra Mundial, quando o Exército Imperial alemão, na África Ocidental Alemã (Tanzânia), teria utilizado “táticas de guerrilha completamente fora do convencional na época, para paralisar forças inglesas, bastante superiores, por toda a duração do conflito” (LORCH, 1992, p. 34). Mais à frente, o fotojornalista faz uma descrição dos ensinamentos aprendidos pelo Exército inglês contra “guerrilheiros apoiados pela China” durante a Emergência Malaia (1948-1960), a qual se assemelha em muito à própria campanha do Exército Brasileiro contra a Guerrilha do Araguaia nos anos 1970:

[...] tropas de elite, na maioria integrantes do SAS (*Special Air Service*) e dos Gurkhas (as tradicionais tropas nepalesas engajadas no Exército britânico), treinaram intensivamente técnicas de combate de pequenas frações e de combate noturno. Um bem montado sistema de informações foi posto em prática por todo o país e as unidades se embrenharam na mata em missões de busca e destruição. A população local foi submetida a um

¹⁸⁰ <https://www.amazon.com.br/Jungle-Warriors-Defenders-Carlos-Lorch/dp/0943231485>. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

programa intensivo de ‘corações e mentes’, o que rapidamente evitou que a guerrilha obtivesse o auxílio dos nativos. [...] Na maioria dos casos, os ingleses lutavam em grupos de combates pequenos mas extremamente bem treinados, de forma parecida com a dos guerrilheiros que enfrentavam (LORCH, 1992, p. 34-35).

Além das referências ao Vietnã, frequentemente citadas por publicações militares como uma base de ensinamentos para ao uso de técnicas de guerrilha e emboscada, o livro também repete alguns ditados encontrados até hoje em falas de oficiais com passagens pela Amazônia, como a de que “quando na selva, deve-se aprender a pensar e agir como caçador, para evitar de se virar caça” ou de que “a selva não pertence ao mais forte e sim ao mais habilidoso, ao mais persistente e ao mais sóbrio”, corroborando a eficácia simbólica que tais frases repetidas à exaustão constituem na formação dos *guerreiros de selva*, vistos como soldados voltados para a atividade de “defender” e “integrar” a Amazônia brasileira (LORCH, 1992, p. 30 e 40).

No livro, há ainda uma descrição do ataque ao Destacamento Traíra, que já foi explicitada páginas acima desta tese, mas que merece menção por uma das conclusões tiradas daquela experiência: a importância do Projeto Calha Norte. Segundo Carlos Lorch,

O Exército Brasileiro [...] finalmente foi capaz de avaliar os resultados do Projeto Calha Norte de 1985, quando começou a ocupar a fronteira com uma rede de pelotões pontilhando todo o perímetro da Amazônia. Se o ataque ao Traíra tivesse ocorrido há dez anos atrás, as dificuldades logísticas teriam impossibilitado uma pronta resposta armada. [...] Após o incidente, e a eficiente atuação das Forças Armadas na área, chegaram ao fim as indagações sobre a real necessidade dos pelotões naquela região.

O Projeto Calha Norte tem o objetivo de aumentar a presença brasileira na fronteira, trazer as instituições do governo para onde são inexistentes, criar incentivos para o comércio e o bom relacionamento diplomático com os países vizinhos, garantir a proteção das populações caboclas e indígenas, assim como a integridade física do território nacional.

Na verdade, estes povoados se transformam em modernas versões de selva dos antigos fortes da cavalaria americana no velho oeste, ou dos fortes da Legião Estrangeira francesa no deserto norte-

africano. Aqui no entanto, o Exército preferiu concentrar os esforços na promoção do crescimento de pequenos núcleos urbanos bem organizados que, eventualmente, servirão como pólos de atração para o progresso da região (LORCH, 1992, p. 75-76).

A divulgação desta subentendida atuação “colonizadora” na Amazônia continuou sendo o *centro de gravidade* da comunicação social do Exército ao longo de todos os anos 2000, com grande enfoque na visita de *formadores de opinião* às unidades da instituição naquela região do país. “Inúmeros jornalistas de emissoras de televisão, jornais, nós levávamos para a Amazônia”, relata o General Adhemar da Costa Machado Filho (chefe do CCOMSEx entre 2007 e 2009), “foi um período em que, por exemplo, na televisão, no domingo, eram trinta, quarenta minutos de reportagens mostrando o Exército, sobre o Haiti, sobre a Amazônia, sobre o Centro de Instrução de Guerra na Selva, tudo neste período” (CCOMSEX, 2021, p. 130-131).

Igualmente ao relacionamento com jornalistas e editores-chefes dos grandes veículos de imprensa, o Exército tem grande interesse por alunos dos cursos de jornalismo, *marketing* e propaganda. Foi nesse sentido que, em 2007, o CCOMSEx criou *Projeto Formadores de Opinião*, que levava comitivas “civis” para as guarnições na região norte do país, em especial no estado do Amazonas. Segundo pedido de Acesso à Informação protocolado por mim junto ao Comando do Exército¹⁸¹, pode-se constatar que 419 pessoas participaram do projeto entre 2007 e 2018, “dos quais 357 eram alunos e professores da área de comunicação dos principais estabelecimentos de ensino do Distrito Federal, bem como jornalistas que cobriam pautas direcionadas a assuntos inseridos nos objetivos das viagens”. Em 2019, o Projeto recebeu alterações e passou a ser chamado de *Programa Conheça o seu Exército*, expandindo as visitas a todas as unidades da Força Terrestre espalhadas pelo país. “Desde 2019, foram realizadas 21 viagens aos 08 comandos militares de área do Exército Brasileiro, totalizando 444 participantes, inseridos no universo de profissionais da área de comunicação, estudantes, professores e públicos de interesse da Força”¹⁸².

Além de fomentar visitas, o Exército apresenta sua própria estrutura institucional voltada para formar pessoal para as áreas de comunicação social. O Centro de Estudos de

¹⁸¹ Protocolo 60143.000298/2022-79.

¹⁸² Idem.

Pessoal e Forte Duque de Caxias (CEP/FDC) apresenta dois cursos, desde 1965, destinados às 3 Forças, às Forças Auxiliares – Polícia Militar e bombeiros -, bem como a “civis” ligados a instituições de segurança. Trata-se do Curso de Auxiliar de Comunicação (CACS), que habilita os sargentos e subtenentes para ocupar cargos e desempenhar funções de comunicação social sob supervisão ou autonomamente; e o Curso de Comunicação Social, que “[...] habilita oficiais para ocupar cargos e desempenhar funções ligadas à comunicação social, informações públicas, divulgação institucional e relações públicas nas organizações militares do Exército Brasileiro. O curso é de grau superior e modalidade de especialização (pós-graduação lato sensu), destinado a capitães aperfeiçoados e majores” (CUNHA, 2016, p. 254).

O CEP/FDC também participa de cursos em outras instituições por meio de Pedido de Cooperação de Instrução (PCI), como, por exemplo, o curso de *media training* ministrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e no Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM), “[...] que tem a finalidade de preparar futuros oficiais de Estado-Maior e comandantes de organizações militares para se relacionarem com os meios de comunicação”; e o Estágio de Preparação de Comandante de Organização Militar e Estado-Maior (EPCOEM), que durante a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), estava inserido na programação do curso preparatório de oficiais do Estado-Maior do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT). Além dessas atividades, o CEP/FDC apresenta ainda estágios voltados para jornalistas civis: o Estágio de Correspondente de Assuntos Militares (ECAM), destinado “a professores e alunos de Comunicação Social de instituições de ensino superior e profissionais da imprensa para acompanharem operações e adestramentos a fim de compartilhar conhecimentos específicos a respeito da Força Terrestre e das especificidades do jornalismo ligado a assuntos militares”; e o curso de preparação de jornalistas em áreas de conflito fornecido pelo Centro de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no qual “são reproduzidas situações de estresse de combate pelas quais passam correspondentes de guerra ou jornalistas que são enviados para regiões de conflitos, com ênfase nas medidas de segurança a serem tomadas durante o trabalho jornalístico, a fim de preservar a integridade física dos profissionais de mídia” (CUNHA, 2016, p. 255-256).

Por ser o objeto deste trabalho, procurei ressaltar a importância da Amazônia para a comunicação social do Exército, com foco ao relacionamento estabelecido entre

jornalistas e militares. Porém, há outros trabalhos que chamam a atenção, por exemplo, para como a forte presença militar na região amazônica apresenta grande aceitação dentro do Congresso Nacional. Adriana Marques (2006), por exemplo, evidencia como nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, houve um aumento das discussões sobre aquela temática nos anos 2000, quase sempre com trabalhos parlamentares que contam com informações advindas das assessorias parlamentares das três Forças e que ao fim e ao cabo, “[...] reforça[m] a percepção que os militares têm de si próprios como agentes do processo civilizatório na região” (MARQUES, 2006, p. 89).

Na mesma linha, a partir de entrevistas com oficiais e diplomatas de países que também exercem soberania sobre a Amazônia, Adriana Marques (2010) chama atenção para a origem comum das escolas de guerra na selva desses países. Assim como o Centro de Instrução de Guerra na Selva, boa parte dessas escolas surgiram por influência da doutrina norte-americana ensinada na Escola das Américas. Neste quadro, atualmente os militares brasileiros influenciam não só a doutrina de guerra na selva dos países andinos, como também têm influenciado a percepção de que a Amazônia possui riquezas cobiçadas por grandes potências, que atuariam na região por meio de organizações não governamentais. Outro ponto comum com os militares brasileiros é o fato de enfatizarem que “[...] as Forças Armadas são a única instituição do Estado presente na região, a única fonte de apoio à população que vive na área e os únicos que de fato conhecem e se importam com a Amazônia” (MARQUES, 2010, p. 68).

Piero Leirner (1995; 2006), por sua vez, ao analisar as monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército entre 1985 e 2002, observou uma forte tendência a uma abordagem “endógena” da Amazônia por parte dos oficiais, isto é, mais voltada para temáticas específicas ao emprego de tropas naquela região. Isto mostraria uma tendência que não coincidiria de todo com a politização e midiaticização que o tema sofreu em alguns contextos, como na década de 1970 com a construção da Transamazônica e na década de 1990 com a Eco 92, revelando um desencontro entre o discurso público polemizador da instituição e os interesses mais propriamente doutrinários do Estado-Maior, aqui personificados nas monografias de conclusão de curso da ECEME. Com isso em mente, é possível intuir que a *questão amazônica* reiteradamente inventada pelo Exército ocupa uma posição central no projeto de consolidar a Amazônia e seus supostos “problemas” enquanto uma *questão militar*, a qual permite, entre outras coisas, situar a

instituição em uma posição privilegiada de influência política, econômica e social em relação a outros setores do Estado e da sociedade brasileira.

Nos próximos capítulos, explicitarei alguns pontos em relação àquela intuição inicial, buscando mostrar como a projeção midiática de determinados atores da cadeia de comando do Exército, com especial atenção à figura do General Augusto Heleno, em um contexto de disputas acerca das demarcações de terras indígenas na Amazônia, produziu um quadro, por assim dizer, explosivo, entre os anos 2007 e 2008, com consequências duradouras para a posição assumida pela instituição no cenário político subsequente.

3. AUGUSTO HELENO: NA TRAJETÓRIA DE UM FURACÃO

No dia que eu entrei para o Exército, eu botei na minha cabeça que eu ia ser general. Agora pode perguntar a todos os meus companheiros de turno, eu nunca trabalhei para isso. Foi uma coisa que foi natural até pela minha classificação nos cursos. Isso foi facilitando a minha chegada, lógico [...]. No dia que eu botei o pé na AMAN, meu objetivo era ser general, não era ser capitão, era ser general.

General Augusto Heleno Ribeiro Pereira¹⁸³.

Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 17 de agosto de 2019, Resende, estado do Rio de Janeiro. No pátio central perfilam-se quatrocentos e onze cadetes¹⁸⁴ da turma “Bicentenário da Independência” que receberão o *espadim*, miniatura do sabre de campanha do Duque de Caxias, patrono do Exército. No palanque, enfileiram-se o capitão reformado Jair Bolsonaro¹⁸⁵ e demais autoridades do governo eleito em novembro de 2018. Em seu discurso, o presidente da República demarca o simbolismo da cerimônia:

Meus cadetes, no futuro vocês estarão nos nossos lugares. [...] Assim como vocês, eu também recebi o meu espadim em 1974, neste sagrado P3M [Pátio Marechal Mascarenhas de Moraes]. Acompanha-me neste evento alguns dos meus 22 ministros que também, como nós, receberam seus espadins no passado. O nosso General [Augusto] Heleno [Ribeiro Pereira] recebeu em 1966, um símbolo dentro do poder Executivo. General Fernando [Azevedo e Silva] o recebeu em 73, um ministro também certo no lugar certo. General [Luiz Eduardo] Ramos [Baptista Pereira], meu colega de turma da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, um homem onde a confiança está acima de tudo. Ministro Tarcísio [Gomes de Freitas], mais jovem, de engenharia, o

¹⁸³ (apud GONÇALVES, 2020, p. 81).

¹⁸⁴ Graduação especial que recebem os alunos do Curso de Formação de Oficiais na Academia Militar das Agulhas Negras, sendo considerados militares da ativa do Exército Brasileiro e, portanto, sujeitos à legislação militar. Ao final do curso, os cadetes passam à patente de “aspirante a oficial” (CASTRO, 2004 [1990], p. 10).

¹⁸⁵ Segundo o Art. 3º da Lei Nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, são denominados militares na inatividade “os reformados, quando, tendo passado por uma das situações anteriores estejam dispensados, definitivamente, da prestação de serviço na ativa, mas continuem a perceber remuneração da União”. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm. Acessado em 11 de julho de 2023.

recebeu em 93 [...]. Ministro Wagner [de Campos Rosário], turma também de 93, passou por aqui, um exemplo na Controladoria Geral da União. Temos também representantes dentro do Legislativo nacional, dentro do Senado Federal, Arolde de Oliveira, também recebeu seu espadim nos idos 1950. Nosso também líder do governo dentro da Câmara, Major Vitor Hugo [Araújo Almeida], nosso Forças Especiais, o recebeu em 93¹⁸⁶.

Assim se estabelecia o vínculo entre o governo e as Forças Armadas. Ao longo dos três anos seguintes, vimos uma profusão de militares, em grande parte advindos do Exército Brasileiro, compondo os quadros da administração do Executivo Federal e além, com destaque para o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro Pereira, o mais antigo entre os generais do governo e considerado um dos mais prestigiados entre seus pares.

Semanas antes da cerimônia na AMAN, o general virou notícia ao dar murros na mesa em um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto. Ao lado de Bolsonaro, o ministro-militar discorria sobre a necessidade de respeito à Presidência da República e ao responder declarações do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o episódio da fachada de Juiz de Fora¹⁸⁷, aos berros disparou: “isso é uma canalhice típica deste sujeito, não mereceu jamais ter sido presidente da República [...] eu tenho vergonha de um sujeito desse ter sido presidente da República”¹⁸⁸.

Nascido em Curitiba em 29 de outubro de 1947, Heleno chegou ao topo da carreira militar na patente de General de Exército¹⁸⁹, justamente durante o segundo

186

https://www.youtube.com/watch?v=jfcZ2Fesm7E&list=PLyeH38I_AwXriL9oBBX90UfYnHAYnTK8&index=6. Acessado em 11 de julho de 2023.

¹⁸⁷ <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>. Acessado em 12 de julho de 2023.

¹⁸⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=1S2iQ0TCOMU>. Acessado em 11 de julho de 2023.

¹⁸⁹ A escala hierárquica do Exército se organiza, respectivamente, e de forma decrescente, em “Marechal (somente em tempo de guerra), General de Exército, General de Divisão, General de Brigada, Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente, Subtenente, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento, Terceiro-Sargento, Cabo e Taifeiro-Mor, Soldado e Taifeiro de Primeira Classe, Soldado-Recruta e Taifeiro de Segunda Classe”. Além da escala hierárquica, os militares do Exército podem ser classificados quanto a sua situação, estando “na ativa” ou na “inatividade” e entre estes últimos se encontram os militares “da reserva remunerada, quando pertençam à reserva das Forças Armadas e percebam remuneração da União, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação ou mobilização”. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm. Acessado em 11 de julho de 2023.

mandato do presidente Lula, e possui uma herança familiar de presença política e militar na história do país.

Augusto Heleno é filho de Edina Ribeiro Pereira e Ari de Oliveira Pereira¹⁹⁰, sendo este último um oficial da Arma de Intendência pertencente ao magistério do Exército, que chegou ao posto de coronel em 25 de dezembro de 1972, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici¹⁹¹. Professor de Geografia do Colégio Militar do Rio de Janeiro, Pereira ainda foi prefeito de Florianópolis entre 5 de maio de 1970 e 20 de novembro de 1973¹⁹². Posteriormente, assumiu a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina entre 1975 e 1983, sendo o secretário que por mais tempo ocupou o cargo¹⁹³.

Além do pai, o avô paterno do general também foi militar. Trata-se do Vice-Almirante da Marinha do Brasil¹⁹⁴, Augusto Heleno Pereira (1866-1934). Ainda em outubro de 1906, o avô de Heleno foi anunciado como o secretário do então ministro da Marinha, Alexandrino Faria de Alencar. Posteriormente, em dezembro de 1910, já como Capitão de Corveta, tornou-se o chefe do gabinete do ministro da Marinha, Joaquim Marques Baptista de Leão. No posto de Capitão de Fragata, em agosto de 1912, tornou-se comandante do cruzador “República”. Heleno Pereira ainda comandou, entre 1916 e 1917, o couraçado “Floriano” e o navio-escola “Benjamin Constant”. Mais ao final da carreira, enquanto Contra-Almirante, tornou-se comandante da Escola Naval (1922-

¹⁹⁰ Ou, em outra grafia, Ary de Oliveira Pereira. Segundo consta no Almanaque do Exército (edição de 1973). Tornou-se aspirante a oficial em 29 de novembro de 1945; segundo-tenente em 25 de março de 1946; primeiro-tenente em 25 de março de 1948; capitão em 25 de outubro de 1953; professor adjunto da cadeira de geografia em 19 de dezembro de 1955; tenente-coronel em 25 de dezembro de 1962 e coronel em 25 de dezembro de 1972.

¹⁹¹

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=35922&url=http://memoria.bn.br/docreader%23#. Acessado em 11 de julho de 2023.

¹⁹² <https://ndmais.com.br/noticias/ary-oliveira-prefeito-de-florianopolis-na-decada-de-1970-morreu-na-madrugada-deste-sabado/>. Acessado em 11 de julho de 2023.

¹⁹³ https://portal.ssp.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1113:comeca-simposio-de-seguranca-publica-de-fronteira-em-sc&catid=94:novas-noticias-1&Itemid=154. Acessado em 11 de julho de 2023.

¹⁹⁴ A escala hierárquica da Marinha do Brasil organiza-se de forma decrescente, a partir de “Almirante; Almirante de Esquadra; Vice-Almirante; Contra Almirante; Capitão de Mar e Guerra; Capitão de Fragata; Capitão de Corveta; Capitão-Tenente; Primeiro-Tenente; Segundo-Tenente; Suboficial; Primeiro-Sargento; Segundo-Sargento; Terceiro-Sargento; Cabo; Marinheiro Especializado e Soldado Especializado; Marinheiro e Soldado; Marinheiro-Recruta e Recruta”. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acessado em 11 de julho de 2023.

1923)¹⁹⁵, instituição formadora dos oficiais da Marinha (O ESTADO DE S. PAULO, 1906a, 1906b, 1910, 1912, 1916, 1917). Em suma, tratava-se de um oficial que ao longo da carreira militar ocupou posições de prestígio, como atestam suas funções de assessoramento aos ministros da Marinha e no comando da Escola Naval.

Por meio da análise genealógica realizada pelo professor Ricardo Costa de Oliveira (2022), ainda é possível constatar que o general é

[...] bisneto paterno do capitão Candido José Pereira e de Candida da Silva Lopes Pereira. Trineto paterno do tenente coronel Matias José Pereira e de Clara Pereira, do Maranhão. A bisavó Candida da Silva Lopes era filha de Candido Lopes, o fundador do jornal *Dezenove de Dezembro*, o primeiro em Curitiba e de Gertrudes da Silva Lopes, ambos do Rio de Janeiro. Um dos filhos do capitão Candido José Pereira foi o coronel Candido Dulcídio Pereira, morto nos combates da Lapa, na Revolta Federalista, em 1894 e nome do antigo Regimento ‘Coronel Dulcídio’ da Polícia Militar do Paraná. Por parte de Candido Lopes, o fundador da imprensa paranaense, o general Heleno é primo do ex-senador e governador do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva (OLIVEIRA, R., 2022, p. 198-199).

Complementarmente, ao analisar a carreira do general, é possível observar que Heleno foi aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, o mais antigo e prestigiado entre os colégios militares, sendo uma importante instituição para a reprodução endógena no interior da carreira castrense, uma vez que a maioria de seus alunos apresenta pais ou avós militares (FREIRE, 2022). Pouco tempo depois, em 1969, formou-se na AMAN, onde concluiu em primeiro lugar o curso de oficiais na *Arma* de Cavalaria. Posteriormente, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1978 e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) entre 1985-1986, formando-se em primeiro lugar em ambas, fato que lhe rendeu a Medalha “Marechal Hermes – Aplicação e Estudo” de

¹⁹⁵ <https://www.marinha.mil.br/en/node/72>. Acessado em 12 de julho de 2023.

prata dourada com passadeira de três coroas de louros¹⁹⁶, e a consequente denominação de ser um dos poucos militares “tríplice coroado” na carreira¹⁹⁷.

Ao longo de sua trajetória, o general especializou-se nos cursos de Instrutor de Educação Física (Escola de Educação Física do Exército – turma de 1972), Básico de Paraquedismo (Brigada de Infantaria Paraquedista – sétima turma de 1969); Operações na Selva (Centro de Instrução de Guerra na Selva – turma de 7 de junho de 1971); Mestre em Salto e nas habilitações em língua francesa, inglesa e espanhola.

Ainda como tenente e capitão, foi instrutor da AMAN e, em 1977, ajudante de ordens do ministro do Exército, Sylvio Couto Coelho da Frota; depois disso, adjunto da Missão Militar Brasileira de Instrução do Paraguai. Como oficial superior, chefiou a sessão de planejamento da Brigada Paraquedista (RJ) e foi oficial de ligação com a V Força Aérea. A partir de 1989, serviu no gabinete do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves e, posteriormente, no Gabinete Militar da Presidência da República durante os governos de Fernando Collor e Itamar Franco. Comandou a Escola Preparatória de Cadetes do Exército em Campinas - SP (1994-1996) e foi adido militar na França e na Bélgica.

Em 1999, promovido a General de Brigada, tornou-se comandante da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada em Ponta Grossa – PR, chefe do Centro de Capacitação Física do Exército no Rio de Janeiro (2001-2002) e, depois, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (2002-2004). Já como General de Divisão, tornou-se o primeiro *force-commander* da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, a MINUSTAH, entre 30 de maio de 2004 e 31 de agosto de 2005. Ao retornar do Haiti, foi chefe do gabinete do Comandante do Exército, General Francisco Roberto de Albuquerque, de 2005 a 2007. Promovido a General de Exército em 31 de julho de 2007, foi Comandante Militar da Amazônia (2007-2009). Posteriormente, entre maio de 2009 e maio de 2011, chefiou o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército. Ao final daquele período, passou para a reserva compulsória por completar doze anos no último posto da carreira militar em tempo de paz.

¹⁹⁶ Cada uma das coroas indica o número de medalhas a que o general tinha direito, uma vez sendo primeiro colocado na AMAN, ESAO e ECEME. In: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37406-31-maio-1955-335087-publicacaoriginal-1-pe.html>. Acessado em 12 de julho de 2023.

¹⁹⁷ Antes de Heleno, menciona-se com frequência o caso do ex-presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, também proveniente da arma de Cavalaria e “tríplice coroado”.

Em 2011, já na reserva, Heleno tornou-se diretor do Instituto Olímpico Brasileiro e da área de Comunicação e Educação Corporativa do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), cargo que ocupou até novembro de 2017. Nesse período, foi consultor de segurança e defesa do Grupo Bandeirantes de Comunicação. Como já mencionado anteriormente, com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, o general assumiu a chefia do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), onde permaneceu até 2022.

Ao longo deste capítulo, portanto, meu interesse se volta para a trajetória do General Augusto Heleno. Antes, porém, de detalhar o conteúdo das próximas seções, é preciso fazer um esclarecimento. Os dados biográficos foram coletados em Haswani (2016); Andrade (2018); Gugliano e Romero (2019); CCOMSEX (2021); no Almanaque de Oficiais (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1998); no verbete biográfico dedicado a ele no site do CPDOC/FGV¹⁹⁸; bem como em uma entrevista escrita realizada por mim com o general em dezembro de 2023. Apesar disso, ao descrever a carreira de Augusto Heleno, pretendo me afastar de uma *ilusão retrospectiva*, que consiste em considerar cada trajetória de vida como um conjunto coerente e orientado de acontecimentos que somente poderiam ser apreendidos por meio da expressão unitária de uma intenção, subjetiva e objetiva, que se enuncia em todas as experiências, sobretudo as mais antigas. A descrição feita ao longo deste capítulo, deste modo, não busca enquadrar os acontecimentos recentes como, por exemplo, o destaque do general no governo Bolsonaro, como o resultado direto das experiências ou condutas primevas. Objetiva-se, antes de tudo, ressaltar que toda trajetória social se traduz numa maneira singular de percorrer o *espaço social*, em uma dinâmica na qual a análise sociológica busca apreender a rede de *relações objetivas* entre as posições ocupadas pelos atores em questão, para então deslindar não somente *tomadas de posições* específicas, mas também o *espaço dos possíveis* reservado a cada indivíduo (BOURDIEU, 1996).

O interesse especial em Heleno decorre do fato que ele parece colocar em articulação vários dos pontos levantados ao longo desta tese: doutrina, ação política, intervencionismo, cosmologia militar, Amazônia, imprensa, etc.; de forma que para discorrer sobre a trajetória do general, é necessário primeiro explicitar a estrutura interna do mundo militar brasileiro, um universo que obedece às suas próprias leis de

¹⁹⁸ <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/augusto-heleno-ribeiro-pereira>. Acessado em 14 de julho de 2023.

funcionamento e transformação; e que, portanto, está permeado por um *esquema de percepção e apreciação* singular, definido e definidor das posições e das potencialidades a serem desenvolvidas por cada militar em seu interior. Na próxima seção, abordarei as particularidades da formação e da carreira do militar do Exército Brasileiro, como, por exemplo, a importância do *espírito militar*, do *espírito da Arma* escolhida pelos cadetes, a importância da hierarquia e dos círculos de amizade, o sistema de avaliação e as promoções, entre outros; esse movimento será fundamental para podermos situar Heleno naquilo que o Coronel Cícero Novo Fornari chamou de “sociedade Verde-Oliva” (FORNARI, 2013, p. 31).

3.1 A FORMAÇÃO DO OFICIAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Não há, pois, diferença, senão aparente, entre *militares profissionais* e civis (*militares em potencial*)

General José Machado Lopes¹⁹⁹.

[...] cada vez que eu escuto falar em sociedade civil eu me sinto o Bahuan²⁰⁰, o *dálit*, eu sou uma *dálit*, porque se tem uma sociedade civil tem uma sociedade militar e a sociedade militar está excluída. Quando falo em sociedade civil os militares estão excluídos? Eu sou militar porque ando de uniforme, mas eu pago imposto, IPVA, seguro do carro, caio em buraco na rua. Então eu acho que nós temos que ser considerados como integrantes da sociedade brasileira [...] não tem esse negócio de ‘sociedade civil’, é sociedade brasileira!

General Augusto Heleno Ribeiro Pereira²⁰¹.

[...] apesar de os militares cultivarem o espírito de corpo, também são homens com suas idiossincrasias para o bem e para o mal, podem acontecer injustiças, em bem menor escala que no meio civil

Deputado Jair Messias Bolsonaro²⁰².

¹⁹⁹ (MACHADO LOPES, 1979, p. 25, itálico do autor).

²⁰⁰ Referência à personagem na novela Caminhos das Índias reproduzida pela Rede Globo na época da fala.

²⁰¹ https://www.youtube.com/watch?v=qRWzU3uWbJ4&list=PLyeH38I_AwXoT9zXiYBz9vMCR1LHcu_e6j&index=23&t=297s acessado em 14 de junho de 2021.

²⁰² (TELLES, 2018, p. 12).

A vantagem do Exército é a seguinte: nós saímos da mesma fôrma. Conhecemo-nos todos através da vida. Encontramo-nos e reencontramo-nos, então, cada um conhece muito bem quem é o companheiro. E mais, a gente engana para cima, engana para baixo, mas não engana para o lado. Você pode enganar o chefe, pode enganar o subordinado, mas o companheiro não engana mesmo

General Antônio Carlos Muricy²⁰³.

Desde 1850, cursar a Academia Militar é o requisito para atingir o oficialato nas Forças Armadas, bem como para a progressão na carreira. Ao chegarem na atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), os ingressantes são tratados como *candidatos à cadetes* e, uma vez feita a matrícula, passam a ser efetivamente nomeados como *cadetes*. A partir deste momento, quando cruzam o Portão Monumental da Academia, estão sujeitos a uma série de atividades que, concomitantemente, erigem uma separação simbólica com o *mundo externo*, isto é, *civil*; e constituem um *espírito militar*, uma série de valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar (CASTRO, 2004 [1990]).

Considerada uma socialização profissional realizada em relativo isolamento e autonomia do restante da sociedade, a *identidade militar* apresenta como “plano primordial” a distinção entre “civis” e militares. Aqueles, também denominados pejorativamente por *paisanos*, para os fardados se distinguem física e moralmente dos formados na AMAN. A notícia transmitida intramuros é a de que

[...] os militares são diferentes dos paisanos. E não apenas diferentes, mas também melhores. São melhores — nessa visão — não por características singulares que os militares tenham ou venham a ter individualmente, mas porque eles — enquanto coletividade, corpo — viveriam da maneira correta (CASTRO, 2004, p. 53).

Além disso, dentro da AMAN, seria possível observar uma experiência totalizadora e básica da identidade militar: a preeminência do coletivo ao individual, que culmina não somente em um *espírito de corpo*, mas também na percepção da carreira

²⁰³ (MURICY, 1993 [1981], p. 64).

militar enquanto uma “carreira total”, isto é, englobante do aspecto físico, moral, espiritual e intelectual do jovem cadete (CASTRO, 2004, p. 53-54). Este englobamento pode ser exemplificado pelo relato coletado por Gonçalves (2020) acerca do choque que a geração de Heleno teve em relação a militares que apresentavam formação acadêmica civil antes de ingressarem na Academia:

Durante a carreira militar de Heleno, não realizou qualquer curso civil, até porque não era incentivado isso no meio. Ele se lembra que na AMAN, já como instrutor, todos tomaram um susto quando um subcomandante, que tinha acabado de chegar lá, tinha dois cursos civis no currículo. E aquilo foi um susto para toda a oficialidade, porque era como se fosse uma ofensa, comentou Heleno (GONÇALVES, 2020, p. 75).

Durante a formação na AMAN, ao mesmo tempo que os cadetes acreditam deixar suas identidades “civis” para trás, são levados a crer que fazem parte de “uma coisa grande e importante”, o Exército. Seriam moralmente distintos dos “civis” porque, antes de tudo, estariam preocupados com “causas nobres e elevadas”, isto é, deixariam de lado o “egoísmo” em prol dos interesses “do país inteiro” (CASTRO, 2004, p. 52).

Provenientes da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), de colégios militares de todo o país ou do próprio Concurso de Admissão da AMAN²⁰⁴, os cadetes permanecem quatro anos em regime de internato na Academia. Durante esse período, são expostos a um currículo que se divide em “ensino fundamental” (curso básico, cuja grade é comum) e “ensino profissional”, que embora concomitante ao “fundamental”, caracteriza-se pela *Arma* escolhida pelo cadete no segundo ano de formação e refere-se ao conhecimento técnico necessário para a atuação militar até o posto de capitão (CASTRO, 2004, p. 10-11).

Complementar ao *espírito militar*, o *espírito da Arma* acompanha o militar ao longo de toda sua carreira e expressa um conjunto de atributos e relações dinâmicas, continuamente “jogadas” e “negociadas” dentro da vida militar. São elas: Infantaria,

²⁰⁴ Atualmente, o ingresso na AMAN é feito exclusivamente pelo Concurso de Admissão. Nesse caso, o primeiro ano de formação é feito da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), em Campinas – SP. “Se concluir o curso com aproveitamento, prosseguirá para a AMAN, em Resende (RJ), onde, após 4 anos, concluirá o Curso de Formação e será declarado Aspirante a Oficial das Armas, do Quadro de Material Bélico ou do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro”. In: <https://www.aman.eb.mil.br/como-ingressar>. Acessado em 13 de fevereiro de 2025.

Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações e Material Bélico²⁰⁵, cada uma com seu respectivo patrono e *espírito*. A cavalaria, por exemplo, Arma de origem do General Heleno, tem Manuel Luís Osório (1808-1879) como seu patrono e caracteriza-se pela “rapidez”, “combatividade” e “coragem”. O espírito *cavalariano* diz respeito a um militar que atua em combate “como um furacão”, que parte para cima e supera os obstáculos (CASTRO, 2004, p. 72-86).

Durante este período da carreira, é inculcado aos cadetes da cavalaria que estes devem

[...] desenvolver a iniciativa pessoal e a flexibilidade exigidas no combate. O cavalariano deve ter mais iniciativa que o infante [cadete da Arma de Infantaria], saber decidir sozinho e no momento certo a coisa certa a fazer. Esse é um dos motivos do ‘espírito de liberdade’, não ‘libertinagem’ que vigora na Arma: ‘Ao passo que nas outras *Armas o elemento pede permissão [aos superiores] para atuar, o cavalariano atua e informa*. Essa é a diferença.’ Dessa forma, ele precisa ter ‘desprendimento’, ter o ‘horizonte aberto’, não deve ser ‘bitolado’. Além disso, deve ser flexível: ‘Você tanto come numa marmitta com o cavalo cuspidando em cima, como participa de um coquetel’ (CASTRO, 2004, p. 92, *itálico meu*).

Como em todas as outras Armas, muitas dessas características vinculam-se àquelas supostamente apresentadas pelo patrono Osório, que encarnaria o espírito “guerreiro” de um líder militar, que “[...] levava os homens por arrebatamento e pelas qualidades pessoais, mais do que pelo prestígio da posição e respeito à lei e aos preceitos regimentais” (TAUNAY, 1948, p. 482 apud CASTRO, 2004, p. 96).

Neste caso, cria-se uma congruência entre atitude pessoal e o “desejo de vir-a-ser- assim” cristalizado nos símbolos, ações e percepções decalcados pelo espírito da Arma, constituindo um campo compartilhado de expectativas e regras de conduta entre os “irmãos” de Armas capaz de se sobrepor à própria distinção entre os cadetes de anos variados da Academia²⁰⁶.

²⁰⁵ Como chama atenção Celso Castro (2004), Intendência e Material Bélico não são consideradas Armas, mas sim, respectivamente, *Serviço e Quadro*.

²⁰⁶ O Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias, ao falar sobre os presidentes da Ditadura de 1964, exemplificou como o sentimento de pertencimento à Arma apresenta consequências amplas para a vida militar e que, por vezes, extravasam para uma visão singular sobre as dinâmicas políticas extra-corporação: “as lealdades no

Ressalta-se que as Armas também interferem na percepção de um outro elemento central na cultura militar como um todo: a hierarquia. Segundo relatam os cadetes da AMAN, a hierarquia seria exercida de forma mais rigorosa na Infantaria, a Arma mais “militar” de todas, em oposição à Intendência, por exemplo, considerada “menos militar” ou “mais paisana”, por conta de sua maior interação com “civis” (CASTRO, 2004, p. 86 e 106).

Dentro do Exército, a hierarquia é responsável pela união entre um preceito previsto em lei²⁰⁷ e uma conduta a ela associada. Trata-se tanto de um princípio geral presente em toda a instituição militar quanto de um *princípio segmentador*,

[...] é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e *status* dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se. Além disso, ela determina o modo pelo qual o conhecimento e as informações são produzidos e circulados no interior da tropa (LEIRNER, 1997, p. 52-53).

Ao assumir um sentido estrutural na organização social da corporação, a hierarquia se aplica a todos os membros das Forças Armadas, cuja expressão segmentadora pode ser encontrada, em primeiro lugar, na divisão entre patentes – “[...] 16 estratos diversos (de soldado a general-de-exército, em tempo de paz), que se dispõem de forma piramidal em relação à quantidade de membros das Forças” e determina as possibilidades e limitações de cada indivíduo. Em segundo lugar, nos *círculos hierárquicos*, considerados o “âmbito de convivência entre os militares da mesma

Exército funcionam muito na base da camaradagem de arma. Castelo [Branco] era da infantaria. Médici da cavalaria. Geisel é da artilharia. Afonso [Albuquerque Lima] é da engenharia. Então, quando ele [Albuquerque Lima] postulou a presidência, começou-se a dizer ‘É preciso, agora, colocar alguém da engenharia’ – assim como se o Brasil fosse um bolo com diferentes fatias e cada fatia fosse comida por A, B e C” (CAMARGO; GOÉS, 1981, p. 617).

²⁰⁷ Expressa no Art. 142 da Constituição, a hierarquia também é definida pelo § 1º do Art. 14 da Lei nº 6.880 de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares): “a hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade”. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acessado em 18 de junho de 2024.

categoria” (LEIRNER, 1997, p. 74 e 87), e que fornecem a base para a própria divisão espacial dentro da instituição,

Nota-se uma divisão por círculos no ambiente de trabalho, salas, refeitório, banheiros e, às vezes, como ocorre na ECEME, andares inteiros vão se restringindo a determinadas ocupações, próprias de certas posições, formando cenários distintos. Isso também se vê em formações, onde as patentes formam blocos separados e organizados conforme suas distinções próprias, e em exercícios, nos quais a execução de tarefas ocorre também de formas distintas, o que implica um arranjo espacialmente diferenciado entre elas (LEIRNER, 1997, p. 75-76).

Por outro lado, além das patentes e dos círculos hierárquicos, a hierarquia também se faz sentir na distinção que se estabelece entre *líder* e *chefe* (ou *comandante*). Neste caso, ao falarmos de um *líder* estamos mais próximos de uma autoridade carismática, na acepção weberiana, enquanto os *chefes* se aproximariam de uma autoridade legal, isto é, enquanto naquela observamos uma maior aproximação entre superior e subordinado - quase sempre relacionada a um estreitamento de relações entre patentes e círculos hierárquicos distintos (característica comum em unidades militares menores) -, nesta estamos diante de situações em que as distâncias se alongam e a autoridade exerce-se fundada em instrumentos de legitimação coletiva e institucional - elementos comuns em unidades maiores (LEIRNER, 1997, p. 79). Daí decorre a imagem de que, “ninguém obedece a liderança, a gente só obedece a comandante”, afirma o General Gustavo Moraes Rego Reis, “ou é comandante e a gente obedece e não discute, ou é líder, e a gente discute” (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 71).

É preciso, no entanto, ponderar o relato do General Moraes Rego Reis, pois ainda que algumas versões nativas confirmem a distinção entre *líder* e *chefe* (cf. MURICY, 1993, p. 63-64; FROTA, 2006, p. 389), por vezes podemos depreender deste mesmos relatos um imbricamento entre ambas as categorias, de tal forma que o verdadeiro *chefe militar* “[...] é capaz de levar o subordinado até o sacrifício pela simples palavra; dá o exemplo; *cria uma qualidade de liderança absoluta*; tem capacidade e discernimento; o subordinado compreende as razões dos seus atos; tem sempre uma atitude muito clara, muito precisa; e depois sintetiza: ‘é isso e isso’” (MURICY, 1993, p. 208, *italico meu*). No próximo capítulo veremos como a percepção por parte do mundo militar acerca da

trajetória de Augusto Heleno também produziu uma torção em ambas as categorias. Por ora nos interessa observar que,

Gradualmente se desvanecem as relações baseadas no carisma, e a tendência é se dissiparem os laços entre as patentes e se estreitarem os círculos hierárquicos; as relações circunscrevem-se às patentes respectivas, tão logo os critérios de sociabilidade passem a ser os predefinidos institucional e coletivamente. [...] O estreitamento hierárquico das pequenas unidades faz parte, assim, de um ciclo que envolve a hierarquia como um todo: ele aparece numa parte da cadeia comando-obediência, mas fica restrito a uma cadeia de unidades que são subcomandos (pelotões e companhias), separando até um determinado ponto os padrões de conduta que diferenciam liderança e comando, mantendo no entanto subordinados e superiores hierárquicos na mesma cadeia disciplinar (LEIRNER, 1997, p. 84).

Porém, além destes três importantes elementos da segmentação hierárquica, há uma outra dimensão desta que se manifesta de pessoa para pessoa e que encontra no *sistema de classificação* sua expressão. “Pela *classificação* se define o que foi, o que é e o que vai ser cada indivíduo dentro da Força”, trata-se de uma espécie de pontuação: “[...] somam-se a ela notas e conceitos obtidos em cursos, medalhas, elogios e condecorações, assim como dela se subtraem punições e repreensões” (LEIRNER, 1997, p. 83-84).

Definidora do *mérito* necessário para a progressão hierárquica²⁰⁸, a classificação é um princípio estrutural desde os primeiros dias de AMAN e se cristaliza na colocação final dos cadetes uma vez formados naquela Academia, sendo essencial para a escolha da Arma desejada, bem como da primeira *organização militar* em que o militar servirá como oficial. Neste contexto, “uma posição quase mítica é ocupada pelo cadete ‘01’ (‘zero-um’) e, em escala decrescente, pelos outros cadetes ‘zero’: 02, 03... São posições de prestígio. É o cadete 01 quem, no dia da formatura final do curso, recebe a espada de oficial das mãos do presidente da República e abre o portão de ‘saída dos novos aspirantes’” (CASTRO, 2004, p. 57). O peso da classificação no meio militar é assim encarado pelo General Octávio Costa:

²⁰⁸ Segundo a formulação nativa, o *mérito militar* traduz o valor profissional do soldado; por meio dele, revelam-se os mais capazes a comandar (FROTA, 2006, p. 498).

O grau militar é uma tirania, com consequências para toda a vida. O grau do aluno ao sair da Escola Militar marca todos os passos de sua vida. Um sai em primeiro lugar, outro em último. Para recuperar essa diferença ao longo da vida é preciso muito milagre, é quase impossível. A mentalidade da precedência militar e seus reflexos em toda a carreira não têm paralelo em qualquer profissão. Não se pergunta ao médico, ao engenheiro, ao advogado, a classificação em sua turma de formação, mas apenas a sua competência profissional. Nas Forças Armadas, essa classificação significa que um estará sempre na frente do outro, com raras modificações (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 85)²⁰⁹.

No Exército, a escolha da Arma pelo cadete também segue a classificação, de forma que as armas de Infantaria e Cavalaria, as mais prestigiadas, acabam sendo escolhidas pelos melhores classificados, e assim por diante. O peso da classificação na escolha da Armas está muito bem expresso no relato do General Eduardo Pazuello, que, por conta de um baixo rendimento nos anos iniciais da AMAN, precisou direcionar suas opções para longe do desejo de pertencer à Cavalaria:

Fiz da quinta série até o segundo grau, sete anos de Colégio Militar [de Manaus] e na Cavalaria. A Cavalaria funcionava nos cavalos lá de casa, só tinha aqueles cavalos em Manaus. [Depois] eu entrei na AMAN, achando que eu ia para a Cavalaria. Levei bota, culote, sela, fui da equipe de hipismo da AMAN, jogava basquete a cavalo, achava que era da Cavalaria, andava de bota e nada de estudar. [...] Vivia fazendo esporte e nada de estudo, pouco estudo. Eu fui metade da turma, [número] 170 de 340, meio da turma. Pô, Cavalaria, pensei: 'vou fácil, não tem nem o que discutir', achei que ia. Então cheguei lá, [as vagas da] Cavalaria fecham em primeiro. Fechou a Cavalaria! [Eu que era cavalariano] não podia ir para Infantaria, há um racha aí. Não podia ir para Infantaria de jeito nenhum. Aí começa as opções: Comunicações, não vou; Engenharia, 'Deus me livre'. [...] Aí as

²⁰⁹ O peso da classificação permanece mesmo na relação entre generais. O General Olympio Mourão Filho, em seu relato, exemplifica bem este sentimento em relação a outro colega de turma (Escola Militar do Realengo de 1921), o General Castelo Branco: "Nesse momento, o Castello [Branco] passou por mim e me cumprimentou secamente. Dei de ombro à sua grosseria, sem compreender o motivo. Deu-me impressão de que estava furioso porque eu tivera êxito [com o golpe de 1964]. Enquanto descia o elevador, ia pensando como os homens são vaidosos e tolos. *Ali estava aquele General, aluno menos do que mediocre de minha turma, número 33 em noventa alunos, que me preterira na promoção de Coronel e agora demonstrando ciúmes de mim.* Aquele sentimento, pensei comigo, prova que Castello deve ter um complexo de culpa em ter passado a minha frente na carreira. Reconhecia que eu era um General de verdade, capaz de comandar na paz e na guerra" (MOURÃO FILHO, 1978, p. 323, *italico meu*). A título de nota, Castelo Branco foi promovido a coronel em 25 de junho de 1945, enquanto Mourão Filho o foi em março de 1948.

opções foram acabando e o troço andando. Aí o cara vira para mim e fala: ‘vamos para Intendência que nós vamos para um quartel de Cavalaria’. ‘É isso, vamos para Intendência!’. Aí fui para Intendência. [...] E foi muito bom a Intendência, não posso dizer que foi uma escolha ruim, pelo contrário. Foi muito bom o convívio com o pessoal, é um pessoal mais leve. Continuei montando, participando das provas hípicas da AMAN. [...] O pessoal é muito parceiro, tem muito pouca disputa, a galera está na boa, todo mundo se ajuda, foi uma relação muito boa com a minha turma. E quando eu me formei eu já havia melhorado [a classificação], virei ‘zero’, não zero-um, nem dois, nem três, mas já passei dos dez, desci ali para oito, sei lá. Não foi tão baixo, já passei a ser ‘zero alguma coisa’. [...] Mas obviamente eu nunca deixei de ser *cavalariano*. Uma coisa é ser de Cavalaria. Tem muito cara de Cavalaria que não é *cavalariano*, e tem muita gente que não é de Cavalaria que é *cavalariano*. Existe um espírito da coisa. Eu nunca deixei de ser *cavalariano*²¹⁰.

Em sentido semelhante, o General Ridauto Lúcio Fernandes exemplifica como o sistema de classificação da AMAN influencia a vida do jovem aspirante na escolha dos cursos e quartéis em que servirá:

Na minha turma de Infantaria nos formamos em 88 ‘caboclos’ [...]. Desses 88, eu fui o primeiro. Agora, olha quem foram preencher as quatro vagas [abertas na Brigada Paraquedista]: eu, primeiro; Zendim, quarto da turma; Brandão Carneiro, quinto; Marne, sexto. Quer dizer, a turma de 88, o sétimo já não conseguiu pegar uma das quatro vagas. Então veja como a Brigada Paraquedista era valorizada. Então o que aconteceu, esses carinhos que eram o sétimo, oitavo, nono [da turma], começaram a pegar as outras vagas ótimas que abriram. Abriu vaga para nós no 1º BIS [Batalhão de Infantaria de Selva] de Manaus, abriu vaga no 2º BIS de Belém, são batalhões de selva tradicionalíssimos e foram sendo preenchidos logo pelos primeiros também. Claro, o pessoal um pouquinho mais atrás na classificação - e tem excelentes companheiros que foram para outras unidades - a carreira dá uma oportunidade, uma ‘movimentadinha’, o cara com 2 ou 3 anos [depois] conseguiu também, foi para a Brigada Paraquedista, para as unidades de selva. Então logo na primeira movimentação que dá, quem quer mesmo acaba conseguindo fazer sua passagem nos lugares assim *mais interessantes*²¹¹.

²¹⁰ https://www.youtube.com/watch?v=O_EE70zmwZY&t=3s a partir do minuto 05:00. Acessado em 5 de julho de 2025

²¹¹ <https://www.youtube.com/watch?v=RIXguBXoY8U&t=3449s> a partir do minuto 24:55. Acessado em 14 de julho de 2023.

Em tal contexto, a competição entre os cadetes torna-se um dado importante e, não por acaso, mecanismos que tentam burlar a igualdade de condições são vistos com maus olhos, como o caso do uso de cola em provas ou a prática de estudar sozinho. “O verbo ‘traídar’, corruptela de ‘trair’, é utilizado para designar o ato de, por exemplo, uma pessoa estudar de madrugada enquanto os colegas dormem ou fingir que não passou o licenciamento todo estudando, enquanto os colegas descobrem que sua mala pesa como chumbo, pela quantidade de ‘papiros’ (material de estudo) que provavelmente carrega” (CASTRO, 2004, p. 63). Para Heleno, por exemplo, a questão do estudo parece ter sido central durante a carreira militar:

Eu [Heleno], realmente, se tiver prova para fazer, eu desequilibro, porque a minha mãe me ensinou a fazer prova. Ela sempre foi muito exigente e eu sempre estudei muito direcionado. Eu sempre fui muito objetivo, minha mãe sempre foi muito objetiva no que eu estudava. Eu aprendi a fazer resumo com ela, aprendi a estudar com ela e aprendi a me cobrar. Eu sempre me cobrei muito, e o fato de me cobrar acabava me tornando um estudante privilegiado, do ponto de vista de grau, porque eu me cobrava, eu não me contentava com o limite, eu sempre queria chegar no máximo e fui o primeiro nas três escolas. Logicamente, havia outros com a mesma e até maior capacidade do que a minha, só que eu sabia fazer prova (GONÇALVES, 2020, p. 75-76).

Todavia, além da classificação/mérito, também se leva em conta para a progressão hierárquica o *tempo de serviço*. “De acordo com este último, todos os oficiais, a partir da data de sua formatura na Aman - que ocorre de ano em ano, formando *turmas*, como, por exemplo, a *turma de 1979* -, acumulam um *tempo de serviço* respectivo, equivalente para todos da mesma turma”. Trata-se, portanto, de um equivalente temporal a que todos estão submetidos (LEIRNER, 1997, p. 84). Segundo o General Gustavo Moraes Rego Reis, a antiguidade no posto “[...] é rigorosamente respeitada, inclusive entre membros das diversas Forças quando servindo na mesma organização militar, como por exemplo no EMFA [Estado-Maior das Forças Armadas], a ESG [Escola Superior de Guerra], a Secretaria do Conselho [de Segurança Nacional] e o Gabinete Militar da Presidência da República. Ao civil, não raro, escapa o peso e as implicações de tal fator” (D’ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 68).

É justamente pela combinação entre classificação pessoal e tempo de serviço que se obtém a *antiguidade* de um militar, isto é, se um militar é mais “antigo” ou “moderno” que outro. Desta forma, é possibilitada a equiparação de uma ordem temporal (tempo de serviço) com a escala valorativa do mérito:

Antiguidade não é, assim, um conceito que se refere a uma ordem temporal, embora sua denominação remeta a uma temporalidade. Tal conceito é justamente uma categoria que substancializa a ordem de classificação, combinando-a com o ano de formatura nas escolas e com a patente que o indivíduo ocupa. Todos, sem exceção, ocupam um lugar respectivo na escala de antiguidade. Essa posição é definida por uma ordem numérica, na qual cada um da mesma arma tem um número na escala de sua turma, e esta dentro da patente correspondente. Assim, por exemplo, há os majores 16, 17, 18... da Cavalaria de 1979, sendo o 16 mais antigo que o 17. Essa ordem classificatória começa já nas escolas e, nesse sentido, o critério inicial que influirá por toda a carreira do militar tende a ser praticamente todo concebido com base nas notas e conceitos dos tempos escolares (LEIRNER, 1997, p. 86).

Portanto, a hierarquia militar pode ser lida como um duplo, cujas partes se imbricam. De um lado, encontra-se presa a uma ordem temporal coletiva e equivalente para todos por meio do *tempo de serviço* e, de outro, por um “princípio de desigualdade dado numa ordem atemporal”, ou seja, o *mérito*, dotado de uma escala cumulativa de valores em que alguns possuem mais *mérito* que outros. É justamente nesse último que a estrutura de promoções encontra o seu “termo forte” (LEIRNER, 1997, p. 87).

Estes elementos são muito importantes, pois, caso atentássemos apenas para a estrutura de divisões entre patentes, nos depararíamos com uma situação na qual “qualquer major mandaria em qualquer capitão”. Todavia, há uma leitura interna feita pelos próprios militares em que a antiguidade se altera por meio da distribuição desigual do mérito, cristalizado, por sua vez, pela promoção. Desta forma, ainda que se mantenha um plano sincrônico expresso pelo tempo de serviço e pelo fato de que todos vão ficando naturalmente mais velhos no interior da Força, há ainda um plano diacrônico, expresso pela ordem de classificação por mérito e a alteração do grau de antiguidade a cada promoção realizada. “Assim, sabe-se que o primeiro dos tenentes-coronéis um dia será superior ao último dos coronéis, que, portanto, detém um outro tipo de poder, conferido

pela sua posição na linearidade vertical do sistema de classificação, e perpendicular ao poder da hierarquia das patentes” (LEIRNER, 1997, p. 89).

É possível observar, desta maneira, que a hierarquia militar apresenta, no mérito, a possibilidade de romper com o princípio do tempo de serviço, permitindo a mobilidade dentro da estrutura. Contudo, é importante destacar um elemento identificado por Leirner (1997), que diz respeito aos mecanismos internos de determinação do mérito, os quais estão presentes ao longo de toda a carreira de um militar, excetuando aqueles em posto de general.

Trata-se do *sistema de avaliação de pessoal*, preenchido semestralmente pelo comandante de cada unidade, sobre cada um de seus subordinados. Neste caso, é preenchida uma ficha individual e confidencial dividida em três partes, cujos dados são devidamente computados e arquivados de modo estatístico pelo Departamento Geral de Pessoal (DGP). Em suma, estamos diante de um instrumento coletivo de controle do mecanismo de promoções; contudo, se observado de perto, é possível notar que,

[...] essas avaliações são executadas localmente, pelo comandante da unidade militar a que ela corresponde. Ora, em outros termos, isso quer dizer que, em última instância, a promoção é decidida também localmente e, portanto, a cadeia de comando, quando trata desse mecanismo virtual de instituição de desigualdades formais entre os elementos da Força — a decisão do mérito —, não é um eixo linear e homogêneo. Se assim fosse, com base na classificação, em tal eixo, um a um, os integrantes da coletividade, igualmente de acordo com sua antiguidade, teriam uma cota de poder decisório que lhes seria própria; entretanto, como vimos, o sistema admite que se formem instâncias locais de decisão, ou seja, círculos de aproximação em unidades militares entre um comandante e seus comandados. Isso quer dizer que, dessa maneira, as relações pessoais se reproduzem na hora da decisão do mérito (LEIRNER, 1997, p. 93).

Deste modo, o que Leirner (1997) constatou é justamente o fato de que as avaliações subjetivas baseadas na experiência que o comandante de uma unidade estabelece com seus subordinados são tomadas como instrumentos legítimos de avaliação coletiva, sendo a ficha apenas o veículo para a realização deste processo²¹². No entanto,

²¹² Converte para esta constatação o relato do General Antônio Carlos Muricy sobre as formas de atribuição de notas e conceitos aos militares pelos seus superiores: “o conceito é muito importante para o

este procedimental apresenta uma consequência fundamental: a constituição de *cadeias de proximidade* e a formação de *círculos de amizade e influência* no interior da Força²¹³. É como se disséssemos que paralela à estrutura hierárquica que atravessa de ponta a ponta a instituição, numa distribuição que se assemelha a uma fila indiana, há ainda uma teia de relações pessoais importantíssima para a distribuição desigual de mérito interno (LEIRNER, 1997, p. 93).

É também por meio das cadeias de proximidade que determinados militares se tornam referência para seus pares, exercendo liderança e formando verdadeiras *coterias* ao redor de si (SOARES, 1994, p. 12; FERREIRA, 2000, p. 82-83). Sobre esse tema, Samuel Alves Soares, cientista político e ex-militar que concluiu a AMAN em 1980, lembra que Augusto Heleno, já enquanto capitão, era tido como um exemplo dentro do Exército, sobretudo por sua aplicação no estudo de doutrinas militares estrangeiras:

Eu fui da última turma [de Cavalaria] ainda hipomóvel, fiz exercício militar a cavalo. Mesmo o emprego das forças mecanizadas ou blindadas refletia muito ainda a Guerra da Coreia. Raramente havia instrutores que ultrapassavam esse período. Um oficial que rompia nitidamente com essa perspectiva era o hoje [2016] general Heleno. Naquela época, ele era capitão, um comandante imediatamente acima dos cadetes, que comandava um ano inteiro. Então, quando eu estava no quarto ano, ele era o comandante, vamos dizer, do quarto ano da AMAN. Nesse sentido, ele era um oficial que estava na vanguarda, porque ele tratava de operações de blindados ou mecanizados, por exemplo, da Guerra do Yom Kippur, da Guerra dos Seis Dias, então era alguma coisa de dez anos antes. Os exercícios que ele pensava eram bastante interessantes por essa razão. *E era, sem sombra de dúvidas, uma liderança extremamente forte. Um oficial, esse sim, um líder militar* (CASTRO; MARQUES, 2016, p. 271, itálico meu).

prosseguimento da vida, principalmente quando se chega às promoções aos postos superiores e ao generalato. Examina-se muito o conceito que o oficial foi adquirindo através da vida militar: *Esse conceito às vezes era dado com honestidade pelo chefe ao subordinado. Mas nem sempre a apreciação do chefe era perfeita*” (MURICY, 1993, p. 219, itálico meu).

²¹³ O relato do Presidente Ernesto Geisel ilustra bem essa dimensão da socialização militar: “uma das relações que as Forças Armadas cultivam, uma das virtudes militares, é a camaradagem. A gente vai formando na Escola, na convivência desde o Colégio Militar, laços de amizade que perduram ao longo da vida. Embora às vezes se passe anos sem encontrar um companheiro, quando há um reencontro ressurgem a lembrança do passado e se aviva a camaradagem. Essa solidariedade é muito importante, nas crises e principalmente na guerra. Entre chefes e subordinados, o comando não se exerce apenas com a lei ou o regulamento. Comanda-se também em virtude de uma série de outros atributos, de ordem moral, de ascendência, de capacidade, de convivência, de um conhecimento mais íntimo, de camaradagem” (D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 88).

Os círculos de amizade e influência são muito importantes nos momentos de promoção, mas também na própria circulação dos militares pelos quartéis, em especial no estabelecimento de *lugares de prestígio*, baseados tanto no *status* daqueles que frequentam tais locais quanto na elaboração de uma *tradição* ou *história própria* desses espaços. Não por acaso, segundo um capitão da reserva entrevistado por Piero Leirner,

[...] é muito comum, se você for numa escola fazer um inventário, de 10 anos, 20 anos, os oficiais que trabalharam naquela escola, Academia Militar, EsAO, ECEME, CPOR [Centro de Preparação de Oficiais da Reserva], QGs [Quartéis Gerais], as idas e vindas de oficiais é algo impressionante. Vão e voltam, vão e voltam, vão e voltam, é muito comum. Por quê? Porque você sai, você sugere o nome de alguém. De certa forma, essa pessoa que foi sugerida fica meio compromissada, quando ela sai novamente ela indica, e assim então... Da mesma forma acontece com outras unidades, você vai para algum lugar, gosta, gostou da cidade, do lugar, e aí você criou aquele vínculo, e outra vez você liga lá, 'já trabalhei aí', então aí você consegue novamente uma indicação. Como você vai e volta, você restringe essas pessoas aos seus conhecimentos. E alguns lugares são mais importantes — Brasília, Rio, os grandes QGs —, você fica conhecendo os generais, e tal, amplia o seu leque de conhecimentos, e isso vai ser importante (LEIRNER, 1997, p. 97).

Além da circulação em lugares de prestígio no Brasil, há também aqueles no exterior. Entre eles, destacam-se as funções de adido militar nas embaixadas brasileiras, como, por exemplo, o caso de Heleno, que foi adido na França e na Bélgica em 1998. O relato do Presidente Ernesto Geisel, que foi adido no Uruguai em 1947, ainda que distanciado temporalmente, dá uma dimensão da importância das relações de amizade na seleção dos militares para tais missões:

Os adidos são selecionados às vezes em função de relações com chefes, outras vezes em razão do mérito militar. *Em qualquer caso, são oficiais destacados entre seus pares* e que, antes de partir para as novas funções, fazem um estágio de adaptação e são obrigados a apresentar um trabalho escrito sobre tema militar relativo ao país para o qual foram nomeados. *De modo geral, a nomeação era um reconhecimento das qualidades do militar para desempenhar essa função.* Aí entravam as suas performances dentro do Exército, o que ele tinha produzido, o que tinha

realizado, sua conduta. Outro argumento era a constituição da família, por causa da representação social. Hoje em dia parece que há critérios fixados para a escolha²¹⁴, *mas o relacionamento pessoal continua a ter grande peso*. Fui adido por influência do general Álcio [Souto], senão não teria sido, naquela ocasião (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 103).

Outro ponto da carreira em que os círculos de amizade e influência relevam sua importância é nos momentos das promoções, com especial atenção à chegada ao generalato. Este fato pode ser ilustrado a partir de um relato do próprio Augusto Heleno aos pesquisadores Celso Castro e Adriana Marques (2019). Segundo o general,

O alto-comando tem reuniões administrativas e tem reuniões que são para promoção. As reuniões de promoção são traumáticas. O funil é mais ou menos: 20 generais de brigada, oito generais de divisão, quatro generais de quatro estrelas para cada turma. Esse funil já é brabo, porque de 400 que saem da academia só 20 vão chegar a general de brigada. Muitos ficam pelo caminho e são excelentes coronéis. E de 20 para passar para oito já é uma dose de... Às vezes, a gente brinca: unha encravada é uma doença grave, para um general de brigada sair general de divisão [risos]. Porque é uma escolha muito difícil. E para general de quatro estrelas, mais ainda (CASTRO; MARQUES, 2019, p. 48).

Quando perguntado das razões de alguns militares que serviram na MINUSTAH não terem progredido na carreira e terem chegado ao generalato, Heleno detalhou a centralidade, na promoção, do relacionamento pretérito entre o militar em avaliação e os generais do Alto Comando. “São muitas as características que entram em jogo. Ele é avaliado e escolhido por um conselho de 15 generais, cujo único poder de decisão, em termos de alto-comando, é a promoção... Ali é assim. O comandante quer você. O chefe

²¹⁴ Atualmente o processo de seleção para missões no exterior se dá entre os coronéis advindos da mesma turma da AMAN e com o curso de Estado-Maior concluído. Em primeiro lugar, é realizada uma consulta a estes coronéis que manifestam o interesse pessoal pelos diferentes tipos de missões e cursos fora do país. Em seguida, a Assessoria de Pessoal do gabinete do comandante do Exército formula uma lista baseada em critérios pré-estabelecidos como, por exemplo, a pontuação geral do oficial (*valorização do mérito*) e a proficiência em línguas. Assim, os melhores ranqueados são destinados a missões no exterior com duração de dois anos, entre as quais as de adido militar nas embaixadas do Brasil; seguidos pelos militares escolhidos para as missões no exterior com duração de um ano, que geralmente são cursos em escolas de Altos Estudos em países amigos. Os demais, não escolhidos para as missões no exterior (em torno de vinte missões por turma da AMAN), isto é, a grande maioria, são enviados para o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx) da ECEME; ao Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEP) da ESG; e para os cursos de Altos Estudos da Marinha ou da Aeronáutica. Há também aqueles oficiais que não são selecionados nem para as missões no exterior e nem para os cursos de Altos Estudos (Marcelo Pimentel: comunicação pessoal, 2025).

do estado-maior quer você. O cara quer você. Sete querem você. Oito não querem você? Não interessa quem são os oito. Conta oito a sete, você perdeu, você não sai”, relata Heleno, “[...] então, a única coisa que é absolutamente decisória é a participação de cada um. Aquilo é um voto decisivo. E as experiências com aquele militar não são só essa experiência como *force commander* no Haiti. Essa experiência é muito importante, claro que é levada em conta. [...] Mas tem outros atributos que são levados em conta. *E muitos daqueles que estão sentados ali, participando da escolha, não viveram intensamente essa fase desse oficial como force commander no Haiti*” (CASTRO; MARQUES, 2019, p. 48, itálico meu).

Neste caso, como identificado por Leirner (1997), a experiência entre subordinado e comandante assume o caráter de mecanismo legítimo para a definição das promoções, ainda que seja veiculada por um sistema de avaliação referenciado como “objetivo”. Entretanto, estas características também estão presentes nas relações em um plano horizontal. “Vamos imaginar que, desses 400 formados [na AMAN], 100 façam a Escola de Estado-Maior e tenham os requisitos para chegar ao generalato”, exemplifica Augusto Heleno, “[...] é feita uma votação. E eles votam nos seus próprios companheiros. Todo mundo que está no quadro de acesso vota. Se você pegar a votação e comparar com o que aconteceu na verdade, você vai descobrir que, dos 20 promovidos, 15 são unanimidade. Cinco estão naquela faixa de o cara dizer: ‘Não, esse cara é muito bom, esse cara é muito bom também, mas...’. *Aí entra aquilo que você falou. Experiências anteriores*” (CASTRO; MARQUES, 2019, p. 49, itálico meu).

Há, portanto, a *operacionalização política* das escolhas daqueles que progridem na cadeia de comando-obediência, ainda mais em se tratando da promoção a general. Daí resulta a imagem de que “a carreira normal do oficial do Exército vai até o posto de coronel: *a promoção a general dependerá de muitos fatores, inclusive políticos, que escapam ao valor pessoal do militar*”, como relata o General Hugo de Andrade Abreu, “costuma-se dizer que a carreira termina em coronel, sendo a promoção a general mero acidente” (ABREU, 1980, p. 58, itálico meu)²¹⁵. A influência da política interna é muito importante nesses momentos, “porque todos nós somos seres políticos”, afirma Augusto Heleno, “é impossível, com a responsabilidade que tem um general, ele não ser um ser

²¹⁵ Celso Castro (2018), ao chamar atenção para o caráter político que envolve a promoção a general, estimou que “da turma de cerca de 350 oficiais que a Aman forma por ano, somente cerca de 15 a 20 serão promovidos a general de brigada, e uns quatro ou cinco chegarão a general de exército, o ultimo posto da carreira” (CASTRO, 2018, p. 23-24).

político. Ele é um ser político. Mas tudo que é levado para dentro da sala do alto-comando é política interna do Exército” (CASTRO; MARQUES, 2019, p. 48-49).

Ainda sobre esse tema, ao abordar uma série de promoções e preterições durante a Ditadura Militar, o ex-ministro do Exército Sylvio Frota relatou que naquele período “as promoções de coronéis a general-de-brigada serviam para índice de prestígio de chefes militares, que procuravam agir no sentido de promover seus auxiliares ou amigos”. Segundo ele, apesar dos esforços do Alto Comando do Exército em alicerçar no mérito militar a elaboração das listas de promoção, “em última análise, os condicionantes que prevaleciam na Presidência [da República] eram os de simpatia, amizade ou afinidades políticas” (FROTA, 2006, p. 511). Apesar de distanciada no tempo e possivelmente revestida de um ressentimento para com o governo de Ernesto Geisel (abordo o tema na próxima seção), o relato exemplifica como as promoções, sobretudo ao generalato, recebem influxos políticos diversos, na quais digladiam mecanismos tidos por “objetivos” de aferição do mérito militar e círculos de amizade e influência. Por outro lado, também é possível afirmar que as distribuições desiguais de prestígio refletem os próprios dados biográficos do militar. O relato de um capitão da reserva à Leirner (1997) é esclarecedor sobre este ponto:

Mas como que um coronel é conhecido dos tenentes, dos capitães, dentro da arma dele? Ele pode ser conhecido se ele for instrutor deles na Aman. Acho que esta é a primeira referência. E a segunda é se no corpo de tropa eles trabalharam juntos. Aí, ele era desse jeito ou daquele, e criou-se alguma coisa em torno dele. Mas se for desconhecido... Se é um coronel, por exemplo, conta se tem estado-maior, ou não tem. Se tem estado-maior, tem mais status. Existem [outros critérios], principalmente nas armas combatentes, se o oficial é possuidor de alguns cursos, isso também tende a ser relevante, no seu reconhecimento. Que cursos seriam estes, os valorizados? Se esse oficial tem curso de pára-quedismo, forças especiais, comandos (...). Principalmente os tenentes de armas combatentes, infantaria e cavalaria, eles tendem a valorizar isto. Se porventura se perceber que este oficial é muito condecorado, isto também pode servir como uma referência importante. Muito condecorado, deve ser alguém primeiro de turma, ou alguém que serviu no exterior (LEIRNER, 1997, p. 81).

Sobre esta temática, é preciso lembrar que Augusto Heleno foi instrutor da AMAN como primeiro-tenente entre 1974 e 1975, e como capitão entre 1979 e 1981, após ter cursado a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)²¹⁶. Isto é importante, pois no imaginário nativo, a passagem pelas escolas do Exército como instrutor contribui na formação dos futuros *chefes militares*, de forma que o General Antônio Carlos Muricy afirma que “dos chefes que têm aparecido no Exército, 90% foram instrutores. Foram bons alunos e instrutores. Aqui ou ali, há exceções, mas são muito poucas” (MURICY, 1993, p. 287). Além dos cursos de paraquedismo e de guerra na selva, valorizados nas armas combatentes, Heleno também cursou a Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), que é reconhecida por fornecer as “[...] condições mínimas necessárias para [se] trabalhar em estados-maiores, como auxiliares dos chefes, ou amanhã ser, inclusive, um chefe”, segundo Muricy, “então abre um maior campo de atuação dentro do Exército. E trabalha-se não só nos estados-maiores como se trabalha em determinados órgãos, como diretorias e departamentos, onde certos lugares são destinados exclusivamente a oficiais de estado-maior” (MURICY, 1993, p. 175).

No entanto, é necessário retomar algo que brevemente foi mencionado no início deste capítulo. Muito por conta de características próprias do mundo militar, em que boa parte dos oficiais advém de famílias de militares²¹⁷, e na qual se conservam as amizades

²¹⁶ O General Antônio Carlos Muricy resumiu da seguinte forma a importância da EsAO na formação dos oficiais do Exército: “[...] nós temos na Escola Militar uma formação que é teórico-prática, mas que é muito mais teórico do que prática, principalmente porque na escola a gente não tem o trato com o homem, que a gente só vai sentir, trabalhar com homens depois que sai oficial. E quando a gente sai da escola, a gente sai para todo o Brasil. E quando sai para todo o Brasil, as unidades no Exército não têm o mesmo aquartelamento, não têm a mesma categoria de chefes, não têm o mesmo material, não têm o mesmo enquadramento. Uns numa cidade mais cheia de recursos; outros em cidades do interior sem coisa nenhuma. Então há um descompasso, e há, principalmente, um choque. A gente sai da Escola Militar pensando que tudo é fácil. E chega e começa a encontrar as dificuldades da tropa. Por isto é que eu digo que fui um homem feliz porque fui para uma unidade bem comandada, bem enquadrada, bem servida de material, e eu tive a oportunidade de trabalhar junto à Escola de Aperfeiçoamento, então eu pude me desenvolver. Outros companheiros, entretanto, têm a infelicidade... Chegam numa unidade em que faltam oficiais. Então eles são aspirados para postos mais altos. Houve tenentes, meus companheiros de turma, que comandaram grupo - eles perderam a noção do que era ser tenente. Forma-se um descompasso que deve ser acertado num determinado ponto da carreira, e é na Escola de Aperfeiçoamento.

A Escola de Aperfeiçoamento tem, então, duas finalidades: uma é uma retomada do oficial na sua base cultural-militar, e é o preparativo para o comando de unidade. Porque até então ele é preparado para o comando de subunidades, quer dizer, companhia, esquadrão e bateria. Esta é a finalidade. Então, na Escola de Aperfeiçoamento, estuda-se no caso da artilharia, a técnica de artilharia, a topografia, as transmissões, a parte de ligação, a parte de tática da artilharia, a parte de tática geral menor. Porque aí se começa a sentir que as armas trabalham em conjunto. Então no Aperfeiçoamento a gente já começa a sentir a tática geral, isto é, as diversas armas trabalhando em conjunto num campo de batalha. Então esta é a finalidade e, ao mesmo tempo, um pouco de administração, um pouco de conhecimento do trabalho de Estado-Maior. Ainda muito por cima, mas Estado-Maior de unidade e não Estado-Maior de Estado-Maior. Esta é a finalidade” (MURICY, 1993, p. 143).

²¹⁷ Sobre este tema, ver Cristina Rodrigues da Silva (2010; 2016) e o livro organizado por Castro (2018).

do Colégio Militar e da Academia Militar ao longo de toda a carreira, é interessante atentar para o peso que se dá à *camaradagem* e ao conhecimento mútuo na constituição do *espírito de corpo* dentro do Exército Brasileiro. Os relatos a seguir são do General Muricy e do Presidente Ernesto Geisel:

[...] ninguém surge de repente. [...] Na vida militar, normalmente, temos muitos encontros e reencontros. De maneira que a gente forma, sedimenta uma amizade e, principalmente, o conhecimento dos homens. [...] Todos nós, que saímos do mesmo forno e que nos criamos através da vida, exercemos atividades que se encontram e que se interpenetram. Todos nos conhecemos muito bem (MURICY, 1993, p. 64-65 e 232).

Uma das relações que as Forças Armadas cultivam, uma das virtudes militares, é a camaradagem. A gente vai formando na Escola, na convivência desde o Colégio Militar, laços de amizade que perduram ao longo da vida. Embora às vezes se passe anos sem encontrar um companheiro, quando há um reencontro ressurgem a lembrança do passado e se aviva a camaradagem. Essa solidariedade é muito importante, nas crises e principalmente na guerra (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 88).

Outro elemento a ser destacado é que boa parte da cisão entre “civis” e militares própria do ambiente da caserna, pode ser atribuída a uma carreira profissional em que o contato com o chamado “mundo externo” é muito limitado. No geral, os militares de carreira convivem em um círculo social entre seus pares que estão na ativa ou, por vezes, na reserva. Daí o fato de que muitas instituições de ensino, de saúde, de recreação e etc., pelas quais esses militares circulam, estão vinculadas ao Exército Brasileiro. É, no mínimo, surpreendente que um militar como o General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas relate que o seu convívio com “civis” só se deu de forma mais permanente aos cinquenta anos de idade. Ele, um filho de militar que ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) em 1967, só exercitaria sua “paciência” e “flexibilidade intelectual” para com os “civis” no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, no ano 2000 (CASTRO, 2021, p. 109-110).

Voltando ao caso particular de Augusto Heleno, a seguir veremos como ter sido o “zero-um” desde a Academia Militar das Agulhas Negras, repetindo o feito nos cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Comando e Estado-Maior do

Exército, consubstancializou-se em posições e lugares de prestígio que se repetiram ao longo de toda a carreira do general, com passagens recorrentes pelos gabinetes dos ministros/comandantes do Exército ou pelo Gabinete Militar da Presidência da República, bem como por postos no exterior como, por exemplo, de adido militar nas embaixadas da França e da Bélgica; e de *force commander* no Haiti. Ao longo das próximas seções, meu interesse está em evidenciar como o prestígio interno do general o posicionou em espaços de visibilidade para o “mundo exterior”, especialmente em uma aproximação com a imprensa cultivada por toda sua trajetória, o que será importante para entendermos sua atuação no Comando Militar da Amazônia e nas disputas em torno das demarcações de terras indígenas naquela região do país, que estarão descritas mais ao final do capítulo.

3.1.1 No gabinete do General Sylvio Frota

Que os quadros do Exército reflitam sobre o grave momento que atravessamos e meditem na magnífica tarefa que lhes atribuo, de preservar, para seus filhos, um Brasil democrático. E se, por uma fatalidade, isto não acontecer, quando as pesadas algemas do totalitarismo marxista fizerem projetar o suor da amargura, nas fronteiras pálidas de suas esposas, não quero que em seus lamentos de desespero, acusem o general Sylvio Frota de omissão e de não lhes ter apontado o perigo iminente

General Sylvio Frota²¹⁸.

O General Augusto Heleno, em novembro de 2019, na condição de ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, compareceu à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia na Câmara dos Deputados para esclarecer uma declaração sua sobre a reedição do Ato Institucional nº 5 no país²¹⁹. Na oportunidade, o Deputado Federal Ivan Valente (PSOL-SP) questionou o general quanto ao período em que este havia sido ajudante de ordens do ministro do Exército Sylvio Frota em 1977. Ao rememorar aquele momento da carreira, Heleno afirmou:

²¹⁸ Carta de Despedida do Ministério do Exército. O Estado de S. Paulo, 13 de outubro de 1977.

²¹⁹ <https://www.estadao.com.br/politica/se-ele-falou-tem-de-estudar-como-vai-fazer-diz-heleno-sobre-ai-5/>. Acessado em 11 de junho de 2023.

[...] eu era capitão, tinha 27 anos de idade e fui ajudante de ordens do general Sylvio Frota. Na cabeça do general Sylvio Frota, jamais passou a ideia de dar um golpe contra o presidente [Ernesto] Geisel, sobre minha palavra de honra e pela felicidade dos meus netos. [...] Tanto é que o documento de despedida do general Frota estava escrito cinco meses antes, porque ele sabia que ia ser demitido [...] e onde ele não faz referência a dar um golpe de Estado. [...] Então, as acusações contra o general Frota, que era um homem incorruptível - o que é uma coisa difícil em nosso país, lamentavelmente... Ele jamais teve intenções golpistas, jamais. Então, essa acusação é infundada e extremamente ofensiva à memória do general Sylvio Frota²²⁰.

A fala feita diante de deputados federais guardava relação com a trajetória de Frota e remontava à sua atuação durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

Sylvio Frota foi um General de Exército proveniente da Arma de Cavalaria - Escola Militar do Realengo (RJ), turma de 1932. Ao longo da carreira, enquanto oficial superior, serviu no Estado-Maior do Comando da 10ª Região Militar, sediada em Fortaleza, no Estado-Maior do Exército (EME) e no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Posteriormente, tornou-se membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) e chefiava o Estado-Maior da Divisão Blindada, no Rio de Janeiro, quando se iniciou o golpe contra o governo de João Goulart²²¹.

Promovido a General de Brigada em novembro de 1964, participou da criação do Centro de Informações do Exército (CIEEX), um dos órgãos centrais da repressão política. Promovido a General de Divisão em março de 1969, assumiu o comando da 1ª Região Militar, no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1972, passou a comandar o I Exército, também sediado no Rio. “Sua gestão à frente do I Exército se deu exatamente no período em que a participação de organismos militares em atividades de repressão política, especialmente no eixo Rio-São Paulo, tomou maior vulto”²²².

Posteriormente, em abril de 1974, sob a presidência de Ernesto Geisel, foi designado chefe do Estado-Maior do Exército e em 24 de maio, com a morte do ministro do Exército, General Vicente de Paulo Dale Coutinho, assumiu a chefia da pasta

²²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=OpKAifSsFno&t=2665s> a partir do minuto 41:54. Acessado em 08 de junho de 2023.

²²¹ <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silvio-couto-coelho-da-frota> . Acessado em 13 de junho de 2023.

²²² <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silvio-couto-coelho-da-frota> Acessado em 13 de junho de 2023.

interinamente, sendo efetivado três dias depois. Com discursos e ordens do dia dedicados ao combate ao comunismo, o general se tornou uma das vozes mais proeminentes da “linha-dura” da ditadura, isto é, a expressão de uma gama variada de tendências corporativas de matiz autoritária, sempre disposta à elevação da escala da repressão em nome de um projeto de “Brasil potência” (OLIVEIRA, 1993, p. 175-176).

Anos mais tarde, em abril de 1977, o nome de Frota passou a ser ventilado para a sucessão de Geisel na Presidência da República, cujo mandato expirava em março de 1979²²³. Com forte trânsito na comunidade de informações e considerado um oficial “aferrado à disciplina militar e às regras hierárquicas”, o general utilizou sua autoridade institucional como ministro do Exército para contestar as políticas implementadas pelo governo. A partir de então, aproveitou-se cada vez mais das reuniões do Alto Comando do Exército (ACE) para se distanciar da linha política adotada pela Presidência, o que se cristalizou em “dissidências” ao longo do tempo. De forma pública, o general sinalizava a subversão do que considerava os “ideais de 1964”, em um quadro em que as Forças Armadas deveriam ser o centro da “Revolução” e o presidente, simples delegado desta²²⁴.

Naquele contexto, portanto, estava em disputa a sucessão presidencial. De um lado, Geisel desejava indicar o nome de seu substituto e, de outro, Frota buscava se impor como um dos pleiteantes ao cargo, cultivando amizades e partidários na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e formando um “grupo frotista” no Congresso:

No início de outubro de 1977, a dissidência do ministro atinge um ponto sem retorno: o ‘grupo frotista’ promove uma ofensiva no Congresso, monopolizando a palavra, numa oposição ao governo cada vez menos velada; rumores de um manifesto assinado por personalidades civis e militares, em favor de uma candidatura do ministro, circulam. [...] Para o palácio, a demissão do ministro é agora premente, inadiável. A Presidência parece ter consciência da ameaça militar que implica essa decisão, que é cercada de precauções. [...] ela é anunciada em 12 de outubro de 1977, feriado nacional, o que torna mais difícil a mobilização das tropas. [...] Frota não tem meios para resistir: os generais esquivam-se [...]. Não consegue reunir o Alto-Comando do Exército, antecedido por Geisel. Os que pareciam dar a Frota um apoio indefectível desistem de apoiar sua resistência. O golpe de força não acontece (CHIRIO, 2012, p. 201).

²²³ Idem.

²²⁴ Idem.

Narrando os acontecimentos que antecedem sua exoneração em seu livro de memórias, *Ideais Traídos* (2006)²²⁵, Frota relata pelo menos três episódios presenciados pelo seu ajudante de ordens em datas que coincidem com o período em que Augusto Heleno ocupava tal cargo, à época privativo de capitães do Exército.

O primeiro deles diz respeito a reunião entre ele e Geisel no dia 9 de agosto de 1977. Naquela ocasião, circulava a notícia de que Frota utilizaria sua ordem do dia de 25 de agosto (Dia do Soldado) para proferir críticas ao presidente. Por conta disso, Geisel exigiu ler com antecedência o documento, ao que o ministro do Exército teria negado. Segundo o general,

No automóvel, de regresso, o meu ajudante de ordens perguntou-me o que tinha ocorrido, visto que eu parecia muito aborrecido. Disse-lhe que mais tarde conversaríamos. Dirigi-me ao quartel-general e reuni imediatamente elementos do que chamamos Estado-Maior Pessoal - chefes-de-gabinete e do CIE, os dois assistentes e o ajudante de ordens. Em conversa sigilosa narrei-lhes o acontecimento e avisei-os de que se prevenissem quanto à minha provável exoneração porque, conhecendo melhor, agora, o presidente, não colocava dúvidas sobre o seu procedimento futuro. Iria aguardar uma oportunidade ou prepará-la, para exonerar-me (FROTA, 2006, p. 624-625).

Já o segundo episódio, o general narra o dia que antecedeu sua exoneração em 12 de outubro de 1977. Na ocasião, teria circulado amplamente no Exército um Relatório Especial de Informações datado de 5 de setembro daquele ano e assinado pelo comandante do III Exército, General Fernando Belfort Bethlem. O documento “[...] analisava friamente a situação do país, do ponto de vista de Segurança Nacional, em particular a penetração marxista em setores da vida administrativa”, escreve Frota, “era um trabalho corajoso” e “excelente”. Todavia,

Na tarde do dia 11 de outubro, chegaram-me algumas informações de que o presidente Geisel estava aborrecidíssimo com o Relatório Especial de Informações expedido pelo Comandante do III Exército do qual, somente naqueles dias, tomara conhecimento. Um oficial do Centro de Informações e

²²⁵ O livro começou a ser escrito em 1978 e foi publicado somente após 10 anos de sua morte, em 1996.

Segurança da Aeronáutica telefonou para o meu gabinete pedindo que enviasse àquele Centro *um oficial de minha inteira confiança. Dei a missão ao meu ajudante de ordens* que, ao regressar, trouxe-me informação idêntica às já recebidas.

Em síntese, dizia-se que o presidente vacilava entre três soluções:

- Prender e afastar o general Bethlem do Comando do III Exército;
- afastar o general do Comando do III Exército; ou
- mandar que eu prendesse o general Bethlem.

[...]

Convencido de que iria defrontar-me com sérios problemas, decidi telefonar para o general Bethlem, preveni-lo do que estava ocorrendo e tranquilizá-lo sobre minha solidariedade dado que aprovara o relatório e iria assumir as responsabilidades decorrentes.

Todavia, não se conhecia o paradeiro certo do general Bethlem, já em gozo de dispensa de serviço. Recomendei, por conseguinte, fosse procurado com urgência seu endereço e retirei-me para minha residência. Pouco depois recebi a visita de ilustre industrial, meu amigo, que regressaria ao Rio de Janeiro naquela noite. Conversávamos quando soube da estada de Bethlem no Rio e imediatamente liguei-me com ele.

Travamos um diálogo, assistido pelo meu ajudante de ordens e, também, pelo meu amigo:

- Bethlem? É o Frota. Quero avisar-lhe que segundo informações insistentes o presidente leu e não gostou do seu Relatório de Informações.

- Que relatório, Frota?

- Ora, Bethlem... o único relatório que você fez...

- Não me lembro...

Neste momento, persuadido de que Bethlem não lera o relatório, tapando com a mão o fone, disse para o meu ajudante de ordens:

- O homem assinou sem ler... (e voltei ao diálogo).

- Aquele em que você fala de duas pressões... de três generais...

- Agora me lembro...

Trocamos mais algumas palavras e informei-o de que iria escrever-lhe e, realmente, o fiz [...] (FROTA, 2006, p. 676-677, *itálico meu*).

No dia seguinte, 12 de outubro, Frota foi informado que teria uma audiência com Geisel às 9h da manhã no Palácio do Planalto. O então ministro do Exército acreditava que o motivo da reunião versaria sobre o relatório assinado por Bethlem,

Acompanhado de meu ajudante de ordens, pouco antes das nove horas, tomei o caminho do palácio. Ao passar pela sede do Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada notei, no mastro

do quartel, o pavilhão do general comandante da Brigada. Não me recordo se comentei o fato com meu ajudante de ordens, mas estranhei que num dia sem expediente nos quartéis o general Roberto França Domingues - casado com a sobrinha do presidente - ali estivesse naquela hora.

[...]

O palácio do Planalto estava deserto; nem o general Hugo [de Andrade] Abreu²²⁶, que obrigatoriamente recebia os ministros militares, lá estava.

[...]

Na ante-sala do gabinete presidencial o major ajudante de ordens aguardava-me:

- O presidente quer falar com o senhor... E franqueou-me a passagem (FROTA, 2006, p. 686).

Na reunião com Geisel este pediu a exoneração de Frota do cargo de ministro do Exército e, em seguida, nomeou o General Bethlem para o posto. Como relata Frota,

Na saída da sala contígua, encontrei o general Hugo Abreu e informei-o:

- Hugo, o presidente acaba de exonerar-me..., e continuei andando em direção ao elevador.

- Estava previsto desde sábado, respondeu Hugo Abreu.

Parei surpreso e olhando-o fixamente perguntei:

- E você sabia disso, Hugo?

O general Hugo deu alguns passos e esclareceu:

- O motivo foi meramente político... Vou escrever-lhe uma carta...

Cumprindo o que prometera, enviou-me uma carta no mesmo dia. Os fatos narrados na página 138 de seu livro 'O outro lado do poder' não expressam a verdade. O general Hugo não apareceu para receber-me no palácio do Planalto, no dia 12 de outubro. Aguardou-me, sim, à saída do gabinete presidencial. As únicas palavras que trocamos estão contidas no diálogo acima. O meu ajudante de ordens testemunhou-o e confirma o que narrei (FROTA, 2006, p. 688).

Posteriormente, o general Hugo Abreu, acompanhado do assessor de relações públicas da Presidência, leu a nota oficial que comunicava a exoneração de Frota. Nela, a Presidência informava que tudo não havia passado de “uma decisão de caráter pessoal, sem qualquer vinculação com o problema político da sucessão presidencial”, e concluía:

²²⁶ À época chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/hugo-de-andrade-abreu> . Acessado em 13 de junho de 2023.

“No sentido de evitar explorações e mal-entendidos, o presidente da República manda reafirmar a informação já fornecida mais de uma vez, de que nunca autorizou qualquer gestão focalizando nomes de futuros candidatos. Considera as especulações que se fazem sobre o assunto prejudiciais aos interesses do país, pretendendo tratar do problema somente a partir de janeiro de 1978”²²⁷.

Segundo Celso Castro e Maria Celina D’Araujo (2006), em texto que introduz o livro de memórias de Frota, o momento dramático de sua demissão, em outubro de 1977, revelava a disputa entre duas concepções:

[...] numa, representada por Frota e pela ‘linha-dura’ que o apoiava, o presidente era um ‘mero delegado da Revolução’ e deveria subordinar-se a ela (leia-se: ao pensamento do Exército, representado por seu ministro); na outra, de Geisel e seus aliados, a Revolução já estava em outra fase, de ‘abertura’; e a dinâmica do jogo político, embora permanecesse autoritária em muitos de seus fundamentos - basta lembrar a vigência do AI-5 -, precisava levar em conta a oposição. Na primeira concepção, a disputa política era um mal inaceitável; na segunda, um mal necessário (CASTRO; D’ARAUJO, 2006, p. 10).

Décadas mais tarde, políticos²²⁸, acadêmicos²²⁹ e jornalistas²³⁰ usariam o fato de Augusto Heleno ter sido ajudante de ordens de Frota como forma de afirmar que aquele participara de uma tentativa de golpe contra Geisel, objetivando “evitar a abertura política” da Ditadura. A pretendida proximidade com Frota relevaria seu passado “linha-dura”, com continuidades em sua atuação no governo Bolsonaro enquanto ministro do Gabinete de Segurança Institucional (TEIXEIRA DA SILVA, 2021; TEIXEIRA DA SILVA; SCHURSTER, 2022).

Entretanto, é fundamental pontuar que segundo João Roberto Martins Filho (1993), em pesquisa dedicada a esta temática, a própria ideia de uma configuração dual no quadro militar pós-1964 seria incompleta. Em primeiro lugar, porque, ao contrário de

²²⁷ <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silvio-couto-coelho-da-frota>. Acessado em 11 de junho de 2023.

²²⁸ Como, por exemplo, <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/jair-bolsonaro-e-os-herdeiros-do-general-linha-dura-sylvio-frota/>. Acessado em 11 de junho de 2023.

²²⁹ Como, por exemplo, <http://www.programafaixaivre.com.br/noticias/general-heleno-tentou-impedir-abertura-politica-lembra-teixeira/>. Acessado em 11 de junho de 2023.

²³⁰ Como, por exemplo, <https://istoe.com.br/general-augusto-heleno-e-um-inimigo-da-democracia/>. Acessado em 11 de junho de 2023.

uma divisão estanque entre “liberais” (tributários do General Castelo Branco) e “duros” (personificados pelo General Costa e Silva), estaríamos diante de um contexto com grande pluralidade de posições e permeado por uma complexidade de fatores de desunião e cizânia, os quais permitiram que, mesmo na presidência de Castelo Branco, encampasse, sobretudo no final de seu mandato, tendências “duras” de aprofundamento da “Revolução” e, portanto, de militarização do Estado e da sociedade brasileira, o que contrariaria a pretensa tendência “liberalizante” da corrente castelista. Sem contar que em determinados contextos do pós-64, os próprios “duros” parecem ter enveredado para tendências “liberais” e “internacionalistas”, tal como quando, em 1966, passaram a denunciar o Gabinete Militar como matriz de uma militarização excessiva, a pregar o respeito à Constituição de 1967 e a realização de eleições diretas em 1970 (MARTINS FILHO, 1993, p. 127-172).

Em segundo lugar, Martins Filho (1993) identificou que a partir da presidência de Costa e Silva, não mais teríamos uma dualidade de poder, e sim a existência de quatro correntes militares: os castelistas (desarticulados após a morte de Castelo Branco em julho de 1967); os “duros” (desorientados e marginalizados pelo próprio governo – sendo compostos por oficiais que se agrupariam em torno dos coronéis Francisco Boaventura Cavalcanti e Ruy Castro); os “albuquerqueístas” em torno do então ministro do Interior, Affonso de Albuquerque Lima; e um quarto grupo formado por militares próximos a Costa e Silva²³¹, cuja atuação centrava-se no Gabinete Militar da Presidência da República, que seria responsável por reorganizar o Conselho de Segurança Nacional e por elaborar uma “solução hierárquica” ao problema da sucessão que levou Emílio Médici à Presidência em 1969 (MARTINS FILHO, 1993, p. 131-138).

A pesquisa de João Roberto Martins Filho (1993) sugere, pois, uma visão dinâmica dos grupos políticos intramilitares durante a Ditadura Militar, na contramão de uma determinada literatura que procurou generalizar o quadro dual característico dos primeiros anos pós-golpe para todo o período de 1964-1985. Neste caso, pelo que sugere as interpretações sobre a atuação dos militares no governo Bolsonaro, aquela generalização continua viva em alguns círculos acadêmicos e produziu a percepção de que generais como Heleno e Hamilton Mourão nada mais seriam que a continuação das

²³¹ Trata-se do General Jayme Portella, então chefe do Gabinete Militar; o coronel Mário Andrezza, titular do Ministério dos Transportes; o coronel Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho; e o general Garrastazu Médici, alçado a chefe do Sistema Nacional de Informações (MARTINS FILHO, 1993, p. 136).

“personas” de Sylvio Frota e Carlos Alberto Brilhante Ustra, respectivamente (TEIXEIRA DA SILVA; SCHURSTER, 2022, p. 292-293). Aqui, acredito que a cautela na análise também deva ser expandida à caracterização da presença de Augusto Heleno em uma suposta “conspiração” contra a abertura política.

Enquanto um oficial intermediário (capitão), é possível dizer que Heleno muito provavelmente não participou de grandes decisões envolvendo as posições tomadas pelo ministro do Exército em relação à presidência de Ernesto Geisel. A função de ajudante de ordens faz parte do Estado-Maior Pessoal do Comandante do Exército²³², cabendo a ele “receber, controlar e processar toda a correspondência pessoal do Comandante do Exército”; “confeccionar a agenda do Comandante do Exército e controlar a sua execução”²³³ e, por vezes, realizar pagamentos de contas pessoais do comandante. Pela proximidade com o Ministro/Comandante e com o Alto Comando da Força, é de se esperar que a função de ajudante de ordens seja uma oportunidade na carreira militar deixada aos “oficiais mais brilhantes de cada turma” formada na AMAN, como relata um coronel do Exército (GONÇALVES, 2020, p. 79). Mas, ao mesmo tempo, também se trata de uma posição que depende das relações pessoais de afinidade ou de indicações de amigos comuns que fazem a sugestão de nomes ao comandante. De uma forma ou de outra, ter sido ajudante de ordens ou assistente dos generais do topo da hierarquia é uma oportunidade de impulsionar a própria carreira, uma vez que ela é tida como um indicativo da possibilidade do militar também vir a ocupar posições de destaque no futuro (Marcelo Pimentel: comunicação pessoal, 2025).

Portanto, pelo menos em parte, a hierarquia militar, lastreada no *mérito* e na classificação de Heleno, saído em primeiro lugar da AMAN, franqueou seu acesso a um posto no gabinete do Ministro do Exército em um contexto crucial da Ditadura. Não se tratava necessariamente de uma adesão pessoal aos ideais representados por Sylvio Frota – ainda que tal identificação possa ter ocorrido -, mas o produto da operacionalização hierárquica do mundo militar, em que a posição de destaque na classificação lhe legou, homologamente, um lugar de prestígio na burocracia do Exército. Ao mesmo tempo,

²³² Por se tratar de período anterior à criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, o cargo que ocupava Sylvio Frota era de Ministro e não de Comandante do Exército. Neste caso, uso a última aceção por utilizar documentação posterior ao surgimento do MD.

²³³ Segundo consta no Art. 11 do Regimento Interno do Gabinete do Comandante do Exército (EB10-RI-09.007), 2ª edição, 2022. In: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/001_estatuto_regulamentos_regimentos/03_regimentos/port_n_1874_cmdo_eb_23nov2022.html. Acessado em 14 de julho de 2023.

também não podemos desconsiderar que esta dinâmica envolvia um cálculo pessoal de um militar que desde a AMAN almejava chegar ao generalato (como comprova a epígrafe do início deste capítulo). Mesmo se considerarmos o que Heleno disse no Congresso em resposta ao Deputado Ivan Valente em 2019, elogiando Frota, cabe notar que é bastante comum um militar, em relação aos *paisanos*, envernizar seus pares, comandantes e subordinados. Entre outras coisas, isso diz respeito a sua própria trajetória: desabonar um comandante que o escolheu seria dar um tiro no próprio pé. Isso significa que essas tomadas de posição podem envolver, ou não, algum grau de dissimulação, e por isso mesmo não podem ser vistas como uma filiação ao pé da letra.

Anos mais tarde, já em outra fase da carreira, o Serviço Nacional de Informações (SNI) registrou o nome de Augusto Heleno como suplente do conselho fiscal da chapa “General Tasso” nas eleições do Clube Militar de 1984. Em maio daquele ano, a associação de militares realizaria eleições diretas para escolher sua nova diretoria para o biênio 1984/1986. De um lado, a chapa “Soberania Nacional” era encabeçada pelo General Antonio Carlos de Andrada Serpa, e era vista pelo SNI como impulsionadora da politização do Clube e de seu caráter contestatório. No seu conselho fiscal, contava ainda com o nome do Coronel Antonio do Prado Ribeiro, ex-encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) das bombas do “Rio-Centro” e que se retirou do mesmo alegando doença. De outro lado, a chapa do General Tasso Villar de Aquino, que buscava a reeleição, contava com o apoio do Ministro do Exército, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, isto porque, segundo o órgão de informação, “durante o biênio 82/83, souberam imprimir uma administração séria e voltada exclusivamente para as atividades sócio-culturais e de bem estar dos associados, sem qualquer envolvimento político-partidário” (SNI, 1984).

Antes, porém, cabe aqui um parêntese. Em 1964, o General Tasso de Aquino era coronel e servia no Estado-Maior do Exército, chefiado por Castelo Branco. Após o golpe, tornou-se chefe de gabinete do Marechal Estevão Taurino de Rezende Netto, chefe da Comissão Geral de Investigações (CGI) e responsável pelas investigações sumárias e cassações de direitos políticos previstas no Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964²³⁴. O general foi ainda o responsável pelo IPM que investigou o sequestro do embaixador

²³⁴ <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/comissao-geral-de-investigacoes>. Acessado em 17 de fevereiro de 2025.

norte-americano Charles Burke Elbrick. Assim como Heleno, Aquino advinha da arma de Cavalaria do Exército (MOTTA, 2003b, p. 79-80).

De volta ao tema, em maio de 1984, antes da eleição no Clube Militar, o General Sylvio Frota publicou um artigo de opinião no Jornal do Brasil em que tecia duras críticas à penetração da “política ideológica” no Clube. Em suas palavras, ao longo da história, “a transfiguração do Clube Militar em Centro de Debates Políticos, além de um acintoso desprezo às imposições de seus estatutos, cindira fatalmente [...] seus associados, fazendo periclitar a unidade militar”. Ao final, Frota caracterizava Andrada Serpa como vinculado a “grupamentos de esquerda” e declarava seu voto na chapa “General Tasso”, a qual, segundo ele, manteria a associação afastada dos conflitos políticos e contribuiria para a coesão do Exército em um contexto em que o país se encontraria “imerso na maior crise político-econômico-social de sua história” (JORNAL DO BRASIL, 1984a). Mais de um mês depois, as urnas confirmariam a vitória da chapa na qual Heleno era suplente, para júbilo do ministro do Exército, Walter Pires (JORNAL DO BRASIL, 1984b).

Assim, ainda que não se possa confirmar a filiação de Heleno à linha-dura ou sua participação na aventada conspiração contra a abertura política, não é possível desconsiderar que o general, ao longo de sua carreira, conviveu com oficiais que expressavam a imagem do militar politizado e com presença midiática. Não por acaso, em 1989, na esteira de cargos ocupados em órgãos centrais do Exército, Heleno retornou ao gabinete do ministro do Exército, ocupado nessa época pelo General Leônidas Pires Gonçalves. Na próxima seção abordo este período da carreira de Augusto Heleno, mais uma vez meu interesse está em jogar luz em pontos nodais da trajetória do general, desatando os nós que parecem conectar o prestígio interno ao Exército a posições propícias à exposição pública e à proximidade com jornalistas.

3.1.2 Na Presença de Leônidas Pires Gonçalves

Eu sempre digo o seguinte: não me deem conhecimento e poder, porque eu atuo. Nunca fui homem de omissão

General Leônidas Pires Gonçalves²³⁵.

Leônidas Pires Gonçalves (1921-2015) foi um General de Exército advindo da Arma de Artilharia – Escola Militar do Realengo (RJ), turma de 1939²³⁶. Em 1964, enquanto tenente-coronel, servia no Estado-Maior do Exército, órgão chefiado pelo General Castelo Branco. Posteriormente, Leônidas tornou-se chefe do Estado-Maior do I Exército (1974-1978), cujas atribuições incluíam a responsabilidade pelo Centro de Operações de Defesa Interna (CODI); comandante militar da Amazônia (1980-1981); vice-chefe do Estado-Maior do Exército (1981-1982); comandante do III Exército (1983-1985); e, finalmente, ministro do Exército (1985-1990), durante o governo de José Sarney.

Dos três ministros militares da época²³⁷, Leônidas era o mais “politicamente envolvido”, relatou o Almirante Mário Cesar Flores (CASTRO; D’ARAÚJO, 2001, p. 96). Antes de se tornar de fato ministro, foi o fiador da posse de Sarney após o falecimento de Tancredo Neves. Uma vez no cargo, transformou-se em um dos responsáveis pela redação do texto constitucional que versa sobre o papel das Forças Armadas, em especial no que tange à atuação interna ao país. Para esta tarefa, Leônidas contava com o assessoramento de pelo menos oito coronéis lotados no Congresso Nacional durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) (VIANA, 2021, p. 100-102).

Augusto Heleno relata ter participado durante três meses da equipe de assessores no Congresso, a chamada Assessoria 4 ou Assessoria Parlamentar²³⁸. Os coronéis “relatavam tudo o que estava acontecendo, ou levavam as nossas pretensões aos relatores

²³⁵ <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/leonidas-pires-goncalves/texto>. Acessado em 23 de novembro de 2024.

²³⁶ Dados biográficos coletados no verbete do general produzido pelo CPDOC. In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/leonidas-pires-goncalves-1>. Acessado em 14 de julho de 2023.

²³⁷ Diferentemente de hoje, que temos um Ministro da Defesa, até 1999 eram três Ministérios, um para cada Força.

²³⁸ <https://www.estadao.com.br/politica/se-encontrar-olavo-na-rua-nem-vou-reconhecer-diz-heleno/>. Acessado em 14 de julho de 2023.

da Constituinte”, afirmou Leônidas em depoimento ao jornalista Luiz Maklouf de Carvalho (2017), “quando acabava o trabalho, a qualquer hora da noite, sempre me telefonavam para dizer o que tinha acontecido” (CARVALHO, L., 2017, p. 63-64). Após pouco tempo na função, Heleno passou à Assistente-Secretário de Leônidas.

Além dos assessores militares, o então Ministro do Exército contava ainda com o fato de ter indicado o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, a quem conhecia há mais de 53 anos. Como destaca Leônidas, “eu sempre era ouvido, de uma maneira ou de outra” (CARVALHO, L., 2017, p. 64). Não por coincidência, o general obteve êxito em demover a iniciativa de deputados de esquerda, entre os quais José Genoino, de retirar do texto constitucional a menção à garantia da lei da ordem por parte das Forças Armadas, o que restringiria a atuação dos militares exclusivamente ao combate de inimigos externos ao Brasil (VIANA, 2021, p. 102-103).

“O Ministro do Exército era um ser altamente político”, conta Augusto Heleno, “ainda mais naquele momento em que nós estávamos saindo do regime militar e entrando na plenitude democrática. O General Leônidas teve um papel fundamental no que eu vou chamar de transição” (CCOMSEX, 2021, p. 101). Naquele período, a abertura política envolveu uma maior aproximação de Leônidas com jornalistas, imbricando o prestígio do cargo com características pessoais do então “superministro” de Sarney (VIANA, 2021, p. 100).

Na época, fosse com a assessoria parlamentar na Assembleia Constituinte, por meio da qual os militares mobilizavam apoios, identificavam aliados e combatiam teses e movimentos, fosse pela atuação pública conflitiva e espalhafatosa dos ministros das três Forças, a *tutela militar* se fazia presente durante a presidência de Sarney, permitindo a combinação entre o suporte político dos militares ao presidente e a sinalização dos limites das políticas adotadas pelo governo (OLIVEIRA, 1993, p. 188-199).

De uma forma ou de outra, o protagonismo político de Leônidas se expressava em sua constante presença midiática, com pronunciamentos quase sempre não relacionados a questões militares. Considerado “vaidoso”, “arrogante” e “preconceituoso com nordestinos” e com “certas minorias”, como relata o General Zenildo Zoroastro de Lucena, o ministro do Exército, logo que assumiu a função, “advertiu os militares de que eles só deveriam fazer comentários sobre assuntos técnicos e administrativos de seus respectivos setores, evitando falar sobre política”, ao mesmo tempo que exteriorizava

suas preocupações com os impactos das greves na economia do país²³⁹. Como será especificado mais adiante, uma década depois, este padrão de atuação político-midiática seria replicado pelo próprio Augusto Heleno, cujo envolvimento com a imprensa começara anos antes de se tornar Assistente-Secretário de Leônidas. Na próxima seção, nossos olhares voltam-se especificamente para Heleno e em como o general desde muito cedo na carreira travou relações com profissionais da imprensa, resultado das posições de prestígio que ocupou, mas também de predisposições pessoais de um militar “expansivo” e “carismático”.

3.2 INSERÇÃO NA MÍDIA E DIÁLOGO COM JORNALISTAS

Apesar da proximidade com o expressivo componente político do gabinete de Leônidas Pires Gonçalves, Augusto Heleno afirma que seu envolvimento com a imprensa começou quando era ajudante de ordens de Sylvio Frota nos anos 1977. Teria sido a primeira vez que o general se atentou para o “problema” da Comunicação (HASWANI, 2016, p. 27). A partir de então, passou a manter diálogo constante com jornalistas, ainda que de forma restrita por conta da conjuntura política em que se encontrava o país. Segundo narra Heleno,

Na época do General Sylvio Frota, esse relacionamento [com a imprensa] era pequeno, mas era bom. O meu relacionamento pessoal era bom. [...] Sempre fui afável, sempre gostei de me relacionar e gostava de conversar com jornalistas. Na época do General Frota, ainda que o espaço destinado pela imprensa às Forças Armadas fosse grande, o relacionamento não era bom, até porque havia de parte a parte um receio de se aproximar (CCOMSEX, 2021, p. 101).

Naquele tempo, em plena Ditadura, as Forças Armadas teriam se sentido “obrigadas a combater o terrorismo”, relata Heleno, o que exigiu algum nível de censura à imprensa, isto é, “os órgãos de comunicação eram, em termos, controlados, e essa [seria] uma fase nítida da História do Brasil, em que a situação nacional nos obrigava a ter uma

²³⁹ In: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonidas-pires-goncalves-1>. Acessado em 14 de julho de 2023.

rigidez maior no controle da comunicação”. Para Heleno e sua geração, a censura constituía-se numa condição necessária para o controle das “organizações terroristas” (CCOMSEX, 2021, p. 96).

Com a saída do gabinete de Sylvio Frota, após a exoneração deste em 12 de outubro de 1977, Augusto Heleno, alguns anos depois, em 1981, foi designado para ser assessor de Educação Física da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP). “Cumpria, em Assunção, a tarefa extra de Oficial de Relações Públicas da Missão, outra faceta interessante da Comunicação”, relata o general sobre aquele período (HASWANI, 2016, p. 27).

Iniciada em abril de 1942 como um aprofundamento das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai²⁴⁰, a Missão ministrava cursos de cavalaria, equitação e educação física aos militares paraguaios. Além das funções de instrução e exercícios, Souto e Silva (2022), que tiveram acesso aos livros de ocorrências da MMBIP entre 1970 e 1994, chamam atenção para a grande quantidade de confraternizações sociais no âmbito da missão: festas, jantares, homenagens, lançamentos de livros e premiações. Em suma, tratava-se de um contexto em oficiais brasileiros altamente qualificados conviviam por cerca de três anos com seus congêneres paraguaios e com diplomatas, políticos e jornalistas. Entre os oficiais que tiveram passagem pela missão, destacam-se Golbery do Couto e Silva (1948-1950) e João Baptista Figueiredo (1955-1957)²⁴¹.

De volta ao Brasil em 1989 e já tenente-coronel, Heleno serviu na Assessoria 4 e, posteriormente, no gabinete de Leônidas Pires Gonçalves, como dito acima. Neste período, o general lembra que “[...] participava bastante das atividades de divulgação do Exército, com ênfase no projeto de modernização da Força Terrestre, denominado FT90”, além disso, “redigia alguns artigos para o Noticiário do Exército e para a Revista Verde-Oliva” (HASWANI, 2016, p. 27)²⁴².

²⁴⁰ Segundo o ex-ministro do Exército, Sylvio Frota, uma tarefa complementar dos militares brasileiros na missão seria “granjear a simpatia do povo paraguaio, apagando, com cordialidade e compreensão, antigos ressentimentos que ainda perdurem contra os brasileiros”, muito por conta da experiência da Guerra do Paraguai (FROTA, 2006, p. 254).

²⁴¹ A iniciativa permanece até hoje com o nome de Cooperação Militar Brasil-Paraguai (CMBP), contando com “[...] um chefe, oito assessores permanentes, sendo seis oficiais assessores (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações e Material Bélico) e dois sargentos auxiliares. Além disso, coordena e orienta o trabalho de instrutores e monitores brasileiros nas diversas escolas do Sistema de Ensino Militar do Paraguai”. In: <https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/cooperacao-militar-brasileira-no-paraguai-80-anos-de-integracao-e-amizade.html>. Acessado em 17 de outubro de 2023.

A Ditadura Militar havia terminado e assim, *pari passu* à distensão política, algumas mudanças no relacionamento do Exército com a imprensa eram sentidas. Heleno é particularmente cuidadoso em definir Leônidas Pires Gonçalves como um dos principais articuladores deste processo. Segundo ele,

depois, quando voltei ao Gabinete [do Ministro do Exército] com o General Leônidas, o Ministro passara a ser uma figura respeitada nacionalmente, com participação política no governo. [...] Ocorreu a aproximação da imprensa com ele e essa aproximação nos permitia ter um contato maior com alguns jornalistas, que até se tornaram amigos dele (CCOMSEX, 2021, p. 101).

Pouco tempo depois do período no gabinete de Leônidas, foi a vez do próprio Heleno emergir nas folhas dos jornais.

3.2.1 O Caso do Juiz “Lalau”

Em 01 de junho de 2020, já como ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno publicou em seu perfil oficial no *Twitter* o *print* de uma notícia do Diário do Centro do Mundo (DCM), considerado pelo ministro um “pasquim” no qual militariam “jornalistas da pequena parcela da imprensa mentirosa e canalha, que inclui Jânio de Freitas, da Folha de São Paulo”. Para o general, tais jornalistas não mereceriam processos judiciais porque pertenceriam “ao grupo ‘lixo humano’”²⁴³. A notícia publicada pelo DCM que fez Heleno se voltar contra o jornalista Jânio de Freitas estabelecia uma conexão entre o general e o juiz Nicolau dos Santos Neto (“Lalau”), falecido aos 92 anos com suspeita de COVID-19 naquela data, 31 de maio de 2020²⁴⁴.

Santos Neto ficou conhecido no final dos anos 1990 com o caso do superfaturamento na construção da sede do Fórum Trabalhista de São Paulo, na Barra Funda. À época, o juiz era presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

²⁴³ https://twitter.com/gen_heleno/status/1267533977491038219?t=SfWsMnN1zf2T511IQyjmrA&s=19 . Acessado em 19 de junho de 2023.

²⁴⁴ <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/heleno-era-frequente-contato-do-juiz-nicolau-dos-santos-neto-o-lalau-morto-hoje-aos-92-anos/> acesso em 19 de junho de 2023

(TRT-2) e foi acusado de desviar quase R\$ 170 milhões da obra, o que lhe rendeu em 2006 uma condenação a 26 anos e seis meses de prisão pelos crimes de desvio de verbas, estelionato e corrupção²⁴⁵.

O episódio que envolve os três personagens aqui em questão data de 12 de dezembro de 2000, quando Jânio de Freitas publicou na Folha de S. Paulo que, na esteira das investigações e da prisão de Santos Neto, o Ministério Público de São Paulo havia identificado entre 1992 e 1994 dois números de telefones sequenciais que receberam 78 e 96 telefonemas, respectivamente. Estas ligações seriam destinadas à subchefia do Gabinete Militar da Presidência da República, que era ocupada pelo General Alberto Mendes Cardoso. Para o jornalista, poderia se inferir que o General Cardoso tinha algum envolvimento na liberação de verbas para a construção do novo Fórum Trabalhista²⁴⁶.

Entretanto, no dia seguinte, 13 de dezembro de 2000, o General Cardoso publicou uma nota oficial que negava ter mantido contatos telefônicos com Nicolau de Santos Neto entre 1991 e 1994. Segundo ele, antes de assumir a subchefia do Exército no Gabinete Militar, tal órgão estava encarregado “[...] de preparar os processos de nomeação dos membros do Poder Judiciário - de juízes classistas a Ministros do Supremo Tribunal Federal - para apreciação e despacho do senhor presidente da República”, função que cabia a um oficial adjunto da Subchefia do Exército que discutia o assunto diretamente com o chefe do Gabinete Militar, o que explicaria as chamadas telefônicas de Nicolau e de outros presidentes de Tribunais Regionais do Trabalho para os números daquele órgão²⁴⁷.

Complementarmente à nota, o General Cardoso enviou à Folha uma carta do então General de Brigada Augusto Heleno, em que este afirmava que na verdade os telefonemas eram destinados a ele. Desta forma, Heleno afirmava que entre 1992 e 1994 cabia a ele, enquanto oficial adjunto da Subchefia do Exército no Gabinete Militar, formatar e encaminhar os processos de nomeação dos membros do Poder Judiciário para apreciação do presidente Fernando Collor. Pelo exercício da função, o general dizia que mantinha “estreita ligação” com presidentes, ministros e magistrados de tribunais de todo

²⁴⁵ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/31/morre-em-sp-ex-juiz-nicolau-dos-santos-neto-aos-91-anos.ghtml>. Acessado em 19 de junho de 2023.

²⁴⁶ <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14827&keyword=Nicolau&anchor=610924&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=4f50ca98d36bbc42f41993f3c0fbdf93>. Acessado em 19 de junho de 2023.

²⁴⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1312200004.htm>. Acessado em 19 de junho de 2023

o país e com os ministros da Justiça do governo Collor, Jarbas Passarinho e Bernardo Cabral²⁴⁸ - os quais, por sua vez, declararam não conhecer Heleno²⁴⁹. O general sugeria, assim, que os contatos telefônicos com o juiz Nicolau dos Santos Neto ocorreram pela própria função que ele ocupava no Gabinete Militar, nada além disso.

Interessante notar que, como mostrado anteriormente, Bernardo Cabral era amigo íntimo de Leônidas Pires Gonçalves, general para quem Augusto Heleno serviu não somente na Assessoria Parlamentar, mas também como Assistente direto. Entretanto, conhecendo ou não Bernardo Cabral, é relevante observar que o episódio envolvendo o juiz Nicolau dos Santos Neto foi um dos primeiros a darem destaque a Heleno na imprensa nacional e marcou a inimizade pública entre o militar e o jornalista Jânio de Freitas.

Apesar das rugas com o jornalista da Folha, Heleno afirmou que o período no Gabinete Militar do governo Collor lhe propiciou muitas amizades entre jornalistas. “Eu gostava de ser fonte e tinha um relacionamento bastante amistoso com praticamente todos os jornalistas que cobriam o Palácio do Planalto”, conta Heleno, “aprendi muito nessa época e também depois, com o Presidente Itamar [Franco], pelo fato de conduzir uma série de viagens do Presidente” (CCOMSEX, 2021, p. 102).

Depois de idas e vindas pelos gabinetes dos ministros do Exército e pelo Palácio do Planalto, Augusto Heleno percorreu outras posições e lugares de prestígio dentro do Exército Brasileiro, sempre se mantendo atento à necessidade de um bom relacionamento com jornalistas (HASWANI, 2016, p. 27), como se verá a seguir.

3.2.2 De Campinas a Porto Príncipe

Augusto Heleno, entre 1994 e 1996, comandou a Escola Preparatória de Cadetes do Exército em Campinas (SP), estabelecimento de ensino dedicado à preparação dos futuros cadetes da AMAN. Naquele período, a “Escola era querida pela comunidade de Campinas, era um símbolo da cidade”, relembra o general (CCOMSEX, 2021, p. 103). “O elevado prestígio da Escola na cidade me obrigava a um trabalho de relações públicas

²⁴⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1312200004.htm>. Acessado em 19 de junho de 2023.

²⁴⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1312200007.htm>. Acessado em 19 de junho de 2023.

e a uma especial atenção com a imprensa local” (HASWANI, 2016, p. 28). Segundo relato do próprio Heleno,

[...] uma das coisas que fiz questão de fazer foi procurar os diretores e jornalistas dos dois jornais que tinham maior expressão na cidade. Lembro que convidei o dono do Correio Popular para ir até a Escola para tomarmos um *whisky* com um tira-gosto. Em dez minutos a conversa foi ficando mais fácil. E não pelo efeito da bebida, e sim pela recepção ter sido diferente do que ele imaginava. Ele virou para mim e falou: ‘nunca pensei que eu fosse tomar *wiskhy* na Escola Preparatória’. Falei para ele que nós éramos uma entidade etérea, mas uma coisa palpável, tão normal quanto todas as outras instituições. [...] Passei a convidar jornalistas para participar dos exercícios com os cadetes. Eles iam e filmavam o exercício com liberdade total. Cansei de conversar sobre isso com alguns comandantes. Pedi para levarem a imprensa junto com eles aos acampamentos, que é uma atividade em que nós nos mostramos com mais autenticidade do que no quartel, entre quatro paredes. Nos exercícios militares nós somos mais nós mesmos, deixamos transparecer aquilo que somos realmente. Pedi para vários comandantes levarem principalmente jornais e rádios do interior. Acho que até hoje nós aproveitamos mal as emissoras de rádio no interior. Nós deveríamos ter algo mais atuante, pois essas rádios são muito ouvidas (CCOMSEX, 2021, p. 103).

Com ou sem *whisky*, anos mais tarde, após uma proximidade com jornalistas que acompanhavam os próprios postos de prestígio percorridos pelo general na Força, em agosto de 2002, ele retornou ao Quartel General do Exército em Brasília, dessa vez para assumir o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), órgão central para o relacionamento com a imprensa²⁵⁰. Desde essa época, o general tinha o entendimento de que era fundamental a aproximação com jornalistas, porque, segundo ele, permitia “colocar a verdade dos fatos e nossa versão” diante de algum acontecimento com repercussão e, de outro, as visitas constantes a jornais, revistas e canais de televisão possibilitavam “abrir muitas portas e caminhos para a interlocução” (CCOMSEX, 2021, p. 102-104).

²⁵⁰ Segundo o Manual Técnico EB10-MT-110.001 (2017), o CCOMSEX é o órgão central do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEX), e entre suas atribuições está a de “[...] regula[r], coordena[r] e orienta[r] os procedimentos relativos ao trato com a mídia no Exército Brasileiro” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017, p. 2).

Uma vez no CCOMSEX, o general diz ter sido um dos incentivadores da abertura de quartéis para a imprensa, tendo em vista que seria necessário tornar “[...] mais conhecido o trabalho que o Exército realiza *e que extrapola muito suas missões constitucionais*”. Nesta linha, Heleno relata ter continuado a realizar seminários em que reunia “ícones da imprensa nacional, para que nos passassem, sobretudo, a visão que possuíam do papel das Forças Armadas e de como nossa imagem chegava à população” (HASWANI, 2016, p. 29, *itálico meu*).

Todavia, se de um lado, a abertura dos quartéis à imprensa servia para que jornalistas conhecessem a instituição e seus militares; de outro, tais aberturas emergiam como episódios privilegiados de aproximação e convencimento de *formadores de opinião*. Como narra o general,

Nas palestras que eram realizadas para orientar oficiais, principalmente na área de Brasília. O CCOMSEX começou a trazer como palestrantes alguns ‘adversários do regime militar’, ‘gregos e baianos’. Isso foi um grande avanço para nós, *pois começamos a ter ‘partidários’ nossos entre possíveis adversários*. E eles começaram a entender o Exército, embora tivessem uma visão diferente da nossa (CCOMSEX, 2021, p. 97, *itálico meu*).

Não se tratava, pois, de “aberturas” arbitrárias, mas da operacionalização de uma ação política direcionada àqueles com capacidade de formar opiniões naquilo que escreviam e diziam sobre o Exército, que atuava tal como um “grupo de interesses” objetivando estreitar laços com setores considerados significativos da sociedade (LEIRNER, 1997, p. 24-25). Nesse sentido, a própria instituição desenvolvia formas de dialogar diretamente com o público “civil”, mas também militar.

Data dessa época, a criação da Rádio Verde-Oliva FM de Brasília, inaugurada em 12 de junho de 2002, com a missão de “criar, produzir e transmitir programação de rádio identificada com os valores culturais cívicos e militares do Brasil”. Idealizada durante a gestão do General Luiz Cesário da Silveira Filho à frente do CCOMSEX (1999-2002) e continuada durante a gestão de seu sucessor, Augusto Heleno, tratava-se de uma “mídia de grande penetração, mobilidade e baixo custo operacional”, nas palavras de um dos seus principais idealizadores, o Coronel Roberto Itamar Plum (2020, p. 70). Em suma,

para Heleno, a rádio possibilitava a aproximação com o público “de uma forma simpática e *sem propaganda explícita*” (HASWANI, 2016, p. 29, itálico meu).

Porém, se a propaganda do Exército corria de forma implícita no plano da radiodifusão, ao observar este período da carreira de Heleno, ao contrário do que veremos adiante, boa parte das manifestações do general aos jornais impressos eram tomadas de posição protocolares, em certo sentido inerentes ao cargo de comandante do órgão central do Sistema de Comunicação Social do Exército, o CCOMSEX.

Entre 6 de outubro de 2002 e 26 de maio de 2004, Augusto Heleno esteve presente como chefe do CCOMSEX em doze reportagens dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo. Neste período, podemos destacar tomadas de posição do general sobre a não emissão pelo Exército de ordem do dia em 31 de março de 2003, em alusão ao golpe de 1964. Naquela ocasião, o objetivo seria mostrar que a instituição estava “olhando para frente”, nas palavras de Heleno, mas que isso não queria dizer “[...] que o Exército se arrepend[ia] ou que [tinha] que pedir desculpas. [Seria] só uma lição de grandeza” por parte da Força (O ESTADO DE S. PAULO, 2003).

Neste contexto, das doze reportagens coletadas, cinco tratam do uso de tropas do Exército no Rio de Janeiro, à época governado por Rosinha Garotinho. Tratava-se de uma iniciativa do governo federal de envio de tropas que trabalhariam na coordenação da segurança pública do estado. Na oportunidade, Heleno vocalizou a necessidade de respaldo jurídico para o emprego da tropa como, por exemplo, a concessão de “poder de polícia” aos militares das Forças Armadas e o uso de “pontos fortes” como estratégia de ocupação, o que não exigiria que os militares subissem frequentemente os morros cariocas. Mais à frente, veremos como três anos depois, o general voltou aos jornais para tomar posições sobre as mesmas temáticas, mas dessa vez utilizando como respaldo sua experiência no Haiti (CARVALHO, J., 2004).

Já em 26 de maio de 2004, o jornal O Globo estampava reportagens sobre as fortes chuvas e enchentes que acometiam o país caribenho. Heleno, ainda comandante do CCOMSEX, já era apresentado como o futuro *force commander* da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, a MINUSTAH (O GLOBO, 2004). Porém, antes, é preciso detalhar como o general foi escolhido para esta missão no exterior. Este ponto é fundamental, pois permite evidenciar uma característica do mundo militar que mencionei brevemente no início do capítulo: no Exército, servir em *lugares de prestígio* pode, em

alguns casos, levar o militar a outros *lugares de prestígio*. Nestes casos, frequentemente, podemos observar como a progressão na carreira também depende de contatos mais íntimos com quem está acima na escala hierárquica. Uma dinâmica que não é percebida senão como “natural” ou como elemento de “sorte” por aqueles que estão imersos na situação.

Em entrevista aos pesquisadores Celso Castro e Adriana Marques (2018), Heleno resumiu, da seguinte forma, sua escolha para a MINUSTAH:

Dei sorte de estar ao lado do comandante, o general Albuquerque, quando ele recebeu a ligação do general [James Thomas] Hill, que era na época o comandante militar Sul do Exército americano, sediado em Miami, e que era quem tinha essas ligações com os países centro-americanos, sul-americanos, e vinha sempre ao Brasil, nas reuniões bilaterais e nas reuniões de exércitos americanos. [...]

Eu estava ao lado do general Albuquerque e, quando terminou a ligação, ele comentou comigo: ‘O general Hill, convidando para a gente enviar o *force commander* ao Haiti’. Aí eu falei para ele: ‘Eu sou voluntário’. ‘Mas você, meu chefe do CComSEx?’ Eu falei para ele: ‘General, sou médico sem doente. Eu quero um doentinho. Então, eu sou voluntário desde já’. Aí ele falou: ‘Está bem. Eu vou reunir os generais do alto-comando que estão aqui em Brasília, para eles darem uma opinião, confirmarem. Acho que eles não vão querer que você vá, mas...’. Se reuniram, não me lembro se no mesmo dia ou no dia seguinte, na própria casa dele. Aí os generais do alto-comando concordaram, e meu nome foi enviado para o Ministério da Defesa (CASTRO; MARQUES, 2019, p. 18, *itálico meu*).

Como pode ser percebido, a “sorte”, na verdade, era consequência de uma carreira que havia se desenrolado de forma *brilhante*, posicionando o general em um

cargo próximo ao comandante da Força e abrindo uma nova oportunidade ainda mais prestigiada dentro do Exército, que, ao final, também exponenciaria sua presença midiática. “No Haiti foi onde talvez eu tenha agido mais intensamente como *agente de comunicação social*²⁵¹, tendo em vista que a comunicação da Força de Paz, no início, era desastrosa”, conta Heleno, “na verdade, a comunicação da Força de Paz era muito fraca. Com isso, caía nas mãos do comandante militar esse contato com jornalistas”. O general detalha que o trabalho de relacionamento com a imprensa devia muito aos oficiais de comunicação social advindos do contingente brasileiro da tropa, com especial atenção ao então Capitão de Fragata Carlos Chagas Vianna Braga (CCOMSEX, 2021, p. 104-105).

Para Heleno, “[...] a face mais agradável da missão de paz era ser chefe do ‘Centro de Comunicação Social da MINUSTAH’. [...] no fundo era um *relax* poder participar dessa divulgação [da missão na imprensa], mandar vídeos para a Rede Globo” (CCOMSEX, 2021, p. 105-106). Ainda segundo ele, tratando-se de uma missão em que era “mandatório conquistar corações e mentes”, tanto da população haitiana quanto dos próprios militares (e da opinião pública brasileira), tornava-se imprescindível “utilizar intensamente a comunicação social” e realizar o “atendimento à imprensa de forma pessoal e com prioridade” (PEREIRA, 2019, p. 82-84).

No livro *A República Negra*, o jornalista Luís Kawaguti, que por quatro vezes esteve no Haiti entre março de 2005 e maio de 2006, relata o período que Heleno comandava as forças de paz da ONU. Além da “liderança carismática” exercida entre os militares brasileiros e estrangeiros, Kawaguti relembra a atenção do general para com os jornalistas: “mesmo comandando 6 mil homens de mais de vinte nacionalidades, consegui[a] tempo para receber jornalistas em comitivas, no aeroporto de Porto Príncipe, ou individualmente, em seu gabinete”. Tempo depois, o jornalista do Diário de S. Paulo conviveria com o “olhar pragmático e introvertido” do General Urano Teixeira da Matta

251 Augusto Heleno utiliza aqui um termo frequente nos Planos de Comunicação Social do Exército, os quais preconizam que cada integrante da Força é um “agente de comunicação social” e, desta forma “deverá zelar pela imagem da Instituição”. Segundo documento que contempla o triênio 2009-2011, “o militar tem uma grande responsabilidade no processo de manutenção da imagem da Instituição. Todos os militares, homens e mulheres, fardados ou não, precisam compreender seu papel nesse contexto, ou seja, como agente fundamental da Comunicação Social. O Militar deve manifestar interesse em se manter bem informado. Ele deve ter convicção de que a sua postura, a sua conduta, as mensagens que repassa, o seu comprometimento com a Força e a sua crença na Instituição geram reflexos positivos ou negativos para a imagem institucional. A observância de ações positivas pelo militar estimula o apoio, o respeito e a credibilidade de todos os cidadãos” (CCOMSEX, 2009, p. 49).

Bacellar, sucessor de Heleno na Missão. O general de “poucas palavras” contrastava em muito com o “expansivo” Augusto Heleno (KAWAGUTI, 2006, p. 147).

Durante o seu comando na MINUSTAH, o general não buscou apenas uma aproximação pessoal com a imprensa brasileira e internacional, mas também com os jornalistas haitianos. Em abril de 2005, a Força de Paz organizou um seminário de capacitação sobre ordem e segurança pública para estes profissionais, “com o objetivo de promover o papel dos jornalistas na comunicação relativa à securitização e estabilização sustentável, dando-lhes conhecimentos e ferramentas para cobrir as atividades dos componentes militar, policial e civil da Missão” (MINUSTAH, PIO/PR/117/2005, 2005; MINUSTAH, PIO/PR/119/2005, 2005 apud COSTA, 2017, p. 45).

Apesar disso, Heleno não deixou de ser confrontado pela imprensa sobre a atuação de suas tropas no país caribenho. Em entrevista ao O Globo, em 02 de junho de 2005, o general afirmou que o Haiti passava por um momento de aumento da violência, entretanto reiterou que o “problema” do país era “muito mais social e econômico do que militar” (DE LA PEÑA, 2005). Três dias após a declaração do general, em um editorial intitulado *A Battalion for Haiti*, o jornal *Washington Post* afirmou que a missão comandada pelo contingente brasileiro era um “fracasso”. Para o jornal, “uma mistura confusa de tropas latino-americanas complementadas por soldados da Jordânia, Nepal, Croácia e outros amigos improváveis do Haiti”²⁵² careceria de “coesão, profissionalismo ou estômago” para enfrentar as gangues no país, e que a declaração de Augusto Heleno ao O Globo não passava de uma “desculpa” utilizada pelo Brasil para explicar a falha de seus comandantes militares²⁵³.

Nas linhas que se seguem do editorial, lê-se uma defesa do emprego de tropas dos Estados Unidos como um caminho para solucionar o “problema” do Haiti de forma efetiva e rápida, reiterando que a ideia de sucesso em estabilizar o país caribenho sem ajuda norte-americana comprovava-se como uma falácia²⁵⁴. Ao responder tais críticas,

²⁵² Tradução livre do autor.

²⁵³ No original: “A hodgepodge of Latin American troops supplemented by soldiers from Jordan, Nepal, Croatia and other unlikely friends of Haiti, it lacks the cohesion, professionalism or stomach for taking on the militants. ‘I insist the problem in Haiti is more social and economical than military’, Brazilian commander Augusto Heleno Pereira claimed recently. That has been Brazil's consistent excuse for its commanders' military failing”. In: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2005/06/05/a-battalion-for-haiti/28bd05e9-e40e-4a94-ac59-677b9bfa29bb/>. Acessado em 30 de junho de 2023.

²⁵⁴ No original: “Haiti, however, is not Iraq; it is a small country 600 miles from Florida that has been dependent on the United States for its security for more than a century. The idea that it could be stabilized without American help was optimistic a year ago; by now the fallacy is obvious. If Haiti is to be secured or

dois dias depois da publicação do editorial, Heleno afirmou novamente ao O Globo que existiria “uma campanha na mídia contra a missão de paz”, mas que isso não atingiria a continuidade de seu trabalho (O GLOBO, 2005a).

Anos mais tarde, em entrevista a Celso Castro e Adriana Marques (2019), o general afirmou ser pressionado pelos embaixadores norte-americano, francês e canadense por uma maior “robustez” e “violência” nas operações durante a missão de paz. “Eu recebi aconselhamentos do então *military advisor* do DPKO [*Department of Peace Operations* da ONU] de que devia atirar de morteiro na favela”, descreve o general, “eu tive de discutir com ele, que aquilo eu não ia fazer, que eu ia ser colocado num tribunal penal internacional se eu atirasse de morteiro numa favela” (CASTRO; MARQUES, 2019, p. 35).

A aparente consciência da desproporcionalidade de força não impediu que, em julho de 2005, o general comandasse a Operação Punho de Ferro em *Cité Soleil*, um dos maiores bairros de Porto Príncipe. “Com pleno uso da força, tropas da Minustah sob o comando do general cercaram, acuaram e mataram o líder das gangues. O problema é que atiraram na população civil, muitas vezes do alto de helicópteros, com armas de grosso calibre” (MARTINS FILHO, 2023). Também foi pelas mãos de Heleno que o Alto Comando do Exército foi convencido a enviar um Destacamento de Operações Especiais completo para o Haiti, composto por 12 militares advindos da 1ª Brigada de Forças Especiais e do 1º Batalhão de Ações de Comandos. Esta iniciativa teve amplas consequências para a MINUSTAH quando, em 2006, o destacamento recebeu a denominação de Destacamento de Operações de Paz (DOPaz) e passou a treinar todo o Batalhão Brasileiro (BRABATT), com base na doutrina de operações contra forças irregulares em ambiente urbano (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 273-274). Na prática,

Nas operações de cerco e vasculhamento, o DOPaz era acionado geralmente para fazer o reconhecimento e a ação inicial, dominando os pontos fortes que eram assentados, preferencialmente nos mesmos imóveis utilizados pelas gangues

is to hold a democratic election, it will need the help of at least a few hundred American fighters. The sooner they go, the easier their task will be”. In: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2005/06/05/a-battalion-for-haiti/28bd05e9-e40e-4a94-ac59-677b9bfa29bb/>. Acessado em 30 de junho de 2023.

para controlar as áreas do bairro. Funcionando como bases de patrulha, esses pontos eram ocupados pelo DOPaz até a chegada da tropa, que ampliava o perímetro de modo gradativo, garantindo a segurança em todas as direções. Além disso, projetavam poder por meio de patrulhas a pé, motorizadas e mistas, visando a cumprir os objetivos estabelecidos. [...] O DOPaz também atuou com o Destacamento de Operações Sociais de Paz (DOSPaz) para: conduzir OpPsc [operações psicológicas] em proveito da atuação do BRABATT e promover ações cívico-sociais (ACISO) com o propósito de moldar o ambiente operacional em favor da aceitação popular à presença do contingente brasileiro. Também desempenhou as tarefas de: coleta de dados de inteligência, monitoramento da força adversa, assessoramento do Estado-Maior do BRABATT, segurança da tropa pela atuação dos caçadores que se deslocam pelo terreno, execução de tiro seletivo e de comando e controle (ações de monitoramento) (LISBOA; MONTENEGRO, 2021, p. 276-277).

É inegável, portanto, que Heleno foi fundamental para dar robustez às operações realizadas pelos militares da Missão. O interessante é que, apesar dos aparentes conflitos com o embaixador norte-americano e com o pessoal da ONU, o general relatou que, nesse período, mantinha uma boa relação com o Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM, na sigla em inglês). “A nível *SouthCommand* [...] ia lá um general americano quase todo mês me visitar e era pródigo em elogios, enchia minha bola, conversava...”, narrou Heleno em 2006, numa palestra realizada no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo²⁵⁵. Independente disso ou não, no final daquele mês de junho de 2005, em que havia sido publicado o editorial do *Washington Post*, Heleno anunciou sua saída da missão de paz. Segundo ele, tratava-se de uma missão no exterior, longe da família, que já perdurava há um ano (KAWAGUTI, 2005). Em setembro de 2005, como dito acima, Augusto Heleno foi substituído por outro militar brasileiro, o General Urano Bacellar, que meses depois se suicidou no exercício da função²⁵⁶.

Entretanto, antes do episódio narrado acima, Heleno, em março daquele ano, veio ao Brasil para participar de uma cerimônia realizada pela Rede Globo. Tratava-se do prêmio *Faz Diferença*, concedido pela emissora a personalidades que “fizeram história”

255

<https://iptv.usp.br/portal/home/video.action;jsessionid=BCF0A8B2C86C8B98476096E5882CBBFA?idItem=12800>. Acessado em 03 de julho de 2023.

²⁵⁶ https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060107_haitigeneralmorto2cg. Acessado em 8 de maio de 2025.

em suas áreas de atuação no ano anterior, 2004. Os vencedores do prêmio eram escolhidos por um júri composto por editores e colunistas do jornal O Globo, bem como por personalidades ganhadoras de edições anteriores e internautas do Globo Online. Assim, ao lado de outros premiados como o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e do cineasta Walter Salles, Heleno recebeu seu prêmio na categoria “Mundo”. Numa plateia com a presença dos ex-ministros do Exército, Leônidas Pires Gonçalves e Zenildo de Lucena, o general emocionado afirmou que gostaria de estender a premiação “[...] a todos os militares brasileiros que já participaram em qualquer época das missões de paz”, sendo aplaudido de pé por Amorim (O GLOBO, 2005b; 2005c).

Além dos aplausos do ministro das Relações Exteriores na cerimônia da Rede Globo, Heleno, em agosto daquele ano, foi promovido no Quadro Suplementar da Ordem de Rio Branco ao Grau de Grande Oficial. A honraria concedida pelo Ministério da Relações Exteriores tem como objetivo “galardoar as pessoas físicas, jurídicas, corporações militares ou instituições civis, nacionais ou estrangeiras que, pelos seus serviços ou méritos excepcionais, se tenham tornado merecedoras dessa distinção”²⁵⁷. Consistia-se em um reconhecimento dos trabalhos do general à frente da MINUSTAH.

Para o jornalista Luis Kawaguti, que viu de perto a atuação de Heleno, em se tratando do relacionamento com a imprensa, a MINUSTAH foi importante para uma reaproximação entre os militares brasileiros e os jornalistas, dissipando as desconfianças que advinham dos anos da Ditadura. Em suas palavras, a confiança mútua se aprofundou quando o Exército “[...] passou a convidar jornalistas para dar palestras às tropas e promover seminários - onde eram discutidas as expectativas da imprensa, o tipo de apoio que poderia ser prestado pelas forças de paz e, principalmente, o que uma parte esperava da outra” (KAWAGUTI, 2015, p. 49).

Como já dito, em setembro daquele ano Heleno deixou a missão no Haiti e retornou ao Brasil para assumir o posto de chefe do gabinete do comandante do Exército em Brasília. Neste período, o general passou a fazer um verdadeiro périplo de palestras pelo Brasil e em outros países acerca de sua experiência na MINUSTAH. Em elogio público do General Enzo Martins Peri, datado de 27 de julho de 2007 e publicado pelo Boletim do Exército, o comandante do Exército afirmava que Heleno “divulgou,

²⁵⁷ <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cerimonial/ordem-de-rio-branco/regulamento-da-ordem-de-rio-branco> Acessado em 03 de julho de 2023.

esclareceu e realçou o prestígio do nosso País e a vocação plenamente realizada do soldado de Caxias para as tarefas de manutenção e estabelecimento da paz, proferindo inúmeras palestras sobre a destacada Missão de Paz da Organização das Nações Unidas, ONU”. O comandante destacava as palestras realizadas pelo general

[...] na Escola de Guerra Naval, no Clube Naval e no Clube Militar; em diversas universidades brasileiras; na Reunião de Cientistas Políticos sobre o Haiti, em Belo Horizonte; no Memorial da América Latina em São Paulo; no 1º Seminário Internacional de Tecnologias Não Letais, em Brasília, DF; na Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, em São Paulo; para as Forças Auxiliares no DF; no Congresso Nacional; no Colégio Interamericano de Defesa e no Simpósio da *National Defense University*, ambas em Washington, e no Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação e Segurança em Fort Benning, na Geórgia, todos nos EUA; no Exercício de Operações de Manutenção de Paz Sul em Lima, Peru e no Simpósio de Defesa Nacional na América do Sul, em Montevidéu, Uruguai (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2007, p. 65-66).

Da miríade de palestras, destaco em especial duas. A primeira ocorrida em 11 de setembro de 2006, no Memorial da América Latina. Na sessão intitulada “O Brasil e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)”²⁵⁸, o general narrou a experiência da tropa brasileira à frente da missão. Naquela oportunidade, segundo a jornalista Natália Suzuki, o general relatou um episódio em que autorizou que suas tropas atirassem contra pessoas que resgatavam mortos e feridos em confrontos com os militares da MINUSTAH. Nas palavras do general,

Nós estabelecemos um ponto forte no interior da Cité Soleil, cheio de proteção. Olha a quantidade de tiro (mostra o slide do forte). Toda noite, tinha tiroteio de 15, 20 minutos em cima do ponto forte. Eu botei os peruanos lá. *Eles fizeram uma festinha boa ali. Acertaram um monte de bandido*; eles eram bons atiradores. Aí eles me perguntaram uma vez: ‘General, por tradição, bandido, quando cai lá, morto ou ferido, vem gente pra buscar o corpo. O que a gente faz? *Podemos atirar em quem vem buscar o corpo do bandido?*’ Eu estava tão machucado com essa crise e respondi: *‘Atira também, amigo de bandido também toma*

258

<https://memorial.org.br/curso-gratuito-debate-seguranca-e-defesa-nacional-na-america-latina/>. Acessado em 3 de julho de 2023.

tiro para eles pararem de vir buscar o corpo'. Chega um ponto que a gente perde a paciência (SUZUKI, 2006, itálico meu).

Já a segunda trata-se de uma palestra realizada em outubro de 2006 no Curso de Comando e Estado-Maior do Instituto do Hemisfério Ocidental para Cooperação e Segurança (WHINSEC), em Fort Benning, na Georgia, Estados Unidos. Com origem em 2001, o WHINSEC foi, na verdade, o relançamento e renomeação da *School of the Americas* (SOA), a escola norte-americana de treinamento destinada a militares da América Latina, fundada em 1946, da qual tratamos no capítulo anterior. Segundo Ruth Blakeley (2006), entre 1946 e 2000, cerca de 61 mil militares latino-americanos passaram pela SOA. Em 1996, após a liberação de documentos secretos do Assistente do Secretário de Defesa para Supervisão de Inteligência (ASDIO), datados de 1992, o *The New York Times*, em editorial, chamou a SOA de “Escola de Ditadores”²⁵⁹, em referência aos manuais de contrainsurgência utilizados pela Escola nos anos 1980, que defendiam o uso por parte dos militares de técnicas de tortura e outros métodos que violavam os direitos humanos (BLAKELEY, 2006). Tratava-se, portanto, de divulgar a experiência brasileira na MINUSTAH em um dos principais centros irradiadores da doutrina militar norte-americana, destinada a militares da América Central e do Sul.

Além das palestras, Heleno também teve a oportunidade de divulgar as ações da MINUSTAH na imprensa brasileira, desta vez aproximando Porto Príncipe do Rio de Janeiro. Se recordarmos o que foi descrito páginas acima, ainda quando tratávamos do período em que Heleno ocupava o cargo de chefe do CCOMSEX, vimos que o general fornecia declarações sobre o uso de tropas das Forças Armadas no Rio de Janeiro, reclamando a necessidade de “poder de polícia” do Exército e o uso de “pontos fortes” para ocupação das comunidades cariocas pelos militares. Não nos surpreende que, de volta ao Brasil, após a passagem pela MINUSTAH, o general retornasse aos jornais com as mesmíssimas temáticas, dessa vez com mais convicções do que havia embarcado para Porto Príncipe.

Nos dias 08, 09 e 10 de junho de 2007, o jornalista Merval Pereira publicou três reportagens no O Globo com a mesma manchete: “O Haiti é aqui?”. Em cada uma, Merval detalhava uma questão específica. Na primeira delas, dedicada à estratégia utilizada pelas

²⁵⁹ <http://web.archive.org/web/20130513072133/https://www.nytimes.com/1996/09/28/opinion/school-of-the-dictators.html> . Acessado em 03 de julho de 2023.

tropas para a ocupação dos bairros de Bel-Air e Cité Soleil, o General Augusto Heleno destacava que o ponto crucial teria sido quando os militares brasileiros aprenderam que “para exercer o efetivo controle onde há bandidagem” era preciso “entrar e permanecer. Encontrar um ponto forte, e a partir dali fazer o patrulhamento e efetivamente controlar a área”. Tratava-se de uma estratégia que garantiria resultados militares ao mesmo tempo que possibilitava “conquista[r] a confiança da população” (PEREIRA, M., 2007a).

Já na última reportagem da série, Merval dedica amplo espaço para discutir a necessidade do “poder de polícia” do Exército para realizar operações no Rio de Janeiro. “O general Augusto Heleno [...] *não tem dúvida* de que as tropas brasileiras estão preparadas para uma atuação em favelas do Rio de Janeiro, depois da experiência de campo nas favelas de Porto Príncipe”, escreve Merval. Mas a certeza manifestada pelo general também era acompanhada de ressalvas quanto às distinções entre ambas as operações. “Lá [no Haiti] nós estamos trabalhando sob a égide da ONU, com regras de engajamento bem definidas e bem compreendidas pelas tropas”, afirma Heleno. Enquanto no Brasil, os militares não teriam “amparo legal”, muito por conta da ausência do “poder de polícia”. Segundo o general, tal poder por parte do Exército é “[...] limitado, limitadíssimo. Se não tivermos esse poder de polícia, o nosso sargento, o nosso soldado, vão sentar no banco dos réus. Este é um risco que nós não queremos correr: colocar nossos soldados diante de uma condenação por causa de uma operação”. Na mesma reportagem, Augusto Heleno mencionava que até o “poder de polícia” dado ao Exército na faixa de fronteira era contestado por juristas, uma vez ter sido concedido via Lei Complementar (PEREIRA, M., 2007b).

O general referia-se à Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999, que recebeu alterações da Lei Complementar nº 117 de 02 de setembro de 2004, a qual, em seu Art. 17-A, concedeu ao Exército a atribuição subsidiária de “atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais”, podendo realizar ações de patrulhamento, revista de pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves; e prisões em flagrante²⁶⁰. Em 25 de agosto de 2010, com a Lei Complementar nº 136, tal prerrogativa deixou de ser exclusiva do Exército e foi estendida às Forças Armadas de forma geral (Art. 16-A)²⁶¹.

²⁶⁰ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm#art17aiv. Acessado em 03 de julho de 2023.

²⁶¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm#art2. Acessado em 12 de junho de 2024.

Um pouco mais de um mês após a reportagem de Merval Pereira, Augusto Heleno foi nomeado para o Comando Militar da Amazônia, e questões envolvendo a faixa de fronteira, em especial no estado de Roraima, continuaram na agenda midiática do general.

Até aqui, realizei uma breve retrospectiva da carreira de Heleno. O intuito foi mostrar como, desde a Academia Militar das Agulhas Negras, as passagens recorrentes pelos gabinetes dos ministros do Exército, suas experiências no Paraguai, França e Bruxelas, mas também, e especialmente, pelo Centro de Comunicação Social do Exército e pela MINUSTAH, o general era tido como uma liderança entre seus pares. Não por acaso, posições de prestígio parecem ter sido uma constante em sua trajetória e, como vimos, também traziam em seu bojo uma certa exposição midiática e a possibilidade de estabelecer relações mais próximas com profissionais da imprensa. Na próxima seção, irei dedicar atenção ao período do general no Comando Militar da Amazônia, que, segundo proponho, aparenta ter fornecido o contexto para uma maior politização (e polemização) de suas ações e tomadas de posição, um tema que não se esgota nesta seção, mas que também é trabalhado ao longo do próximo capítulo.

3.3 UM GENERAL ÀS PORTAS DE RAPOSA SERRA DO SOL

O Exército, digo-lhes com emoção, nas últimas palavras de ministro – esta instituição sublime e incomparável -, não serve homens, mas à Nação

General Sylvio Frota²⁶².

Ali eu procurei expressar a ideia, opinião e posição do Alto-Comando do Exército, que é um órgão que serve ao Estado brasileiro e não serve ao governo

General Augusto Heleno Ribeiro Pereira²⁶³.

²⁶² O Estado de S. Paulo, 13 de outubro de 1977.

²⁶³

https://www.youtube.com/watch?v=yZ3hhRipt30&list=PLyeH38I_AwXoT9zXiYBz9vMCR1LHcue6j&index=35&t=1s acessado em 14 de junho de 2021.

Segundo João Roberto Martins Filho (2010), o período de 2003 a 2009 foi marcado por uma sucessão de tensões político-militares que colocaram em xeque a capacidade do controle civil sobre as Forças Armadas. Em 2004, o ministro da Defesa, José Viegas, deixou o cargo após uma nota do CCOMSEX e do comandante do Exército sobre a publicação de fotos falsas de Vladimir Herzog em sua cela antes de ser morto. Já em 2007, as tensões se deram em torno do controle do tráfego aéreo no país. No episódio em questão, sargentos controladores de voo entraram em greve, e o governo resistiu a aplicar as punições devidas. A palavra final veio do Alto Comando da Aeronáutica, e os grevistas terminaram presos. No ano seguinte, seria a vez da Amazônia e das terras indígenas oporem o setor militar e o governo Lula (MARTINS FILHO, 2010). Nesta época, o General Augusto Heleno entrou em cena mais uma vez, sendo o protagonista de um episódio com consequências duradouras para a história recente do Brasil, como tentarei demonstrar ao longo desta seção e do próximo capítulo.

O General Heleno, em 4 de julho de 2007, foi promovido ao último posto da carreira em tempo de paz, General de Exército. Semanas depois, no dia 31 daquele mês, foi nomeado para o Comando Militar da Amazônia (CMA). O general explicou da seguinte forma os episódios que o levaram àquele prestigiado Comando de Área do Exército²⁶⁴, mais uma vez utilizando o argumento da “sorte”:

Eu tive uma experiência que eu achei que jamais poderia ser superada que foi ser *force commander* da Missão para Estabilização do Haiti [...], uma experiência fantástica. Quando eu vim do Haiti eu falei ‘pô, o que que eu vou fazer agora?’, [é a mesma coisa que] o camarada jogar no Flamengo ou Corinthians e depois jogar num time da várzea. Aí eu *tive a sorte* de ter aberto a vaga do Comando Militar da Amazônia exatamente na hora em que fui promovido ao último posto da carreira *e como eu era o chefe do gabinete do comandante, ali eu ouvi o general Enzo [Martins Peri]... claro, eu estava com o pé no Rio Grande do Sul, com o pé no Comando Militar do Sul, porque a vaga no Comando Militar da Amazônia não estava prevista para abrir, foi um problema de doença da esposa do General [Raymundo Nonato] Cerqueira [Filho] que acabou precipitando a saída dele de lá. Aí o general Enzo me chamou e perguntou ‘você quer ir para a Amazônia ou para o Sul?’*, sem dúvida o Comando Militar do Sul foi o comando militar mais importante do Exército durante muito

²⁶⁴ Os Comandos de Área do Exército são: os comandos militares do Nordeste (CMNE), Leste (CML), Sudeste (CMSE), Oeste (CMO), Amazônia (CMA), Sul (CMS), Planalto (CMP) e Norte (CMN).

tempo, toda a época em que nós tínhamos a nossa estratégia voltada para o Cone Sul, o Comando Militar do Sul foi o comando militar mais importante do Exército, sem nenhuma dúvida. ‘Você tem até amanhã para responder’. Eu falei: ‘não, até amanhã não, está respondido já para o senhor não se arrependar, quero ir para o Comando Militar da Amazônia! Eu tenho uma dívida a resgatar com o Comando Militar da Amazônia’ [...]. Eu tinha uma dívida com a Amazônia de prestar o meu serviço lá [...]’²⁶⁵.

Como chefe de gabinete, cabia ao General Heleno assistir o comandante do Exército e coordenar as assessorias vinculadas ao gabinete²⁶⁶. Segundo o General Antônio Carlos Muricy, “o chefe-de-gabinete é um homem que coordena, que traz. [...] O ministro atribui certos despachos ao chefe-de-gabinete: as coisas de mais rotina, para não estar assinando coisas secundárias. Ao mesmo tempo, o chefe-de-gabinete vai acompanhando o ministro, tendo contatos permanentes. Então ele está acompanhando o que o ministro deseja e, muitas vezes, um porta-voz do ministro para os seus próprios oficiais de gabinete” (MURICY, 1993, p. 220). O que esclarece o fato de se tratar de uma função de contato diário com o topo da hierarquia da Força, o que, no caso de Heleno, mais uma vez (lembramos de sua escolha para a MINUSTAH) contribuiu para que suas aspirações de progressão na carreira de concretizassem.

A seguir, para entendermos sua passagem pelo Comando Militar da Amazônia, daremos um salto temporal para o dia 6 de abril de 2009, pouco tempo depois de sua exoneração do CMA e nomeação para o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército. Na oportunidade, consta no Boletim do Exército nº 15 (17 de abril de 2009) um elogio público do comandante do Exército, Enzo Peri, destinado a Heleno. Nele, lê-se:

Despede-se, nesta data, do Comando Militar da Amazônia, o Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Augusto HELENO Ribeiro Pereira, após dedicar-se integralmente ao cumprimento de sua desafiante missão.

Pelas notórias qualidades que dão brilho ao caráter e validam seu perfil de *conceituado chefe militar e honrado cidadão*, deu continuidade, passo a passo, a um desempenho que *projetou, destacou e evidenciou o valor, a prioridade e a disposição que temos na defesa e manutenção da íntegra Amazônia Brasileira*.

²⁶⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=qRWzU3uWbJ4&t=319s> acessado em 06 de maio 2021.

²⁶⁶ In: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/001_estatuto_regulamentos_regimentos/03_regimentos/port_n_1874_cmd_o_eb_23nov2022.html. Acessado em 15 de fevereiro de 2022.

[...]

A todos que dele se aproximaram, passou simplicidade e ânimo alentado pela dignidade da grandeza do servir. *Estimulou cada subordinado a alimentar no coração a chama do patriotismo, a prática da disciplina, a vibração em cada tarefa executada, bem como, a coragem e a lealdade necessárias para sacrificar personalismos em proveito da Amazônia, do bem geral e do Brasil.*

Exerceu uma incontestada liderança apoiada na lidima ação de comando, com a ética presente em todas as ocasiões. Exemplificou entusiasmo, vibração e, com muita fibra, superou dificuldades e desafios pessoais e funcionais. Valorizou e transmitiu, em várias oportunidades, muito úteis conhecimentos ligados à área de Comunicação Social, à nossa gloriosa História e honradas tradições.

Diante da grandeza da missão esteve sempre disposto, reforçando a autoestima, instruindo e exercitando seus subordinados. *Com orgulho e discernimento apontou, a todo o seu efetivo, na região geográfica do CMA, o rico e invejável patrimônio brasileiro, conclamando a todos para a permanente prontidão em sua defesa.*

[...]

*Grande foi o número de visitas, cerca de 604, que recebeu em sua Área de Comando. Em muitas, brindou o público com sua fraterna presença, sua autoridade e notáveis conhecimentos. Eram comitivas constituídas por integrantes dos três Poderes, da Igreja Católica, Jornalistas; FIESP, alunos de Escolas e Cursos Militares das três Forças, além de várias autoridades estrangeiras, com destaque para: o Departamento de Defesa dos EUA; *Sea Lord* e Comandante da Royal Navy; Cadetes de Westpoint; Adidos Estrangeiros no Brasil; Comando Sul dos EUA; Curso Capstone dos EUA; Chefe do Estado Maior Combinado dos EUA; Comandante dos Exércitos do Chile e de Portugal; e a Junta Interamericana de Defesa.*

Estreito e proveitoso foi o relacionamento que manteve com as Forças Irmãs e com todos os órgãos e autoridades dos Poderes Federal, Estadual e Municipal.

Hoje, quando se prepara para assumir em Brasília outra importante missão, a Chefia do Departamento de Ciência e Tecnologia, é justo que se agradeça *o intenso e eficiente trabalho que realizou no Comando Militar da Amazônia* (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009, p. 59-60).

Para entendermos o contexto ao qual faz referência o elogio público de Enzo Peri, recorro a uma análise de menções do então comandante da Amazônia nos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, entre os anos de 2007 e 2008, e que serão brevemente explicitadas nesta seção e aprofundadas ao longo de todo o próximo

capítulo. No decorrer deste percurso, objetiva-se demonstrar como a Amazônia, de forma geral, e a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, demarcada no estado de Roraima, em particular, preencheram substantivamente as tomadas de posição públicas do General Augusto Heleno durante e após sua passagem pelo Comando Militar da Amazônia.

Em resumo, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS) foi demarcada pelo presidente Lula em 15 de abril de 2005, usando como base a Portaria nº 534 do Ministério da Justiça de 13 de abril de 2005. Nesta Portaria constava que a população não-indígena residente no interior da área demarcada deveria ser retirada da região em um prazo não superior a um ano, isto é, abril de 2006. No entanto, este prazo só foi considerado esgotado em abril de 2007, por conta de resistências de grupos rizicultores da região e contestações da demarcação apresentadas ao Judiciário. Somente em setembro daquele ano a Polícia Federal deu início à Operação Upakaton III, de retirada de não-índios. A operação se arrastou sem grandes avanços até abril de 2008, quando foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal, devendo permanecer assim até que a própria corte julgasse a ação popular (Petição nº 3388) que pedia a nulidade da Portaria demarcatória do Ministério da Justiça. Este julgamento se iniciou em 27 de agosto de 2008 e foi finalizado apenas em março do ano seguinte. Portanto, as tomadas de posição de Augusto Heleno a partir de setembro de 2007, que perduraram até maio do ano seguinte, inseriam-se em um contexto de disputas em torno da legitimidade da demarcação da TIRSS e envolviam diretamente as Forças Armadas, que deveriam fornecer apoio logístico para que a PF cumprisse a extrusão de não-índios da região.

A análise dos jornais impressos de então revela que, em outubro de 2007, Dilma Rousseff e Nelson Jobim – respectivamente, ministra da Casa Civil e ministro da Defesa -, por ocasião de uma visita ao 5º Batalhão de Infantaria de Selva com sede em São Gabriel da Cachoeira (AM), assistiram uma palestra de Heleno, na qual o general “[...] alertou que ‘o vazio do poder do Estado’ [seria] a maior ameaça à região. Ele pediu, para 2008, um contingente de 25.000 homens” (MONTEIRO, T., 2007). Em março do ano seguinte, em entrevista ao O Globo, o general voltou ao tema e discorreu sobre a necessidade de reequipar as Forças Armadas na região: “não podemos patrulhar as fronteiras com fuzis de 43 anos de idade e veículos com média de 20 anos de uso. Precisamos de helicópteros melhores” (GOIS, 2008).

Pari passu aos pedidos públicos de um maior efetivo e de equipamentos novos, em abril daquele ano, Heleno falou diretamente sobre a questão de Raposa Serra do Sol:

“preocupa a demarcação em terra contínuas, aliada a outras circunstâncias, como chamar algumas etnias de nações indígenas, bem como o que está descrito na Declaração de Direitos dos Povos indígenas²⁶⁷. *No meu ponto de vista, isso começa a ser uma ameaça à integridade nacional e à segurança nacional*” (CARVALHO, J., 2008a, itálico meu).

Poucos dias depois, numa palestra de abertura de um curso sobre segurança internacional e defesa promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pela Universidade de São Paulo (USP), o general afirmou que “Roraima está acabando, porque o território indígena é maior do que o Estado”. A fala era acrescida da ideia de que a política indigenista brasileira estaria “na contramão da sociedade, conduzida à luz de pessoas e ONGs estrangeiras” e também de críticas à Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela ONU, que para Augusto Heleno significaria uma ameaça à soberania nacional uma vez que o documento garantiria às populações indígenas a posse e o controle autônomo de territórios por eles ocupados (O ESTADO DE S. PAULO, 2008a).

Assim, se, desde setembro de 2007, as críticas públicas eram ensaiadas, a partir de 16 de abril de 2008, chegamos ao clímax da exposição midiática do então comandante militar da Amazônia. Por ocasião do seminário “Brasil, ameaças à sua soberania”, realizado na sede do Clube Militar, no Rio de Janeiro, para uma plateia de 150 militares da reserva e da ativa, segundo O Globo (TABAK; MENEZES, 2008), e 600, segundo o Estadão (MONTEIRO; NOGUEIRA; PARAGUASSÚ, 2008), Heleno afirmou:

[...] eu sou totalmente a favor do índio porque [...] *eu não sou da esquerda escocesa, que, atrás de um copo de uísque 12 anos, sentada na Avenida Atlântida, resolve os problemas do Brasil inteiro*. Eu não sou a esquerda escocesa, eu estou lá [na Amazônia], já visitei mais de 15 comunidades indígenas, estou vendo o problema do índio [...].

Eu não tenho dúvida que o maior problema da Amazônia hoje é a questão indígena. [...] A política indigenista brasileira está completamente dissociada do processo histórico de colonização do nosso país, precisa ser revista com urgência. Eu não estou contra os órgãos que cuidam disso, *eu quero me associar para rever uma política que está demonstrada no terreno que não deu certo até hoje, é só ir lá olhar as comunidades indígenas para ver*

²⁶⁷ O conteúdo da Declaração e a afirmação da existência de “nações indígenas” serão melhor detalhados no próximo capítulo.

que essa política é lamentável, para não dizer que é caótica. É lamentável! [...] Essa política indigenista tem que ser modificada!

[...] eu tenho recebido muita visita na Amazônia e tenho constatado que muita gente que tem nas suas mãos decisões envolvendo a Amazônia desconhecem a área, muitas vezes quando chegam lá para nos visitar é a primeira vez que sobrevoam a Amazônia e têm nas mãos decisões que interessam a Amazônia. Então a primeira grande preocupação é que aqueles que estão decidindo sobre a Amazônia vão lá nos conhecer. Conhecer a realidade da Amazônia com o pé no chão e não atrás de uma mesa, porque aí todos os problemas ficam muito diferentes na realidade.

[...] Apesar de ser totalmente responsável por tudo aquilo que falei, *eu procurei expressar ali a ideia, opinião e posição do Alto-Comando do Exército* que é um órgão que serve ao Estado brasileiro e não serve ao governo (itálico meu)²⁶⁸.

As declarações foram feitas usando o característico uniforme camuflado do Exército Brasileiro e eram acompanhadas por jornalistas que cobriam a cerimônia e que entrevistaram o general após a palestra.

FIGURA 21 GENERAL HELENO NO CLUBE MILITAR



²⁶⁸https://www.youtube.com/watch?v=yZ3hhRipt30&list=PLyeH38I_AwXoT9zXiYBz9vMCR1LHcue6j&index=35&t=1s acessado em 14 de junho de 2021.

Fonte: YouTube²⁶⁹

FIGURA 22 GENERAL HELENO APÓS PALESTRA NO CLUBE MILITAR



Fonte: YouTube²⁷⁰

A partir de então, o general seria para jornalistas, autoridades civis e para si próprio – como demonstram suas palestras já no serviço inativo²⁷¹ - o oficial cuja “marca” remeteria à crítica da política indigenista do governo Lula, tomada como “lamentável” e “caótica”. As tomadas de posição do general haviam alcançado o nível máximo de insubordinação, e o cavalarião Augusto Heleno provava ser um habilidoso produtor de olhos de furacão²⁷².

Desta forma, a ideia geral deste capítulo foi reconstituir a trajetória do General Augusto Heleno. Tal reconstituição me parece relevante para abordar os elementos de

269

https://www.youtube.com/watch?v=yZ3hhRipt30&list=PLyeH38I_AwXoT9zXiYBz9vMCR1LHcue6j&index=35 acessado em 18 de junho de 2021

²⁷⁰ https://www.youtube.com/watch?v=wDO3z5ejwH8&list=PLC2FJctQNTXywj8zs_XV_8W5FVTuPHktq&index=25&t=1s acessado em 20 de junho de 2021

²⁷¹ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=QjYZXeYhKFc&t=4666s> acessado em 08 de julho de 2022.

²⁷² Segundo os jornalistas Cristiano Romero e Monica Gugliano, os amigos do general frequentemente brincariam com o fato de ele estar habituado a viver “no olho do furacão” de grandes acontecimentos políticos do país, como, por exemplo, durante a exoneração do ministro do Exército, Sylvio Frota, em 1977, ou no processo de *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, quando o general servia na Casa Militar da Presidência da República. In: <https://www.defesanet.com.br/pensamento/gen-heleno-um-general-no-olho-do-furacao/>. Acessado em 24 de fevereiro de 2025.

distinção pessoal do general. A posição de primeiro colocado da Arma de Cavalaria de sua turma na AMAN; as passagens pelos gabinetes dos generais Sylvio Frota e Leônidas Pires Gonçalves; sua proximidade com jornalistas que cobriam política no Palácio do Planalto; seus anos no comando da Escola Preparatória de Cadetes, no CCOMSEX e, sobretudo, no Haiti e no Comando Militar da Amazônia, permitem ver elementos importantes do mundo militar brasileiro como, por exemplo, a importância da classificação e da distribuição desigual do mérito; a constituição de círculos de amizade/influência e sua relevância para as promoções e formação de lideranças internas e, por fim, de como todas essas características se fazem presentes quando os militares interagem com o “mundo civil” - como é caso dos jornalistas, vistos como mais “sensíveis”, “subjetivos” e “ideológicos” que os fardados.

Pelo exposto ao longo do capítulo, pode-se constatar como o prestígio interno de Augusto Heleno, calcado em uma série de elementos próprios de um mundo militar hipercodificado, progressivamente posicionaram o general em um lugar de destaque político e midiático. Neste sentido, acompanho a hipótese de Piero Leirner (2020) de que a partir da atuação polemizadora de Heleno na Amazônia, tanto suas predisposições pessoais, quanto as diretrizes institucionais voltadas para o reforço do relacionamento com profissionais de imprensa (e que foram solidificadas com as experiências pregressas, como a MINUSTAH) confluíram para uma articulação de pautas que acionaram um conjunto de *tomadas de posições pertinentes* de ministros, políticos, intelectuais, militares e demais setores representativos da sociedade, colocando em destaque uma atuação vista por muitos como “pessoal”, mas que carregava em seu bojo uma identidade militar inculcada pelo Exército Brasileiro nos seus militares. No próximo capítulo exploro esta temática a partir das disputas em torno da Terra Indígena Raposa Serra do Sol entre 2007 e 2008, meu intuito será mostrar como as tomadas de posição de Heleno se inseriam em um campo de contestações históricas acerca da demarcação de terras indígenas na Amazônia, que sempre estiveram no raio de atuação polemizadora de atores advindos da caserna, mas que também punham em questão uma certa convergência de opiniões com alguns setores “civis”.

4. GENERAIS EM PELE DE RAPOSA: UMA POLÍTICA DA GUERRA NA AMAZÔNIA

Situações extremas, que afetem a defesa da Pátria, a soberania e a integridade nacionais exigem posições firmes e destemidas de qualquer brasileiro, particularmente de chefes militares, cuja profissão lhes permite conhecer e avaliar cenários de evidentes ameaças. Nesses momentos pode ocorrer o dilema de ter de optar entre disciplina e lealdade [...]. Trata-se de um aparente dilema, pois a lealdade à Pátria, à Nação e ao Estado é, em síntese, manifestação de disciplina em seu grau mais elevado, considerando a missão constitucional das Forças Armadas e o juramento do militar à Bandeira Nacional. Esta lealdade se mostra, inicialmente, pela coragem de alertar a sociedade, claramente, sobre a ameaça que se está concretizando

General Luiz Eduardo Rocha Paiva²⁷³.

Iniciei o segundo capítulo deste trabalho explicitando como, desde a experiência dos “jovens turcos” e as teses do *soldado-cidadão* da passagem do século XIX para o XX, os militares brasileiros se compreendiam enquanto uma força moral regeneradora da sociedade. Retornarei brevemente a esse assunto, apenas por considerá-lo fundamental para o tema da possibilidade de fala ou de expressão militar que perpassará o capítulo que se segue. Considero importante esse movimento retrospectivo por permitir que vejamos com maior clareza o *espaço dos possíveis* reservado historicamente aos militares no Brasil, principalmente no que diz respeito à expressão militar pela imprensa. Nesse contexto, pretendo usar o exemplo dos conflitos que envolveram a Terra Indígena Raposa Serra do Sol como síntese dos problemas que elencamos inicialmente, discutindo a questão do intervencionismo militar na política e sua face polemizadora e midiática.

4.1 CONDIÇÕES DE FALA E EXPRESSÃO MILITAR

Sempre se fala com mais clareza, e calor, com mais razão e proveito, quando se dispõe de baionetas para assegurar o direito que se reclama. Não há outra maneira mais convincente de reduzir o adversário à impotência e às vezes ao silêncio

²⁷³ <https://terrasindigenas.org.br/noticia/55520>. Acessado em 18 de junho de 2024.

General Pedro Aurélio de Góes Monteiro²⁷⁴.

Não se atinge o patamar da insubordinação sem subir todos os degraus da indisciplina

General Sylvio Frota²⁷⁵.

José Murilo de Carvalho identificou que as teses do soldado-cidadão passaram a integrar a ideologia das intervenções militares no Brasil a partir da Proclamação da República. Sobre esse tema, é preciso lembrar que a expressão foi consagrada em um manifesto dirigido por Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas ao Parlamento e à Nação em maio de 1887, no contexto do que ficou conhecido por *Questão Militar* (1886-1887). “Redigido por Rui Barbosa, [...] o manifesto falava em cidadãos fardados, aos quais não se podia negar o direito de participar da vida política do país”. Refletindo o sentimento de marginalidade dos oficiais em relação à sociedade e sua elite política, a ideia “implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar” (CARVALHO, J., 2006, p. 38-39).

A Questão Militar surgiu justamente por conta da repreensão feita pelo governo a dois oficiais do Exército, os coronéis Sena Madureira e Cunha Matos, por declarações feitas à imprensa (CASTRO, 2000, p. 18). Durante a primeira gestão do Senador Cândido Luís Maria de Oliveira no Ministério da Guerra (1884-1885), foi reativada a proibição de os oficiais promoverem discussões na imprensa, “[...] mesmo que para defenderem-se de acusações julgadas injustas, a menos que com prévia autorização do ministro” (PASSARINHO, 1989, p. 8). Foi com base na aplicação deste dispositivo disciplinar que ambos os casos suscitaram a *Questão*, e com ela a defesa de uma “classe militar” ferida em sua “honra” e “brios” frente aos “civis” em geral, e os políticos em particular (CASTRO, 2000, p. 20). Naquele contexto, a participação dos militares como “cidadãos” evocava não somente a recusa do controle do Exército por aquilo que poderia se chamar de “nobreza”, mas também se destinava a promover uma abertura da sociedade à própria instituição militar e ao seu intervencionismo (CARVALHO, J. M., 2006, p. 61).

²⁷⁴ (MONTEIRO, G., 1934, p. 136-137)

²⁷⁵ (FROTA, 2006, p. 342).

As teses do soldado-cidadão, expressas sobretudo pelos oficiais “científicos” partícipes da Proclamação da República, suscitaram divergências já durante o Governo Provisório de Deodoro. Afinal, tais teses constituíam “[...] uma ameaça real à disciplina e à hierarquia na medida em que nivelando, como *cidadãos*, superiores e subalternos em áreas de polêmica como, por exemplo, a política, atribuía aos subalternos o direito de publicamente pela imprensa, criticar os atos dos superiores, sem os riscos de punição disciplinar” (COELHO, 1976, p. 56-57).

Mais à frente na história, com o impulso profissionalizante e despolitizador da Missão Militar francesa, houve a reformulação do Estado-Maior do Exército, o que permitiu que as atividades da caserna fossem planejadas e controladas em pormenores por um órgão de cúpula da instituição. Essa reformulação impactou o intervencionismo militar em uma de suas facetas primordiais: as tomadas de posição públicas. Naquele contexto, “já em 1920, surgiram o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (RISG). O maior controle interno reduziu a probabilidade de quebras da hierarquia pela ação de escalões inferiores, como o tenentismo, reforçando o poder político da organização” (CARVALHO, J. M., 2006, p. 29).

Desde o primeiro Regulamento Disciplinar até os dias atuais, o Exército considera *transgressões disciplinares*²⁷⁶ os atos de autorizar, promover ou assinar petições coletivas dirigidas a superiores hierárquicos ou autoridades civis; tomar parte em manifestações coletivas; representar a instituição em solenidades sem autorização e discutir ou provocar pela imprensa discussões sobre assuntos militares²⁷⁷. Em 19 de dezembro de 1929, foi aprovado um novo Regulamento Interno e dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa do Exército, que considerava falta disciplinar “tomar parte, *fardado*, em manifestação de caráter político” (art. 338, nº 51), permitindo, em consequência, que os oficiais se associassem a manifestações políticas, desde que não estivessem fardados. Apesar desta concessão, o Regulamento proibia que militares provocassem, tomassem

²⁷⁶ Segundo o art. 14 do Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002): “Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe”. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acessado em 08 de junho de 2024.

²⁷⁷ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14085-3-marco-1920-526111-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 15 de dezembro de 2024.

parte ou aceitassem “discussão acerca de política partidária ou religião, no interior do quartel ou estabelecimento militar”; e que se manifestassem publicamente “a respeito de assuntos político-partidários com declaração do posto, cargo, função ou comissão que exerce ou tomar parte ativa em manifestações da mesma natureza”²⁷⁸. Por via de seus regulamentos, o Exército buscava enquadrar as questões políticas e as manifestações de opinião como puramente individuais, cabendo ao cidadão, e não ao membro das Forças Armadas (LEITÃO DE CARVALHO, 1959, p. 70).

Apesar do entendimento dos militares de que cabia às Forças Armadas atuar como uma força saneadora das disputas e crises políticas no país, a Constituição de 1934 adotou uma série de restrições à participação dos fardados em atividades estranhas à profissão das armas, estabelecendo severas sanções para aqueles que aceitassem cargos permanentes ou temporários, não privativos à qualidade de militar, fossem esses cargos fruto de nomeação ou de voto popular (art. 164)²⁷⁹. Tais sanções como, por exemplo, a transferência para reserva, foram mantidas pela Constituição de 1937, que também prescrevia, em linhas gerais, os princípios a que deveriam obedecer ao Estatuto dos Militares, que a lei ordinária teria de organizar a partir de então (art. 160). No mesmo sentido, a Carta de 1937 estabelecia que oficial da ativa, da reserva ou reformado, que participasse de crime contra a segurança do Estado e a estrutura das instituições, ou tivesse sequer influído em sua preparação intelectual ou material, perderia a patente, posto ou cargo, quando condenado a qualquer pena (art. 172)²⁸⁰.

Tempos depois, na edição do Regulamento Disciplinar de 1938, a proibição de discutir ou provocar pela imprensa discussões sobre assuntos militares também abarcou os “assuntos políticos”, excetuando os temas que seriam de “natureza exclusivamente técnica”. Nesta versão editada após o golpe do Estado Novo, foram acrescentadas as transgressões de “provocar, tomar parte ou aceitar discussões acerca de política partidária ou religião, no interior do quartel ou estabelecimento militar, em agremiações políticas ou em público” e “fazer, o militar da ativa, propaganda política ou eleitoral, nos quartéis,

²⁷⁸ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-19040-19-dezembro-1929-503549-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=GERAL%20DO%20R.I.S.G.-,Art.,responsabilidades%20de%20todos%20os%20postos>. Acessado em 15 de dezembro de 2024.

²⁷⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acessado em 1 de janeiro de 2025.

²⁸⁰ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acessado em 1 de janeiro de 2025.

repartições militares ou fora deles, bem como exercer qualquer outra atividade de caráter político”²⁸¹.

Por meio destas medidas, levadas a cabo por Getúlio Vargas e seu Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, a instituição militar aumentava os custos dos pronunciamentos e da mobilização de escalões internos para o suporte de correntes de opinião militar (COELHO, 1976, p. 117). Não por acaso, era também vedado o ato de “introduzir, distribuir, ler ou possuir como propaganda, sobretudo no quartel, estabelecimento ou estacionamento militar, publicações, estampas ou jornais subversivos ou que atent[ass]em contra a disciplina e a moral”. Ainda sobre este tema, em março de 1941, foi editado o Estatuto dos Militares²⁸², e quase um ano depois um novo Regulamento Disciplinar (2 de fevereiro de 1942), que “estendeu a ação disciplinar da autoridade militar aos oficiais e praças das reservas e reformados, convocados ou não, que exerçam função nos quartéis, repartições ou estabelecimentos do Ministério da Guerra, assim como sobre oficiais e praças da reserva remunerada ou reformados, não compreendidos na condição anterior” (LEITÃO DE CARVALHO, 1959, p. 260).

O fato é que, apesar do Regulamento Disciplinar, entre o período que vai do Estado Novo ao golpe de 1964, os militares reservaram a si próprios a prerrogativa de tomar posições públicas sobre temas controvertidos da política nacional, o que, em muitos casos, era a expressão mais evidente das conspirações políticas em que setores da instituição militar encontravam-se envolvidos. Porém, desde pelo menos a deposição de Washington Luís em 1930, o Exército canalizou aos órgãos de cúpula a possibilidade de intervenção política. A solidez hierárquica tornou-se o pré-requisito das intervenções militares e condição indispensável para uma relativa independência do apoio que pudessem receber de setores “civis” (CARVALHO, J. M., 2006, p. 51).

O intervencionismo e a possibilidade de expressão dos militares do topo da hierarquia permaneceram em relativo voo de cruzeiro por um período significativo da história do país. Os apóstolos do intervencionismo militar tinham terreno fértil para se multiplicar na imprensa nacional e jogavam, por assim dizer, com a disciplina e seus regulamentos embaixo dos braços, sobretudo nos contextos de crise como o da renúncia

²⁸¹ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2429-4-marco-1938-345909-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 28 de maio de 2024.

²⁸² <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3084-1-marco-1941-413026-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 03 de janeiro de 2025.

de Jânio Quadros, da Campanha pela Legalidade e da chegada de João Goulart à Presidência da República.

Foi naquele contexto que Wanderley Guilherme dos Santos publicou *Quem dará o golpe no Brasil?* em 1962. O artigo refletia a ebulição política pela qual passava o país e argumentava na direção da ausência de condições externas e internas para uma futura ditadura militar - isto é, um quadro em que os militares assumissem o controle direto do Estado. Ainda assim, sua hipótese deixava em aberto a possibilidade de os militares participarem da tentativa de instaurar um *governo forte* no Brasil, que nada mais seria do que um golpe em benefício do capital internacional e das elites nacionais, revelando, deste modo, o seu caráter intrinsecamente antipopular. Para Santos, não somente o golpe ou a possível ditadura militar deveriam ser considerados enquanto fenômenos decorrentes de problemas sociais, mas os próprios pronunciamentos militares, quase sempre golpistas, necessitavam ter sua significação social discernida. Desta forma, chamava-se atenção para o fato de que,

[...] o pronunciamento *dos* militares só importa, primeiramente, pelo conteúdo social que possua e é esse conteúdo que as forças do povo necessitam distinguir com clareza. Quando o conteúdo social de tais pronunciamentos for verdadeiramente significativo, aí é que se torna importante o fato de terem sido feitos por militares. Os pronunciamentos militares não têm importância porque sejam *militares*, mas porque contêm determinados compromissos sociais – vale dizer, políticos – assumidos por militares. Quando o conteúdo social de um pronunciamento militar não tem ressonância na coletividade e cai no vazio, a circunstância de ter sido enunciado por um militar de nada importa, historicamente falando (GUILHERME DOS SANTOS, 1962, p. 20, itálicos do autor).

Porém, não demorou para que o voo de cruzeiro do intervencionismo e da expressão militar entrassem em rota de colisão com a política, tão logo as patentes subalternas das Forças Armadas também passaram a advogar o uso dessas prerrogativas. Na visão militar, estavam dadas as condições para a quebra da hierarquia e disciplina, cujo evento mais dramático talvez tenha sido a reunião de cabos e soldados da Marinha no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, e que teria sido, na visão de militares que publicaram suas “visões do golpe”, o principal fator que suscitou a tomada de poder em

31 de março de 1964 (cf. D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994a). Relembrando este período, Arthur da Costa e Silva, o segundo ditador-presidente, evocou a memória do tenentismo dos anos 1920-1930 e os ensinamentos extraídos daquela experiência: “era absolutamente necessário que, desde o primeiro instante, as Forças Armadas se apresentassem como um bloco, para dar a quem quer que assumisse a chefia do Executivo oportunidade e condições de levar à concretização os princípios revolucionários” (JORNAL DO BRASIL, 1969).

A busca pela unidade interna se aprofundou a partir de 1964 e perpassou por considerações acerca do papel desempenhado pelos *porta-vozes* da instituição. São nos discursos do primeiro ditador-presidente, Castelo Branco, que tais preocupações foram desenvolvidas de forma mais acabada. Eurico de Lima Figueiredo (1980) identificou, nas comunicações castelistas, o esforço reservado à caracterização da legitimidade dos militares que procurariam falar em nome da coesão das Forças Armadas. Desta forma, *ilegítimos* seriam aqueles que se autointitulariam representantes da opinião dos colegas de caserna e que buscariam destruir a autoridade dos chefes militares, alimentando, assim, a cizânia interna. Tais porta-vozes ilegítimos não raro teriam encontrado a audiência de uma “incauta opinião pública”, que abarcaria políticos imprudentes e, por vezes, “conluídos”. De modo antagônico, Castelo Branco reservava a legitimidade dos propugnadores da união institucional àqueles militares compenetrados pela correspondência hierárquica de suas ações, que, auscultando os subordinados, se manteriam igualmente distanciados de interesses “carreiristas” (escalada no poder por ocasião de crises político-militares). Em suma, na perspectiva castelista, somente os *legítimos porta-vozes* podiam atuar como “mecanismos de engatilhamento” da intervenção militar legitimamente justificada (FIGUEIREDO, 1980, p. 89-91).

Uma vez no poder, as facções vitoriosas em março de 1964 trataram de eliminar a oposição interna e buscaram constituir uma base militar coesa em defesa do processo “revolucionário”. Segundo o levantamento realizado por Cláudio Beserra de Vasconcelos (2006), entre 1964 e 1970 foram punidos 1498 militares, “sendo: 270 altos oficiais; 283 oficiais intermediários e subalternos; 767 entre sargentos e suboficiais; e 152 entre cabos, marinheiros e taifeiros”. Tais números revelam a predileção por punições que visavam as patentes intermediárias e que não tinham se destacado na defesa do governo de João Goulart ou nos conflitos dos anos 1940 e 1950, mas que eram considerados “subversivos em potencial” (VASCONCELOS, 2006, p. 160-161).

Por outro lado, a Ditadura Militar foi marcada não apenas pelos expurgos internos, mas também pelas recorrentes punições de transgressões disciplinares por parte de militares que dirigiam críticas às autoridades civis e militares via petições, documentos oficiais ou declarações à mídia. Um dos casos expressivos foi o do Coronel Francisco Boaventura Calvalcanti Júnior, que instalou um gabinete militar em Brasília enquanto sucursal do Comando Supremo da Revolução (que, por sua vez, estava no Rio de Janeiro), mas que, no dia 12 de maio de 1964, foi removido da função com base no regulamento disciplinar após ofender publicamente Roberto Marinho, proprietário do O Globo (CHIRIO, 2012, p. 49). Pouco tempo depois, em 28 de julho daquele ano, foi editado o Decreto nº 54.062, que dispunha sobre “a não sujeição de militares da reserva e reformados a disposições dos Regulamentos Disciplinares” e, deste modo, autorizava que esses militares “trata[ss]em no meio civil, inclusive sob a forma de crítica, pela imprensa ou outro meio de divulgação, de qualquer assunto, excetuado o de natureza militar, de caráter sigiloso ou funcional”²⁸³.

A prerrogativa que constava no Decreto explicitado acima deixou de existir somente em 24 de julho de 1978²⁸⁴, e foi totalmente revogada pelo Decreto nº 83.349 de 18 de abril de 1979. Naquela oportunidade, a cúpula das Forças Armadas reiterou que as críticas de militares da ativa, reserva ou reformados, realizadas em meio “civil” (imprensa, por exemplo) poderiam vir a “prejudicar os princípios da hierarquia, da disciplina, do respeito e do decoro militares”²⁸⁵, o que justificava a aplicação de punição às possíveis transgressões dessa norma. Quanto ao Regulamento Disciplinar do Exército, este se manteve inalterado em relação aos anteriores, mesmo com a edição de 19 de junho de 1977 (Decreto nº 79.985): permanecia proibido aos militares da ativa tomar parte, em áreas militares ou sob jurisdição militar, de discussão a respeito de política ou religião, ou provocá-la; manifestar-se sem autorização a respeito de assuntos políticos; tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária; e autorizar, promover e assinar petições coletivas dirigidas a qualquer autoridade civil ou militar²⁸⁶. Segundo o

²⁸³ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54062-28-julho-1964-394101-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 28 de maio de 2024.

²⁸⁴ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-82028-24-julho-1978-431042-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 28 de maio de 2024.

²⁸⁵ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83349-18-abril-1979-432759-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 28 de maio de 2024.

²⁸⁶ <https://legis.senado.leg.br/norma/502625/publicacao/15671744>. Acessado em 28 de maio de 2024.

General Sylvio Frota, à época ministro do Exército, as alterações do Regulamento realizadas pelo Estado-Maior cumpriam a função de

[...] afastar, definitivamente, numa fase pós-revolucionária, a influência de chefes militares, já na reserva, através de manifestações públicas, sobre a tropa. Estava dentro do meu ponto de vista assegurar a vida normal na caserna impedindo a contaminação ‘politiqueira’ do Exército, que o abastarda e tira-lhe a força moral para agir em defesa dos lícitos interesses da Nação. Era uma visão reformuladora estritamente militar (FROTA, 2006, p. 825).

A edição do novo Regulamento Disciplinar, pelas mãos do ministro Sylvio Frota, foi seguida de duas punições significativas a dois oficiais do Exército Brasileiro. No dia 4 de março de 1978, o Tenente-Coronel Tarcísio Célio Carvalho Nunes Ferreira, comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindado (Ponta Grossa - PR), proferiu uma palestra de cunho político no Lions Club de Ponta Grossa. Dois dias depois, logo no início do expediente do 13º BIB, o tenente-coronel reuniu os oficiais da unidade para ouvirem a íntegra daquela palestra. O conteúdo do discurso posteriormente foi publicado pela imprensa e rendeu ao militar dois dias de prisão domiciliar, com base no Regulamento Disciplinar do Exército, sendo ainda exonerado do comando que ocupava²⁸⁷.

Mesmo alertado para não dar mais declarações à imprensa, após cumprir os dois dias de prisão domiciliar, o tenente-coronel concedeu uma longa entrevista ao *Jornal do Brasil*, em que conclamava os membros das Forças Armadas a “quebrarem o silêncio” contra as políticas adotadas pelo governo Geisel, incluindo o Pacote de Abril. Segundo ele, “[...] seria válido até se os Generais resolvessem falar. No momento em que os Generais não falam, há um limite de espera. Se eles não falam, falam os coronéis, se não falam os coronéis, falam os majores. Alguém vai ter que falar”. Em seguida, o tenente-coronel expressou, nos seguintes termos, o compromisso das Forças Armadas no Brasil:

Na verdade elas [Forças Armadas] são, não digo legalistas, mas democráticas. Nós não temos um compromisso maior com a lei, nós temos um compromisso maior com a pátria, com a Nação. Por isso que eu digo, a lei por si só é discutível [...]. Então as

²⁸⁷ Não foi a primeira vez que Nunes Ferreira foi punido. Ele participou da Revolta de Aragarças em 1959, que lhe custou o exílio de um ano e meio no Paraguai e Argentina, sendo posteriormente anistiado. Em 1962, em defesa do General Moniz de Aragão, desafiou o então ministro da Guerra, General Amaury Kruehl, por meio de uma carta aberta entregue aos jornais. Foi punido com 30 dias de prisão.

Forças Armadas estão mais preocupadas com a legitimidade do processo, do que com a sua legalidade. Só sei que no momento em que ficou bem patente a ilegitimidade do processo, vigente no país, nós pusemos abaixo o governo. O governo de Goulart era legal. *Há um momento em que se justifica a quebra da disciplina em nome da legitimidade. Há momentos em que os códigos da moral estão acima dos códigos da disciplina. Então é preciso romper com a disciplina para lutar por aquilo que nos achamos que está acima disso e fato mais patente disso foi o movimento de 64. Nós praticamos uma ilegalidade em 64. Nós atentamos contra o poder legal. Por quê? Por que reconhecemos que era legítimo, no momento que extravasou o espírito da lei*²⁸⁸.

Por causa da entrevista, o tenente-coronel foi punido com 20 dias de prisão, posteriormente agravados para mais 10 dias. Segundo nota do III Exército na época, a punição se justificava por ter o militar se referido de forma desrespeitosa e ofensiva aos seus superiores hierárquicos, e acrescentava que “[...] é lícito aos militares terem suas ideias próprias sobre qualquer assunto e externá-las pelos canais internos existentes na instituição; não lhes é lícito, entretanto, fazê-lo de público, como se civis fossem, sob pena de transgredirem a disciplina, aceita consciente e livremente por todos aqueles que optaram pela carreira militar” (O ESTADO DE S. PAULO, 1978a)²⁸⁹. Após cumprir quase um mês de prisão, Nunes Ferreira disse a jornalistas que não retirava as declarações que suscitaram sua punição. Na oportunidade ainda entregou uma nota na qual afirmava que “a disciplina não é humilhação nem alienação da vontade própria” (O ESTADO DE S. PAULO, 1978b).

No topo da página de O Estado de S. Paulo de 1 de outubro de 1978, que narrava a saída de Nunes Ferreira da prisão, o jornal paulista também veiculava trechos de uma carta encaminhada a militares de alta patente redigida pelo General Hugo de Andrade

288

https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Tarc%C3%ADsio%20C%C3%A9lio%20Carvalho%20Nunes&hf=www.google.com&pagfis=120599 Acessado em 24 de fevereiro de 2025.

²⁸⁹ Por esses fatos, foi aberto um Inquérito Policial Militar (IPM), que resultou em um processo na Justiça Militar, acusando Nunes Ferreira de incitar a desobediência militar, criticar publicamente atos de seus superiores e resoluções do governo, e ofender as Forças Armadas - tudo com base no Código Penal Militar (O ESTADO DE S. PAULO, 1978d). Em outubro de 1979, o oficial foi absolvido das acusações pelo Conselho de Sentença da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, de Curitiba. “O conselho de jurados – integrado por coronéis – entendeu que os delitos imputados ao acusado, embora de natureza militar, eram de conteúdo político e passíveis de serem enquadrados na Lei da Anistia” (O ESTADO DE S. PAULO, 1979).

Abreu, vice-chefe do Departamento Geral do Pessoal (O ESTADO DE S. PAULO, 1978c). Na carta, o general discorria sobre o período à frente do Gabinete Militar da Presidência da República entre março de 1974 e janeiro de 1978; acusava o governo Geisel de corrupção e descrevia o “grupo palaciano” como uma oligarquia que pretendia se perpetuar no poder com a indicação do General João Baptista Figueiredo à Presidência. No dia seguinte, em Boletim Reservado Especial, o ministro do Exército, General Fernando Belfort Bethlem, punia Hugo Abreu nos seguintes termos:

O Exmo. Sr. Gen.-Div. [General de Divisão] Hugo de Andrade Abreu, por vir fazendo, sistematicamente, pronunciamentos através da imprensa e mantendo contatos políticos que caracterizam o seu envolvimento ostensivo em atividades político-partidárias, culminando com a remessa de uma carta a seus pares, na qual critica ato de superior hierárquico, concorrendo para a desarmonia, discórdia e desconfiança, comprometendo, em consequência, os sadios e patrióticos ideais revolucionários, além de contribuir para provocar cisões no Exército (nº 3, 51, 63, 65 e 106 do Anexo I, com agravantes do nº 2 e da Letra C, do nº 6 do Art. 18 e a atenuante do nº 2 do Art. 17, tudo do RDE [Regulamento Disciplinar do Exército] transgressão grave) fica preso por vinte dias, sem fazer serviço (apud ABREU, 1980, p. 158-159).

Em seguida, Hugo Abreu encaminhou requerimento ao ministro do Exército pedindo a anulação da punição. No requerimento, o general argumentava principalmente que “[...] o simples exercício de atividade política, ou político-partidária, não é considerado como prática de transgressão disciplinar. O R-4 [Regulamento Disciplinar do Exército] capitula sim, como transgressões, a manifestação ou a discussão pública sobre assuntos políticos, bem como tomar parte o militar fardado em manifestações político-partidárias (nº 63, 64 e 65, do Anexo I do R-4)” (ABREU, 1980, p. 161). O militar buscava explorar uma brecha do Regulamento Disciplinar em vigor à época (edição de 1977), mas o requerimento foi indeferido pelo ministro e o general cumpriu sua pena nas dependências do Estado-Maior do Exército em Brasília.

No terceiro capítulo desta tese, ao descrever a exoneração do General Sylvio Frota durante o governo Geisel, relatei que coube ao General Hugo Abreu ler a nota da Presidência da República, que procurava distanciar a exoneração do ministro do problema da sucessão presidencial. Na ocasião, o governo Geisel declarava que somente discutiria

o tema em janeiro de 1978. Este ponto é importante, pois contextualiza o espaço de atuação que Hugo Abreu passou a desempenhar naquele período, marcado por sua saída do Gabinete Militar em janeiro de 1978, muito por conta da indicação do General Figueiredo como sucessor de Geisel.

Ao sair do Gabinete Militar, Hugo Abreu permaneceu na ativa do Exército Brasileiro. Em seus dois livros de memórias - *O Outro Lado do Poder* (1979) e *Tempo de Crise* (1980) – o general narra como atuou junto a políticos e militares com o objetivo de criar uma candidatura alternativa à de Figueiredo. A iniciativa resultou na candidatura do general da reserva Euler Bentes Monteiro, que, apesar de aprovada oficialmente pela convenção nacional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), terminou derrotada nas eleições do colégio eleitoral de 15 de outubro de 1978, que consagrou o nome de Figueiredo na Presidência da República.

Após ser preterido duas vezes na promoção a General de Exército, em 14 de março de 1979, Hugo Abreu passou para a reserva. Quase um mês depois, seu primeiro livro de memórias chegou às livrarias. O livro, eivado de críticas e acusações a Geisel e seu governo, suscitou nova punição ao general. No dia 7 de maio de 1979, com base no Regulamento Disciplinar e no Estatuto dos Militares, o ministro do Exército determinou a prisão do general por 20 dias na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o general recebeu apoio do MDB, que, em nota pública, afirmava estranhar a prisão do general e defendia que “a livre manifestação do pensamento é característica fundamental da estrutura democrática” (JORNAL DO BRASIL, 1979).

Lembre-se de que, desde julho de 1964 (Decreto nº 54.062), era garantido aos militares da reserva sua não sujeição ao Regulamento Disciplinar do Exército. Como mencionado anteriormente, essa prerrogativa deixou de existir em julho de 1978 (Decreto nº 82.028) e foi totalmente revogada em 18 de abril de 1979 (Decreto nº 83.349). Apesar de ter sido punido em 7 de maio de 1979, com a nova legislação já em vigor, Hugo Abreu encaminhou ao Tribunal Federal de Recursos (TFR) um pedido de *habeas corpus* que buscava demonstrar a “[...] incongruência de conservar o oficial da reserva sujeito a um regulamento disciplinar feito para os militares da ativa” (ABREU, 1980, p. 224). O pedido foi indeferido por unanimidade pelo TFR. O general cumpriu seus 20 dias de prisão e, no final daquele ano, faleceu antes de lançar o seu segundo livro de memórias.

Apesar dos casos de punição a oficiais que buscavam tomar posição publicamente sobre assuntos políticos, personagens que contrariavam os regulamentos disciplinares da vida militar, em especial no que concerne a pronunciamentos via imprensa, continuaram a se proliferar.

Com o processo de redemocratização, os fardados procuraram conservar o direito ao discurso político, considerado uma regra não escrita, segundo a qual “[...] nem todos os militares podem falar; nem todos os que falam, não devendo tê-lo feito, serão punidos. Este não é um direito universal aplicável às altas patentes; ele é essencialmente discricionário” (OLIVEIRA, 1993, p. 189). Durante o governo Sarney, Eliézer Rizzo de Oliveira elencou algumas ocasiões em que militares externaram suas desaprovações com as políticas adotadas pelo Executivo, mas que passaram ao largo de qualquer punição por parte da instituição militar:

Quando o presidente Sarney obteve mudanças nas condições para a constituição de partidos políticos, abrindo a porta para a legalização de partidos de orientação comunista – uma atitude condizente com a democratização do regime político -, o general de exército Diogo Figueiredo, irmão do ex-presidente e então comandante da Escola Superior de Guerra, censurou publicamente a decisão do governo. Não foi punido por que o governo julgou que não era conveniente: a punição poderia desencadear uma reação em cadeia em apoio ao punido. O mesmo militar discursou sobre diversos temas políticos, o mesmo acontecendo com o general Medeiros (ex-ministro chefe do Serviço Nacional de Informações) e outros generais, que chegaram inclusive a comentar as possibilidades de um golpe militar. *Nada lhes aconteceu porque a aplicação dos regulamentos militares é essencialmente política* (OLIVEIRA, 1993, p. 189, itálico meu).

Por outro lado, não teve o mesmo destino o Brigadeiro Paulo Roberto Coutinho Camarinha, ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) do governo Sarney. Em 18 de junho de 1988, Camarinha foi exonerado da função após conceder uma longa entrevista à Empresa Brasileira de Notícias (EBN), em que criticava a incapacidade de Sarney em controlar a inflação e afirmava que, ao contrário dos salários do funcionalismo público em geral, os “verdadeiros marajás” se encontravam no Legislativo e no Judiciário (JORNAL DO BRASIL, 1988a). Na época, o presidente da República, ao

justificar a exoneração, afirmou que sua autoridade não poderia ser questionada, sendo acompanhado pelos ministros das três Forças e pelo chefe do Gabinete Militar (JORNAL DO BRASIL, 1988b). O caso suscitou a demissão do presidente da EBN e a tomada de posição de diversos políticos, entre os quais Roberto Freire (PCB-PE), para quem as declarações do Brigadeiro seriam “uma clara interferência no domínio da política e não se pode admitir que as Forças Armadas deem opiniões desse tipo” (JORNAL DO BRASIL, 1988a).

As reclamações contra os salários do funcionalismo público, em especial dos militares, vinham de antes; e, por vezes, foram acompanhadas por punições disciplinares. Em maio de 1984, o Coronel Ary Canavó foi preso por 30 dias após permitir a divulgação, em jornal, do seu contracheque. Dois anos depois, em setembro de 1986, o Capitão Jair Bolsonaro ficou preso 15 dias após escrever um artigo na revista *Veja* criticando os vencimentos da tropa. Naquele mesmo mês, o Coronel Walter Bazarov Pinto perdeu o comando do 9º Batalhão de Infantaria Motorizada de Pelotas (RS) e foi preso após sua esposa publicar no jornal *Zero Hora* uma carta com o mesmo tipo de protesto. Em 22 de outubro de 1987, o Capitão Luiz Fernando Walter Almeida tomou de assalto a Prefeitura de Apucarana, onde leu um manifesto contra os baixos vencimentos e a falta de assistência médica no Exército. O capitão foi preso e julgado pelo Superior Tribunal Militar (STM). Na mesma linha de acontecimentos, dois dias antes da exoneração de Camarinha do EMFA, os capitães Bolsonaro e Fábio Passos da Silva foram absolvidos pelo STM, após serem condenados pelo Conselho de Justificação no caso de uma reportagem da revista *Veja* que denunciava que ambos planejavam explodir bombas em quartéis do Exército sob o argumento dos baixos rendimentos (JORNAL DO BRASIL, 1988c)²⁹⁰. Apesar de considerados “indignos para a carreira das armas” pelo Noticiário do Exército de 25 de fevereiro de 1988, a absolvição pelo STM permitiu que Bolsonaro e Fábio mantivessem suas patentes, não sendo expulsos da Força²⁹¹.

Neste meio tempo, com a Lei nº 7.524 de 17 de julho de 1986, os militares da reserva ou reformados retomaram o direito de “opinar livremente sobre assunto político, e externar pensamento e conceito ideológico, filosófico ou relativo à matéria pertinente ao interesse público”, independentemente dos regulamentos disciplinares das Forças

²⁹⁰ Para uma análise detalhada dos episódios envolvendo o Capitão Jair Bolsonaro, consultar Luiz Maklouf de Carvalho (2019).

²⁹¹ <https://twitter.com/marcelopjs/status/1582002959814393856/photo/1>. Acessado em 15 de junho de 2024.

Armadas²⁹². Este dispositivo legal, que perdura até os dias atuais, foi proposto por um Projeto de Lei do Senado em 1983 e de autoria do então senador Itamar Franco²⁹³.

Independentemente das normas escritas e, não raro, amparados por elas, os militares da ativa e os inativos (da reserva ou reformados) mantiveram a possibilidade de fazer uso do discurso político, tomado quase como um direito institucional de preservação da função interventora das Forças Armadas, as quais não somente falam sobre temas que não lhes dizem respeito institucionalmente, como também encontram um público que as ouve e, frequentemente, reclama por tais pronunciamentos (OLIVEIRA, 1993, p. 292-294; OLIVEIRA, 1987, p. 59).

Conservada a aplicação essencialmente política dos regulamentos disciplinares, os generais Newton Cruz e Euclides de Oliveira Figueiredo Filho (irmão de Diogo e João Baptista de Oliveira Figueiredo), foram punidos em junho de 1989 com prisão de 8 e 10 dias, respectivamente, por chamarem o então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, de “covarde” e “omisso” (O GLOBO, 1989). Posteriormente, em maio de 1990, ambos foram punidos novamente por críticas ao então presidente da República, Fernando Collor. Newton Cruz ficou preso por 10 dias, enquanto Figueiredo recebeu uma repreensão por escrito (SOBRAL, 1990; O GLOBO, 1990)²⁹⁴. Nos dois episódios as tomadas de posição em desaprovação às autoridades civis e militares tinham se dado via imprensa.

Além de críticas pessoais ao presidente da República, outro foco de conflito entre os militares e Collor foi a política de demarcações de terras indígenas levada a cabo por seu governo. Antes de tratarmos dos processos demarcatórios, que se tornaram alvo de críticas dos setores militares na década de 1990, é preciso, no entanto, esclarecer alguns elementos.

Em primeiro lugar, certos pontos estratégicos das fronteiras nunca deixaram de contar com a presença física de certas estruturas burocráticas de vigilância e controle da população. Neste caso, a trajetória de órgãos como o Serviço de Proteção aos Índios e

²⁹² <https://legis.senado.leg.br/norma/549400/publicacao/15647330>. Acessado em 28 de maio de 2024.

²⁹³ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/30521>. Acessado em 28 de maio de 2024.

²⁹⁴ Anos mais tarde, em seu livro de memórias, Newton Cruz atribuiu as punições e a sua não promoção a General de Exército a uma inimizade com Leônidas Pires Gonçalves, que dataria de 1968, quando este foi preterido no comando do “Regimento Floriano” na Vila Militar do RJ pelo então Coronel Newton Cruz, que exerceu o cargo até 1971 (TELLES, 2018, p. 105-106 e 110).

seus diversos *postos indígenas* espalhados pela fronteira é materialização do desejo de disciplinar espaços geográficos e controlar, sobretudo, a circulação discriminada de pessoas dentro e fora do território “nacional” (SOUZA LIMA, 1995, p. 298).

Em segundo lugar, é também antigo o desejo por fazer convergir a *questão indígena* com uma suposta necessidade em se *nacionalizar* e, portanto, *vigiar* as fronteiras. Para tanto, como chama atenção Antonio Carlos de Souza Lima (1995), não é preciso estabelecer uma genealogia que recue até o período colonial e veja em figuras como Couto de Magalhães e no próprio Marquês de Pompal concepções pretéritas de *defesa nacional*. Basta, ao contrário, evocar figuras como Juarez Távora, que já em 1933, na qualidade de ministro da Agricultura, punha em evidência elementos que teriam vida longa na cosmologia militar sobre a correlação entre populações nativas e os espaços do interior do país: “a necessidade de policiamento, por parte do poder central, das fronteiras e do interior, face aos interesses estrangeiros (continentais ou extra-americanos), a presença de minerais preciosos em zonas de ocupação indígena e a possibilidade de se associarem as diferentes formas de controle sobre esses recursos, a tarefa de suporte à colonização orientada por aparelhos de poder estatizado, através de fornecimento de bens de consumo primários a mercados locais, logo, de investimento do trabalho indígena na empresa colonizadora”. Em resumo, a histórica ladainha da indispensável continuidade da conquista levada a cabo pelo Exército Brasileiro sobre espaço/populações circunscritos pelos limites de um Estado Nacional (SOUZA LIMA, 1995, p. 266-267).

Até aqui, vimos como, historicamente o Exército Brasileiro procurou restringir a atuação interventora aos órgãos de cúpula, impedindo, por meio de alterações do Regulamento Disciplinar, que os militares se expressassem livremente por meio da imprensa. Na próxima seção, veremos como o intervencionismo militar confluiu para a questão da *ameaça à soberania nacional*, tornando-se um importante mecanismo de engatilhamento da ação polemizadora do Exército.

4.2 O PARQUE INDÍGENA DO XINGU E A TERRA INDÍGENA YANOMAMI

O Parque Indígena do Xingu foi demarcado em 1961 com a denominação de Parque *Nacional* do Xingu. Disposto em um Anteprojeto de Lei de 1952, a área do Parque era alvo da presença militar desde pelo menos 1946, quando a Aeronáutica instalou duas

pistas de pouso na região, as quais faziam parte de rotas aéreas voltadas para o norte do país e que ligavam o Rio de Janeiro a Miami. Maria Lúcia Menezes (1991) identificou um histórico de presença militar naquela região que revela uma interessante faceta daquilo que foi exposto no segundo capítulo desta tese: a utilização na selva amazônica e de suas populações em operações e exercícios de tropas especiais das Forças Armadas:

O uso do Parque do Xingu por parte da FAB [Força Aérea Brasileira] foi mediatizado por Orlando Villas Boas. [...] Com a administração dos campos de pouso entregue exclusivamente à FAB, a primeira consequência é o melhor aparelhamento da Base do Jacaré no Parque do Xingu. Reforçando a aliança de Villas Boas com a FAB, quando da criação do Parque do Xingu em 1961 e tendo se tornado o seu primeiro administrador, franqueia a base do Jacaré ao Curso de Operações Especiais (COE) das Forças Armadas. O COE realiza no Alto Xingu ‘adestramento de técnicas de ação militar de tipo não convencional’ (Museu 1961). A imprensa logo notifica o fato, denunciando o ‘aliciamento de indígenas para ações de guerrilhas, treinamento dos índios no manejo de armas, [...], na construção de pistas, marchas através de várzeas e da selva e evacuação do ar sobre a base do Xingu’ (CORREIO DA MANHÃ 1961 apud MENEZES, 1991, p. 91).

Orlando Villas Boas foi quem franqueou o Parque do Xingu para o treinamento do PARASAR, força paraquedista de busca e salvamento da Aeronáutica, bem como a ida de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da Academia da Força Aérea (AFA) para a região. Segundo ele próprio, a experiência do PARASAR teria contribuído para o treinamento dos batalhões de selva da Amazônia, revelando como o Parque se constituiu ao longo de sua história em uma plataforma privilegiada para o acúmulo de conhecimento pelo aparelho militar do Estado (VILLAS BOAS, 1985 apud MENEZES, 1991, p. 91).

Apesar de criado em 1961, o Parque passou por inúmeras mudanças em sua denominação e enquadramento jurídico, recebendo a qualificação de *parque indígena*²⁹⁵

²⁹⁵ Segundo o Art. 28 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), “parque indígena é a área contida em terra na posse de índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região”. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20%C3%8Dndio.&text=Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnc. Acessado em 31 de maio de 2024. Importante ressaltar que, antes de 1973, a figura de um *parque indígena* inexistia na legislação, o que não impediu sua utilização no caso do Xingu, como forma de fundir

em 1978 e sendo devidamente homologado e delimitado somente em 25 de janeiro de 1991 por decreto do presidente Fernando Collor²⁹⁶. Na cerimônia de homologação, realizada no próprio Parque no estado do Mato Grosso, Collor reiterou que a questão indígena era prioritária para o seu governo, o qual buscava adotar uma política indigenista que não repetisse “os erros do passado, sobretudo os que impuseram assimilações forçadas e empobrecedoras”. Na oportunidade, o presidente também ressaltou iniciativas voltadas para outras populações indígenas, lembrando a queda do número de garimpeiros na área Yanomami durante seu governo (que teria caído de 800 para 40 mil homens na região) (COLLOR, 1991).

Em 15 de novembro daquele ano de 1991, seria a vez justamente da Terra Indígena Yanomami ser demarcada, com superfície e perímetro aproximados em mais nove milhões de hectares²⁹⁷. Para realizar a demarcação, Jarbas Passarinho, então ministro da Justiça, relata que foram consultados, com base no Decreto nº 22 de 4 de fevereiro de 1991²⁹⁸, os governadores de Roraima e do Amazonas, bem como solicitou parecer dos Ministérios das Relações Exteriores e da Infraestrutura, e das Secretarias de Meio Ambiente e de Assuntos Estratégicos. Segundo Passarinho,

Os ministros militares decidiram atribuir ao ministro-chefe do Gabinete Militar o parecer solicitado. Os governadores foram contrários [à demarcação]. O Itamaraty, cujo chanceler era um magistrado, foi favorável. Acompanhou-o a Secretaria de Meio Ambiente. A de Assuntos Estratégicos ponderou quanto ao perigo de afetar a soberania nacional. O Gabinete Militar, em nome também do EMFA [Estado-Maior das Forças Armadas] e dos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, opinou pela remessa do processo ao Conselho de Defesa. Entrementes, o meu consultor jurídico e o secretário-executivo consideraram inexistente qualquer ameaça à soberania e à segurança nacionais, respaldados em eminentes juristas. Estando a terra yanomâmi na faixa de fronteira, garantida ficava duplamente a propriedade da União. Cabia-lhe exercer soberania sobre os índios e garantir a

“[...] a imobilização de uma imensa quantidade de terras com o fim duplo de preservar a flora e a fauna, e de criar uma espécie de ‘estufa’ para que os grupos da região pudessem se *aculturar* paulatina e espontaneamente [...]” (SOUZA LIMA, 1995, p. 295).

²⁹⁶ <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/decreto-de-250191-homologa-demarcacao-do-parque-indigena-do-xingu>. Acessado em 31 de maio de 2024.

²⁹⁷ <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/portaria-n-580-de-151191-declara-de-posse-permanente-indigena-ai-yanomami>. Acessado em 31 de maio de 2024.

²⁹⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0022.htm#:~:text=DECRETO%20No%2022%2C%20DE,vista%20o%20disposto%20no%20art..
Acessado em 31 de maio de 2024.

integridade territorial com as Forças Armadas. Ouvir previamente o Conselho de Defesa, como propôs o Gabinete Militar, revelava-se indevido diante da sua atribuição definida no artigo 91, § 1º e inciso III, da Constituição federal: ‘Propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso’. Não se tratava de uso ou utilização da terra, mas de sua demarcação. Impunha-se analisar o direito à posse segundo o artigo 231 da Constituição: ‘Terras tradicional e permanentemente ocupadas’²⁹⁹.

As Forças Armadas se posicionaram contrárias à demarcação da área Yanomami desde seu início. Tal oposição manifestou-se de forma tão contundente que Passarinho, ele próprio um militar, reagiu ao argumento de que a demarcação ameaçava a soberania nacional por estar na faixa de fronteira³⁰⁰. Em um artigo na Revista do Clube Militar, Passarinho afirmou que, sendo as terras indígenas propriedade da União, se houvesse superposição à faixa de fronteira “[...] a União [seria] duplamente proprietária. Ela exerce sua soberania tanto para com os índios quanto para garantir nossa fronteira, *assegurando plenamente a integridade do território brasileiro*” (apud CUNHA, 2012, p. 131, *itálico meu*).

Poucos meses antes, em abril daquele ano, o General Jonas Morais Correia, em discurso de despedida do comando do Estado-Maior das Forças Armadas, afirmou que as instituições militares passavam por um contexto de campanha de “desvalorização, ridicularização e desmoralização”, havendo “um esforço por enfraquecê-las” com meias-verdades e mentiras (SILVA, E., 1991). Meses depois, o General Nilton Cerqueira, presidente do Clube Militar, afirmou que tal “orquestração contra as Forças Armadas” partia de autoridades norte-americanas e guardava relações com “a pregação de ecologistas para transformar a Amazônia em ‘santuário do mundo’” (EICH, 1991). Neste ínterim, a temática da *internacionalização e cobiça da Amazônia* passou a ser objeto de tomadas de posição do General Antenor de Santa Cruz Abreu, à época comandante militar da Amazônia. Para Santa Cruz, o Exército transformaria a região amazônica “em um novo Vietnã” se os países desenvolvidos tomassem alguma atitude concreta para a internacionalização daquela porção do país. A declaração, feita a congressistas que

²⁹⁹ <http://www.proyanomami.org.br/frame1/calha1.htm>. Acessado em 30 de maio de 2024.

³⁰⁰ Segundo o § 2º do Art. 20 da Constituição de 1988: “A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 08 de junho de 2024.

realizavam visita aos quartéis da Amazônia, foi confirmada pelo Centro de Comunicação Social do Exército, segundo o qual tratavam-se de opiniões pessoais do general (KRIEGER; SILVA, 1991) – uma estratégia frequentemente utilizada pela instituição para não aplicar o Regulamento Disciplinar aos militares que fornecem à imprensa declarações políticas e não autorizadas pelo comandante do Exército (MOREIRA, 2023).

Em outubro daquele ano, quase um mês antes da demarcação da Terra Yanomami, a oposição entre o governo Collor e os militares se tornou evidente. No primeiro episódio, Sidney Possuelo, presidente da Fundação Nacional do Índio, afirmou haver uma “proximidade de pontos de vista” entre o processo de ocupação da Amazônia vislumbrado pelas Forças Armadas e os garimpeiros que por lá se estabeleciam. Na mesma oportunidade, Possuelo ressaltou que a Terra Yanomami não representava risco à segurança na fronteira do Brasil com a Venezuela (RIBEIRO, 1991b). Já no segundo episódio, os ânimos se exaltaram entre o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, e o ex-ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Para este, Lutzenberger seria “um internacionalista e um apátrida, pois não defende os interesses do país” e estaria atuando para a internacionalização da Amazônia, o que faria Leônidas ter em relação a sua pessoa o “mesmo ódio” que tinha pelo dirigente comunista Luís Carlos Prestes (FOLHA DE S. PAULO, 1991)³⁰¹.

As tomadas de posição de militares continuaram presentes nos jornais da época. Três semanas antes da demarcação da TIY, o General Santa Cruz voltou à imprensa para reiterar a ameaça à soberania, caso a demarcação se efetivasse. O general, que afirmou ser contrário ao processo, disse ter buscado levantar suas preocupações quanto à segurança da fronteira, por temer uma invasão da área por venezuelanos e guianenses (RIBEIRO, 1991c). Semanas depois, foi publicada a Portaria nº 580 do Ministério da Justiça, demarcando a área Yanomami e proibindo o ingresso, trânsito e permanência de pessoas ou grupos não indígenas no perímetro demarcado, “ressalvadas a presença e a ação de autoridades federais”. Tal Portaria era acompanhada de um despacho do ministro Jarbas Passarinho, no qual, entre outras coisas, lê-se:

Tendo em vista o disposto no art. 91, § 1º, III, da Constituição [de 1988], que estabelece ser da competência do Conselho de Defesa

³⁰¹ Lembrando que, acima (item 2.4: A Amazônia e a Comunicação Social do Exército), já foi descrita a contenda de Lutzenberger com o General Thaumaturgo Sotero Vaz.

Nacional ‘propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo’ desde já fica ressaltado que, oportunamente, *quando se fizer necessário deliberar sobre o uso das terras em processo de demarcação, aquele colegiado deverá ser ouvido*, por proposta deste Ministério ao Exmo. Sr. Presidente da República (itálico meu)³⁰².

Ou seja, embora não tenha concordado com a reivindicação militar de que o Conselho de Defesa Nacional fosse consultado previamente ao processo de demarcação da Terra Yanomami, Passarinho embutiu na Portaria nº 580 que tal consulta fosse realizada nas demarcações futuras, envolvendo, pelo próprio preceito constitucional, os ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica³⁰³. Quatro dias após a Portaria demarcatória, sem que fosse punido pelas repetidas declarações à imprensa, o General Santa Cruz, comandante militar da Amazônia, voltou aos jornais para afirmar sua discordância com a demarcação, a qual apenas acatava enquanto “profissional militar”. Para o comandante, despertava curiosidade o fato de uma população indígena tão pequena ter o direito sobre uma área tão grande e rica em minérios, a qual poderia ser comparada ao território de “três Holandas ou três Bélgicas”. Santa Cruz chamava a atenção para o fato de que o Exército não tinha problemas com os índios em geral, mas sim “com aqueles que se arvoram de porta-vozes, que têm apoio externo” (O ESTADO DE MINAS, 1991). Na mesma linha, em entrevista para O Globo, o General definiu como “loucura” a demarcação da TIY e disse ter sugerido ao ministro do Exército, Carlos Tinoco, a realização de outro estudo demarcatório pelas próprias Forças Armadas. Em vias de ir para a reserva compulsória por atingir o teto de tempo na patente de general, Santa Cruz aproveitou para afastar a ideia de que sua saída do CMA no final daquele mês estava relacionada às críticas que proferiu (O GLOBO, 1991a; 1991b). Assim, ao contrário de qualquer punição ou reprimenda, segundo reportagem do jornal O Estado de Minas,

³⁰² <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/portaria-n-580-de-151191-declara-de-posse-permanente-indigena-ai-yanomami>. Acessado em 31 de maio de 2024.

³⁰³ Disposição modificada em 1999, quando o Ministério da Defesa passou a ter uma cadeira no Conselho, assim como os comandantes das três Forças, segundo consta no art. 91 da Constituição de 1988. In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 30 de maio de 2024.

o general foi homenageado pelo ministro do Exército, general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, no Clube do Exército, em Brasília, por completar este mês o seu tempo no serviço ativo. A homenagem, que terminou no início da madrugada de ontem, teve um sentido nitidamente político. O general foi objeto de manifestações de solidariedade proporcionada por oficiais do quartel de Brasília, pelo fato de o presidente Collor não ter levado em conta os seus verdadeiros alertas contra a criação de uma reserva para os índios ianomamis. Um oficial que participou da solenidade declarou que lamenta o fato de o presidente Collor não ter levado em conta a tese apresentada pelos ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica e Educação, que previa uma reserva menor, mas que garantiria tanto os interesses dos ianomamis quanto a preservação da faixa de fronteira com a Venezuela (O ESTADO DE MINAS, 1991).

Antes da Terra Yanomami, o próprio Parque Indígena do Xingu, por conta de sua extensão territorial, já havia se tornado objeto de críticas. Como vimos, na prática, a área destinada a essas populações se tornou um ponto logístico de controle e treinamento de militares da Aeronáutica, sendo um “lugar que propicia um conhecimento detalhado da área, não só através das excursões de campo mas também, da apropriação que pode ser feita, através do contato direto com os índios” (MENEZES, 1991, p. 93 e 98). No caso Yanomami, por sua vez, haveria uma contínua busca pela perpetuação do controle militar sobre o desenvolvimento amazônico a serviço de interesses minerários, que por vezes tentou neutralizar a emergência do poder civil no que tange à definição das políticas de ocupação da região, estratégia materializada na própria influência que o Projeto Calha Norte exerceu sobre aquele território (ALBERT, 1991, p. 38-39).

Em ressonância com a posição dos militares, dois meses após a Portaria demarcatória, o deputado federal Jair Bolsonaro, cuja base eleitoral era formada a partir das pautas sindicais verdes-olivas (VICTOR, 2022), apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (nº 170 de 8 de março de 1992) de revogação da demarcação, considerada por ele “descabida”. O Projeto teria como objetivo “salvaguardar a Segurança Nacional pela via legislativa”, por considerar conflitantes os preceitos constitucionais de reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas por populações indígenas e a demarcação destas em faixa de fronteira, considerada fundamental para a defesa do

território nacional³⁰⁴. Apesar disso, a demarcação da Terra Indígena Yanomami foi homologada por Collor em 25 de maio de 1992³⁰⁵ e o Projeto de Jair Bolsonaro foi arquivado pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 1994.

Entretanto, aqui é preciso abrir um parêntese sobre o tema. Em outubro de 1993, o deputado apresentou novo Projeto de Decreto Legislativo nº 365/1993, nos mesmos termos do PDL de 1992, no qual também pedia a revogação da demarcação, acrescentando em sua justificativa que a TIY havia sido demarcada sobre uma “área riquíssima em madeiras nobres e metais raros”. Segundo ele, a demarcação ainda estabelecia uma “distinção entre nacionais”, posto que obrigava a retirada de não-indígenas da região. O Projeto reiterava que, para a demarcação, foi ouvida apenas a FUNAI, deixando de lado o Conselho de Defesa Nacional³⁰⁶.

Somente em 1996, o PDL 365/1993 de Jair Bolsonaro chegou à Comissão Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, recebendo a rejeição pelo seu relator, o deputado Fernando Gabeira. Em seu relatório, Gabeira transcreveu quase na totalidade um artigo da antropóloga Alcida Ramos (1996), na qual se argumentava, entre outras coisas, que, ao contrário do que setores militares da época propagavam, os povos indígenas no Brasil não teriam “[...] qualquer perspectiva de se transformar em estados, nem promover um ‘nacionalismo indígena’”, afinal, a ideia de “nação” enquanto “comunidade imaginada” pouco teria a ver com populações nas quais “[...] a ligação entre seus membros nem é feita por meios indiretos como a imprensa ou a divulgação literária massificada, nem por uma ideologia individualista, mas através de contatos diretos, face a face e imbuídos do coletivo” (RAMOS, 1996, p. 84-86). Em resumo, nada mais avesso à cosmologia indígena yanomami que as ideias de “nação” ou “Estado-nação”, como bem já colocava Pierre Clastres (2000) em *Arqueologia da Violência*. No relatório, Gabeira caracterizava a argumentação de “segregacionismo” utilizada por Bolsonaro como descabida e ainda citava um artigo de opinião de Jarbas Passarinho, no qual o coronel e ex-ministro da Justiça acusava os “patriotas exaltados” de usarem uma “estratégia do

304

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=168140&fichaAmigavel=nao>. Acessado em 31 de maio de 2024

³⁰⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/antecedente_a_2000/1992/Dnn780.htm. Acessado em 31 de maio de 2024.

306

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=13724&fichaAmigavel=nao>. Acessado em 22 de novembro de 2024.

medo” contra a demarcação da TIY (GABEIRA, 1996). Após idas e vindas, o Projeto foi definitivamente arquivado em 2007.

De volta aos anos 1990, a recusa à demarcação e a persistência dos interesses minerários continuaram presentes nas discussões sobre a Terra Yanomami. Em 1993, já durante o governo Itamar Franco, o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Mário César Flores, defendia a entrada de empresas de mineração na região. Almirante e ex-ministro da Marinha do governo Collor, Flores sustentava que a entrada de tais empresas era “[...] a melhor forma de se controlar a atividade dos garimpos porque as empresas teriam ‘mais responsabilidade’ no relacionamento com os índios e com o meio ambiente”, além de poderem contratar os próprios garimpeiros, auxiliando, assim, na fiscalização da TIY (MARTINS, 1993). Anos mais tarde, seria a vez de Geraldo Magela da Cruz Quintão, segundo e último ministro da Defesa do governo Fernando Henrique Cardoso, vocalizar as críticas do setor militar. Quintão afirmou que a demarcação de terras indígenas de forma contínua e em faixa de fronteira, como no caso Yanomami, constituíam “um péssimo exemplo” a ser seguido. As afirmações foram feitas em visita ao município de Uiramutã (RR), onde o Exército buscava instalar um Pelotão Especial de Fronteira no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS). A construção havia sido embargada por uma liminar na Justiça obtida pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), organização que, para o ministro, buscava a “internacionalização” da região. Segundo ele, “não se pode permitir, em hipótese alguma, que se queira chamar uma tribo indígena de *nação indígena*”³⁰⁷. É uma violência contra a integridade de nosso território, que não podemos aceitar”³⁰⁸.

O 6º Pelotão Especial de Fronteira acabou sendo inaugurado no interior de Raposa em maio de 2002³⁰⁹, e o processo demarcatório desta terra indígena reavivou o mercado de tomadas de posição de civis e militares sobre a temática. Como veremos a

³⁰⁷ As discussões em torno do termo datam da Assembleia Nacional Constituinte, quando uma pequena parcela do movimento indigenista passou a adotá-lo em oposição ao uso da expressão “etnia”, considerado politicamente fraco na medida em que seria incapaz de transmitir a ideia segundo a qual é legítimo ser diferente. O termo “nação”, portanto, viabilizaria política e ideologicamente a legitimação da alteridade, uma vez que na acepção ocidental, apesar do componente unitário e universalista presente em seu bojo, “espera-se que cada nação seja diferente das outras em seu conteúdo cultural”. No entanto, na perspectiva militar, a expressão abria caminho para que as populações indígenas reivindicassem movimentos separatistas que, por sua vez, ameaçariam a integridade territorial e a soberania brasileira. In: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/nacoes-indigenas-conceitos-em-desencontro/>. Acessado em 18 de junho de 2024.

³⁰⁸ <http://www.proyanomami.org.br/frame1/calha1.htm>. Acessado em 01 de junho de 2024.

³⁰⁹ <https://cimi.org.br/2004/06/21896/>. Acessado em 01 de junho de 2024.

seguir, boa parte dos argumentos utilizados contra o Parque Indígena do Xingu e contra a Terra Indígena Yanomami foram reativados para recusar que Raposa Serra do Sol fosse demarcada de forma contínua e abarcasse a faixa de fronteira com a Guiana e a Venezuela.

4.3 A TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

A criação do primeiro Grupo de Trabalho Interministerial da FUNAI ocorreu em 1977, com o objetivo de identificar uma terra indígena ao leste de Roraima. Nos anos 1979, 1984, 1988 e 1992, novos GTs foram criados pela FUNAI com o mesmo objetivo, sendo o último concluído em 1993, quando a documentação foi enviada ao Ministério da Justiça, conforme previsto no Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991, e no Decreto nº 608, de 20 de julho de 1992, que dispunham sobre o processo administrativo de demarcação de terras indígenas no país (SILVA, M. I., 2012, p. 77-78 e 113-114).

Em 1996, ambos os decretos citados acima foram revogados pelo Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que estabeleceu em seu Art. 9º que, no caso das demarcações em curso na data de sua publicação, cuja homologação não tivesse sido objeto de registro em cartório imobiliário ou na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, poderiam os estados, municípios e “demais interessados” apresentar “[...] ao órgão federal de assistência ao índio razões instruídas com todas as provas pertinentes, tais como títulos dominiais, laudos periciais, pareceres, declarações de testemunhas, fotografias e mapas, para o fim de pleitear indenização ou para *demonstrar vícios, totais ou parciais*” no relatório da FUNAI, caracterizador da terra indígena a ser demarcada, cabendo ao Ministério da Justiça examinar a concessão de tais indenizações e a procedência dos possíveis problemas no processo demarcatório³¹⁰. Isto é, pelas mãos do presidente Fernando Henrique Cardoso e seu ministro da Justiça, Nelson Jobim (que, por sua vez, era assessorado nesta temática pelo Procurador da República, Gilmar Mendes), foi autorizada a contestação de demarcações em curso, como era o caso de Raposa Serra do Sol. Naquela oportunidade,

³¹⁰ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1775.htm. Acessado em 1 de junho de 2024.

A imprensa de Roraima recebeu como uma bênção política o Decreto 1.775/96, assinado pelo Ministro Nelson Jobim, que permite a contestação dos processos de demarcação das áreas indígenas no País. Um articulista da Folha de Boa Vista informa que o presidente da Assembleia Legislativa, Almir Sá, convocou uma coletiva para anunciar que já mobilizou o corpo de técnicos e advogados da Assembleia para, em 45 dias, concluir os estudos necessários ao contraditório, o que ele chamou de ‘vícios no processo demarcatório’ das Áreas Raposa/ Serra do Sol e São Marcos. (...) O jornal O Diário, também de Boa Vista, informa que o governador Neudo Campos já assinou decreto criando a Comissão Técnica Especial que vai trabalhar na elaboração do contraditório às demarcações de terras indígenas em Roraima. (RICARDO, 2001, p. 309 apud NETO, 2006, p. 75).

Por conseguinte, a partir do decreto surgiram uma infinidade de contestações aos limites territoriais propostos pelo relatório da FUNAI. A grande maioria das contestações eram de não-índios que buscavam manter suas propriedades no interior da terra indígena, mesmo que esta fosse demarcada. Neste ínterim, com o processo parado no Ministério da Justiça, em 22 de junho de 1993, Nelson Jobim encaminhou consulta à Procuradoria-Geral da República (PGR) e ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), para que o Ministério tomasse conhecimento de algum “óbice jurídico” quanto ao fato da área indígena de Raposa Serra do Sol também situar-se na faixa de fronteira internacional. Segundo o Despacho nº 80 de 20 de dezembro de 1996 do ministro da Justiça, resultou daquela consulta que a PGR nada tinha a apresentar que obstasse a demarcação. Já o EMFA externou ser contrário por considerá-la “de exagerada dimensão totalmente localizada na faixa de fronteira”. Com base nessas manifestações, Jobim achou por bem solicitar à Advocacia Geral da União (AGU) para que esta pedisse nova manifestação sobre a mesma temática aos ministérios que integravam o Conselho de Defesa Nacional (CDN). A nova consulta revelou o seguinte quadro:

O EMFA, em 07 de novembro de 1994, foi ‘... de parecer que o Conselho de Defesa Nacional seja consultado a respeito da demarcação da área indígena em faixa de fronteira...’

Por sua vez, em 28 de novembro de 1994, o Ministério da Marinha afirmou entender que, sob qualquer enfoque, é mandatória a participação do Conselho de Defesa Nacional na delimitação de área indígena situada em faixa de fronteira...’.

[...]

O Ministério da Aeronáutica, em 13 de fevereiro de 1995, manifestou-se contra a demarcação porque ‘... as faixas de fronteira devem ser mantidas e prioritariamente respeitadas ao se demarcar as terras indígenas, para preservar a soberania e a segurança nacional...’. O Estado-Maior da Aeronáutica, por seu então Chefe – Tenente-Brigadeiro-do-Ar Mauro Granda, manifestou-se que ‘... é de parecer contrário à proposta de demarcação pretendida, face a exagerada dimensão, bem como localização em área fronteiriça’³¹¹.

Ou seja, a consulta descortinou argumentos utilizados contra a demarcação do Parque Indígena do Xingu e da Terra Indígena Yanomami: alegações quanto a extensão da área reconhecida e ao risco à soberania pela localização em faixa de fronteira, bem como a necessidade de consulta ao CDN, exigência embutida por Jarbas Passarinho no decreto de demarcação da TIY. Apesar disso, a AGU concluiu que não havia a necessidade de consulta ao CDN e Nelson Jobim, por sua vez, reiterou em seu despacho não haver incompatibilidade entre a faixa de fronteira e a demarcação da terra indígena. Todavia, tal reconhecimento não impediu que o despacho do ministro da Justiça produzisse consequências negativas e imediatas ao processo demarcatório em foco. No despacho, Jobim adicionou o que chamou de “pequenos ajustes” à proposta demarcatória da FUNAI. Em resumo, determinou:

- a) a exclusão, da área indígena das 10 ‘propriedades privadas tituladas pelo INCRA a partir de 1982’, e a denominada ‘Fazenda Guanabara’, de propriedade de Newton Tavares;
- b) a exclusão, também dos limites da terra indígena, da sede municipal do recém criado Município de Uiramutã e das vilas existentes como Surumu, Água Fria, Socó e Mutum;
- c) a vedação da fruição indígena exclusiva sobre as vias públicas e respectivas faixas de domínio público que existem na área indígena.

Determina por fim à Funai a elaboração de nova planta de identificação com base nos parâmetros explicitados no Despacho,

³¹¹ <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/despacho-n-80-de-201296-julga-improcedente-constatacoes-oferecidas-demarcacao-da>. Acessado em 01 de junho de 2024.

após o que deverão os autos retornar ao Ministério para a edição da competente Portaria Declaratória³¹².

Tal determinação, a um só golpe, permitiu que os núcleos garimpeiros, chamados de “vilas” pelo despacho, pudessem ser excluídos da demarcação e, portanto, mantidos na área, a qual, por sua vez, com todas as exceções adotadas pelo ministro, foi reduzida em 300.000 hectares em relação ao relatório original da FUNAI de 1993 (NETO, 2006, p. 54-55). Como se verá mais a frente, Nelson Jobim continuou influenciando no processo demarcatório da TIRSS mesmo após deixar o Ministério da Justiça, uma vez que o mesmo assumiu o Ministério da Defesa durante o governo Lula em um contexto de acirramento da disputa entre o setor militar e o governo sobre a demarcação. Por ora, ressalta-se que apesar da consulta reiterada do Ministério da Justiça às Forças Armadas, anos mais tarde o General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas afirmou que os militares não foram chamados a participar dos debates tanto sobre a instalação de pelotões especiais de fronteira na região, quando sobre a própria demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Segundo o relato do General,

Durante o governo Fernando Henrique, os partidos de oposição identificavam-se conosco em torno de questões nacionais, como a Amazônia. Quando o Exército trabalhava por instalar o Pelotão Especial de Fronteira de Uiramutã, na região do Lavrado, onde futuramente seria demarcada a Reserva Raposa Serra do Sol, desencadeou-se uma campanha internacional com base na ideia de que a presença dos soldados contaminaria a cultura indígena.

O jornal *Washington Post* publicou um artigo nesse sentido. Foi o deputado Aldo Rebelo que, por meio de uma carta, refutou os argumentos do periódico. Ele pediu, em seguida, para que o levássemos a conhecer a realidade indígena. Pôde então constatar a hipocrisia em torno dos argumentos manuseados contra nosso projeto. Uiramutã já era sede de município, com todos os órgãos correspondentes instalados. A prefeita, sra. Florany Mota, ela própria indígena, havia feito a campanha eleitoral com posição contrária à demarcação, recebendo amplo apoio da população, majoritariamente pertencente às etnias wapixana, ingarikó, taurepang, patamona e macuxi.

Contrariando essas e outras evidências, inclusive as históricas, a demarcação se processou sob o critério de área contínua. Tivesse

³¹² <https://cimi.org.br/2004/06/21644/>. Acessado em 01 de junho de 2024.

ela adotado algum princípio distinto, os interesses indígenas absolutamente em nada teriam sido afetados. Extremamente frustrante foi verificar que todo o nosso esforço no sentido de divulgar a realidade foi ignorado. Na época, eu era chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia. Sabendo da posição de Aldo Rebelo, então secretário de governo do presidente Lula, liguei e o encontrei também muito frustrado. Relatou que, na reunião decisória com o presidente da República, ele foi o único que se manifestou veementemente contrário à demarcação.

O Exército nunca foi consultado, embora, sem jactância, fôssemos a instituição que, com maior profundidade, conhecia aquela realidade, já que preexistiam três pelotões de fronteira na área do Lavrado, o que nos proporcionava uma convivência estreita com os índios e o perfeito conhecimento das necessidades básicas e o posicionamento deles sobre a demarcação. Havia uma orquestração envolvendo a grande imprensa, órgãos do governo, ONGs e algumas lideranças dos próprios indígenas. Éramos lembrados apenas quando alguma autoridade desejava ir à região para ‘melhor conhecer a realidade’. Proporcionávamos o transporte de helicóptero e o necessário apoio logístico, normalmente, de alimentação e hospedagem.

Revoltou-nos a desfaçatez com que era montada uma verdadeira pantomima, da qual participavam os atores esperados. Logicamente, a grande imprensa acompanhava e fazia uma ampla divulgação, causando-nos revolta e sentimento de impotência. A demarcação promoveu fortes dramas humanitários, guardadas as proporções, comparáveis aos ‘pogroms de Stalin’ (CASTRO, 2021, p. 115-117, itálico meu).

A memória seletiva do general não menciona que a própria criação do município de Uiramutã, em 1995, onde o Exército instalou um Pelotão, objetivou inviabilizar a demarcação contínua da TIRSS, por meio da afirmação da existência de adensamentos populacionais de não-índios na região. Posteriormente, tanto o Pelotão, criado em 2002, quanto a existência do município, forneceram justificativas para que a demarcação fosse feita em forma de “ilhas” (SILVA, M. I., 2012, p. 113-114). No entanto, a seletividade militar também se aplicou a outras prerrogativas legais reservadas às Forças Armadas e que foram fortemente utilizadas em eventos polemizadores de convergência da opinião civil-militar nos anos subsequentes, especialmente do argumento de que na Amazônia os militares são impedidos de entrarem nas terras indígenas.

4.3.1 Forças Armadas em Terras Indígenas: Acesso Negado?

Aldo Rebelo, em 2010, publicou o livro *Raposa-Serra do Sol: o Índio e a Questão Nacional*, que reunia alguns artigos e entrevistas concedidas por ele a grandes jornais impressos do país entre os anos de 2008 e 2009. No livro, Rebelo afirma que a demarcação de Raposa Serra do Sol e da Terra Indígena Yanomami foram “erros geopolíticos” que mereciam ser revertidos, uma vez que ambas estão em faixa de fronteira e revelariam como “há séculos a Amazônia tem sido objeto de cobiça e de invasões de franceses, ingleses, espanhóis e holandeses” (REBELO, 2010, p. 56 e 90). Além de chamar atenção para a suposta “afeição dos índios aos invasores” estrangeiros, o livro menciona um episódio que por muitos anos foi utilizado por “civis” e militares como substrato para a afirmação de que há uma recorrente recusa a entrada das Forças Armadas em terras indígenas no país. Segundo ele,

Fui a uma reserva ianomâmi, perto de um pelotão de fronteira do Exército, e visitei uma maloca. Me deparei com umas 50 famílias convivendo dentro de um ambiente fechado, de penúria. Muitos fogos dentro da maloca para as famílias assarem banana e mandiocas, muita poluição, muita fuligem, um ambiente com incidência muito grande de doenças infecciosas. Até tuberculose. Fui recepcionado por uma moça de uma organização não governamental, a ONG Urihi. Perguntei por que não se puxava do pelotão água e luz para dentro da comunidade indígena, o que daria mais conforto à população. A moça da ONG disse que não, que isso ia deformar o modo de vida dos índios. Nessa visita, o comandante militar que estava comigo não pôde entrar na área indígena. Um grupo de crianças jogava futebol, e eu joguei um pouco com elas. Comentei com a moça da ONG: ‘Pelo menos o futebol é um fator de integração, pois todos torcemos pela mesma seleção’. A moça me respondeu: ‘Não. O senhor torce pela seleção brasileira, e os índios torcem para seleção deles’. Na mais falei e nada mais perguntei (REBELO, 2010, p. 75-76).

Já no livro *O Quinto Movimento: Propostas para uma Construção Inacabada* (2021), Aldo Rebelo revela que os militares supostamente impedidos de entrar na área indígena eram o então Coronel Eduardo Villas Bôas, que na época era chefe da Assessoria Parlamentar do Exército no Congresso, e o General Claudimar Magalhães Nunes, então comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Boa Vista - RR). A visita da comitiva

à Terra Yanomami teria como objetivo averiguar “[...] uma denúncia publicada pelo jornal norte-americano *The New York Times* a partir de fontes da sociedade brasileira, que sugeriram ao jornal a notícia de que estaria havendo abuso sexual, estupros e outras violências por parte dos soldados na região da Amazônia e na fronteira, e as vítimas seriam mulheres indígenas”. Segundo Aldo Rebelo, tais denúncias tinham se originado por parte de “[...] índias instruídas pelos militantes [de] ONGs a pedir reparações, vantagens financeiras e a reivindicar direitos que, antes, não eram considerados pela cultura ancestral” (REBELO, 2021, p. 137-138).

Ao que tudo indica, pelo relato de Villas Bôas citado a pouco, a aproximação entre ele e Aldo Rebelo se deu na ocasião em que, supostamente, uma ONG impediu a entrada de militares das Forças Armadas na área Yanomami. O fato é que, desde pelo menos 7 de outubro de 2002, essa temática era regulada pelo Decreto nº 4.412, o qual dispõe que:

Art. 1º. No exercício das atribuições constitucionais e legais das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras tradicionalmente ocupadas por indígenas estão compreendidas:

I - a liberdade de trânsito e acesso, por via aquática, aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamentos, estacionamentos, patrulhamento, policiamento e demais operações ou atividades relacionadas à segurança e integridade do território nacional, à garantia da lei e da ordem e à segurança pública;

II - a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infra-estrutura e logística necessárias;

III - a implantação de programas e projetos de controle e proteção da fronteira³¹³.

Ou seja, ao contrário do que “civis” e militares afirmam até os dias atuais, a presença e acesso de militares em terras indígenas se encontra amparada em lei, a qual, por sua vez, permanece ausente dos relatos dramatizados sobre a suposta recusa de

³¹³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4412.htm acessado em 07 de julho de 2021.

populações indígenas e organizações não governamentais da entrada das Forças Armadas nessas áreas.

FIGURA 23 – 5º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DE MATURACÁ (TERRA YANOMAMI – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM)



Fonte: Piero Leirner (fevereiro de 2010)

FIGURA 24 – MILITARES DA AERONÁUTICA CONVERSAM COM CRIANÇAS YANOMAMI NO 5º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA DE MATURACÁ (TERRA YNOMAMI – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AM)



Fonte: Piero Leirner (fevereiro de 2010)

Além do Decreto, há ainda a Portaria nº 20 do Estado-Maior do Exército (EME), de 02 de abril de 2003, que regula o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas. No documento, que afirma ser de “[...] interesse da Força Terrestre manter um estreito relacionamento com as comunidades indígenas em todo o território nacional, particularmente na Amazônia, para complementar a estratégia da presença na região”, há ainda o acionamento da Batalha de Guararapes e da memória do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, para reiterar a pretendida relação harmoniosa entre os militares e os índios ao longo da história do Brasil. Ainda assim, estes elementos não impediram que a Portaria atribuísse ao EME a prerrogativa de auxiliar na definição dos locais para a instalação de organizações militares em terras indígenas ou próximas delas e, *somente depois*, “informar às comunidades indígenas, bem como suas instâncias representativas” sobre tais instalações³¹⁴.

Meses depois, em 17 de outubro de 2003, o Ministério da Defesa aprovou a diretriz do EME explicitada acima. Na Portaria assinada pelo ministro José Viegas Filho, consta um anexo de autoria do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marcos Vinícius Sfoggia, então secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do ministério, no qual lê-se:

As Forças Armadas têm um comprometimento histórico com a unidade nacional e são garantes, em última instância, da lei e da ordem. Nesse sentido, têm elas o dever de evitar fissuras ou fraturas no seio da sociedade brasileira. *Por essa razão, a presença das Forças Armadas nas terras indígenas é benéfica à defesa dos direitos daqueles brasileiros ante possíveis agressões culturais e físicas.* [...]

As Forças Armadas - pelo seu patriotismo, sua devoção à causa pública e seu afastamento com relação a qualquer interesse particular nessa questão - reúnem as condições necessárias para zelar pelo respeito às normas que regulam as terras indígenas.

A questão da demarcação das terras indígenas, como é sabido, não está afeta ao Ministério da Defesa. Esta questão deve ser equacionada de maneira compatível com a necessidade de que as Forças Armadas estejam presentes em qualquer parte da fronteira, seja terra indígena ou não, respeitando, obviamente, os costumes, tradições e as leis que protegem aqueles cidadãos brasileiros.

³¹⁴ https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/portaria_020.pdf. Acessado em 02 de junho de 2024.

As comunidades indígenas têm representatividade própria ou agem por intermédio de órgãos públicos como a FUNAI, ou mesmo religiosos nacionais, *razão pela qual não há qualquer motivo para que organizações não governamentais, particularmente estrangeiras, apresentem-se como seus representantes* (itálico meu)³¹⁵.

Além de reservar às Forças Armadas o poder de garante da integridade física e cultural das populações indígenas e condenar a atuação de ONGs estrangeiras, o texto do secretário reitera o disposto na Portaria do EME de que “por conhecer melhor a região onde vive e estar a ela perfeitamente adaptado, o índio pode constituir-se em um valioso aliado na obtenção de dados sobre a região, nas operações e nas ações rotineiras das Forças Armadas”.

De volta ao tema do livre trânsito e acesso das Forças Armadas às terras indígenas, tal preceito legal foi reafirmado pela Portaria nº 534 de 13 de abril de 2005 do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, portaria esta que foi a base para o decreto de homologação da TIRSS assinado dois dias depois por Lula da Silva. Segundo o decreto, em seu Art. 4, seria assegurada “[...] a ação das Forças Armadas, para a defesa do território e da soberania nacionais, e do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, para garantir a segurança e a ordem pública e proteger os direitos constitucionais indígenas, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol”³¹⁶.

Uma semana antes do decreto homologatório, circulou na imprensa a existência de um relatório da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), produzido pelo Coronel Gélvio Augusto Barbosa Fregapani, à época chefe do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAM). Como mostrado no segundo capítulo desta tese, Fregapani foi da primeira turma de oficiais formados pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em 1966, unidade comandada por ele entre 1980-1981. No relatório em questão, produzido em março de 2005, Fregapani chamava atenção para o “evidente interesse estrangeiro na demarcação contínua” de Raposa Serra do Sol. Como mostra uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo que obteve acesso ao relatório, “segundo o coronel, as ONGs estrangeiras chegaram a bancar financeiramente o trabalho de demarcação de áreas

³¹⁵ https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/983a_2003.pdf. Acessado em 02 de junho de 2024.

³¹⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/dnn/Dnn10495.htm acessado em 07 de julho de 2021.

indígenas em território brasileiro. O relatório cita os rizicultores gaúchos ao lado dos índios contra a homologação, como a mais forte presença brasileira numa área despovoada, grande parte fronteira seca com a Venezuela e Guiana”. O diferencial do relatório seria o de “[...] recolocar o conflito sob a visão militar e abordar sem rodeios que da forma que seria feita - retirando comunidades e produtores de arroz - a homologação cria um vazio demográfico, atenta contra a soberania e esconde a cobiça pelas mais ricas jazidas de minério do planeta” (QUADROS, 2005).

Ainda segundo O Estado de São Paulo, o relatório teria identificado 115 organizações não-governamentais que atuariam na Amazônia Ocidental e que receberiam orientações da “União Nacional para a Conservação da Natureza (UINC) e [d]o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), orientado pelo Príncipe Charles, do Reino Unido, e que teria entre seus dirigentes o banqueiro Joseph Safra”. No caso particular da Terra Indígena Yanomami, próxima à Raposa Serra do Sol, atuaria a ONG *Survival International* (SI), “[...] cujo roteiro de atuação foi criado pelo Príncipe Philip, também do Reino Unido. A ONG internacional mais estruturada seria o grupo Greenpeace. As ações mais radicais seriam executadas pelo Greenpeace e Amigos da Terra”. Além das ONGs que serviriam de “cobertura” para os serviços secretos de grandes potências mundiais interessadas nas reservas minerárias da região, o relatório da Abin teria identificado que “[...] o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Igreja Católica, principal defensor da ‘autonomia e da autodeterminação dos indígenas’, teria recebido, entre 1992 e 1994, US\$ 85 milhões da Fundação Nacional para a Democracia, dos Estados Unidos, mantida pelo governo e dirigida pelo Congresso americano” (O ESTADO DE S. PAULO, 2005).

Após a repercussão, a ABIN publicou nota na qual afirmava não ter produzido o relatório, que na verdade seria de autoria exclusiva do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAM). A nota ainda esclarecia que:

- O GTAM é um *colegiado informal* composto por integrantes da Abin e de órgãos de Inteligência das Forças Armadas e do Departamento de Polícia Federal, que trabalha com o propósito de sistematizar as atividades de Inteligência na Região e nivelar os conhecimentos.

- O GTAM realiza duas viagens anuais à Região Amazônica e elabora relatórios de viagem e de situação. *Os relatórios*

subsidiar discussões e estudos dos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

- O Relatório em questão, fruto do consenso dos integrantes do GTAM, aborda entre outros assuntos a Terra Indígena Raposa Serra do Sol e é assinado pelo seu *coordenador e representante da Abin*, Gélío Fregapani.

- Uma vez que sua finalidade precípua é subsidiar discussões e estudos dos integrantes do SISBIN, este documento não foi difundido além da esfera técnica³¹⁷.

Isto é, de uma forma ou de outra, tratava-se de material produzido pela comunidade militar e de seus satélites de inteligência da época, sendo uma evidente manifestação da cosmologia militar segundo a qual os processos de demarcação de terras indígenas não seriam fruto da luta dos povos indígenas pela recuperação de suas terras, mas sim de uma *cobiça internacional* (camuflada na atuação de organizações missionárias e não governamentais) que objetivaria obter o controle de parcelas do território brasileiro e de suas riquezas (MARQUES, 2007, p. 64). O que o relatório não contava, porém, é que o próprio Fregapani e outros militares do CIGS nos anos 1980 e além, utilizavam expedições oficiais do Exército para fins de garimpagem de ouro (cf. FREGAPANI, 1987, p. 96). Por exemplo, em uma expedição ao Pico da Neblina no estado do Amazonas, o coronel e demais militares do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus - AM) e do 5º Batalhão de Infantaria de Selva (São Gabriel da Cachoeira – AM) acharam “[...] conveniente abrir uma trilha que desse acesso direto de Maturacá até o maciço, *para facilitar a exploração e conseqüente ocupação por nossa gente (brasileiros), fossem eles garimpeiros ou mineradores*”, pois acreditavam que a atuação do IBAMA na região, na verdade, objetivava “guardar” aquela porção de terra para futura exploração estrangeira, em particular, de garimpeiros venezuelanos (FREGAPANI, 2009, p. 229, *itálico meu*).

Até onde pude constatar, os relatórios produzidos anualmente pelo GTAM sobre a Amazônia continuaram tendo repercussão midiática e política. Em 28 de janeiro de 2007, o Jornal do Brasil dedicou toda sua edição de domingo à temática. Na primeira página do jornal, sob o título “Amazônia em perigo”, chamava-se atenção para o fato de que “colossos territoriais insuficientemente povoados e protegidos” como o amazônico,

³¹⁷ <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/15691>. Acessado em 02 de junho de 2024.

“excitam a cobiça de outros países, sobretudo quando parece tão vulnerável a forasteiros uma demasia de jazidas minerais, pedras preciosas, madeiras de lei, animais exóticos, plantas medicinais raríssimas”. Mais à frente, com o título “Instituições Estrangeiras Fincam Bandeiras em Território Nacional Usando Índios”, o Jornal repetia o mantra de que as terras indígenas Yanomami e Raposa Serra do Sol eram “muita terra para pouca gente”. O argumento era reforçado pelos relatórios de 2005 e de 2006 do Coronel Fregapani, considerado “um dos mais respeitados especialistas em questões amazônicas” e segundo o qual estaria tudo pronto para a criação de uma “nação autônoma” de índios yanomamis ligando o território brasileiro ao venezuelano (NUNES, 2007).

Segundo o Jornal do Brasil, no relatório de 2006 do GTAM, além das questões envolvendo ONGs estrangeiras na Amazônia e sua atuação em terras indígenas, trazia ainda considerações sobre a presença militar estadunidense na região. De acordo com o documento, tal presença se estenderia pela Guiana, Equador, Peru, Bolívia e Paraguai, e se aproveitaria “do vazio de nossa política externa” em relação aos EUA, utilizando, para tanto, bases militares para expandir seu poder aos países sul-americanos. Outra consideração do GTAM, seria a presença estrangeira e a suspeita de espionagem na base aérea de Alcântara, no Maranhão, região que também contaria com a atuação de ONGs devido aos “altos índices de exclusão social” observados na localidade (FARIA, 2007)³¹⁸. Quanto à questão específica de Raposa Serra do Sol, o relatório era categórico em afirmar que a demarcação foi feita “em bases falsas e desprezando antigos e registrados títulos de propriedade que remontam a 1937, ou antes. *Assinaturas do laudo antropológico no qual se baseou a demarcação contínua foram comprovadamente falsificadas*”. Da parte dos grupos contrários à demarcação, estes contariam “com a simpatia das Forças Armadas”, diz o mesmo texto (NUNES, 2007, *itálico meu*).

A repercussão dos relatórios do GTAM ensejou um requerimento da deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM) à Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional (CAINDR) para debater o tema³¹⁹. Desta forma, no dia 20 de março de 2007 compareceram à Câmara dos Deputados um

³¹⁸ Cabe lembrar que, em 2019, o Governo Bolsonaro, repleto de militares no seu núcleo, fechou o acordo de cessão da Base de Alcântara para os EUA. In: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/30/governo-entrega-exploracao-da-base-de-alcantara-para-empresas-dos-eua-e-canada>. Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

³¹⁹

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=341961&fichaAmigavel=nao>. Acessado em 9 de junho de 2024.

representante da Polícia Federal, Mário Spósito, o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Márcio Paulo Buzanelli, e o Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, General Maynard Marques de Santa Rosa. Na audiência pública, todos os depoentes ressaltaram a presença de ONGs na Amazônia e a necessária fiscalização de suas atuações pelo Estado brasileiro. No entanto, posteriormente, foram os trechos da apresentação do General Santa Rosa que receberam maior repercussão jornalística. Na apresentação, o General chamou atenção para a influência “ideológica” sobre a questão, “principalmente manifestada por intelectuais que nunca moraram na Amazônia e que, de Ipanema, do Leblon ou de Belo Horizonte, postulam ideias conservacionistas”. Além disso, se o relatório do Coronel Fregapani de 2005 estimava em 115 o número de ONGs atuantes na Amazônia, na fala de Santa Rosa este número subiu para 100 mil ONGs. Para o general, o problema estaria nas “motivações ocultas” de tais organizações, que eram “patrocinadas por recursos de órgãos de inteligência dos países centrais”³²⁰.

Além do curioso número de ONGs informado por Santa Rosa, o general usou a oportunidade para reclamar recursos para a atuação das Forças Armadas na região e reafirmar a posição militar desde a demarcação da Terra Yanomami em 1991: a necessária consulta ao Conselho de Defesa Nacional, tendo em vista “a dificuldade de controle do que se passa no interior destas vastas áreas, algumas de enorme potencial [mineral]”.

Em setembro daquele ano de 2007, Santa Rosa voltou a ganhar destaque na mídia, em um contexto em que a Polícia Federal buscava retirar de não-índios do interior de Raposa Serra do Sol. Segundo a portaria homologatória da área, essa retirada deveria ter sido concluída em abril de 2006. No entanto, esse prazo só foi considerado esgotado pela FUNAI em abril de 2007, em decorrência de uma série de ações ajuizadas no Supremo Tribunal Federal que contestavam a demarcação da região e solicitavam garantias para que a população não indígena permanecesse no interior da Terra até que o STF decidisse sobre tais ações. Isso ocorreu somente em junho de 2007, quando foi permitido que a FUNAI desse início à remoção, que se arrastou até setembro daquele ano (SILVA, M. I., 2012, p. 137).

320

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0176/07&hrInicio=15:14&dtReuniao=20/03/2007&dtHorarioQuarto=15:14&dtHoraQuarto=15:14&Data=20/03/2007>.

Acessado em 9 de junho de 2024.

Na oportunidade, a Polícia Federal, encarregada de realizar a operação, solicitou apoio logístico ao Ministério da Defesa. O plano seria que a Aeronáutica e o Exército auxiliassem os mais de 500 agentes da PF a entrar na reserva e fornecessem apoio logístico, na disponibilização de aeronaves, carros, barracas, UTIs terrestres e demais infraestruturas de campanha. Todavia, o General Santa Rosa (à época era secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa), em declaração ao O Globo, vocalizou a resistência das Forças Armadas em dar apoio à retirada de grupos de arroteiros que se mantinham na área. No dia 30 daquele mês, Santa Rosa foi exonerado da função. O motivo teria sido tanto a declaração ao O Globo, quanto seus apontamentos na audiência pública da Câmara dos Deputados, explicitada anteriormente (ÉBOLI, 2007a; 2007b). No entanto, na cerimônia de transmissão de cargo, Jobim disse que a saída do general estava relacionada a uma revisão da estrutura organizacional do Ministério. Durante a cerimônia, o ministro da Defesa não poupou elogios a Santa Rosa: “esse valoroso chefe militar de Infantaria, alagoano que muito dignifica sua terra natal, trouxe sua competência e experiência profissional, sua inteligência, seus profundos conhecimentos da história do nosso Brasil e sua vontade inquebrantável de vencer desafios para a SPEAI [Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais]”³²¹.

Segundo Santa Rosa e outros militares, a operação de retirada de não-índios da TIRSS poderia gerar uma “resistência armada” da população (ÉBOLI, 2007a). A resistência advinha de grupos de arroteiros donos de propriedades no interior da terra indígena. Estes grupos eram liderados por Paulo César Quartiero, que era não somente o maior fazendeiro do estado de Roraima e presidente da Associação de Rizicultores do estado, como também prefeito de Pacaraima na ocasião. Quartiero foi preso pela PF no dia 30 de março de 2008, durante a Operação Upatakon III (de retirada dos não-índios de Raposa), após participar de um bloqueio sobre o Rio Surumu, no município de mesmo nome, que objetivava impedir o acesso dos policiais à terra indígena. Na oportunidade, seu filho, Renato Quartiero, feriu-se com uma bomba de fabricação caseira. O fazendeiro pagou fiança e acabou solto dois dias depois da prisão (GOMES, L., 2008a).

No entanto, Quartiero seria preso novamente no dia 7 de maio daquele ano, dessa vez por tentativa de homicídio, formação de quadrilha e porte de artefato explosivo. O prefeito, seu filho e mais nove funcionários seus foram acusados de participar de um

³²¹ https://web.archive.org/web/20080919104515/http://www.defesanet.com.br/toa1/raposa_2.htm. Acessado em 11 de junho de 2024.

atentado à bala que deixou dez índios feridos na Fazenda Depósito, de sua propriedade, localizada dentro da TIRSS. Na oportunidade, a Polícia Federal localizou na fazenda material usado para fabricação de bombas (GOMES, L., 2008b). Algumas semanas depois, segundo reportagem do Estadão, a polícia suspeitava “que o coronel da reserva Gélvio Augusto Fregapani e [...] outros dois militares (que não foram identificados) atua[v]am na logística de resistência dos arroteiros, evidenciada pela tática de guerrilha usada no episódio” (FERRAZ, 2008). Fregapani reagiu da seguinte forma à acusação: “se eu tivesse ensinado táticas de guerrilha, não tinha um policial federal lá. E quem afirmou isso com certeza estaria morto. Sou um dos fundadores do CIGS [Centro de Instrução de Guerra na Selva], esse pessoal não pode competir comigo”³²².

Antes que fosse aventado o suposto “serviço técnico” fornecido por Fregapani à Associação de Rizicultores de Roraima, Quartiero foi recebido com elogios pelo próprio coronel em um seminário organizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres), na sede do Clube Naval no Rio de Janeiro, intitulado *Amazônia: Cobiçada e Ameaçada* (ROLDÃO, 2008). O seminário, realizado nos dias 26, 27 e 28 de abril daquele ano contou com conferências dos generais Santa Rosa e Durval Machado Pereira de Andrade Nery, então presidente do Cebres; do Vice-Almirante Arnon Lima Barbosa, representante do Ministério da Defesa; dos senadores Morazildo Cavalcanti e Kátia Abreu, e entre outros (COIMBRA, 2008). Apesar de sigilosa, o início da Operação Upakaton III no dia 28 daquele mês era de conhecimento dos militares do Cebres, que providenciaram que o seminário precedesse a operação da PF. Naquele mesmo dia, Fregapani afirmou ao Jornal do Brasil que se a demarcação fosse confirmada pelo STF à contragosto dos militares, “seriam certos os motins e rebeliões nos quartéis” do Exército (CORREIA, 2008).

Neste ínterim, outro episódio veio a reforçar o argumento de que as Forças Armadas eram impedidas de entrar em terras indígenas na Amazônia. No dia 20 de março de 2008, o ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, participou de uma reunião com comandantes de organizações militares e oficiais do Estado-Maior do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Boa Vista - RR), que contou também com a participação de outras autoridades civis da região, entre elas, o próprio Paulo César Quartiero. Após a reunião, Unger iria de avião para a região de

³²² <https://m.folha.uol.com.br/poder/2008/08/437019-prevendo-conflito-governo-reforca-seguranca-em-roraima.shtml>

Surumu, no interior da TIRSS. No entanto, segundo determinação de Nelson Jobim e Tarso Genro, ministros da Defesa e Justiça respectivamente, somente Unger; o administrador da FUNAI, Gonçalo Teixeira; e o bispo de Roraima, dom Roque Paloschi, estavam autorizados a realizar a viagem e participar de uma assembleia com lideranças indígenas na região. A proibição desagradou o senador Augusto Botelho (PT-RR), o deputado estadual Ivo Som (PTN) e o deputado federal Márcio Junqueira (PFL-RR), segundo este último seria “um absurdo que as ONGs ditem quem anda por dentro de Roraima e limitem o próprio Exército, que está dando o apoio logístico e é o responsável pela segurança do ministro”. O incômodo também partiu do General Eliéser Girão Monteiro Filho, comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, que externou seu “chateamento” com a situação e emendou: “onde há necessidade da segurança nacional, o Exército sempre se fará presente” (TRAJANO, 2008). Mais à frente detalharemos outro episódio envolvendo o General Girão Monteiro e uma manifestação política de arroseiros realizada no interior da Brigada comandada por ele, contrariando o Regulamento Disciplinar do Exército.

Portanto, é inegável que o contexto das discussões envolvendo a Terra Indígena Raposa Serra do Sol havia se tornado fértil para polemizações no cenário nacional. No entanto, um general em específico contribuiria para que a polêmica tivesse sobrevida ao longo de todo o mês de abril e maio de 2008. Tratava-se do General Augusto Heleno, nosso personagem do capítulo anterior, em sua fase como comandante militar da Amazônia. A seguir veremos como a atuação de *porta-voz* da instituição militar preconizada por Heleno acionou o mercado de *tomadas de posição pertinentes* de autoridades civis e militares naquele período, com consequências duradouras para as relações civis-militares no Brasil.

4.3.2 Insurgência Programada: o Fator Heleno

Seja sempre audacioso. Ouse. Mantenha e explore a iniciativa. Não deixe que o inimigo comande as ações. [...] Nunca seja surpreendido. Antecipe-se ao inimigo. Procure surpreender o inimigo. Não seja ortodoxo. Faça o que ele não espera [...]

Decálogo do Combatente de Cavalaria³²³.

[...] sou oriundo da Arma de Cavalaria. A Cavalaria entra para liquidar o combate, [...] é chamada no momento da confusão na frente da batalha e tem de ser empregada muito corretamente em função do seu poder de combate

General Augusto Heleno Ribeiro Pereira³²⁴.

O General Augusto Heleno diferentemente de seus colegas em posições semelhantes, foi um ídolo de gerações de militares, por sua postura e seu escasso comedimento para retrucar autoridades, mesmo que ela seja o Presidente da República, o que lhe custou o Comando Militar da Amazônia, no segundo mandato de Lula

Grupo Inconfidência³²⁵.

No capítulo anterior, expus brevemente como, desde que assumiu o Comando Militar da Amazônia, em setembro de 2007, Augusto Heleno passou a tomar posições públicas sobre a Amazônia e sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cujo processo encontrava-se parado do Supremo Tribunal Federal. Retomarei esse contexto, pois ele será importante para entendermos como general assumiu uma postura abertamente contestatória do governo Lula. Como mostrarei ao final desta seção, boa parte das iniciativas tomadas por ele e pelo Clube Militar em polemizar a questão tinha, nesse caso específico, uma consciência situacional dos efeitos que poderiam provocar no processo demarcatório.

No dia 6 de abril de 2008, o General foi o convidado especial do programa Canal Livre da emissora Bandeirantes. Durante sua participação, Heleno tratou dos “equivocos” da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 13 de setembro de 2007, com voto favorável do Brasil. Segundo o militar, alguns trechos do documento seriam “objeto de preocupação” por parte das Forças Armadas, como, por exemplo:

³²³ <https://causosdacaserna.blogspot.com/2010/01/decalogo-do-combatente-de-cavalaria.html>. Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

³²⁴ (CCOMSEX, 2021, p. 102).

³²⁵ In: <https://x.com/pierolei/status/1866088179532521839>. “Com sede na capital mineira, a entidade foi fundada por civis e militares, em 1º de agosto de 1993. [...] Além do caráter anticomunista, as outras bandeiras do grupo são a defesa dos valores cristãos e da família” (JESUS SANTOS, 2009, p. 34-35).

Artigo 3.

Os povos indígenas têm direito à livre determinação. Em virtude desse direito, determinam livremente a sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Artigo 30.

1) Não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que o justifique uma razão de interesse público pertinente, ou que o aceitem ou solicitem livremente os povos indígenas interessados.

2) Os Estado celebrarão consultas eficazes com os povos indígenas interessados, para os procedimentos apropriados e em particular por meio de suas instituições representativas, antes de utilizar suas terras ou territórios para atividades militares³²⁶.

Em sua fala, o general destacava o “perigo” da expressão “determinam livremente a sua condição política”, a qual supostamente colocaria em risco a integridade do país, e ressaltava que, enquanto comandante militar, entraria em todas as terras indígenas que precisasse. Apesar de utilizada como preâmbulo para outras declarações acerca da política indigenista adotada no país e da necessidade de reforçar a presença do Estado na região, Heleno confessou que a Declaração não influenciava a atuação do Exército na Amazônia. Na ocasião, o general afirmou que as Forças Armadas passavam por um “sucateamento” há mais de duas décadas, mas que, apesar disso, enxergava esforços do ministro da Defesa, Nelson Jobim, em reverter a situação³²⁷. Mais de uma década depois, o próprio Heleno caracterizaria tal prática de reclamar mais recursos e material como “choro de comandante”, o qual seria comum nas Forças Armadas³²⁸.

Ao que tudo indica, o “choro do comandante” no Canal Livre teve relativa repercussão e suscitou o interesse por demais mídias nas tomadas de posição do general sobre o assunto. No dia 11 de abril de 2008, Heleno disse ao O Globo que as demarcações de forma contínua, aliadas a outras circunstâncias, como “chamar algumas etnias de nações indígenas” ameaçariam a integridade e a segurança nacional do Brasil

³²⁶

chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acessado em 6 de maio de 2025.

³²⁷ https://www.youtube.com/watch?v=gb9Vlk_ttoM. Acessado em 05 de junho de 2024.

³²⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=RF01GC9RLWI>. Acessado em 05 de junho de 2024.

(CARVALHO, J., 2008a). No dia seguinte, o próprio presidente da República, durante visita à Holanda, rebateu o general afirmando que “dentro do território nacional nós iremos demarcar as terras indígenas, iremos cuidar, mas a soberania do território é do Estado Brasileiro”. Lula ainda ressaltou não haver no país nenhuma “nação indígena”. Heleno recebeu ainda a reação de Márcio Meira, presidente da FUNAI na época, segundo o qual “a Constituição diz que as terras indígenas são da União. E, como terras da União, as Forças Armadas não só podem como devem estar dentro das reservas para defender a soberania nacional” (CARVALHO; BERLINK, 2008).

Uma semana depois, as falas do general também suscitaram a tomada de posição do advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli. Para ele, “as declarações de membros das Forças Armadas não correspond[ia]m à posição do governo”, que defendia a demarcação contínua. Toffoli ainda afirmou que “as autoridades que falam em defesa nacional falam em seu nome, de forma individual. Se o Brasil tem essas fronteiras, é graças ao povo, aos indígenas que lá estavam” (ÉBOLI, 2008a). Dois dias depois, tanto Heleno, quanto Dias Toffoli receberam menções na seção *Carta dos Leitores* do O Globo que, como o próprio nome sugere, reproduz cartas que reagem às notícias do jornal. Entre elas, lê-se:

Até que enfim... Há mais de 30 anos não ouvimos um rugido de um ‘leão com dentes’ neste país de conformados e espectadores. Parabéns, general Heleno, pela sua coragem, inteligência e espírito patriótico, qualidades tão desconhecidas por este governo de desinformados e entreguistas – Guilherme Henrique dos Santos Hudson, Rio de Janeiro (O GLOBO, 2008a).

Brilhante a defesa de nossa soberania feita em várias oportunidades, pelo general Heleno. Mesmo à revelia de nosso (des)governo, de maneira simples e direta, manifestou o pensamento de militares que, mesmo na reserva como eu, colocam a integridade do território nacional e a defesa de nossa soberania acima de qualquer aspiração ou partido político. [...] Espero que, agora, o nosso ministro da Defesa e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica saiam da omissão e endossem as declarações do general Heleno [...]. – Paulo R. Brightmore Murias, Rio de Janeiro (O GLOBO, 2008a).

O sr. José Toffoli, ao defender o atual governo nas questões de demarcação de terras indígenas, revelou o seu desconhecimento de soberania nacional. No entanto, parece ser um defensor das ONGs internacionais. O sr. Toffoli não deve olvidar que o

pronunciamento do General Augusto Heleno é condizente com o espírito de brasilidade consubstanciado no artigo 142 da Constituição do Brasil. – Hilario de Oliveira Ferrades, Rio de Janeiro (O GLOBO, 2008a).

[...] Assim, assiste todo o direito ao general Heleno, comandante militar da Amazônia, ao manifestar suas preocupações com a demarcação em faixa contínua da Reserva Raposa Serra do Sol. *Não é apenas um direito seu, mais do que isso, é um dever, tanto mais considerando suas graves atribuições no Comando Militar da área brasileira mais cobiçada do planeta.* Espantosa é a pretenciosa afirmativa do advogado-geral da União: ‘Quem fala em nome do governo é a Advocacia Geral da União’. Ledo engano, a AGU, nos termos postos na Constituição, representa a União judicialmente e extrajudicialmente, nos termos da lei, nada mais do que isso. *Soberania diz respeito a todos os patriotas* – Rui da Fonseca Elia, Rio de Janeiro (O GLOBO, 2008b).

Surpreendentemente ou não, os comentários elogiosos a Heleno reproduzidos acima foram escritos majoritariamente por militares³²⁹. Guilherme Henrique dos Santos Hudson é coronel da reserva do Exército, da mesma turma de Jair Bolsonaro da AMAN e ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro³³⁰; Paulo R. Brightmore Murias também é coronel da reserva do Exército e pertence à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro (ADESG-RJ)³³¹; e Rui da Fonseca Elia é vice-almirante reformado da Marinha do Brasil³³².

De volta à reportagem do O Globo que expunha as reações de Lula e Márcio Meira, também era ressaltado que a perspectiva apresentada por Heleno seria consensual nas Forças Armadas e dataria desde pelo menos a demarcação da Terra Indígena Yanomami em 1991. Na ocasião, Jarbas Passarinho, que atuou naquele processo demarcatório como ministro da Justiça, tratou de ressaltar a diferença com o caso da TIRSS: “é completamente diferente da reserva Yanomami, cuja demarcação eu ajudei a fazer *porque era fronteira morta. Não havia atividade econômica.* Serra do Sol não. Existem fazendas lá de 200 anos. E ela [a terra indígena] está numa fronteira viva com a

³²⁹ Agradeço a Marcelo Pimentel por ter chamado atenção para este fato.

³³⁰ <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/ex-assessor-de-flavio-bolsonaro-fez-16-saques-que-somam-r-260-mil>. Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

³³¹ <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://adesg.org.br/wp-content/uploads/2023/07/BOLETIM-INFORMATIVO-N-%C2%BA-218-PRESIDENTE-C.-ALTE-PAULO-GON%C3%87ALVES-PAIVA.pdf>. Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

³³² <https://www.defesa.org.br/author/vice-almirante-rui-da-fonseca-elia/>. Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

Guiana Inglesa”. E acrescentou, “o Heleno está absolutamente certo” (CARVALHO; BERLINK, 2008, *itálico do autor*).

A Terra Yanomami também foi lembrada durante as repercussões das declarações de Heleno no seminário realizado no Clube Militar (e que foram detalhadas no terceiro capítulo desta tese). Na conferência, acompanhada por jornalistas, o general disse que a política indigenista brasileira era “lamentável” e “caótica”, e que ali ele estava vocalizando a “ideia, opinião e posição do Alto-Comando do Exército” sobre o assunto. Na plateia do salão nobre do Clube estavam autoridades “civis” e militares, entre os quais os ex-ministros do Exército Leônidas Pires Gonçalves e Zenildo Zoroastro de Lucena, e os generais Luiz Cesário da Silveira Filho e Mário Matheus Madureira, respectivamente comandante e chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste (CML), que acompanharam Heleno na opinião de que as terras indígenas na Amazônia constituem risco à soberania nacional (TABAK; MENEZES, 2008). Ainda segundo reportagem do Estadão, as críticas de Augusto Heleno teriam calado fundo no governo por três motivos:

1) porque foi feita por um dos militares mais respeitados do Exército, um ‘tríplice coroadado’, isto é, primeiro colocado nos cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior, *hoje considerado um ‘líder de tropa’ inquestionável*; 2) porque o general é considerado ‘ousado’, *mas jamais comete audácias em detrimento da disciplina*; 3) e porque Heleno acompanhou de perto o processo político de decisão para demarcar a reserva ianomami, em novembro de 1991 [...], e sempre avisou que aquele seria o primeiro passo para outras demarcações contínuas que comprometeriam o controle de fronteira [...].

Foi como assessor da Casa Militar que o general Heleno contribuiu para o parecer dos militares contrários à demarcação da reserva ianomami (MONTEIRO; NOGUEIRA; PARAGUASSÚ, 2008, *itálico meu*).

O prestígio do general continuou a ser mencionado por jornalistas, tanto para reforçar a credibilidade de suas posições quanto para ressaltar o cuidado que o governo teria que ter para “cobrar explicações” dele. Com destaque na capa do jornal O Estado de S. Paulo na edição de 19 de abril de 2008, o caso recebeu a alcunha de “quinto embate entre civis e militares em 5 anos”. Na ocasião, o General Mário Matheus Madureira, chefe

do Estado-Maior do CML, buscou não enquadrar o ocorrido como quebra de hierarquia, uma vez que Heleno estaria “devidamente autorizado pelo comandante do Exército”, o qual tinha “plena consciência” da participação do general no seminário do Clube Militar (TOSTA, 2008). Para provar a ausência de “crise”, Madureira ainda ressaltou que Heleno não tinha sofrido nenhuma reprimenda (FOLHA DE S. PAULO, 2008a).

É preciso lembrar que, durante a palestra no Clube Militar, Heleno se encontrava fardado e, enquanto tal, manifestou-se publicamente sobre assuntos políticos, o que contraria o Estatuto dos Militares e o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE)³³³. Constatada a transgressão disciplinar, por se tratar de um General de Exército, a este deveria ter sido aplicada a punição disciplinar pelo comandante do Exército (Art. 11), a qual poderia ser classificada em ordem de gravidade crescente: advertência verbal; impedimento disciplinar; repreensão; detenção disciplinar; prisão disciplinar; e licenciamento ou exclusão a bem da disciplina. O RDE considera ainda “circunstâncias agravantes” ter praticado a transgressão “em presença de subordinado” e “em presença de público”, o que em tese também caracterizava a situação em foco, uma vez que na plateia estavam militares da ativa e inativos. Ao contrário de aplicar o regulamento e o Estatuto dos Militares ao general, o caso foi considerado “encerrado” após uma reunião entre Augusto Heleno; o ministro da Defesa, Nelson Jobim; e o comandante do Exército, Enzo Martins Peri. Na reunião, Heleno afirmou ter manifestado uma “opinião pessoal” durante a palestra e foi aconselhado a silenciar suas críticas sobre a demarcação (PARAGUASSÚ; LEAL; MONTEIRO, 2008; NOGUEIRA, 2008). Para a jornalista Dora Kramer, Lula havia fingido não escutar “o barulho dos desacatos” e perdido a “força moral para cobrar respeito à disciplina e à autoridade” do general (KRAMER, 2008a). Na seção carta dos leitores, o episódio foi percebido da seguinte forma:

³³³ Segundo o Regulamento Disciplinar do Exército, são transgressões disciplinares passíveis de punição: “31. Representar a organização militar ou a corporação, em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado; 32. Assumir compromissos, prestar declarações ou divulgar informações, em nome da corporação ou da unidade que comanda ou em que serve, sem autorização; [...] 57. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária; 58. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária; 59. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 27 jan. 2022. Ainda, segundo o Estatuto dos Militares: “art. 77 § 1º a) é proibido o uso de uniforme em manifestações de caráter político partidário”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 27 jan. 2022.

Faz muito bem o sr. Lula da Silva em cobrar do alto comando do Exército explicações pelas declarações sinceras e honestas do comandante militar da Amazônia, general Heleno. Ao recebe-las, finalmente ele não mais poderá alegar que ‘não sabia de nada’! Por fim, declaro que, se o general Heleno um dia resolver disputar a Presidência da República, terá o meu voto. Além de inteligente, é um democrata verdadeiro, homem honesto, educado e um patriota a quem a moral sobeja – Paulo Boccato, São Carlos – SP (O ESTADO DE S. PAULO, 2008b).

Não sou político nem filiado a nenhum partido, mas, como brasileiro, lanço desde já a candidatura à Presidência do Brasil do exmo. sr. general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que creio ser o homem indicado para assumir esse alto posto em nossa terra – Flerts Nebó (O ESTADO DE S. PAULO, 2008c)

[...] o que nós precisamos neste pobre país é de mais general Heleno! – Aristeu Teixeira de Mendonça, São Paulo (O ESTADO DE S. PAULO, 2008d).

[...] ao concedermos aos indígenas uma área contínua na fronteira e mais o direito de autodeterminação, estamos a um passo de perder território. É contra isso que o general Heleno se insurgiu. Na sua conferência, expôs o perigo dessa política. O fato de o governo do presidente Lula não enxergar o problema sob esse prisma não significa que o problema não exista. O problema existe, sim, e se a esfera civil nada fizer para impedir esse desvario, cabe aos militares impedir que isso aconteça – Dion de Assis Tavora, RJ (FOLHA DE S. PAULO, 2008b).

[...] Preocupado com os riscos que a política indigenista acarreta para a missão de defesa da região, de sua competência, o general Augusto Heleno preferiu expor publicamente sua opinião, com intenção construtiva, com base em sua experiência, a omitir-se. As Forças Armadas continuam sucateadas, e seus oficiais-generais perdem o direito de opinar – Olavo Nogueira Dell’Isola, Belo Horizonte – MG

Os brasileiros que amam o Brasil só têm uma coisa a fazer neste momento: apoiar o general Heleno em relação às aldeias indígenas, na Amazônia, por razões óbvias – Roberto Mascarenhas de Moraes, RJ.

Quase diariamente, desde 12/4, O GLOBO vem noticiando as preocupações do general Heleno, comandante militar da Amazônia. Elas são pertinentes [...]. Se essa imensa e rica área se transformar em reserva exclusiva para usufruto dos índios, como deseja o presidente da Funai, o Brasil que se prepare para o risco de perder não só tão significativa área como também toda a Amazônia, em futuro não muito distante. Que fiquem as Forças

Armadas deste país alertas. Não adianta chorar sobre o leite derramado – Paulo Máximo Cascão Gomes, RJ. (O GLOBO, 2008c).

Mais uma vez, a *camaradagem* se fez visível nas cartas transcritas acima³³⁴. Aristeu Teixeira de Mendonça³³⁵ e Dion de Assis Tavora³³⁶ são coronéis da Aeronáutica; Roberto Mascarenhas de Moraes é coronel reformado do Exército e neto do Marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial³³⁷; Paulo Máximo Cascão Gomes também é coronel reformado do Exército³³⁸. No entanto, também tiveram leitores que não consideraram totalmente pertinente o fato de um oficial-general manifestar-se publicamente sobre questões políticas:

O pronunciamento do general Augusto Heleno trouxe à baila uma questão e um receio. Em primeiro lugar, por que o Exército ainda mantém 75% do seu efetivo no Sudeste, em vez de transferir suas tropas para a fronteira norte? Por outro lado, temo que a disciplina militar tenha saído danificada do episódio sobre a reserva indígena. Hoje, temos um general fazendo declaração política; amanhã, teremos manifestos de coronéis e assembleias de sargentos – Nélío Galsky, RJ (O GLOBO, 2008d)

O recente episódio envolvendo o general Heleno, comandante militar da Amazônia, apenas demonstra que as Forças Armadas brasileiras, no seu todo, ainda não assimilaram o verdadeiro sentido da palavra democracia. [...] Lula deveria, como comandante-chefe das Forças Armadas, aplicar a punição disciplinar que o caso requer. Caso nada faça. Novos focos de indisciplina vão surgir nas casernas, pondo em perigo a suada democracia que conquistamos – Gregório Banar, RJ³³⁹ (O ESTADO DE S. PAULO, 2008c).

³³⁴ Agradeço mais uma vez a Marcelo Pimental por chamar atenção a esses dados.

³³⁵ [https://www.fab.mil.br/noticias/imprime/34053/ANIVERS%C3%81RIO%20-%20EPCAR%20comemora%20anivers%C3%A1rio%20de%2070%20anos%20com%20formatura%20militar%20em%20Barbacena%20\(MG\)](https://www.fab.mil.br/noticias/imprime/34053/ANIVERS%C3%81RIO%20-%20EPCAR%20comemora%20anivers%C3%A1rio%20de%2070%20anos%20com%20formatura%20militar%20em%20Barbacena%20(MG)). Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

³³⁶ <https://www.escavador.com/sobre/892759/dion-de-assis-tavora>. Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

³³⁷ <https://www.casadafeb.com/post/nota-de-falecimento-cel-roberto-silva-mascarenhas-de-moraes>. Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

³³⁸ <file:///C:/Users/User/Downloads/be44-10.pdf>. Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

³³⁹ Participou da Revolta dos Marinheiros em 1964, sendo expulso da Marinha, e, somente décadas mais tarde, anistiado. In: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/10104/1/68%20a%20gera%C3%A7%C3%A3o%20que%20queria%20mudar%20o%20mundo_%20relatos_913522.pdf. Acessado em 15 de fevereiro de 2025.

Apesar de não enquadrado pelo Regulamento Disciplinar do Exército ou pelo Estatuto dos Militares, o episódio suscitou três notas do Clube Militar, Naval e da Aeronáutica (TABAK, 2008a). Esta última, intitulada “Não recue, general Heleno”, e assinada pelo então presidente do Clube, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ivan Frota, apresentava a seguinte formulação sobre as declarações de Heleno:

Sua palavra representa a síntese do pensamento castrense atual, bem como do segmento responsável de todo o Povo Brasileiro.

Estamos prontos a apoiá-lo até as últimas consequências, em defesa de sua liberdade de expressão.

Que o Presidente não se atreva a tentar negar-lhe o sagrado dever de defender a soberania e a integridade do Estado Brasileiro, cristalizado no juramento solene que, um dia, foi comprometido diante da Bandeira Nacional.

Caso se realize tal coação, o País conhecerá o maior movimento de solidariedade militar, partindo de todos os recantos deste imenso País, jamais ocorrido nos tempos modernos de nossa História (itálico meu)³⁴⁰.

Na nota do Clube Militar, por sua vez, o General Gilberto Barbosa de Figueiredo manifestava estranheza em relação ao fato do presidente da República pedir explicações sobre o caso, pois isso não aconteceria quando ministros do Partido dos Trabalhadores contestavam a política econômica do governo (TABAK, 2008a). Ou seja, o general buscava estabelecer uma simetria entre ministros que exercem cargos eminentemente políticos e um comandante militar, na contramão dos regulamentos e estatutos que regem a vida na caserna. Para a jornalista Dora Kramer, ficou a impressão que a reação dos clubes militares teria sido “um pretexto para externar suas insatisfações com o governo. Falam de índios, mas parecem querer mesmo é falar mal do presidente. Exercício livre a qualquer cidadão. Menos aos militares, cuja intromissão na política não é experiência que o Brasil suporte repetir” (KRAMER, 2008b). Na mesma direção, um editorial da Folha de S. Paulo de 19 de abril de 2008 considerava que “oficiais militares da ativa devem obediência a seus superiores na cadeia de comando, em cujo ápice se encontra o

³⁴⁰<https://oberrodaformiga.blogspot.com/2008/04/?m=1>. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

presidente da República, comandante-em-chefe das Forças Armadas. Ao se insurgir contra uma política de governo, o general se aproxima perigosamente da insubordinação e deveria receber punição apropriada” (FOLHA DE S. PAULO, 2008c). Já o senador José Nery (PSOL-PA) foi mais direto em suas críticas: “essa grave ameaça do brigadeiro Ivan Frota é um acinte à democracia, aos poderes instituídos. Creio que esse ato de insubordinação contra uma decisão de governo, baseada na Constituição, é um fato gravíssimo”³⁴¹.

Não muito distante da linha adotada pelo Clube da Aeronáutica, o general da reserva, Luiz Eduardo Rocha Paiva, em artigo de opinião publicado no Estadão com o título *Lealdade e Disciplina*, defendia implicitamente que a indisciplina seria justificável quando, em “situações extremas”, almejassem externar a lealdade das Forças Armadas com à defesa da Pátria, da soberania e da integridade nacional, princípios que exigiriam “posições firmes e destemidas de qualquer brasileiro, particularmente de chefes militares, cuja profissão lhes permite conhecer e avaliar cenários de evidentes ameaças”. Sem citar Augusto Heleno, o ex-comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, reclamava que os sucessivos governos civis “não deram a menor importância aos alertas” sobre a questão amazônica feitos pelos militares “através da cadeia comando, sempre de maneira discreta”, o que teria ensejado o “alerta à sociedade” depois de “esgotados os meios de sensibilizar a liderança nacional”. Nas palavras do general, as Forças Armadas deveriam “continuar alertando a Nação para não serem responsabilizadas por se omitirem em momento tão delicado como o que vive o Brasil”³⁴².

No plano político, Heleno recebeu menções elogiosas de José de Alencar, vice-presidente da República, para quem o general seria “um brasileiro de valor” e admirado por todo o país. Para o vice-presidente, o problema seria que muitos índios da região “ainda defendem a ideia de nação independente. Isso faz com haja algum risco nas áreas de fronteira, especialmente na extensão muito longa que foi feita em Roraima”. Porém, Alencar não deixou de pontuar que Heleno “*poderia* ter errado” ao ter criticado, como militar, a política do governo (BARBOSA, 2008, *itálico meu*). De outro lado, o general recebeu apoio do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), contrário à demarcação contínua de Raposa; do presidente nacional do DEM (um dos principais

³⁴¹ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/04/23/jose-neri-cobra-explicacoes-de-militares-sobre-ameacas-contr-reserva-indigena-raposa-serra-do-sol>. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

³⁴² <https://terrasindigenas.org.br/noticia/55520>. Acessado em 18 de junho de 2024.

partidos de oposição à época), Rodrigo Maia, para quem Heleno havia apresentado “fatos e informações incontestáveis” e por isso mesmo era “intimidado, ameaçado e silenciado” pelo governo Lula; do presidente do PDT (e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados), Vieira da Cunha, segundo o qual não haveria “insubordinação” nas falas de Heleno, mas sim “sinceridade” e “respeito” ao governo; e do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (PSDB - AM), que concordava com os apontamentos do militar, mas discordava por tê-los feito publicamente (FONTES; LOPES, 2008). Nas palavras de Virgílio, em sessão plenária no Senado,

[...] o General Heleno tem razão, porque a política indigenista do Presidente Lula é caótica. Crianças indígenas morrem de fome todos os dias, porque a Funasa [Fundação Nacional de Saúde] parou de funcionar nesse campo. No entanto, embora o General Heleno tenha razão, eu não acho que ele devesse ter falado, porque não é o papel dele falar. Isso tem de ficar bem claro. Eu lutei muito por democracia no País e não considero justo que agora nós voltemos ao tempo dos pronunciamentos militares de caráter político. Se está na reserva, tem toda liberdade de fazer isso; se está no serviço ativo, não. [...] Nós tivemos outros episódios, e em todos eles o Governo recuou quando há resistência da base militar, ou seja, é um Governo frágil. [...] O General Heleno está completamente coberto de razão - eu assinaria um artigo com as palavras dele -, mas não considero saudável para a democracia que um militar prestigioso e da ativa se manifeste sobre a questão política, porque isso não é a prática da democracia que nós cultivamos. [...] Lutei contra uma ditadura e, nessa ditadura, o que mais me chocou na juventude foi o pronunciamento militar, foi o pronunciamento da caserna, foi a opinião política da caserna. Essa eu não quero, essa eu não tolero, essa eu não aceito na democracia brasileira! Entendo que este Governo é frágil e este Governo está trazendo de volta a questão militar para o País. Está trazendo de volta algo que estava sepultado pela prática democrática do governo Itamar, do governo Fernando Henrique. Está trazendo de volta o direito, que não é um direito, de militar da ativa se pronunciar. Tenho respeito pela carreira e pela integridade do General Heleno e, volto a dizer, concordo com tudo o que ele disse, mas prefiro que militar da ativa se abstenha disso. Mais deprimente ainda é quando o Presidente finge que toma providências. Chama o Ministro da Defesa, chama o Comandante da Força Militar e diz que repreendeu o General Augusto Heleno. Na verdade, eu não sei que repreensão foi essa, porque o que caberia era ou ficar calado ou demitir o General da função comissionada de Comandante

Militar da Amazônia. Não fez, não fez. Então, está o Presidente, sem dúvida alguma, demonstrando um caráter novo no seu Governo para quem o pensava forte. É fraco! É um Governo frágil, um Governo que é incapaz de zelar convenientemente pela democracia deste País³⁴³.

Ou seja, apesar de crítico, o senador expunha uma tese corrente no “meio civil” sobre as punições a militares: remoção do cargo ocupado, que, na verdade, nada mais é que uma curiosa estratégia nas relações civis-militares para a não aplicação do Regulamento Disciplinar do Exército (MOREIRA, 2023). Durante a sessão plenária, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB - AC) concordou com as críticas de Virgílio e sugeriu que o general fosse ouvido pelos senadores em uma reunião secreta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o fim de escutar as preocupações do militar sobre o estado de Roraima. Em seguida, o senador Cristovam Buarque (PDT - DF) manifestou-se da seguinte forma:

Senador, em primeiro lugar, eu quero dizer que sou solidário à proposta do Senador Geraldo. Acho que o Brasil precisa que nós analisemos esse caso. A figura do, chamemos com todo o respeito, Sr. Heleno pode ser vista em três posições: ele é um general, ele é um cidadão, ele é um técnico em defesa nacional. Como general, nós todos estamos de acordo: ele não tinha de falar isso de público, e, sim, comunicar aos seus superiores. Como cidadão, ele tem obrigação de alertar o Brasil de qualquer risco, de qualquer decisão que tomemos em relação às nossas fronteiras. E, como técnico, ele sabe das coisas. Eu, pessoalmente, tendo a ficar do lado da posição de defesa dos interesses indigenistas, cujo território é a floresta, e não a fronteira que separa o Brasil de outros países, conforme nós decidimos, e não eles, os indígenas, que já estão aqui há milhares de anos. Não há dúvida nenhuma. [...] nesse sentido, eu terei o maior prazer e necessidade de ouvir. Não chamemos o lado general, mas o lado cidadão e o lado técnico do General Heleno. A gente tem a obrigação de ouvi-lo, em situação secreta, para tomarmos posição. Eu tenho uma posição, mas estou disposto a revê-la se, diante de uma figura como ele, eu for convencido de que os interesses nacionais podem ser casados com os interesses humanistas, e a gente defender a fronteira política do Brasil com outros países e, ao mesmo tempo, respeitar as fronteiras naturais de que as tribos ou nações

³⁴³ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/373262>. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

indígenas precisam para sobreviver. Por isso, meu apoio à vinda do General Heleno ao Senado³⁴⁴.

Naquela mesma sessão, a senadora Kátia Abreu (DEM - TO) também se manifestou favorável às declarações do General Heleno e aproveitou para tecer críticas às demarcações de terras indígenas no Brasil:

Registro minha admiração ao General Heleno pela sua coragem. Sei que ele foi ao seu limite, para dar nitidez à gravidade da situação. Se houve erros ou críticas, não quero aqui discordar do Senador Arthur Virgílio, mas tenho a certeza de o General Heleno agiu como muitos brasileiros, não apenas das Forças Armadas, que, indignados com as atrocidades que vêm ocorrendo no País, às vezes, ultrapassam seu limite para demonstrar a gravidade do que está ocorrendo, já que muitas das vezes ninguém nos ouve. [...] As críticas do Senador Arthur Virgílio merecem consideração, mas é muito mais importante neste momento nós nos abstermos da crítica ao General Heleno e nos atermos ao conteúdo do que ele disse, como se estivesse pedindo socorro para a soberania nacional, ultrapassando toda a rigidez do comportamento militar, todo o silêncio que as Forças Armadas são obrigadas a respeitar. Ele não conseguiu segurar sua voz, tamanha a preocupação com o Brasil! E ninguém vai duvidar de que outro interesse possa ter tido em sua atitude, a não ser a defesa nacional. [...] Em Roraima, há 18 mil índios e 1,7 milhão de hectares de área contínua, com várias etnias. O que o General quer dizer é que esses 1,7 milhão hectares de reserva indígena estão na divisa com a Venezuela, que também possui uma reserva indígena do outro lado, com a mesma etnia, com os mesmos familiares ianomâmis. Trata-se de área contínua não apenas brasileira, mas que se estende para as Guianas e para a Venezuela. É essa possibilidade, é esse perigo que o General Heleno quer mostrar para o Brasil. Hoje, o Estado de Roraima, que é mais ou menos do tamanho de São Paulo - não me lembro bem se um pouco mais ou um pouco menos - está comprometido, com 93% de sua área como reserva indígena e como unidade de conservação ambiental, restando à população apenas 7% para a produção agrícola e industrial. [...] Muitos se enganam, acreditando que o Brasil é retalhado por grandes propriedades rurais. Há cinco milhões de propriedades rurais no País - cinco milhões! - e um milhão de propriedades comerciais. Se unimos o Canadá, os Estados Unidos, a Austrália e a Argentina, os quatro países juntos têm 2,7 milhões de propriedades rurais. Então, a

³⁴⁴ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/373262>. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

média da propriedade rural brasileira é menor do que a destinada a cada índio brasileiro. [...] Sr. Presidente, peço a atenção dos nossos colegas para a responsabilidade que esta Casa teve e tem com o País, das coisas que estão acontecendo a todos os momentos, como num grito de socorro fez o General, que foi tão aplaudido por toda a sociedade, o General Heleno. Errou? Pode ter errado, mas foi verdadeiro, foi sincero, colocou a realidade, deu seu grito de socorro. Quero aqui fazer voz a ele dando mais um grito de socorro ao direito de propriedade neste País, direito de propriedade urbano e direito de propriedade rural, quer seja de um pequeno cidadão, com poucas posses, quer seja aquele com posses de tamanho médio, quer seja aquele com posses de tamanho grande. Todos os brasileiros são iguais. A todos deve ser preservada a cláusula pétrea da Constituição no seu art. 5º, que é o direito de propriedade³⁴⁵.

De maneira geral, a impressão que ficou foi a de que o general tinha perdido na “forma” por ter falado em público contra uma política do governo, mas ganhado no “conteúdo” ao colocar em discussão o processo demarcatório da TIRSS e a própria política indigenista, afinal, o oficial sabia do que estava falando por estar “vendo e vivendo o problema” como comandante militar da Amazônia (CATANHÊDE, 2008). Contudo, ao contrário do que disse Lenin muito tempo antes, a “crise da forma” foi um passo atrás, dois à frente, como veremos.

Naquele contexto, a conferência de Heleno no Clube Militar também recebeu reações do sertanista e ex-presidente da FUNAI, Sydney Possuelo, para o qual seria louvável a política indigenista estar dissociada da história do Brasil, afinal “a história do Brasil [seria] uma sucessão de massacres, violência e desrespeito aos povos que já habitavam aqui antes”. Na visão de Possuelo, a questão da soberania nacional sempre retornaria quando são debatidos os direitos das populações indígenas: “os militares têm como esse boneco empalhado internacional que eles veem querendo engolir a Amazônia a todo momento pelas mãos dos povos indígenas. Todas as vezes que o Estado quer efetuar aquilo que é de lei essas forças ressurgem. E elas se somam, elas se unem: os militares com essa questão de segurança nacional, as pessoas do agronegócio, que se unem também aos garimpeiros” (ANGELO, 2008). Tais uniões de força também foram lembradas pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, que acreditava que Heleno estava “sendo usado por esses tubarões do agronegócio [do estado de Roraima], que o

³⁴⁵ <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/373265>. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

envolvem numa questão de soberania totalmente artificial. O general cai nessa e vem com uma tese de *balcanização*³⁴⁶ que não faz o menor sentido”. Embora implicitamente relegando a Heleno uma suposta ingenuidade em suas posições, Viveiros de Castro ressaltou que assim como em outras terras indígenas do país demarcadas de forma contínua, as Forças Armadas mantinham livre acesso às regiões. Segundo ele, “a área indígena não teria como impedir a presença de militares. [...] É claro que o Exército tem de cumprir sua missão constitucional, que não é a de ficar criticando o Executivo, é proteger fronteiras, fincar postos de vigilância, levar seus batalhões, criar protocolos de convivência com as populações locais” (PINHEIRO; GREENHALGH, 2008).

Na direção contrária a Possuelo e Viveiros de Castro, o antropólogo Mércio Pereira Gomes, ex-presidente da FUNAI entre setembro de 2003 e março de 2007, avalizou que a política indigenista brasileira era “caótica”. Segundo ele, Heleno teria prestado “um grande serviço à nação ao alertar para o perigo da ameaça à soberania”. Mércio aproveitou para reiterar que a ameaça não advinha dos índios, mas do Estado que não fortaleceria o IBAMA, a FUNAI e o próprio Exército, gerando uma situação de disseminação de ONGs na Amazônia, que fariam “um péssimo papel” na região (O GLOBO, 2008a). Dias depois, em texto de opinião no O Globo, o ex-presidente da FUNAI do governo Lula mudou de versão. Agora, Heleno na verdade participaria de uma “campanha de atemorização nacional”, eminentemente “alarmista” e com forte reverberação na opinião pública. Mércio ainda procurava resgatar a memória do Marechal Rondon, para quem os indígenas seriam essenciais para a nação brasileira (GOMES, M., 2008).

Em consonância com as tomadas de posição do general, o jornal O Globo, em 17 de abril de 2008, publicou um editorial intitulado *Sandice Indígena*, no qual afirmava que o estado de Roraima, com as terras indígenas Raposa Serra do Sol e Yanomami, se tornaria uma “nação indígena”. Segundo o jornal, o governo e o Estado estariam “infiltrados” por “organizações racialistas que querem dividir a nação segundo a cor da pele” e que militarizam em favor da concessão de “extensões de terra injustificáveis” às populações indígenas e quilombolas, sacrificando o desenvolvimento econômico e a

³⁴⁶ Muito presente em publicações militares, “a balcanização da Amazônia estaria relacionada à existência de reservas indígenas na região, o que o Exército não vê com bons olhos porque acredita que essas reservas podem se transformar em ‘enclaves étnicos’ que serviriam de justificativa para uma possível intervenção internacional na região” (MARQUES, 2007, p. 64).

segurança nacional “em nome do politicamente correto”, uma situação que, portanto, justificava as falas do General Heleno (O GLOBO, 2008e)³⁴⁷.

Na direção contrária, outros dois editoriais do O Globo caracterizaram a ação do general como “indesejada” e um “avanço de sinal” à disciplina militar (O GLOBO, 2008f; 2008g). Porém, tais reprovações, combinadas com a orientação do governo para que o general cessasse suas críticas públicas, não impediram que o militar continuasse a dar declarações à imprensa sobre temas correlatos. Trata-se, assim, de uma mensagem ambígua dos jornais, que, ao mesmo tempo em que criticavam em espaços confinados aos editoriais, davam destaque a Heleno em matérias de capa. No dia 20 de abril de 2008, nova matéria com destaque na capa do Estadão expunha as “preocupações” de Heleno com a atuação da “narcoguerrilha” na fronteira do Brasil com as Guianas e o Suriname. Além de considerações sobre as rotas de tráfico de drogas na Amazônia, o comandante militar disse haver “exagero no que se divulga de desmatamento” e que o ambientalismo radical “travaria o desenvolvimento” da região. E emendou: “enquanto eu for comandante, eu entro em todas as terras indígenas, quer queiram ou não” (TOMAZELA, 2008).

Não somente nos jornais impressos as declarações de Augusto Heleno tiveram impacto. Elas também reverberaram nos principais telejornais do país. No Jornal da Band, o assunto foi tratado em uma reportagem especial do jornalista Fábio Pannunzio, na qual foram resgatadas declarações de Orlando Villas Boas sobre a riqueza mineral do estado de Roraima. No trecho selecionado, o sertanista ainda “profetizava” que algumas lideranças yanomamis, que haviam estudado foram do país, voltariam para Roraima e pediriam “um território Yanomami desmembrado do Brasil e da Venezuela”, uma reivindicação que seria aceita pela ONU, a qual estabeleceria uma tutela norte-americana sobre a região. Em seguida, a reportagem afirmava que a “profecia” de Villas Boas sobre a “ameaça à Amazônia” havia se transformado “em algo muito concreto” após a aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em setembro de 2007, a qual teria suscitado as manifestações do General Heleno e demais militares preocupados com a demarcação de terras indígenas tão extensas na faixa de

³⁴⁷ Cabe lembrar que Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo, lançou em setembro de 2007, pela Editora Nova Fronteira, em edição conjunta com a Bibliex (Editora do Exército), o livro *Não Somos Racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. O livro conta com prefácio da antropóloga Yvone Maggie, que foi sua professora no curso de Ciências Sociais da UFRJ.

fronteira³⁴⁸. Nesse caso em particular, é preciso lembrar que foi na mesma emissora Bandeirantes, em 6 de abril de 2008, que Heleno iniciou uma série de tomadas de posição sobre a temática. A sinergia entre a emissora e o incentivo polemizador do general ficaram patentes não somente nesta reportagem de Pannunzio, mas também na recorrência com que o programa Canal Livre passou a receber autoridades contrárias à demarcação da TIRSS, como, por exemplo, o General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, ex-comandante militar da Amazônia³⁴⁹, e José de Anchieta Júnior, governador de Roraima naquela época³⁵⁰.

Ainda sobre a repercussão nos telejornais, em entrevista para a Record News, Heleno chamou atenção para a necessidade de reequipar o Exército na Amazônia, segundo ele, “um fuzil com quarenta e três anos de uso, viaturas bastante antigas, equipamento individual bastante antigo, tudo isso merece uma reflexão. Vem cá: é esse o equipamento que o Brasil pode fornecer ao seu Exército?”³⁵¹. Já no Jornal da Globo, o jornalista Arnaldo Jabor ironizou a “irritação” de Lula com as falas do general e vocalizou em forma de pergunta uma tese difundida nos jornais impressos de então: “o que foi? Quebra de hierarquia? Esta quebra se dá quando o MST [Movimento Sem Terra] desafia o governo e a lei, e ninguém faz nada. Porque o Lula precisa agradar aliados populistas e comunas de má fé”³⁵².

Por outro lado, Augusto Heleno não recebeu atenção apenas dos telejornais. Ele também participou de programas mais “descontraídos” como, por exemplo, no Programa da Norma, realizado pela atriz Norma Araújo. Enquanto a entrevistadora preparava um peixe assado e um arroz com castanhas, o general, vestido com o tradicional camuflado, contava histórias de infância e de sua trajetória militar, com destaque para sua passagem pelo Curso de Operações na Selva do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS). Ao final, com a mesa posta, Augusto Heleno deixou uma mensagem aos telespectadores: “a Amazônia é Brasil, isso é o primeiro conceito que a gente tem que ter bem claro. E a Amazônia vai se desenvolver independentemente da nossa vontade. Nós querendo ou não. [...] Tudo isso tem que estar na cabeça dos governantes para que a Amazônia seja

³⁴⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=hjNeYDYgm7A&t=29s>. Acessado em 11 de junho de 2024.

³⁴⁹ Apesar do título do vídeo fazer referência ao ano de 2005, pelo próprio conteúdo da entrevista, pode-se constatar que ela foi realizada pouco tempo após a palestra de Heleno no Clube Militar, em 16 de abril de 2008. In: <https://www.youtube.com/watch?v=S9ISClaO-ZU&t=1s>. Acessado em 11 de junho de 2024.

³⁵⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=p2tMlhAJDkI&t=426s>. Acessado em 11 de junho de 2024.

³⁵¹ <https://www.youtube.com/watch?v=becDscn0Hx4>. Acessado em 05 de junho de 2024.

³⁵² <https://www.youtube.com/watch?v=hXvMHRZPWbM>. Acessado em 05 de junho de 2024.

uma grande propulsora do nosso país. [...] A Amazônia é um bem brasileiro, nós é que vamos decidir sobre a Amazônia, ninguém tem que dar palpite na Amazônia [...]”³⁵³.

FIGURA 25 - AUGUSTO HELENO NO “PROGRAMA DA NORMA” (2008)



Fonte: Youtube³⁵⁴.

Não tão longe dos telejornais e dos programas culinários, a palestra de Heleno no Clube Militar do dia 16 de abril de 2008 continuou a reverberar no mês de maio daquele ano, dando indícios de que a temática não sairia tão logo da pauta do jornalismo brasileiro. Este estava sendo alimentado por uma “polêmica mal posta” convertida em “crise política”, como notou o jornalista Jânio de Freitas (2008). No dia 06 de maio, Heleno foi homenageado no aniversário de 119 anos do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Além dos generais Luiz Cesário da Silveira e Paulo Cesar Castro, respectivamente comandante militar do Leste e chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército, que externaram que a integridade do país e a soberania sobre a Amazônia seriam mantidas, os ex-alunos do Colégio vestiam camisetas verde camufladas com a frase “A Amazônia é nossa!” (O GLOBO, 2008h; FOLHA DE S. PAULO, 2008d). Poucos dias depois, o Almirante Marcos Martins Torres, então chefe do Estado-Maior da Defesa, número dois do Ministério da Defesa, afirmou que as opiniões de Heleno eram

³⁵³ <https://www.youtube.com/watch?v=q9E1ljabRaI&t=416s>. Acessado em 11 de junho de 2024.

³⁵⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=q9E1ljabRaI&t=416s>. Acessado em 11 de junho de 2024.

compartilhadas por demais militares das Forças Armadas. Porém, para a jornalista Tânia Monteiro, em sua participação na 4ª Conferência de Defesa do Cone Sul, o Almirante teria procurado “medir palavras” e “entrar em sintonia” com o discurso do governo sobre a demarcação de Raposa Serra do Sol (MONTEIRO, T., 2008).

Enquanto isso, em Boa Vista – RR, um outro oficial-general não moderava suas ações e falas sobre a questão. No dia 8 de maio de 2008, o General de Brigada Eliéser Girão Monteiro Filho, que em março daquele ano havia protagonizado o “mal-estar” entre militares e o ministro Mangabeira Unger em visita à 1ª Brigada de Infantaria de Selva, permitiu que uma manifestação de trinta arroteiros terminasse em um ato político nas dependências da Brigada comandada por ele, contrariando os regulamentos e estatutos do Exército³⁵⁵. Na oportunidade, o deputado Márcio Junqueira (DEM-RS), líder da manifestação, leu um documento que “ataca[va] a Polícia Federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, Tarso Genro”. Girão Monteiro, que à época era subordinado ao General Heleno, aproveitou a ocasião para dizer aos manifestantes que estes cobrassem o respeito às suas propriedades e acrescentou: “a terra que está lá, *ainda que dentro da Raposa [Serra do Sol]*, ainda está sob o nome de suas famílias. *São dos senhores*”. Ao final do ato, Monteiro negou que o ocorrido tivesse sido uma manifestação política, o que caracterizaria transgressão disciplinar, afinal, segundo ele, uma manifestação desse tipo seria realizada em um palco ou tribuna e ali ele estava recebendo os mais de 30 manifestantes “dentro de uma sala, no [seu] quartel” (ÉBOLI, 2008b).

³⁵⁵ Segundo o Regulamento Disciplinar do Exército, são transgressões disciplinares passíveis de punição: “31. Representar a organização militar ou a corporação, em qualquer ato, sem estar devidamente autorizado; 32. Assumir compromissos, prestar declarações ou divulgar informações, em nome da corporação ou da unidade que comanda ou em que serve, sem autorização; [...] 56. Tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de assuntos de natureza político-partidária ou religiosa; 57. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária; 58. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária; 59. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm. Acesso em: 27 jan. 2022. Ainda, segundo o Estatuto dos Militares: “art. 77 § 1º a) é proibido o uso de uniforme em manifestações de caráter político partidário”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 27 jan. 2022.

FIGURA 26 – MANIFESTAÇÃO DE ARROZEIROS NO INTERIOR DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA – BOA VISTA-RR



Fonte: (ÉBOLI, 2008b).

Dias depois, Girão Monteiro, em entrevista para O Globo, dirigiu suas críticas ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), considerado por ele uma ONG “segregacionista” que procuraria isolar as populações indígenas dos “benefícios” ofertados pelo Exército, como, por exemplo, serviço médico e odontológico, e escolas do Projeto Calha Norte, e influenciando até mesmo na recusa do uso da bandeira do Brasil pelas comunidades indígenas da região³⁵⁶. O general ainda questionou: “A quem compete administrar as coisas que estão nas terras indígenas? Seria a Funai, mas o órgão não tem capacidade para isso. Esse poder é feito por uma ONG, que faz o papel que deveria ser da Funai, isso é a quebra da federação brasileira. [...] *O Estado deveria pensar bem antes de fazer novas demarcações ou fechar os processos*. Para que criar terra indígena e entregar para uma ONG cuidar?” (ÉBOLI, 2008c, *italico meu*).

³⁵⁶ Os traços de um *poder tutelar* e suas estratégias de *pacificação* ficam bem evidentes neste caso, de forma que os “benefícios” podem ser vistos como a expressão de uma intervenção espacial e temporal da estrutura militar que se estabelece permanentemente próxima aos territórios de populações indígenas, obrigando-as, com essa medida, a entender-se pouco a pouco com ela. Os tais “benefícios”, homólogos dos históricos “brindes” e demais técnicas de pacificação de estruturas como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), não deixam de evocar um desejo por sublimar a guerra e denegar a violência aberta em formas rotinizadas de vigilância, expiação e dependência, levadas a cabo por uma estrutura que se pretende de abrangência “nacional”. Daí também as menções constantes à bandeira nacional: signo de uma totalidade, de uma unidade de crença e pertencimento, lembrança sempre presente do intencional desejo pela total erradicação dos costumes nativos e de suas vivências, a qual permitiria criar, em seu lugar, populações e territórios *brasileiros* (SOUZA LIMA, 1995, p. 169-170 e 308).

Segundo o jornalista Gerson Camarotti, a percepção do governo foi a de que o episódio representou um “ato de hostilidade explícita” (CAMAROTTI, 2008). Já para O Globo, tratava-se de mais um caso de “demonstração de indisciplina” do setor militar em relação à questão da demarcação da TIRSS (O GLOBO, 2008i). Na ocasião, Júlio Macuxi, coordenador de Programas Sustentáveis dos Povos Indígenas do Conselho Indígena de Roraima (CIR), defendeu a exoneração do general do cargo. Afinal, segundo ele, “se a Constituição é para valer, e proíbe manifestação política dentro de área militar, o general deveria ser demitido” (ÉBOLI, 2008d).

Apesar da “surpresa” do governo Lula com as declarações de Girão Monteiro, este, assim como Heleno, não foi submetido ao Regulamento Disciplinar do Exército. Como não deixaria de ser, o general recebeu ainda apoio de demais militares, entre eles o Coronel Hiram Reis e Silva. Nas palavras deste, “tomar as atitudes corretas [como Girão Monteiro], sem se preocupar com as consequências para a ‘carreira’, é algo que nossos jovens oficiais devem reverenciar”³⁵⁷. Na prática, não houve qualquer consequência para a carreira militar do general, pelo contrário. Após o ocorrido, Monteiro saiu do comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em agosto daquele ano (BRASIL, K., 2008), indo para Brasília exercer a função de diretor de Transporte e de Mobilização do Comando Logístico do Exército e de chefe do Gabinete de Planejamento e Gestão do mesmo comando, funções que exerceu até março de 2009. Após isto, a pedido, foi para a reserva com o objetivo de exercer o cargo de secretário de Segurança Pública do Estado de Roraima sob o governo de José de Anchieta Júnior³⁵⁸, político que teve forte atuação para tentar impedir a demarcação da TIRSS. Antes, porém, em 26 de agosto de 2008, recebeu pelas mãos do governador o título de Cidadão Benemérito de Roraima e a Ordem do Mérito Forte São Joaquim, a mais alta distinção concedida no estado. Nas palavras do general, ele havia obtido “uma coisa que não se perde e nem se encontra, ou seja, consegui[u] obter das pessoas de Roraima a confiança e a amizade”³⁵⁹. Ao que tudo indica, também havia conquistado a amizade dos políticos do estado. Após passar para a reserva o general ocupou sucessivos cargos em administrações públicas estaduais até

³⁵⁷ <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/hiram-reis-e-silva/monteirao-cicatriz-orgulhosa-do-dever-cumprido>. Acessado em 10 de junho de 2024.

³⁵⁸ Disponível em: <https://generalgirao.com.br/quem-sou/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

³⁵⁹ <https://www.gentedeopinioao.com.br/colunista/hiram-reis-e-silva/monteirao-cicatriz-orgulhosa-do-dever-cumprido>. Acessado em 10 de junho de 2008.

2018, quando se elegeu deputado federal por Rio Grande do Norte, sendo reeleito em 2022³⁶⁰.

Não só Girão Monteiro foi reconhecido pela classe política de Roraima. No dia 23 de abril de 2008, o próprio Augusto Heleno recebeu da Assembleia Legislativa do estado o mesmo título de cidadão benemérito³⁶¹. Uma semana depois, em palestra no Clube Militar, o governador Anchieta Júnior reafirmou que a política indigenista do país era “caótica, incoerente e irresponsável”. Segundo ele, “o que as ONGs mais querem é um cadáver indígena para justificar a necessidade de dizer que o brasileiro não cuida dos seus índios”. Na ocasião, o governador foi aplaudido por Paulo César Quartiero e pelo Brigadeiro Marco Aurélio Gonçalves Mendes, comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional - Rio de Janeiro (TABAK, 2008b).

Os esforços polemizadores em torno da demarcação de Raposa e da presença das Forças Armadas na região norte do país resultaram ainda na criação da Frente Parlamentar de Apoio às Forças Armadas na Amazônia, instalada na Câmara pelo deputado Édio Lopes (PMDB - RR). Em uma sessão com a presença de três representantes de cada Força, o deputado Ernandes Amorim (PTB - RO) criticou o fato de a chefia do Ministério da Defesa ser exercida por um “civil”. Segundo o deputado, “tem que ser um militar, seja da reserva ou da ativa, que entende o que é caserna e que seja um nacionalista”. Jobim, por sua vez, não teria se sentido “atacado” com a declaração, e reiterou que havia ajudado na criação da Frente Parlamentar (ÉBOLI, 2008e).

Naquele meio tempo, Augusto Heleno, o “PhD em matéria de reservas indígenas, demarcações e onguismo”, continuou colhendo apoios de sua ação polemizadora (O ESTADO DE S. PAULO, 2008e). Segundo a Folha de S. Paulo, “o comandante militar da Amazônia, tem recebido 400 e-mails por dia desde que criticou a

³⁶⁰ Monteiro permaneceu secretário de Segurança Pública de Roraima até fevereiro de 2012, quando assumiu a Secretaria de Justiça e Cidadania daquele mesmo estado até julho de 2013. Em 2014, deixou Roraima e se tornou secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Norte (RN), sendo responsável pela segurança durante os jogos da Copa do Mundo em Natal, permanecendo no cargo até 2015. Já entre janeiro de 2017 e março de 2018, exerceu o cargo de Secretário Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito em Mossoró-RN. Em 2018, elegeu-se deputado federal por Rio Grande do Norte, sendo reeleito em 2022. Disponível em: <https://generalgirao.com.br/quem-sou/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

³⁶¹ chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://sapl.al.rr.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2008/8797/pdl_no_004-2008_titulo_de_cidadao_benemerito_de_rr_ao_general_augusto_heleno_ribeiro_pereira.pdf. Acessado em 05 de junho de 2024.

política indigenista. Há pelo menos quatro comunidades no Orkut sugerindo seu nome como candidato à Presidência” (FOLHA DE S. PAULO, 2008e). Além dos e-mails, das comunidades em redes sociais e dos elogios via a seção de leitores dos jornais impressos, circulou ainda uma petição na internet em apoio ao general, a qual chegou a angariar 10.362 assinaturas³⁶². Foi assinada, por exemplo, pelo jornalista Reinaldo Azevedo³⁶³, que saiu em defesa do militar: “estão tentando transformar o comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, naquilo que ele não é: um golpista. Golpe, de opinião pública, é tentar cercear o debate sobre a reserva indígena Raposa Serra do Sol. Golpe é ignorar a realidade da região, que o militar conhece muito bem, para impor, à matroca, um projeto que ninguém conhece, cujo fundamento está em um documento que joga no lixo a Constituição do Brasil”³⁶⁴.

Enquanto isso, no plano institucional, o Exército conquistou prerrogativas que perduram até os dias atuais. Em maio daquele ano, pouco menos de um mês após a palestra de Heleno no Clube Militar, o governo Lula já anunciava que ampliaria a rede de pelotões especiais de fronteira na Amazônia, a iniciativa “seria uma tentativa de diminuir a resistência militar contra a criação de grandes reservas em áreas de fronteira” (CARVALHO, J., 2008b). Tal política se concretizou com a publicação do Decreto nº 6.513 de 22 de julho de 2008, que estabelecia em seu Art. 3-A o *dever* do Comando do Exército em instalar “[...] unidades militares permanentes, *além das já existentes*, nas terras indígenas situadas em faixa de fronteira [...]”³⁶⁵.

Complementarmente, o Decreto nº 6.513 também alterou trechos do Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002. Com a nova redação, o Comando do Exército não precisaria mais consultar a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI ou mesmo as populações indígenas afetadas, para instalar unidades militares em terras indígenas, submetendo tais projetos apenas à consulta do Ministério da Defesa e da Presidência da República. No mês seguinte, em consonância com o novo decreto, durante

³⁶²

http://web.archive.org/web/20080423053857/http://www.petitiononline.com/mod_perl/signed.cgi?xptoxp to acessado em 17 de junho de 2021.

³⁶³ <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/peticao-de-apoio-ao-general/> acessado em 15 de junho de 2021.

³⁶⁴ <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/raposa-serra-do-sol-8211-se-alguem-esta-ferindo-a-constituicao-nao-e-o-general-heleno>. Acessado em 11 de junho de 2024.

³⁶⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6513.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.513%2C%20DE%2022,ind%C3%ADgenas%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A4ncias.. Acessado em 06 de junho de 2024.

um exercício conjunto das Forças Armadas em Roraima, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, acompanhado do General Heleno, afirmou que novos Pelotões Especiais de Fronteira seriam instalados em reservas indígenas, mesmo “contra a vontade de ONGs ligadas aos índios”, as quais “poderiam protestar” o quanto quisessem (O GLOBO, 2008j).

No final daquele ano, realizando um balanço da atuação da instituição, o comandante do Exército, Enzo Martins Peri, ressaltou que a Força passou por “um momento de muita exposição” na mídia, durante o qual procurou “deixar o público interno informado, por intermédio de nossos instrumentos de difusão e, também pela ação de comando dos comandantes de organizações militares”. O fato é que a ação polemizadora na imprensa, levada à cabo por Heleno e demais militares, gerou reações na própria cadeia de comando-obediência. Um relato do General Villas Bôas, à época comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), é revelador sobre essa questão:

Na EsAO, vivi um evento ao mesmo tempo sensível e curioso. O general Heleno, então comandante da Amazônia, no decorrer de uma palestra no Clube Militar, afirmou que a política indigenista do governo (Lula) era uma catástrofe. A repercussão foi imediata, transcrita em todos os jornais. Também impactou o governo, gerando uma pequena crise. Os capitães da EsAO haviam sido alunos de Heleno quando de seu comando da Escola Preparatória de Cadetes em Campinas e, *sobre eles, o Heleno exercia uma sólida liderança*. Numa sexta-feira, o coronel Viana Peres, chefe da Divisão de Ensino, entrou em minha sala com ar preocupado e me comunicou que *os alunos estavam preparando um manifesto em apoio ao general*.

Liguei para o Heleno, contei-lhe o que estava acontecendo e ainda brinquei: ‘Olha o abacaxi que você me arranjou!’. Riu muito e pediu que os capitães não o fizessem, pois, além de não contribuir para superar o problema, forneceria argumentos aos que tentavam acusá-lo de estimular a indisciplina. Reuni toda a escola – cerca de 500 integrantes – e mostrei-lhes que um militar tem duas formas de se manifestar. Coletivamente, por intermédio de seu comandante, e se por escrito, em caráter individual. Comprometi-me a levar ao escalão superior, bem como a encaminhar os argumentos escritos dos que insistissem em fazê-lo. Cumpri aquilo com que havia me comprometido, evitando, dessa forma, qualquer tipo de extrapolação do tema (CASTRO, 2021, p. 145-146, *italico meu*).

Como detalhado no segundo capítulo desta tese, a noção de “liderança” dentro do Exército apresenta um significado particular, estando relacionada ao exercício de uma autoridade carismática diante da qual o subordinado “se sente arrastado” (LEIRNER, 1997, p. 80). Para os cadetes da AMAN, por exemplo, “[...] *os líderes são aqueles oficiais que despertam confiança. Por um lado, ‘dão o exemplo’, isto é, mantêm uma postura pessoal em consonância com aquilo que exigem de seus subordinados.* Por outro lado, são ‘mais humanos’, preocupam-se com seus subordinados ‘enquanto pessoas’, e não apenas com a manutenção da obediência devida” (CASTRO, 2004, p. 28, *italico meu*). A liderança e o prestígio do General Heleno no Exército, além de ter sido ilustrada (e lustrada) por diversos jornalistas após a repercussão da palestra, também influenciou a reação do governo ao episódio. Na ocasião, Lula e Nelson Jobim deixaram evidente o viés político que perpassa a aplicação do Regulamento Disciplinar do Exército. A descrição do ministro da Defesa sobre os episódios envolvendo o General Santa Rosa em 2007 e de Heleno em 2008 é sugestiva sobre esta importante face da relação entre “civis” e militares no Brasil:

[...] então tive alguns momentos em que, curiosamente... Alguém dirá: ‘Ah, foi crise’. Mas não foi. Crise não foi. Mas foi um momento em que deu espaço para que eu exercesse a autoridade. Foi um general de quatro estrelas, da ativa, que estava no Ministério da Defesa [referência ao general Maynard Marques de Santa Rosa] [...]. Ele fez lá uma declaração e saiu estampado... Eu me acordo de manhã, abro o jornal, estava a declaração desse... que era um negócio... Acho que era terra indígena. Não me recordo mais o que era, mas era uma coisa... criticando as decisões do governo. Aí eu me acordei, vi aquilo, sete horas, liguei para o Enzo [Peri, comandante do Exército], ‘Enzo, vamos remover esse cidadão’. Porque esses cargos eram todos, na época, do presidente da República. ‘Ah! O que é que houve?’. Eu disse: ‘Olha, Enzo, prepara tudo aí. Eu vou conversar com o presidente, ele vai ser removido. E você me diz para onde é que ele vai. Eu vou destituí-lo dessa função’. Aí o Enzo disse: ‘Está bem. Está bem’. ‘Avise ele’. ‘Está certo, ministro, está correto’. Aí eu fui ao Palácio. Quando eu estava no Palácio, entra o Lula, furioso. ‘O que é isso, Jobim?!’ Eu disse: ‘Não, não tem nada. Pode assinar’. ‘O que é isso?’. ‘É o ato destituindo o sujeito’. ‘O quê? Vai destituir?’. ‘Vai, vai destituir’. ‘Mas e...?’. ‘Não tem problema, está tudo resolvido. Inclusive já foi lá para o corredor’. É aquela história: quando você tira o oficial de um cargo de comando, enfim, de um órgão administrativo ou mesmo de Força, você tem uma forma: você bota à disposição do comandante do Exército.

À disposição do comandante, fica no corredor, não tem função. Então botamos à disposição... Ficou à disposição do comandante do Exército e saiu daquela função.

O outro caso, o general Heleno, que era um sujeito muito diferente desse aqui [General Santa Rosa]... Esse aqui não tinha a liderança que tinha o Heleno dentro do Exército. Aí o Heleno fez lá umas declarações, que, materialmente, estavam corretas, sobre o negócio de terra indígena e sobre a forma de a Funai conduzir etc. e tal. Aí eu chamei o Heleno. Aí o pessoal da Funai, do Ministério da Justiça, enfim, o pessoal... queriam tirar o Heleno. Aí eu fiz o contrário, eu chamei o Heleno e disse: ‘Olha, eu só peço que você não fale mais no assunto. Eu posso contar contigo?’. ‘Ministro, não tem problema, não falo mais no assunto’. ‘Então você vai ficar’. Aí todo mundo vinha para cima de mim. Até que eu disse ‘Não vou demitir, não. Ele vai ficar. Ele é importante, ele vai ficar e não vai falar mais no assunto’ (CPDOC/FGV, 2015, p. 11-13, itálico meu).

A revista do Clube Militar, por sua vez, em sua edição de julho de 2008, tratou de “cantar vitória” pela organização do seminário “Brasil, ameaças à sua soberania”, o qual teria sido feito “em clima de *Aproveitamento de Êxito*” após a repercussão da entrevista do General Heleno ao Canal Livre no dia 6 de abril daquele ano (CLUBE MILITAR, 2008, p. 14-15). Como o próprio termo militar sugere, a palestra nada mais foi que um “ataque bem sucedido” a um inimigo que se encontrava “em dificuldades para manter suas posições”³⁶⁶, no caso, o governo Lula. Desta forma, com “as repercussões da lúcida entrevista e da empolgante palestra do Gen Heleno, observada, inclusive, nas advertências públicas de elementos do Governo contrários às manifestações do ilustre e devotado Comandante Militar da Amazônia, aguçaram o sentimento de brasilidade que se encontrava adormecido no povo” (CLUBE MILITAR, 2008, p. 15).

Ainda segundo a associação privada que reúne militares da ativa e da reserva das Forças Armadas, “a imprensa presente [no seminário], compreendendo a relevância da problemática amazônica, contribuiu com a divulgação do evento de forma elogiável, reforçada pelas entrevistas de pessoais e pelos desdobramentos em diversos programas de televisão, com participação de outros especialistas do assunto, além de promover um

³⁶⁶ Segundo o Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército, “aproveitamento de êxito” é um “tipo de operação ofensiva que se segue a um ataque bem-sucedido e que, normalmente, tem início quando a força inimiga encontra-se em dificuldades para manter suas posições, visando anular sua capacidade de reorganizar-se ou de realizar um movimento retrógrado” (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2009a, p. A-18).

amplo debate no meio político, particularmente na Câmara e no Senado”. Os militares do Clube, ressaltavam ainda a expectativa que tal repercussão também impactasse a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o que de uma forma ou de outra acabou ocorrendo, como se verá a seguir (CLUBE MILITAR, 2008, p. 15).

4.3.3 O Supremo Tribunal Federal: uma Demarcação Condicionada

No dia 20 de maio de 2005, menos de uma semana após o presidente Lula homologar a TIRSS, os senadores Augusto Affonso Botelho Neto (PT-RR) e Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti (PTB-RR) ajuizaram no Supremo Tribunal Federal a Ação Popular nº 3388, que pedia a anulação da Portaria demarcatória por considerar ter havido vícios no processo que, por sua vez, “gerariam irremediáveis prejuízos à segurança e à defesa nacional”. Esta ação popular começou a ser julgada pelo STF somente no dia 27 de agosto de 2008. Na oportunidade, o ministro relator Carlos Ayres Britto votou pela improcedência da ação, reconhecendo a legalidade da demarcação contínua da terra indígena. Ayres Britto foi sucedido pelo ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que pediu vista do processo.

O julgamento da ação nº 3388 foi retomado no dia 10 de dezembro daquele ano. O ministro Menezes Direito julgou a ação parcialmente procedente e votou a favor da demarcação contínua da TIRSS, observadas 19 condicionantes. Menezes Direito foi acompanhado no mesmo sentido pelos ministros Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cezar Peluso, Carmen Lúcia e Ellen Gracie, os quais também pediram a inclusão das condicionantes em seus votos. É interessante notar que as condicionantes constituíam “[...] uma inovação no ordenamento jurídico brasileiro, posto que ultrapassa[va]m os limites dos pedidos constantes na petição inicial dos autores populares [...]”. Isto é, o STF produziu uma decisão dotada de elementos que extrapolavam o que havia sido pleiteado pelos autores da Ação, ou seja, a revogação da Portaria 534/2005 (LAGES, 2014, p. 177).

Neste contexto, as condicionantes, nas próprias palavras do ministro Menezes Direito, significavam uma forma “cordial” e “conciliatória” de integrar os direitos das populações indígenas ao “bem comum” e à “ordem nacional”, na justa medida em que um “tudo pode” para aqueles não significasse um “nada pode” para os “interesses

públicos” (BRASIL, 2008, p. 414 apud LAGES, 2014, p. 184-185). Desta forma, a “tradição brasileira de cordialidade” reiterada pelo ministro em seu voto, procurou conciliar a demarcação com os interesses de demais atores políticos e sociais, entre os quais as próprias Forças Armadas, uma vez que reafirmava a necessidade de manutenção da soberania nacional, especialmente no que se refere à defesa territorial na faixa de fronteira internacional (SILVA, M. I., 2012, p. 145). Entre as dezenove condicionantes, havia pelo duas que faziam referência a este ponto:

5 – O usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da Política de Defesa Nacional. A instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes (o Ministério da Defesa, o Conselho de Defesa Nacional) *serão implementados independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à FUNAI;*

6 – A atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica garantida e se dará independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à FUNAI (itálico meu)³⁶⁷.

Os únicos a se oporem às condicionantes foram os ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio Mello. Barbosa foi o único a considerar a ação popular totalmente improcedente e externou sua preocupação com as inovações constitucionais que o voto do ministro Menezes Direito suscitava, as quais não teriam sido discutidas com as partes envolvidas. Naquele dia, o ministro Marco Aurélio pediu vista do processo. O julgamento só foi retomado no dia 18 de abril de 2009.

Posteriormente, Marco Aurélio julgou totalmente procedente o pedido inicial da ação popular que pedia a revogação da Portaria demarcatória. Ao longo de seu voto, lido por mais de seis horas durante a sessão do STF, o ministro citava um livro de Ives Gandra Martins sobre a atuação de organizações internacionais na Amazônia; uma entrevista do deputado Aldo Rebelo no Estadão sobre a cobiça internacional na região e a história envolvendo a recusa da entrada de militares na Terra Yanomami; elencava falas de

³⁶⁷<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/953976/raposa-serra-do-sol-stf-impoe-19-condicoes-para-demarcacao-de-terras-indigenas> acessado em 14 de julho de 2021.

autoridades internacionais que revelariam interesses na Amazônia; e diversos editoriais de jornais impressos sobre as mesmas temáticas. Como não deixaria de ser, outro suporte ao voto do ministro eram as declarações do General Augusto Heleno, referenciadas pelo menos três vezes ao longo do texto. Nas palavras de Marco Aurélio, tais elementos revelavam “a necessidade de abandonar uma visão ingênua” e assumir que a questão em foco seria a da “soberania nacional” (MELLO, 2009, p. 50).

Nas conclusões do seu voto, o ministro fixou parâmetros para uma nova ação administrativa demarcatória, declarando nula a já realizada. Entre os parâmetros constava a “audição do Conselho de Defesa Nacional quanto às áreas de fronteira”, que como visto ao longo deste capítulo, constituía-se numa reivindicação militar desde antes da demarcação da Terra Yanomami em 1991, e que acabou acolhida à época pela Portaria demarcatória do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. Nas palavras de Marco Aurélio, seria “imprescindível a participação do Conselho de Defesa Nacional, ante a possibilidade de existirem instabilidades naquela área da fronteira tríplice, área que se encontram os territórios do Brasil, da Guiana e da Venezuela” (MELLO, 2009, p. 95).

O ministro Marco Aurélio acabou vencido pela maioria do STF, que reafirmou a legalidade da demarcação da TIRSS de forma contínua e abarcando a faixa de fronteira internacional, ressalvadas as dezenove condicionantes³⁶⁸. No entanto, é inegável que a polemização militar com a questão havia surtido efeitos para além dos muros dos quartéis, reafirmando a legitimidade da presença das Forças Armadas na Amazônia, bem como inflando o prestígio político de atores como os generais Augusto Heleno e Eliéser Girão Monteiro Filho.

Por outro lado, o surto anti-indigenista, ou mesmo anti-indígena, reforçado na imagem da presença de estrangeiros na Amazônia, e levado a cabo por Heleno e demais militares ao longo de todo o ano de 2008, parece não ter se estendido para a relação do Exército Brasileiro com seus pares internacionais. Durante sua permanência no Comando Militar da Amazônia, Augusto Heleno recebeu “[...] várias autoridades estrangeiras, com destaque para: o Departamento de Defesa dos EUA; Sea Lord e Comandante da Royal Navy; Cadetes de Westpoint; Adidos Estrangeiros no Brasil; Comando Sul dos EUA;

³⁶⁸ Em outubro de 2013, o Supremo Tribunal Federal, em novo julgamento da Petição 3388, manteve as condicionantes, as quais não teriam efeito vinculante, ou seja, não se estendem a outros litígios que envolvam terras indígenas. In: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=251738&ori=1>. Acessado em 11 de junho de 2024.

Curso Capstone dos EUA; Chefe do Estado-Maior Combinado dos EUA; Comandante dos Exércitos do Chile e de Portugal; e a Junta Interamericana de Defesa” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009).

Não só as visitas rotineiras colocavam em evidência a presença norte-americana na região. Em julho daquele ano de 2008, sem qualquer reação pública dos militares brasileiros, os Estados Unidos reativaram sua Quarta Frota subordinada ao Comando Sul, e responsável por todas as embarcações militares do país em atividade nas águas da América Latina e Caribe³⁶⁹. Segundo reportagem da Folha na época, a frota contaria “[...] com um efetivo de 120 militares, alocados em seu novo quartel-general, na base naval de Mayport, no Norte da Flórida, segundo o porta-voz, tenente Myers Vasquez. O local já funciona de base para outras divisões das Forças Armadas norte-americanas e é porto de 22 embarcações militares - cruzadores, destroieres e fragatas - e seis esquadrões de helicópteros”³⁷⁰.

Augusto Heleno permaneceu no Comando Militar da Amazônia até março de 2009, quando foi transferido para o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT). Nesta função, o general assumiu a presidência do Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). À frente do DCT, Heleno foi um dos responsáveis pela criação do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX), que reúne a Companhia de Comando e Controle, o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica e a Escola de Comunicações (Escom)³⁷¹.

Apesar de Heleno ter seguido um caminho “natural” nos últimos quatro anos da carreira, em que via de regra os Generais de Exército passam dois anos em cargos de comandos operacionais, como é o caso do Comando Militar da Amazônia, e os outros dois anos chefiando o Estado-Maior do Exército ou algum órgão de direção setorial como, por exemplo, o Departamento de Ciência e Tecnologia³⁷². Em sua passagem compulsória

³⁶⁹ Foi Airlon Lucas Heck que chamou minha atenção para este fato, a quem também agradeço pela indicação de matérias jornalísticas sobre o tema.

³⁷⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1307200801.htm>. Acessado em 11 de junho de 2024.

³⁷¹ <http://www.ccomgex.eb.mil.br/index.php/en/historico>. Acessado em 17 de junho de 2024.

³⁷² Os comandos operacionais são os comandos militares do Nordeste (CMNE), Leste (CML), Sudeste (CMSE), Oeste (CMO), Amazônia (CMA), Sul (CMS), Planalto (CMP) e Norte (CMN). A exceção à regra explicitada é o CMP, comandado por um general de divisão (3 estrelas) e não de exército (4 estrelas). Já os órgãos de direção setorial são: Departamento-Geral de Pessoal (DGP), Departamento de Engenharia e Construção (DEC), Comando Logístico (COLOG), Comando de Operações Terrestres (COTER), Secretaria de Economia e Finanças (SEF), Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) e Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Agradeço a Marcelo Pimentel Jorge de Souza pelos esclarecimentos quanto a essas distinções.

para a reserva em 2011, após completar doze anos como oficial-general, Heleno imprimiu ao ocorrido em 2009 ares de punição: "quando fui nomeado, ouviram que eu estava sendo colocado na geladeira profissional. Sem dúvida, o DCT nada tinha a ver com meu perfil e minhas aptidões. Por decisão do comandante supremo [presidente Lula], eu me tornara o exemplo típico do homem errado no lugar errado"³⁷³.

Como visto ao longo deste capítulo, não houve qualquer aplicação do Regulamento Disciplinar do Exército ao General Heleno, que não somente continuou a fornecer declarações à imprensa e participar de palestras, como, ao deixar o Comando Militar da Amazônia, recebeu um longo elogio público do comandante do Exército, conforme mostrado no capítulo anterior. Anos mais tarde, o próprio resumiu da seguinte forma aquele período em que havia “criticado” a política de demarcações de terras indígenas na Amazônia:

Talvez eu representasse o pensamento do Exército, mas eu não representava o pensamento do comandante-supremo das Forças Armadas, sr. Luiz Inácio [Lula da Silva], que esperou a oportunidade para me tirar da Amazônia e eu não tenho dúvida que ele me tirou da Amazônia e me colocou no lugar errado, ele sabia que não era o meu perfil ser chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia [...]. Saí da Amazônia porque ele não gostou da declaração, lógico, o documento [Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas] tinha sido assinado por ele, as demarcações de terras fraudulentas aconteciam à luz da FUNAI, então é lógico que ele não podia ter gostado. Não me chamou para escutar. Esse é outro problema, a esquerda não escuta quem não é fanático, se não for fanático por eles a opinião não vale. Nunca me chamou para escutar, nunca procurou ouvir o que era feito nas comunidades indígenas³⁷⁴.

O general deixou compulsoriamente o serviço ativo do Exército em março de 2011. Naquela ocasião, vigorava uma orientação de Dilma Rousseff para que não houvesse celebrações militares do dia 31 de março, data que marca o golpe de 1964. Justamente para aquele dia foi marcada uma palestra de Heleno intitulada “A contrarrevolução que salvou o país”. A palestra que “selaria” a despedida do general do

³⁷³ Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2011/05/913533-general-heleno-volta-a-defender-golpe-de-64-ao-passar-para-reserva.shtml>. Acesso em: 24 abr. 2022

³⁷⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=kUHUaWQrKoI&t=5607s> a partir do minuto 1:35:36. Acessado em 13 de junho de 2024.

serviço ativo era esperada com “grande expectativa” por demais militares que teriam a oportunidade de escutar seu “desabafo”. Entretanto, a palestra foi cancelada pelo Comando do Exército como forma de “evitar o acirramento dos ânimos, em pleno debate público sobre a criação da Comissão da Verdade” (MALTCHIK, 2011). Isto não impediu que na cerimônia de passagem para a reserva o general fizesse comentários sobre o tema. Em seu discurso, ao fazer menção à memória do pai, coronel do Exército, disse: “lutaste, em 1964, contra a comunização do país e me ensinaste a identificar e repudiar os que se valem das liberdades democráticas para tentar impor um regime totalitário, de qualquer matiz”³⁷⁵.

Já na reserva, Heleno continuou reverberando em suas palestras que havia sido “punido” pelo governo Lula, em uma dessas ocasiões reconheceu que enquanto oficial-general da ativa, mesmo com as restrições dos regulamentos, não deixou de “falar muita coisa”³⁷⁶. Nos anos seguintes, a polemização em torno das demarcações de terras indígenas continuou de vento em popa e não se restringiu às palestras proferidas pelo general. Em 2011, Heleno retornou à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, desta vez enquanto militar da reserva, e acompanhado por uma equipe de reportagem da emissora Bandeirantes. É preciso lembrar que foi essa mesma emissora quem deu espaço para que Heleno fizesse sua primeira entrevista de grande repercussão em 2008, a qual suscitou a palestra no Clube Militar e tudo que dela se sucedeu.

Se baseando no relato de figuras como Paulo César Quartiero e José de Anchieta Júnior, partidários históricos da recusa pela demarcação da TIRSS, a série de reportagens de Fábio Pannunzio intitulada *Fronteira do Abandono*, ressaltava a “ignorância” da população indígena quanto a ideia de “cidadania”, bem como suas tendências segregacionistas, observadas na “antipatia” e “arrogância” em relação aos “brancos” que residiam na região. Acompanhado pelo General Heleno, Pannunzio chamou atenção para a “fragilidade da relação entre índios e militares” e a resistência quanto a instalação de quartéis do Exército no interior da terra indígena. Na oportunidade, em visita a uma das propriedades de Quartiero, que em 2008 havia sido preso pela Polícia Federal após envolver-se em um confronto armado com índios da região, Augusto Heleno manifestou

³⁷⁵ <https://m.folha.uol.com.br/poder/2011/05/913533-general-heleno-volta-a-defender-golpe-de-64-ao-passar-para-reserva.shtml>. Acessado em 25 de fevereiro de 2025.

³⁷⁶ https://www.youtube.com/watch?v=yQ-Ej9gfiuY&list=PLyeH38I_AwXoT9zXiYBz9vMCR1LHcue6j&index=12. Acessado em 13 de junho de 2024.

a preocupação com a condição econômica de Roraima devido a redução da produção de arroz e da criação de gado no estado, bem como a tendência das populações locais em viver do desvio de mercadorias (descaminho) na fronteira da Venezuela com o Brasil³⁷⁷.

A expressão militar, a outra face do intervencionismo, evidenciava sua potencialidade enquanto mecanismo de engatilhamento da ação político-midiática da cadeia de comando das Forças Armadas, propiciando a irrupção de diversas zonas de convergência com o público “civil” acerca da *ameaça à soberania da Amazônia*. Não podemos esquecer que, além de Augusto Heleno e demais militares, a polemização sobre Raposa Serra do Sol foi acompanhada por ministros de estado, antropólogos, juristas, jornalistas e formadores de opinião em geral. Com uma ação conduzida pelo topo, condição *sine qua non* para sua solidez hierárquica e disciplinar, Heleno pode transitar por um *espaço dos possíveis* historicamente reservado aos militares no Brasil: imiscuir-se nas disputas políticas em praça pública e nos cílios suaves dos gabinetes, tudo em nome da *defesa da Pátria, da soberania nacional e da integridade territorial*. Porém, como poucos antes de si, soube acionar um *esquema de percepção e apreciação* propriamente militar, que aos olhos “civis” foram percebidos como *conjectura* (e não *criação*) de fatos e *solução* (e não *fabricação*) de necessidades (WAGNER, 2010 [1975/1981], p. 117; LEIRNER, 1995, p. 120). O resultado pareceu, no mínimo, preocupante: a presença das Forças Armadas em terras indígenas e na Amazônia de forma geral foi reafirmada em palavras e revigorada pela letra da lei.

Indubitavelmente, Augusto Heleno havia se transformado em um caso de consubstancialização da carreira e das capacidades militares em poder e autoridade política. Não é de se espantar que Piero Leirner (2020), em visita à São Gabriel da Cachoeira (AM) em 2013, tenha ouvido de um Major do Exército que Heleno se constituía em um dos “principais líderes do Brasil”. Saltava aos olhos do antropólogo que a figura de *líder* não deveria ter lugar na pessoa de um general, mais apropriadamente se tomado por “grande” comandante se fosse o caso. O fato é que o episódio demonstrava que a linha que dividia a política da caserna estava estreita já a algum tempo.

Se é verdade que com a polemização em 2008 o general fechou de vez a porta para uma possível aspiração em se tornar comandante do Exército³⁷⁸, também é possível

³⁷⁷ <https://www.ecoamazonia.org.br/2011/07/jornal-band-exibe-serie-fronteira-abandono/>. Acessado em 7 de maio de 2025.

³⁷⁸ <https://diplomatie.org.br/a-veemencia-do-general/>. Acessado em 26 de fevereiro de 2025.

afirmar que Heleno sempre buscou controlar como seus atos eram recebidos no interior da instituição. Já naquela época, o general buscava negar possíveis aspirações políticas: “não tenho qualquer aspiração nessa área. Respeito os que exercem a Política, com ética e dignidade, no entanto meu perfil não se alinha com os requisitos básicos para o desempenho dessa atividade, na atual conjuntura. Além do mais, *não gostaria que meus pares e subordinados deduzissem que minhas atitudes, ao longo da carreira, escondiam aspirações políticas*”³⁷⁹. De uma forma ou de outra, estes episódios também indicavam que a Amazônia, com atenção às questões envolvendo a demarcação de terras indígenas, vinha sendo utilizada como força motriz para um intervencionismo cada vez mais polemizador em relação aos governos petistas (LEIRNER, 2020, p. 213).

Não obstante isso, a posição de liderança atribuída a Heleno não advinha apenas da percepção de alguns membros das Forças Armadas. Se, em 2008, já constavam pedidos em comunidades do Orkut para sua candidatura à Presidência (FOLHA DE S. PAULO, 2008e), tal reivindicação foi reiterada na eleição de 2014³⁸⁰. Na ocasião, uma possível candidatura de Heleno era vista como uma clara associação ao “movimento anti-PT” e à figura do então deputado Jair Bolsonaro. Em reportagem da revista *IstoÉ* de fevereiro de 2014, constava que, segundo dirigentes de 68 associações de militares da reserva, o movimento “General Heleno Presidente” já havia alcançado o apoio de 5,7 milhões de eleitores (JERONIMO, 2014).

Ainda segundo a reportagem, Heleno era um sucesso na internet, fato que seria explicado pelo seu “discurso conservador que um bom número de eleitores gosta de ouvir”. A iniciativa de sua candidatura era levada a cabo pelas mesmas figuras que tentavam angariar assinaturas para a criação e registro do Partido Militar Brasileiro (PMB). Entre os entusiastas da iniciativa encontravam-se o ex-delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz, o deputado Jair Bolsonaro e o Tenente-Coronel da Aeronáutica Marcos Pontes. Enquanto a iniciativa não saía do papel, seus simpatizantes

³⁷⁹ <https://www.forte.jor.br/2010/11/11/revista-do-clube-militar-entrevista-com-o-general-de-exercito-heleno/>. Acessado em 26 de fevereiro de 2025.

³⁸⁰ https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR69356&fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTEAAR24mVRWfcd7RUAD3rf8P3RgvykcS9J2uvsXd3-KXwPvHd15bXv0H6gIVHQ_aem_AVXBQGwBE2W-mPkbO_HTI4H3OfHbf-7UUio-4pYGtsGHG-QeqLlr2vYqnrPITren4ZY5DQZ1kJec8xaCYnfVTmFf#google_vignette. Acessado em 13 de junho de 2024.

continuariam utilizando o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) como “sigla franqueada” para disputarem as eleições de 2014³⁸¹.

Sobre os pedidos de candidatura e os mais de 5 milhões de eleitores potenciais, Heleno afirmou “serem frutos de seu trabalho no Exército ou mesmo da generosidade de seus ex-comandados em terem espalhado suas eventuais virtudes”. Contudo, para o general, firmar uma candidatura à Presidência sem uma estrutura partidária sólida seria uma “aventura” que ele não estaria disposto a encarar³⁸².

A candidatura não veio, mas a associação com Jair Bolsonaro teve vida longa. Em 2015, o então deputado federal fez questão de apresentar o ex-comandante militar da Amazônia aos seus seguidores nas redes sociais.

FIGURA 27 - JAIR BOLSONARO E AUGUSTO HELENO (2015)



Fonte: Jair Bolsonaro no Facebook³⁸³.

³⁸¹ Não coincidentemente, quatro anos depois, o General Mourão se filia ao mesmo PRTB e, posteriormente, despontaria como companheiro de chapa de Bolsonaro. In: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/pro-intervencao-militar-general-mourao-filia-se-ao-prtb-de-levy-fidelix/>. Acessado em 02 de fevereiro de 2024.

³⁸² <https://www.sociedademilitar.com.br/2014/03/entrevista-com-general-heleno-sobre-sua-candidatura-a-presidencia-do-brasil-e-planos-para-o-futuro.html>. Acessado em 25 de fevereiro de 2025.

³⁸³ <https://www.facebook.com/share/1EmNuInKPk/>. Acessado em 16 de fevereiro de 2025.

Quatro anos depois, após ter servido na Casa Militar durante os governos Fernando Collor e Itamar Franco, o General Augusto Heleno voltou ao Palácio do Planalto, desta vez como ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) de um governo profundamente militarizado. Foram quatro anos em que a política foi sendo fagocitada pela guerra em forma de *blitzkrieg*, como continuação da forma militar de governo por outros meios. Mais uma vez, o nem sempre discreto artifice de olhos de furacão estava de volta ao centro das conspirações.

CONCLUSÃO

Ninguém governa na América Latina sem as Forças Armadas

General Leônidas Pires Gonçalves³⁸⁴.

Na República brasileira ninguém governa violentando as Forças Armadas

General Octávio Costa³⁸⁵.

[...] é preciso que o político não se esqueça de que o poder que empunha, quando legítimo, é assegurado pelo militar

General Sylvio Frota³⁸⁶.

Jair Bolsonaro, no dia 24 de novembro de 2018, participou da comemoração do 73º aniversário da Brigada de Infantaria Paraquedista (RJ)³⁸⁷. Formado no curso de paraquedista militar em 1977, o então recém-eleito presidente da República chegou na cerimônia acompanhado pelo filho Flávio Bolsonaro e pelo General Augusto Heleno, escolhido para chefia do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Recepcionado pelo comandante da Brigada, ao subir as escadarias do quartel, o chefe do Executivo manifestou certa confusão com o cerimonial a ser adotado: almejava franquear a entrada de Heleno no quartel, que por sua vez recusou a atitude. A confusão advinha do fato de que segundo o cerimonial militar se, por um lado, um capitão é precedido por um General de Exército³⁸⁸, por outro, este é antecedido pelo Presidente da República³⁸⁹.

As dúvidas quanto a adoção do cerimonial eram a marca de um governo em que as patentes militares se misturavam com as designações ministeriais. Estabeleceu-se uma verdadeira porta giratória entre as Forças Armadas, o Palácio do Planalto e a Esplanada dos Ministérios. Prova disso é o fato de que naquele aniversário da Brigada Paraquedista, se encontravam dois futuros ministros do governo Bolsonaro: o General Luiz Eduardo Ramos, então comandante militar do Leste e futuro ministro-chefe da Secretaria de

³⁸⁴ (O ESTADO DE S. PAULO, 1993).

³⁸⁵ (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994a, p. 93).

³⁸⁶ (FROTA, 2006, p. 639).

³⁸⁷ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/24/bolsonaro-participa-de-cerimonia-militar-no-rio.ghtml>. Acessado em 19 de junho de 2024.

³⁸⁸ http://www.sgex.eb.mil.br/precedencia/precedencia_autoridades/. Acessado em 19 de junho de 2024.

³⁸⁹ http://www.sgex.eb.mil.br/precedencia/precedencia_autoridades/. Acessado em 19 de junho de 2024.

Governo (2019-2021) e da Casa Civil (2021); e o General Walter Souza Braga Netto, então interventor da Segurança Pública do Rio de Janeiro, e que assumiria a Casa Civil (2020-2021) e o Ministério da Defesa (2021-2022).

Um mês depois, em discurso na cerimônia de posse no Congresso Nacional, Jair Bolsonaro afirmou que em seu governo as Forças Armadas teriam as condições necessárias para cumprir sua missão constitucional de “defesa da soberania, do território nacional e das instituições democráticas”, ao mesmo tempo em que manteriam “suas capacidades dissuasórias para resguardar nossa soberania e proteger nossas fronteiras”. Do Congresso, o presidente seguiu para o Palácio do Planalto, onde foi recepcionado por Michel Temer. Feita a passagem da faixa presidencial, chegava a hora de dirigir-se à nação. Para tanto, confundindo a solenidade civil com o cerimonial militar, o Capitão-Presidente pediu autorização ao General e Vice-Presidente Hamilton Mourão para dar início ao discurso. A autorização foi concedida e acompanhada do tradicional brado da tropa blindada do Exército: “Aço!”. O governo, mais uma vez, tinha sua expressão franqueada pelo mundo militar.

No dia seguinte, Bolsonaro deu posse a vinte e um ministros, entre os quais o chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Na oportunidade, Augusto Heleno ressaltou a missão do GSI quanto a segurança do presidente e de sua família, bem como o papel de gestão do Sistema Brasileiro de Inteligência, que, segundo ele, foi “derretido” pela presidenta Dilma Rousseff e recuperado pelas mãos do General Sérgio Etchegoyen, seu antecessor na pasta. Emendou ainda que o novo governo construiria “um Brasil novo *com austeridade*, com transparência e honestidade” e, ao final, concluiu com o tradicional brado da Brigada Paraquedista: “Brasil acima de tudo!”, usado amplamente pela campanha eleitoral vitoriosa³⁹⁰.

Ao longo de quatro anos, foram inúmeras as ocasiões em que a cosmologia militar manifestou sua presença. Apesar disso, o discurso público mantido desde 2018 pelas Forças Armadas foi de que a instituição militar se mantinha distanciada da política e, mais importante que isso, do Governo Bolsonaro. Um discurso que não somente contrariava a história mais recente do país, com militares da ativa assumindo funções de

³⁹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=vtLf9xLvOz8>. Acessado em 19 de junho de 2024.

Porta-Voz da Presidência³⁹¹, na Secretaria de Governo da Presidência³⁹², no Ministério da Saúde³⁹³ e na Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos³⁹⁴, como um passado marcado pelo intervencionismo militar na política. Em ambos os casos, a realidade brasileira parece desautorizar qualquer interpretação segundo a qual os militares se encontrariam afastados de uma compreensão ampla das ações e relações políticas por uma suposta ascendência do “poder civil” sobre eles (FERREIRA, 2004, p. 43). Muito pelo contrário, os homens de farda nunca estiveram tão atentos às dinâmicas políticas, exemplificado não apenas pelo constante lobby no Congresso em favor de suas pautas (TRICONTINENTAL, 2023), como também por uma retórica convincente que objetiva mascarar a conquista de espaços de atuação “civil” por meio de uma pretendida competência gerencial (SANTOS; SIMAN, 2022; SIMAN et al., 2024).

Como mostrei no primeiro capítulo, o intervencionismo militar na política recebeu ampla atenção da literatura sobre relações civis-militares no Brasil. Este interesse pela temática, impulsionado pelo contexto da Ditadura Militar (1964-1985), produziu importantes conceitualizações em torno da ideia de *partido militar* que, como visto, privilegiava o realce às divisões e rachas internos à instituição militar. Foi também esta literatura que questionou os mecanismos pelos quais os militares se decidem e chegam a consensos sobre questões próprias da vida na caserna, bem como sobre questões políticas percebidas como “nacionais”. Mesmo após a Ditadura, pôde-se observar a consolidação do entendimento de que era indispensável lançar luz sobre o problema das intervenções militares sem, no entanto, fechar os olhos para os elementos internos constitutivos da vida nos quartéis (PEIXOTO, 1980b; COELHO, 1985; CARVALHO, J. M., 2006).

O olhar retrospectivo sobre esta literatura permitiu notar como frequentemente a *omissão civil* era vista como a outra face do intervencionismo militar. Segundo esta lógica, a politização dos militares seria consequência da incompetência dos *paisanos* em negociar e buscar alternativas aos impasses *dentro* da política, preferindo, ao contrário, chamar em seu socorro as baionetas das Forças Armadas. Também não foram raras as

³⁹¹ <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-01/bolsonaro-escolhe-general-rego-barros-como-porta-voz-da-presidencia>. Acessado em 7 de julho de 2025.

³⁹² <https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2019-07/toma-posse-ministro-da-secretaria-de-governo>. Acessado em 7 de julho de 2025.

³⁹³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/16/em-ato-no-planalto-pazuello-e-efetivado-e-saude-passa-a-ter-ministro-titular-apos-4-meses.ghtml>. Acessado em 7 de julho de 2025.

³⁹⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/14/bolsonaro-nomeia-almirante-para-secretaria-de-assuntos-estrategicos.ghtml>. Acessado em 7 de julho de 2025.

percepções de que no Brasil não teríamos verdadeiramente uma “Nação” com um projeto único de futuro, mas, sim, arquipélagos desarticulados entre si. A subentendida “incompletude” nacional condenaria o país ao eterno pretorianismo e a sucessão de golpes e contra-golpes dos homens de farda. Ao contrário da gramática autoritária da *omissão*, compartilhada por acadêmicos e militares, não passou despercebido de alguns que as Forças Armadas quase sempre interviram não para preencher uma ausência ou vácuo de poder deixado pelos “civis”, e sim para suprimir a presença de iniciativas populares (QUARTIM DE MORAES, 1987b).

Evidentemente, permanece válida a questão de como as Forças Armadas tomam a decisão de intervir, mais ainda quando envolvem contextos percebidos como de que “crise política”. Da mesma forma, continuam válidas as percepções de que, sem profundas consideração sobre os elementos estruturantes da cosmologia militar, qualquer ensaio de resposta estará aquém de realmente esclarecer o fenômeno do intervencionismo. O que procurei evidenciar ao longo desta tese foi que ao interagirem com o mundo “civil”, seja na política, seja nas tomadas de posição pública via imprensa, os fardados colocam em movimento particularidades da formação e socialização dentro da caserna. É preciso se questionar, portanto, quais valores transmitidos nas academias e escolas de formação, mas também nos cursos que fazem, nas canções que cantam, nos fardamentos que vestem, nas amizades que colecionam; valores esses que estão implícitos quando os militares falam em Amazônia, defesa, índios, segurança, política, fronteira, soberania, democracia. A confusão com visões etéreas do que seja a cosmologia militar tem produzido um quadro no qual frequentemente os militares são vistos como mais um agrupamento organizado da sociedade, assim como são os jornalistas, os políticos, os juízes, os acadêmicos e assim por diante.

Durante o Governo Bolsonaro, não foram poucos os adjetivos utilizados para tentar definir a atuação das Forças Armadas em meio a diversas disputas e controvérsias políticas. Qualquer olhar atento localizará a profusão jornalística (e acadêmica) em torno de “militares golpistas”, “generais legalistas”, “ala militar”, “centrão fardado”, etc. Diferentes fórmulas para expressar as supostas trincas que se estenderiam das casernas às conspirações dos palácios. Como mostrei no primeiro capítulo, os rachas internos evidenciam uma maneira muito particular de se abordar o *espírito militar*. Talvez uma postura muito mais interessante seja se atentar para o fato de que as turmas de formação, a escolha das *Armas*, o sistema de classificação e o *mérito*, as promoções, os *círculos de*

amizade e influência, etc; parecem confluir para visões de mundo ajustadas entre si, que não suplantando as opiniões individuais, cultivam um resistente sentimento de pertencimento às Forças Armadas em oposição ao mundo “civil”.

Nos últimos anos, a grande área de relações civis-militares também se esforçou por destrinchar o emprego interno das Forças Armadas, o qual têm sido uma constante na história do país. No segundo capítulo desta tese podemos ver como a ideia de “selva” sempre evocou uma atuação militar para dentro das fronteiras nacionais. Muito mais que um cumprimento (o tradicional “Selva!”) e muito menos que somente um espaço físico, a selva amazônica tem sido utilizada pelo Exército como engatilhadora de doutrinas, simbologias, expedientes polemizadores, demandas políticas, pretensões orçamentarias e afins. De forma que são nos relatos dramáticos (e dramatizados) em torno de encontros com as onças, dos combates em selva e das supostas ameaças externas que encontramos boa parte do imaginário cultivado pela caserna sobre a região. Uma cosmologia que se faz igualmente presente nos fardamentos, no chapéu bandeirante, no facão do guerreiro de selva, nos estandartes, distintivos e brevês, na forma de nomeação dos quartéis, em suma, na *mística* do Exército na Amazônia que, ao contrário de ser mero preciosismo, diz respeito a um mundo hipercodificado que demarca o pertencimento à instituição e expressa suas diversas *clivagens solidárias*.

Como visto ao longo do segundo capítulo, não foi insignificante a influência francesa da doutrina da guerra revolucionária entre os militares brasileiros, bem como de toda a exportação do emprego de *operações especiais* advinda dos Estados Unidos. Neste contexto, vimos como Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) constituiu-se na matriz de formação de inúmeras gerações de militares que viram na Amazônia a principal porta de entrada de *focos guerrilheiros* no país. Após uma boa dose de doutrina, de inúmeros cursos ministrados e, por fim, do emprego real de tropas no aniquilamento da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), solidificou-se a ideia de que “guerrilha se combate com guerrilha” e, para tanto, tornava-se indispensável um modo de atuação que imbricava elementos advindos do mundo da política, da ideologia e das próprias operações bélicas.

Passada a Guerra Fria, os militares pareciam sofrer de uma suposta “crise de identidade”. Enquanto perdia força as tradicionais comemorações da “Intentona” Comunista (1935) e da “Revolução” de 1964, as *invenções de tradição* em torno da I Batalha de Guararapes (1648) e de diversos personagens coloniais forneceram um repertório mais “nacionalista” com relação à Amazônia. Não tardou também que

surgissem versões de uma *Estratégia da Resistência* que colocava em questão um conflito de baixa intensidade contra forças militares mais poderosas. No limite, *invenções* e estratégias escritas pelas mesmas mãos que combateram os *guerrilheiros* de outrora e que, reatualizado o repertório de ameaças, souberam direcionar o sistema de inimizades da instituição militar para as organizações não governamentais, os (narco)guerrilheiros, “indígenas apátridas”, garimpeiros ilegais, “aventureiros estrangeiros”, enfim, diversas maneiras de se nomear inimizades e manter viva a gramática da guerra revolucionária dos anos 1960.

Foi também a partir da Amazônia que o Exército possibilitou uma aproximação com setores representativos da sociedade, especialmente com aqueles que controlam o que se diz sobre a instituição militar e suas práticas: os jornalistas. Não são poucas as horas de voos de helicópteros, de pernoites em pelotões de fronteira, de visitas aos zoológicos e de uma gama variada de estratégias de Comunicação Social que objetivam convencer os profissionais da imprensa sobre a função “colonizadora” dos militares na região norte do país. Não por acaso, a Amazônia apresentada aos “civis” tem frequentemente sido a Amazônia dos quartéis de casas padronizadas, com coqueiros e grama aparada; das onças acorrentadas e dos zoológicos privados; dos feitos “heroicos” de colonizadores e bandeirantes. Visões oficiais de uma paisagem militarizada que objetiva estabelecer formas rotinizadas de vigilância, expiação e dependência, levadas a cabo por uma estrutura que se pretende de abrangência “nacional”.

Esta face pública do Exército Brasileiro foi igualmente trabalhada no terceiro capítulo da tese. Ali, seguindo os pontos que considere importantes da trajetória do General Augusto Heleno, busquei desatar os nós que conectam um mundo militar que se “fecha” sobre si mesmo e que opera em relativa autonomia em relação à sociedade englobante, com os momentos de “aberturas interessadas” para com esta mesma sociedade. Através de Heleno, pudemos deslindar características estruturantes da vida militar que estão quase sempre minimizadas nas análises: o sistema de classificação, a distribuição desigual de *mérito*, as distinções entre os *espíritos das Armas*, os círculos de amizade e influência, a constituição de *lugares de prestígio*, as diferenças entre *líder* e *chefe* (ou *comandante*). Como visto, o caso de Heleno é interessante, pois revela como uma posição de liderança interna, desde pelo menos seu tempo de Academia Militar, o levou a espaços cada vez mais prestigiados e propícios a uma exposição pública. Certamente tratava-se de um caminho possível de ser percorrido como “natural” no

interior da instituição militar, mas para o qual também confluíu a personalidade “expansiva” e “carismática” de um militar que almejava, desde cedo, chegar ao topo da carreira, como evidenciado na epígrafe do capítulo.

Com passagens recorrentes pelos gabinetes dos ministros do Exército, pelas academias e escolas de formação como instrutor, nas missões em embaixadas fora do país e, especialmente, por ter comandado o Centro de Comunicação Social do Exército, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti e o Comando Militar da Amazônia, o general tornou-se presença cativa na imprensa brasileira ao longo das décadas. Neste percurso, não tardou para que o acesso privilegiado a profissionais da imprensa, donos de jornais e a emissoras de televisão acendesse o interesse pela polemização e pela controvérsia política. Subindo aos poucos os degraus da insubordinação, encontrou na Amazônia e, depois, nos governos petistas, os seus alvos prioritários. Falando sobre as supostas questões de *soberania* desencadeadas pelas demarcações de terras no estado de Roraima, especialmente da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, fez convergir sobre si os olhares dos colegas de farda, mas também e, principalmente, do Presidente da República, ministros de estado, deputados, senadores, jornalistas, acadêmicos, organizações da sociedade, enfim, uma gama variada de atores.

Visto de forma retrospectiva, Heleno soube encaixar de forma muito particular pautas percebidas como “nacionais” em um quadro de histórica exposição e expressão pública dos militares no Brasil. No quarto capítulo desta tese, mostrei como apesar do impulso a se reservar a função interventora aos órgãos de cúpula e as diversas iniciativas de proibir manifestações dos escalões subalternos das Forças Armadas, historicamente os militares reservaram a si próprios a prerrogativa de tomar posições sobre temas que vão muito além das competências da vida nos quartéis. Não raro, as manifestações em desagravo ao poder “civil” se revestem de subentendida lealdade para com a defesa da Pátria, da soberania e da integridade nacional. Múltiplas formas de se justificar a indisciplina e a atuação interventora, que conectam figuras como Juarez Távora, Goés Monteiro, Castelo Branco e boa parte dos militares de 1964, mas também os generais Rocha Paiva, Augusto Heleno, Villas Bôas, Hamilton Mourão, Braga Netto e toda a sorte de militares que nos últimos anos trilharam o caminho (nem sempre explícito) da política.

É bem verdade que atuação de Heleno não foi o suficiente para colocar abaixo o governo Lula - alguns anos seriam necessários para colher os ensinamentos daquela experiência - mas certamente ela produziu efeitos imediatos: reforçou a presença de

pelotões do Exército na Amazônia; a partir do Decreto 6.513, de 22 de julho de 2008 (ainda em vigor), o comando do Exército não precisou mais consultar a FUNAI ou as comunidades indígenas sobre as instalações de quartéis em terras indígenas; Raposa Serra do Sol foi demarcada respeitando condicionantes pleiteadas pelas Forças Armadas junto ao Supremo Tribunal Federal, em especial no que diz respeito a instalação de unidades e estruturas militares e ao livre trânsito de soldados; e ele, Heleno, entrou de vez no imaginário daqueles que tinham no antipetismo a sua pedra de toque. Não demorou muito para que os pedidos de candidatura de militares surgissem e alcançassem uma retórica cada vez mais extremada (LEIRNER, 2020; LEMOS DE SOUZA; LEIRNER, 2024).

Apesar disso, quando vimos em 2018 a política sendo fagocitada pela caserna, todas as digitais do intervencionismo já haviam sido apagadas. Um capitão reformado do Exército, também sujeito aos regulamentos da vida castrense, foi visto como um “ex-militar”. Quando um general da ativa assumiu a negociação do governo com o Congresso, viu-se apenas a rendição da extrema-direita ao “Centrão”. Mesmo quando um general, também da ativa, assumiu o Ministério da Saúde em plena pandemia de coronavírus, o que mais chamou atenção foram suas parcas noções de logística e seu desconhecimento sobre o que era o Sistema Único de Saúde (SUS). Enquanto isso, oficiais-generais que em 2018 ou mesmo antes, colocavam toda sua verborragia contra os “comunistas de barzinho” e o “kit gay” nas escolas³⁹⁵, e conclamavam uma reação dos “cidadãos de *bens*” (sic)³⁹⁶, foram consagrados a apóstolos do apolitismo das Forças Armadas e, pior, fiéis defensores da democracia brasileira.

Um olhar atento para a cosmologia militar nos ensina que, historicamente, o intervencionismo político das Forças Armadas não somente bloqueia o surgimento de equilíbrios novos e mais estáveis no seio da sociedade, como também que a cada intervenção, os militares atualizam suas informações sobre o comportamento dos “civis” e vislumbram novas alternativas de poder para a próxima rodada interventora. Do exposto ao longo desta tese, depreendemos que as *conciliações*, um remédio amargo para o controle “civil” sobre os militares, podem de fato alcançar objetivos imediatos, mas

³⁹⁵ General Carlos Alberto do Santos Cruz: https://www.facebook.com/watch?ref=search&v=500588770456948&external_log_id=d48d02d4-de61-470b-ae8a-8ef2001a544d&q=General%20Santos%20Cruz%20bolsonaro%202018. Acessado em 21 de junho de 2024.

³⁹⁶ General Edson Leal Pujol: https://x.com/olemos_gui/status/1732830776205423097/video/1 e https://x.com/olemos_gui/status/1732828011349639255/video/1 Acessado em 21 de junho de 2024.

essencialmente no sentido de tornar menos visível e mais flexível o pano de fundo militar do regime democrático brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Hugo. **O Outro Lado do Poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.
- ABREU, Hugo. **Tempo de Crise**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- AGÜERO, Felipe. Institutions, Transitions, and Bargaining: Civilians and the Military in Shaping Postauthoritarian Regimes. In: PION-BERLIN, David. **Civil-Military Relations in Latin America: New Analytical Perspectives**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.
- ALECE TV. Questão de Ordem: General Estevam Cals Theophilo Gaspar de Oliveira. **YouTube**, 2017. <https://www.youtube.com/watch?v=ViNCHJy9AbE&t=566s>.
- ALBERT, Bruce. Terras Indígenas, Política Ambiental e Geopolítica Militar no Desenvolvimento da Amazônia: A Propósito do Caso Yanomami. In: LÉNA, Phillipe; OLIVEIRA; Adélia. **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.
- ALBERTINI, Lauriani Porto. **Perspectivas Militares da Imprensa: notas sobre a construção da mentalidade militar e a relação com o ‘mundo de fora’**. I ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA - ABED, São Carlos, 2007.
- ANDRADE, Eduardo Goulart de. General Heleno, Futuro Ministro de Jair Bolsonaro, Assinou Contratos Irregulares de R\$ 22 Milhões. **The Intercept**, 27 de novembro de 2018. Acessado em: <https://www.intercept.com.br/2018/11/26/general-heleno-tcu/>.
- ANGELO, Cláudio. Cada país tem o seu Custer, diz Possuelo. **Folha de S. Paulo**, 19 de abril de 2008. Brasil, p. A7, 2008.
- ARAGÃO VIANA, Claudius Gomes. **A Brigada de Infantaria Paraquedista: História Institucional e Cultura Organizacional da Tropa Aeroterrestre Brasileira**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas, 2020.
- ARANTES, Paulo Eduardo. **O Mundo como Alvo: uma Genealogia da Militarização Contemporânea**. São Paulo: Sentimento da Dialética, 2021.

ARAÚJO, Hugo David. **Movimentos de Manobra do Batalhão de Infantaria de Selva no Combate de Resistência**. Especialização em Ciências Militares (Doutrina Militar Terrestre), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2017.

ASSIS BRASIL, Argemiro de. **Nós e a Dictadura: a jornada revolucionária de 1932**. Rio de Janeiro: [S. I.], 1933.

ATÁSSIO, Aline. **A Batalha pela Memória. Os militares e o Golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Carlos, 2009.

AUGUSTO, Heitor. **Forças Armadas Encerram Operação Surumu**. Correio Braziliense, 10 de outubro de 1993, p. 10, 1993.

BARROS, Alexandre. **The Brazilian military: professional socialization, political performance and State building**. Chicago, 1978.

BARBOSA, Aداuri Antunes. Alencar elogia general Heleno e minimiza crise. **O Globo**, 20 de abril de 2008. O País, p. 18, 2008.

BLAKELEY, Ruth. Still training to torture? US training of military forces from Latin America. **Third World Quarterly**, vol 27, n. 8, pp 1439, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL, Kátia. Exército troca comando em Roraima e coloca general com posição neutra sobre reserva. **Folha de S. Paulo**, 29 de setembro de 2008.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996.

BUCHILLET, Dominique. Pari Cachoeira: o laboratório Tukano do projeto Calha Norte. Povos Indígenas no Brasil. **Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)**, 1991.

CAMARA SENNA, Roberto Jugurtha. **Grandes Desafios, Decisões Difíceis e Riscos: ‘recortes’ de uma vida no Exército. 50 anos de serviço (1957/2006)**. Itajaúba, MG: Ed. do autor, 2020

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. **Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CAMAROTTI, Gerson. Raposa: Planalto cobra explicação de Jobim. Governo considerou grave a atitude de general que abriu quartel do Exército para ato contra a reserva indígena. **O Globo**, 11 de maio de 2008. O país, p. 18, 2008.

CARVALHO, Jailton. Plano prevê dois mil militares nas ruas do Rio. **O Globo**, 7 de maio de 2004.

CARVALHO, Jailton de. General: reserva ameaça soberania. **O Globo**, 11 de abril de 2008. O País, p. 9, 2008a.

CARVALHO, Jailton de. Governo decide reforçar as fronteiras. **O Globo**, 8 de maio de 2008. O país, p. 9, 2008b.

CARVALHO, Jailton de; BERLINCK, Deborah. Lula: soberania de território é do Estado Brasileiro. Presidente diz não haver ‘nação indígena’, descartando temor manifestado por comandante militar da Amazônia. **O Globo**, 12 de abril de 2008. O país, p. 12, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **1988: Segredos da Constituinte**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O Cadete e o Capitão: A Vida de Jair Bolsonaro no Quartel**. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Adriana Ferreira Ribeiro de. **A Comunicação no Exército Brasileiro e o Papel do Editor na Missão de Preservar e Fortalecer a Imagem Institucional**. Dissertação (Mestrado em Edição de Texto), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTRO, Celso (org.). **Exército e Nação: Estudos Sobre a História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, Celso (org.). **A Família Militar no Brasil: transformações e permanências**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

CASTRO, Celso. A “Tradicional Família Militar”: autobiografias de mulheres de militares. In: CASTRO, Celso (org.). **A Família Militar no Brasil: transformações e permanências**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

CASTRO, Celso (org.). **General Villas Bôas. Conversa com o Comandante**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. A Versão de Frota. In: FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero. **Antropologia dos Militares; reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A Defesa Militar da Amazônia: Entre História e Memória. In: CASTRO, Celso (org.). **Exército e Nação: Estudos Sobre a História do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. **Pesquisando os Militares Brasileiros: Experiências de Cientistas Sociais**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

CASTRO, Celso; MARQUES, Adriana. **Missão Haiti: A Visão dos Force Commanders**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

CATANHÊDE, Eliane. Sem medo de discutir. **Folha de S. Paulo**, 20 de abril de 2008. Opinião, p. A2, 2008.

CORREIA, Karla. O coronel ataca, a Funai se defende. **Jornal do Brasil**, 27 de abril de 2008. JB País, p. A8, 2008.

CCOMSEX. **Revista Verde-Oliva**. Brasília, ano XXXIII, número 189, jul/ago/set 2006.

CCOMSEX. **Plano de Comunicação Social do Exército Brasileiro 2009-2011**. Brasília-DF: Exército Brasileiro, 2009.

CCOMSEX. **Plano de Comunicação Social Triênio 2009-2011**. Brasília: Exército Brasileiro, 2009.

CCOMSEX. **A Evolução do Grande Mudo: Os 40 anos do Centro de Comunicação Social do Exército na Visão dos Seus Chefes**. Brasília: CCOMSEX, 2021.

CHIRIO, Maud. **A Política nos Quartéis: Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CIGS. **Centro de Instrução de Guerra na Selva 50 anos, 2014**. Acessado em: <https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/read/001238206a804835cc383>.

CIGS. **Livro da Mística da Guerra na Selva**. 3 ed. Manaus: Exército Brasileiro, 2018.

CIGS. **Almanaque do Centro de Instrução de Guerra na Selva**. Manaus: Exército Brasileiro, 2021.

CIGS. **Livro da Mística da Guerra na Selva**. 4 ed. Manaus: Exército Brasileiro, 2023.

CIGS. **Almanaque do Centro de Instrução de Guerra na Selva**. Manaus: Exército Brasileiro, 2024.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

CLUBE MILITAR. **Revista do Clube Militar**. Ano LXXXI, nº 429, maio/junho/julho de 2008.

CNV. **A Guerrilha do Araguaia – Relatório**. Brasília: Presidência da República, volume 1, dezembro de 2014.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 1976.

COELHO, Edmundo Campos. A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 19, 1985.

COIMBRA, Marcos. Brasil Traído. **Monitor Mercantil**, 10 de abril de 2008. Acessado em: <http://brasilsobrano.com.br/artigos/Anteriores/brasiltraido1.htm>.

COLLOR, Fernando. **Solenidade no Parque Indígena do Xingu**. Presidência da República, 25 de janeiro de 1991.

COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA. **Homenagem ao Gen Thaumaturgo**. Exército Brasileiro, 2016. Acessado em: <https://cma.eb.mil.br/index.php/mais-noticias/homenagem-ao-gen-thaumaturgo>.

COSTA, Annelise Faustino. **Comunicação Social nas Operações de Paz: o discurso da MINUSTAH no Haiti (2004-2011)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Marília, 2017.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe**. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1956.

CPDOC/FGV. **Nelson Jobim IV (depoimento, 2013)**. Rio de Janeiro, 2015.

CUNHA, Karenine. O Outro Lado: Ensino de Jornalismo para quem é Fonte no Exército Brasileiro. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 6, n. 19, p. 251-262, jul./dez., 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania**. São Paulo: Claroenigma, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Visões do Golpe: a Memória Militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

DE LA PEÑA, Bernardo. General admite que violência subiu no Haiti. **O Globo**, 2 de junho de 2005. *O Mundo*, p. 37, 2005.

DEBRUN, Michel M. Os Dois Níveis da Ideologia Militar. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **Militares: Pensamento e Ação Política**. Campinas-SP: Papyrus, 1987.

DENYS, Odylio. **Ciclo Revolucionário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DIAMINT, Rut. A New Militarism in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 4, p. 155–168, out. 2015.

DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan Fernandes; SALOMÃO, Nelma. **Históricas do Poder: 100 Anos de Política no Brasil, Vol 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

DINIZ, Eugênio. **O Projeto Calha Norte: Antecedentes Políticos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

DOMINGOS NETO, Manuel. Influência Estrangeira e Luta Interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

DOMINGOS NETO, Manuel. Sobre o Patriotismo Castrense. **Revista Perseu**, São Paulo, ano 13 n. 18, p. 13-35, 2019.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O Que Fazer com o Militar: Anotações para uma Nova Defesa Nacional**. Parnaíba: Gabinete de Leitura, 2023.

DREIFUSS, René. **1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ÉBOLI, Evandro. Sem apoio, PF pode abortar ação em reserva. Militares são contra a retirada de arroteiros da Raposa do Sol. **O Globo**, 4 de setembro de 2007. O País, p. 11, 2007a.

ÉBOLI, Evandro. Jobim demite general. Santa Rosa era contrário à retirada. **O Globo**, 29 de maio de 2007. O País, p. 4, 2007b.

ÉBOLI, Evandro. Raposa: governo reage a militares. **O Globo**, 16 de abril de 2008. O País, p. 4, 2008a.

ÉBOLI, Evandro. Quartel do Exército abriga ato contra reserva. Comandante de batalhão apoia protesto de arroteiros, políticos e comerciantes, que criticam presidente, ministro e PF. **O Globo**, 10 de maio de 2008. O País, p. 15, 2008b.

ÉBOLI, Evandro. General critica ONG de proteção aos índios. Eliezer Monteiro diz que CIR prega segregação em RR. **O Globo**, 11 de maio de 2008. O País, p. 18, 2008c.

ÉBOLI, Evandro. Índios reagem à nova manifestação militar. **O Globo**, 12 de maio de 2008. O País, p. 4, 2008d.

ÉBOLI, Evandro. Militares apoiam criação de frente parlamentar na Câmara. **O Globo**, 28 de maio de 2008. O País, p. 9, 2008e.

EICH, Neri Vitor. Militares reclamam de ‘campanha’ dos EUA. **Folha de S. Paulo**, 27 de outubro de 1991. Brasil, p. 1-8, 1991.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Almanaque de Oficiais**, Brasília: Exército Brasileiro, 1998.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha: Operações Psicológicas - C45-4**. 3ª Edição. Brasília: Ministério da Defesa, 1999.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Glossário de Termos e Expressões para uso do Exército - Manual de Campanha C 20-1**. 4 ed. Brasília, 2009a.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Manual de Campanha Comunicação Social C 45-1**. Brasília, 2009b.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **História Oral do Projeto Rondon**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, Tomo 1, 2006.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Boletim do Exército nº 31 de 3 de agosto de 2007**.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Boletim do Exército nº 15 de 17 de abril de 2009**.

FAN, Ricardo. Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) Completa 50 anos. **Defesanet**, 10 de novembro de 2014. Acessado em: https://www.defesanet.com.br/terrestre/centro-de-instrucao-de-guerra-na-selva-cigs-completa-50-anos/#google_vignette.

FARI, Tales. Militares: documento expressa consenso da inteligência. **Jornal do Brasil**, 29 de janeiro de 2007. País, p. A4, 2007.

FERREIRA, Oliveiros. **Os 45 Cavaleiros Húngaros: Uma Leitura dos Cadernos de Gramsci**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec, 1986.

FERREIRA, Oliveiros. **Vida e Morte do Partido Fardado**. Editora Senac, 2000.

FERREIRA, Oliveiros. **Forças Armadas para quê?**. Rio de Janeiro: GRD, 2004.

FERREIRA, Oliveiros. **Elos Partidos: Uma Nova Visão do Poder Militar no Brasil**. São Paulo: HABRA, 2007.

FERREIRA DOS SANTOS, Sandra et. al. Os Munduruku e as ‘cabeças-troféu’. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 17: 365-380, 2007.

FIGUEIREDO, Euclides. **Nós e a Dictadura: a jornada revolucionária de 1932**. Rio de Janeiro: [S. I.], 1933.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os Militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Os Militares e a Democracia: Análise Estrutural da Ideologia do Presidente Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FOLHA DE S. PAULO. Lutzenberger é ‘internacionalista e apátrida’, declara Leônidas. **Folha de S. Paulo**, 12 de outubro de 1991. Brasil, p. 1-9, 1991.

FOLHA DE S. PAULO. Militares Fazem Treino Conjunto na Amazônia. **Folha de S. Paulo**, 30 de setembro de 1993. Brasil, p. 1-11, 1993.

FOLHA DE S. PAULO. General crítico ao governo recebe apoio de colegas. **Folha de S. Paulo**, 19 de abril de 2008. Brasil, p. A8, 2008a.

FOLHA DE S. PAULO. Painel do Leitor. **Folha de S. Paulo**, 20 de abril de 2008. Opinião, p. A3, 2008b.

FOLHA DE S. PAULO. Recuo em Roraima. **Folha de S. Paulo**, 19 de abril de 2008. Opinião, p. A2, 2008c.

FOLHA DE S. PAULO. Colégio Militar é palco de protesto pró-general Heleno. **Folha de S. Paulo**, 7 de maio de 2008. Brasil, p. A6, 2008d.

FOLHA DE S. PAULO. Pop. **Folha de S. Paulo**, 25 de abril de 2008. Painel, p. A4, 2008e.

FONTES, Cida; LOPES, Eugênia. Oposição e base defendem revisão da política indigenista. **O Estado de S. Paulo**, 19 de abril de 2008. Nacional, p. A4, 2008.

FORNARI, Cícero Novo. **Apresentar Armas**. Brasília: Thesaurus, 2013.

FRAGOSO, Tasso. A Revolução de 30. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 211, abril-junho/1951.

FREGAPANI, Gélío. **No Lado de Dentro da Selva**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1987.

FREGAPANI, Gélío. **No Lado de Dentro da Selva II**. Brasília: Thesaurus, 2009.

FREIRE, Fábio. Colégios Militares e a Militarização da Escola Pública. **Tensões Mundiais**, [S. I.], v. 18, n. 37, p. 133–158, 2022.

FREITAS, Jânio de. Em busca da crise. **O Estado de S. Paulo**, 24 de abril de 2008. Brasil, p. A9, 2008

FREYRE, Gilberto. **Nação e Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GABEIRA, Fernando. **Relatório Projeto de Decreto Legislativo 365, de 1993**. Brasília: Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias – Câmara dos Deputados, 1996.

GARCIA, Alexandre. **Nos Bastidores da Notícia**. São Paulo: Globo. 4 ed., 1990.

GOIS, Anselmo. Sinal Amarelo. **O Globo**, 10 de março de 2008. Rio, p. 12, 2008.

GOMES, Loide. PF prende líder de protesto contra reserva. **O Estado de S. Paulo**, 1 de abril de 2008. Nacional, p. A11, 2008a.

GOMES, Loide. PF prende líder de arroseiros em Roraima. **O Estado de S. Paulo**, 7 de maio de 2008. Nacional, p. A12, 2008b.

GOMES, Mércio. Alarmismo. **O Globo**, 28 de abril de 2008. Opinião, p. 6, 2008.

GONÇALVES, Rogério de Amorim. **Traços de Personalidade e Liderança Estratégica Presentes na Trajetória Militar de Generais do Exército Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Instituto Meira Mattos de Estudos Políticos e Estratégicos, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

GUEDES, Carlos Luís. **Tinha que ser Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

GUILHERME DOS SANTOS, Wanderley. **Quem dará o golpe no Brasil?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

HAGOPIAN, Frances; MAINWARING, Scott. **Democracy in Brazil: Origins, Problems, Prospects**. University of Notre Dame, Helen Kellogg Institute for International Studies, 1987.

HASWANI, Mariângela. Entrevista: General Heleno: do Comando da Amazônia à Comunicação do COB. **Revista ALTERJOR: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)**, ano 7, v. 1, n. 13, jan./jun. 2016.

HECK, Airlon Lucas. **Uma Carreira a Serviço da Guerra Híbrida: a atuação do general Carlos Alberto Pinto Silva na campanha eleitoral militar (2015-2018)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2023.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGEL, Terrence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNTINGTON, S. **O Soldado e o Estado: Teoria Política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

ILHESCA, Marlise. Lutzenberg se ofende e chama generais de ‘babacas’. **Jornal do Brasil**, 4 de setembro de 1991. 1º caderno, p. 7, 1991.

IUBEL, Aline Fonseca. De Dissonâncias e Traduções: territorialidades e gestões no Alto Rio Negro. **Ilha**, v. 21, n. 1, junho de 2019.

JERONIMO, Josie. O candidato dos milicos. **IstoÉ**, 28 de fevereiro de 2014.

JESUS SANTOS, Eduardo Heleno de. **Extrema-Direita, Volver! Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

JORNAL DO BRASIL. Costa e Silva relembra a Revolução. **Jornal do Brasil**, 1 de abril de 1969.

JORNAL DO BRASIL. É determinada a prisão de Hugo Abreu por 20 dias. **Jornal do Brasil**, 8 de maio de 1979, 1º caderno, 1979. Acessado em:

https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%20Hugo%20Abreu%22&pagfis=139715.

JORNAL DO BRASIL. A Política Partidária no Clube Militar. **Jornal do Brasil**, 13 de abril de 1984a. Acessado em: https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_10&hf=www.google.com&pagfis=117932.

JORNAL DO BRASIL. Pires assegura que eleição de Tasso foi Vitória do Exército. **Jornal do Brasil**, 18 de maio de 1984b. Acessado em: https://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=030015_10&hf=www.google.com&pagfis=119975.

JORNAL DO BRASIL. Chefe do Emfa ataca inflação, Congresso e Judiciário. **Jornal do Brasil**, 17 de junho de 1988. 1º Caderno, p. 4, 1988a.

JORNAL DO BRASIL. Sarney reage a crítica e tira Camarinha do Emfa. **Jornal do Brasil**, 18 de junho de 1988. 1º Caderno, p. 4, 1988b.

JORNAL DO BRASIL. Confronto mais importa foi Geisel x Frota. **Jornal do Brasil**, 18 de junho de 1988. 1º Caderno, p. 2, 1988c.

JORNAL DO BRASIL. Lutzenberger demite a diretoria do Ibama. **Jornal do Brasil**, 3 de outubro de 1991. 1º caderno, p. 8, 1991.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Brasília: Editora da Biblioteca do Exército, 2007.

KARL, Terry Lynn. Dilemmas of democratization in Latin America. **Comparative politics**, v. 23, n. 1, p. 1-21, 1990.

KAWAGUTI, Luís Miguel. General Heleno pede para deixar Haiti. **O Globo**, 16 de junho de 2005. O Mundo, p. 33, 2005.

KAWAGUTI, Luis. **A República Negra: Histórias de um Repórter sobre as Tropas Brasileiras no Haiti**. São Paulo: Globo, 2006.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: Das Revoluções Coloridas aos Golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KRAMER, Dora. Vaso quebrado. **O Estado de S. Paulo**, 19 de abril de 2008. Nacional, p. A6, 2008a.

KRAMER, Dora. Cartas na mesa. **O Estado de S. Paulo**, 20 de abril de 2008. Nacional, p. A8, 2008b.

KRIEGER, Gustavo; SILVA, Eumano. Amazônia pode virar Vietnã, diz general. **Folha de S. Paulo**, 23 de julho de 1991. Brasil, p. 1-7, 1991.

LAGES, Anabelle Santos. **O Supremo Tribunal Federal e a Demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: Sujeitos, Ambiguidades e Poderes na Principal Corte Jurídica do País**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LASSANCE, Antonio. **O Plano Marshall: uma abordagem atual à formulação, ao desenho e à coordenação de políticas públicas e programas governamentais**. Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2661).

LEIRNER, Piero. O Exército e a Questão Amazônica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 119-132, 1995.

LEIRNER, Piero. **Meia-Volta, Volver: um Estudo Antropológico sobre a Hierarquia Militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LEIRNER, Piero. O Exército e a Amazônia: Uma Análise de Monografias da Eceme. In: CASTRO, Celso (org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEIRNER, Piero. Sobre 'Nomes de Guerra': Classificação e Terminologia Militares. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12(1), p. 195-214, 2008.

LEIRNER, Piero. O Estado Como Fazenda de Domesticação. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 4, p. 38-70, 2012.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida. Militares, Operações Psicológicas e Política em uma Perspectiva Etnográfica**. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2020.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida. Militares, Operações Psicológicas e Política em uma Perspectiva Etnográfica**. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2022.

LEIRNER, Piero. Amazônia e Forças Armadas: Ideologia e Ação Política. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; REZENDE, Lucas P. **Forças Armadas e Política no Brasil Republicano. A Nova República (1988-2018)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: FGV Editora/Faperj, 2024

LEIRNER, Piero. Ensaio sobre 2013 e uma Guerra Híbrida Fora de Lugar. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 15, n. 1, 2023.

LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. **Dever Militar e Política Partidária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

LEMOS DE SOUZA, Guilherme; LEIRNER, Piero. Entre 'Patriotas': dos Acampamentos ao 8/1. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, 11(2), 2024.

LEMOS, Renato. Militares e política: uma discussão de paradigmas. In: CHAGAS, Fabíola Maria da Silva; LOUREIRO, Marcello José Gomes; PAULA, Luiz Carlos Carneiro de; RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos. (Orgs.). **A guerra e a formação dos estados nacionais contemporâneos**. 1ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

LISBOA, Rodney; MONTENEGRO, Fernando. **Kid Preto: Guerra Irregular e a Evolução Histórica das Operações Especiais do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ubook Editoras, 2021.

LORCH, Carlos. **Guerreiros da Selva Defendendo a Amazônia**. Action Editora, 1992.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. Henrique Teixeira Lott. **Depoimento, 1978**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

LYRA TAVARES, Aurélio de. **Nosso Exército: Essa Grande Escola**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

MACHADO LOPES, José. **O III Exército na Crise da Renúncia de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1980.

MALTCHIK, Roberto. Exército manda que general se cale sobre 64. **O Globo**, 1 de abril de 2011. O país, p. 10, 2011.

MATHIAS, Suzeley; GUZZI, André C. Autonomia na lei: as forças armadas nas constituições nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, jun. 2010.

MARKOFF, John; BARETTA, Silvio; STEPAN, Alfred. Professional Ideology and Military Activism in Brazil: Critique of a Thesis of Alfred Stepan. **Comparitive Politics**, 17(2), jan, 1985.

MARQUES, Adriana. Presença Militar na Amazônia: Visão do Poder Legislativo. In: CASTRO, Celso (org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: Pensamento e Presença Militar**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARQUES, Adriana. A Amazônia no Pensamento Militar Sul-Americano. In: SVARTMAN, Eduardo; ARIAS NETO, José Miguel; GODOY, Tânia; ALVES, Vágner Camilo (orgs.). **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas: Textos Selecionados do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a Caserna: A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

MARTINS FILHO, João Roberto. A Influência Doutrinária Francesa sobre os Militares Brasileiros nos Anos 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 23 n. 67, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tensões Militares no Governo Lula (2003-2009): a pré-história do acordo com a França. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. A Conexão Francesa: da Argélia ao Araguaia. **Varia História**, vol.28, no 48, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto. Ordem Desunida: Militares e Política no Governo Bolsonaro. **PERSEU: História, Memória e Política**, v. 13, p. 167-193, 2019.

MARTINS FILHO, João Roberto. Maquiavel, Bolsonaro e os Soldados. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os Militares e a Crise Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021.

MARTINS FILHO, João Roberto. Augusto Heleno: a veemência do general. **Le Monde Diplomatique**, 2023. Acessado em: <https://diplomatique.org.br/a-veemencia-do-general/>.

MARTINS FILHO, João Roberto; FRANCO, Luiza. Militares se Desgastaram Muito no 1º ano do Governo Bolsonaro, diz Cientista Político João Roberto Martins Filho. **BBC News Brasil**, 2020. Acessado em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50989313>.

MARTINS FILHO, João Roberto; PAVARIN, Guilherme. Entrevista: ‘Os militares estão num governo de opereta. Eles se submeteram a constantes vexames’, diz Pesquisador. **Intercept Brasil**, 2019. Acessado em: <https://www.intercept.com.br/2019/06/23/entrevista-joao-roberto-martins-militares-bolsonaro/>.

MARTINS FILHO, João Roberto; ZIRKER, Daniel. Nationalism, National Security, and Amazonia: Military Perceptions and Attitudes in Contemporary Brazil. **Armed Forces & Society**. Vol. 27, No. 1. Fall, 2000.

MARTINS, Américo. Militares Impedem Ação Norte-Americana. **Folha de S. Paulo**, 28 de setembro de 1993. Brasil, p. 1-10, 1993.

MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil: O Projeto Militar (1973-1979)**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.

MATOS, Kleber Gesteira e. **Ordem e Progresso na Amazônia: o discurso militar indigenista**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MELLO, Marco Aurélio. **Voto-vista Petição 3.388-4**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2009.

MENDONÇA DE SOUZA, Sheila; MARTINS, Maria do Rosário. A cabeça troféu Munduruku do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra: Análise do Objecto e os seus Desafios. **Antropologia Portuguesa**, 20/ 21: 155-181, 2003/2004.

MENEZES, Maria Lúcia. Parque Indígena do Xingu: um estudo das relações entre indigenismo e geopolítica. In: LÉNA, Phillipe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

MENGET, Patrick. Notas sobre as Cabeças Munduruku. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CUNHA, Manuela Carneiro da. (Orgs.) **Amazônia – Etnologia e História Indígena**. NHII/USP/FAPESP: 311-321, 1993.

MILLS, Charles Wright. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual Técnico Comunicação Social EB20-MF-03.103**. 2 ed. Brasília, 2017.

MONTEIRO, GÓES. **A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército**. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1934.

MONTEIRO, Lício Caetano do Rego. **Esperando os Bárbaros: geopolíticas da segurança no Brasil do século XXI**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

MONTEIRO, Marcus Vinícius do Nascimento. As Operações Especiais do Exército Brasileiro. **Revista Doutrina Militar Terrestre**. V. 8, n. 22, 2020.

MONTEIRO, Tânia. Dilma se irrita com Funasa na Amazônia. Ministra ouve queixas de índios e critica também falhas no setor elétrico. **O Estado de S. Paulo**, 14 de outubro de 2007. Nacional, p. A10, 2007.

MONTEIRO, Tânia. Almirante critica reserva em Roraima. Chefe do Estado Maior da Defesa endossa críticas do general Heleno. **O Estado de S. Paulo**, 16 de maio de 2008. Nacional, p. A11, 2008.

MONTEIRO, Tânia; NOGUEIRA, Rui; PARAGUASSÚ, Lisandra. Lula cobra general por crítica a reserva. Presidente pediu ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, que convoque comandante militar para dar explicações. **O Estado de S. Paulo**, 18 de abril de 2008. Nacional, p. A7, 2008.

MOREIRA, Guilherme Alessandro Lemos da Silva. Gerais entre Poderes: uma rotina de “indisciplina”, “crises” e “insubordinação” (2007-2018). **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp.2, p. e023017, 2023. DOI:

10.14244/tp.v32iesp.2.985. Acessado em:
<https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/985>.

MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). **1964 – 31 de Março: o Movimento Revolucionário e a sua História**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003a.

MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). **1964 – 31 de Março: o Movimento Revolucionário e a sua História**. Tomo 9. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003b.

MOTTA, Aricildes de Moraes (org.). **1964 – 31 de Março: o Movimento Revolucionário e a sua História**. Tomo 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003c.

MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Porto Alegre: L&PM, 1978.

MURICY, Antônio Carlos. **Os Motivos da Revolução Democrática Brasileira**. Instituto de Ciências Sociais e Direito Comparado da Universidade do Paraná, 1964.

MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Murici (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1993.

NAURINETE, Fernandes Inácio Reis et al. Transamazônica, Guerrilha do Araguaia e Luta pela Terra: A Ocupação Territorial no Sudeste do Pará Durante a Ditadura Civil-Militar. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 34, n. 55, 2021.

NOGUEIRA, Rui. Reprimenda em comandante é o quinto embate entre civis e militares em 5 anos. **O Estado de S. Paulo**, 19 de abril de 2008. Brasília, p. A4, 2008.

NUNES, Augusto. Americanos lideram invasão estrangeira. **Jornal do Brasil**, 28 de janeiro de 2007. País, p. A2-A3, 2007.

O ESTADO DE MINAS. General Alerta Governo sobre criação de reserva ianomami. **O Estado de Minas**, 19 de novembro de 1991.

O ESTADO DE S. PAULO. Notas e Informações. **O Estado de S. Paulo**, 22 de outubro de 1906a.

O ESTADO DE S. PAULO. Notas e Informações. **O Estado de S. Paulo**, 11 de dezembro de 1906b.

O ESTADO DE S. PAULO. Telegrammas. **O Estado de S. Paulo**, 23 de dezembro de 1910.

O ESTADO DE S. PAULO. Telegrammas. **O Estado de S. Paulo**, 14 de agosto de 1912.

O ESTADO DE S. PAULO. Notas e Informações. **O Estado de S. Paulo**, 29 de julho de 1916.

O ESTADO DE S. PAULO. Telegrammas. **O Estado de S. Paulo**, 23 de fevereiro de 1917.

O ESTADO DE S. PAULO. Coronel é punido em 20 dias de prisão. **O Estado de S. Paulo**, 14 de março de 1978, p. 9, 1978a.

O ESTADO DE S. PAULO. Coronel Tarcísio é solto e não retira declarações. **O Estado de S. Paulo**, 1 de outubro de 1978, p. 6, 1978b.

O ESTADO DE S. PAULO. Na carta aos generais, Abreu faz denúncias. **O Estado de S. Paulo**, 1 de outubro de 1978, p. 6, 1978c.

O ESTADO DE S. PAULO. Justiça Militar processa Tarcísio por 'incitamento'. **O Estado de S. Paulo**, 15 de novembro de 1978, p. 2, 1978d.

O ESTADO DE S. PAULO. Anistia beneficia coronel Tarcísio. **O Estado de S. Paulo**, 25 de outubro de 1979, p. 6, 1979.

O ESTADO DE S. PAULO. Presidenciáveis buscam apoio de militares. **O Estado de S. Paulo**, 3 de maio de 1993.

O ESTADO DE S. PAULO. 31 de Março, um Dia Comum nos Quartéis. **O Estado de S. Paulo**, 01 de abril de 2003. Nacional. p. A8, 2003.

O ESTADO DE S. PAULO. ONGs são fachada para países ricos, diz relatório. **O Estado de S. Paulo**, 8 de maio de 2005. Política, p. 12, 2005.

O ESTADO DE S. PAULO. Conflagração evitada. **O Estado de S. Paulo**, 12 de abril de 2008. Notas e Informações, p. PB, 2008a.

O ESTADO DE S. PAULO. Fórum dos leitores. **O Estado de S. Paulo**, 19 de abril de 2008. Espaço Aberto, p. A2, 2008b.

O ESTADO DE S. PAULO. Fórum dos Leitores. **O Estado de S. Paulo**, 22 de abril de 2008. Espaço Aberto, p. A2, 2008c.

O ESTADO DE S. PAULO. Fórum dos Leitores. **O Estado de S. Paulo**, 28 de abril de 2008. Espaço Aberto, p. A2, 2008d.

O ESTADO DE S. PAULO. Cocar e ideologia tipo exportação. **O Estado de S. Paulo**, 14 de maio de 2008. Caderno 2, p. D2, 2008e.

O GLOBO. Exército prende General Euclides. **O Globo**, 31 de maio de 1989. O país, p. 8, 1989.

O GLOBO. Generais punidos por criticar Governo. **O Globo**, 12 de maio de 1990. O País, p. 3, 1990.

O GLOBO. Santa Cruz teme pela segurança da região. **O Globo**, 21 de novembro de 1991. O país, p. 8, 1991a.

O GLOBO. General acha que reserva ianomâmi é uma loucura. **O Globo**, 22 de novembro de 1991. O país, p. 10, 1991b.

O GLOBO. Enchentes matam 317 pessoas no Caribe. **O Globo**, 26 de maio de 2004. O Mundo/Ciência e Vida, p. 30, 2004.

O GLOBO. General Heleno reage a crítica de jornal americano. **O Globo**, 7 de junho de 2005. O mundo, p. 32, 2005a.

O GLOBO. Eles fizeram a diferença em 2004. **O Globo**, 4 de março de 2005. O país, p. 10, 2005b.

O GLOBO. Solidariedade marca festa do Prêmio Faz Diferença. **O Globo**, 4 de março de 2005. O país, p. 9, 2005c.

O GLOBO. Carta dos Leitores. **O Globo**, 18 de abril de 2008. Opinião, p. 6, 2008a.

O GLOBO. Cartas dos Leitores. **O Globo**, 20 de abril de 2008. Opinião, p. 6, 2008b.

O GLOBO. Cartas dos Leitores. **O Globo**, 5 de maio de 2008. Opinião, p. 6, 2008c.

O GLOBO. Cartas dos Leitores. **O Globo**, 12 de maio de 2008. Opinião, p. 6, 2008d.

- O GLOVO. Sandice indígena. **O Globo**, 17 de abril de 2008. Opinião, p. 6, 2008e.
- O GLOBO. Hierarquia e Disciplina. **O Globo**, 18 de abril de 2008. O País, p. 4, 2008f.
- O GLOBO, Radicalismo. **O Globo**, 28 de abril de 2008. Opinião, p. 6, 2008g.
- O GLOBO. ‘A Amazônia será sempre nossa’. General Heleno recebe nova homenagem. **O Globo**, 7 de maio de 2008. O país, p. 5, 2008h.
- O GLOBO. Avanço de sinal. **O Globo**, 13 de maio de 2008. O País, p. 11, 2008i.
- O GLOBO. Exercício militar na fronteira com Venezuela. **O Globo**, 12 de agosto de 2008. O país, p. 3, 2008j.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: formas e linhagens do Projeto Calha Norte. In: HEBETTE, Jean (org.). **O Cerco Está se Fechando**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A Nação Tutelada: Uma Interpretação a Partir da Fronteira. **MANA**, n. 27(1), p. 1-31, 2021.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, 1976.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **Militares: Pensamento e Ação Política**. Campinas-SP: Papyrus, 1987.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia**. Tese (livre docência na área de Instituições Políticas Brasileiras), Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Hereditariedade e Família Militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os Militares e a Crise Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021.
- PARAGUASSÚ, Lisandra; LEAL, Luciana Nunes; MONTEIRO, Tânia. Após cobrar general, Lula promete defender reserva indígena. **O Estado de S. Paulo**, 19 de abril de 2008. Brasília, p. A4, 2008.

PASSARINHO, Jarbas. Os Militares e a República. **Revista de Informações Legislativa**, Brasília, a. 24, n. 104, out./dez. 1989.

PASSARINHO, Jarbas. **Memórias: I – Na Planície**. 2. ed. Belém - PA: Editora CEJUP, 1991.

PASSOS, Anaís. From counterinsurgency to law-and-order operations: an analysis of social civic actions implemented by the Brazilian Army. **Conflict, Security & Development**, v. 23, n. 2, p. 135–152, 4 mar. 2023.

PEIXOTO, Antonio Carlos. O Clube Militar e os Confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980a.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil. uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980b.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória Social da Guerrilha do Araguaia e da Guerra que Veio Depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PENIDO OLIVEIRA, Ana Amélia. Brasil: uma nação interrompida pelo partido militar. **Tricontinental**, 2021. Acessado em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/brasil-uma-nacao-interrompida-pelo-partido-militar/>.

PENIDO OLIVEIRA, Ana Amélia; COSTA, Frederico; JANOT, Mariana. Forças Armadas no Brasil: Profissão e Intervenção Política. **BIB – Revista Brasileira De Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 96, 2021. Acessado em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/144>.

PENIDO OLIVEIRA, Ana Amélia; LENTZ, Rodrigo. O Partido Militar e as FFAA no governo Bolsonaro - parte III. **Tricontinental**, 2020. Acessado em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/o-partido-militar-e-as-ffaa-no-governo-bolsonaro-parte-iii/>

PENIDO OLIVEIRA, Ana Amélia; MATHIAS, Suzeley. Ação Política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro. **ANUARIO LATINOAMERICANO: CIENCIAS POLÍTICAS Y RELACIONES INTERNACIONALES**, v. 11, p. 63-82, 2021.

PENIDO OLIVEIRA, Ana Amélia; RODRIGUES, Jorge; MATHIAS, Suzeley Kalil. Forças Armadas no governo Bolsonaro. **Tricontinental**, 2020. Acessado em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. O primeiro ano da MINUSTAH. In: VIANNA BRAGA, Carlos Chagas; FERREIRA, Adler Cardoso (orgs.). **13 anos do Brasil na MINUSTAH: lições aprendidas e novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, 2019.

PEREIRA, Merval. O Haiti é aqui? A estratégia. **O Globo**, O país, p. 4, 8 de junho de 2007a.

PEREIRA, Merval. O Haiti é aqui? O poder de polícia. **O Globo**, O país, p. 4, 10 de junho de 2007b.

PINA, Rodolfo Tristão. A Liderança e a Mística. **EBlog**, 25 de setembro de 2017. Acessado em: <https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-lideranca-e-a-mistica.html>.

PINHEIRO, Álvaro de Souza: Guerrilha na Amazônia: Uma Experiência no Passado, o Presente e o Futuro. **Defesanet**, 2005. Acessado em: <https://www.defesanet.com.br/toa/toa-guerrilha-na-amazonia-o-passado-parte-1/>.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. **Knowing Your Partner: The Evolution of Brazilian Special Operations Forces**. Florida: The JSOU Press, 2012.

PINHEIRO, Flávio; GREENHALGH, Laura. 'Não podemos infligir uma segunda derrota a eles'. **O Estado de S. Paulo**, 20 de abril de 2008. Aliás, p. J4, 2008.

PION-BERLIN, David. **Civil-Military Relations in Latin America: New Analytical Perspectives**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

PION-BERLIN, David. Latin American Civil-Military Relations: What Progress Has Been Made? In: MARES, David R.; MARTÍNEZ, Rafael. **Debating Civil-Military Relations in Latin America**. Sussex Academic Press, 2014.

PLUM, Roberto Itamar. **Rádio Verde-Oliva no Ar: a primeira emissora de rádio das Forças Armadas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2021.

POPPE DE FIGUEIREDO, Mário. **A Revolução de 1964: um Depoimento para a História Pátria**. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970.

QUADROS, Vasconcelo. Uma crise no horizonte de Roraima. **O Estado de São Paulo**, 08 de maio de 2005. Nacional, p. A12, 2005 [Acessado em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/307774/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/307774/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y).

QUARTIM DE MORAES, João. A função das Forças Armadas num Brasil democrático. In: QUARTIM DE MORAES, João; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **A Tutela Militar**. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1987a.

QUARTIM DE MORAES, João. O Argumento da Força. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de et al. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987b.

QUARTIM DE MORAES, João. Alfred Stepan e o Mito do Poder Moderador. In: QUARTIM DE MORAES, João. **Liberalismo e Ditadura no Cone Sul**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

RAPOSO, Eduardo et. al. **O que pensam os Oficiais Militares do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Hucitec Editora, 2022.

REBELO, Aldo. **Raposa-Serra do Sol: o índio e questão nacional**. Brasília: Thesaurus, 2010.

REBELO, Aldo. **O Quinto Movimento: propostas para uma construção inacabada**. Porto Alegre: Jornal JÁ Editora, 2021.

REIS E SILVA, Hiram. Centro de Instrução de Guerra na Selva – Centro Coronel Jorge Teixeira 3 de junho, Dia do Guerreiro de Selva. **Defesanet**, 2012. Acessado em: <https://www.defesanet.com.br/seguranca/centro-de-instrucao-de-guerra-na-selva-%C2%96-centro-coronel-jorge-teixeira/>.

RENAULT LEITE, Mauro; JÚNIOR, Novelli. **Marechal Eurico Gaspar Dutra: O Dever da Verdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

RIBEIRO, Efrém. Comandante da Amazônia Ataca Ecologistas. **Folha de S. Paulo**, 28 de agosto de 1991. Brasil, p. 1-9, 1991a.

RIBEIRO, Efrém. Funai critica os militares da Amazônia. **Folha de S. Paulo**, 12 de outubro de 1991. Brasil, p. 1-9, 1991b.

RIBEIRO, Efrém. Comandante critica medida. **Folha de S. Paulo**, 12 de outubro de 1991. Brasil, p. 1-9, 1991c.

ROLDÃO, Arruda. Exército se opõe a ação em Roraima. **O Estado de S. Paulo**, 6 de abril de 2008. Nacional, p. A18, 2008.

ROMERO, Cristiano; GUGLIANO, Monica. Gen Heleno - Um General no Olho do Furacão. **Defesanet**, 24 de junho de 2019. Acessado em: https://www.defesanet.com.br/pensamento/gen-helena-um-general-no-olho-do-furacao/#google_vignette.

ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SANTA'ANA JUNIOR, Tigernaque Pergentino. Guerreiros de Selva: o processo de construção da identidade. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, ano V, vol. 15, n. 43, 2023.

SANTOS, Francisco Jorge dos. Dossiê Munduruku: uma contribuição para história indígena da Amazônia colonial. **Museu Amazônico**, Manaus, v. 5, n. 8, p. 1-103, jan/jul, 1995.

SANTOS, Francisco Jorge dos. Dois governadores, duas políticas indigenistas diferenciadas sob o mesmo diploma legal na segunda metade do século XVIII, na Amazônia portuguesa. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Victória; SIMAN, Maíra. Civil-military relations as a coordination problem? Doctrine development and the multiple-missions of the Brazilian Armed Forces. *Critical Military Studies*, v. 8, p. 1-21, 2022.

SIMAN, Maíra; VIANA, Manuela Trindade; SANTOS, Victória. Problematizing Managerial Militarization: Claims to Military Logistical Expertise in the COVID-19 Pandemic in Brazil. *ALTERNATIVES*, v. 1, p. 1-18, 2024.

SCHWALB, Ledson. **A 3ª Companhia de Forças Especiais e a necessidade de transformações nas suas estruturas físicas e organizacionais**. Especialização em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Cristina. **A Casa e o Quartel: uma análise antropológica sobre o exército e a família na Academia Militar das Agulhas Negras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Carlos: UFSCar, 2010

SILVA, Cristina. **O Exército Como Família: etnografia sobre as vilas militares na fronteira**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Carlos: UFSCar, 2016.

SILVA, Cristina Rodrigues da. Famílias na Fronteira: experiências de esposas de militares na selva brasileira. In: CASTRO, Celso (org.). **A Família Militar no Brasil: transformações e permanências**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

SILVA, Eumano. General diz que há campanha contra militares. **Folha de S. Paulo**, 20 de abril de 1991. Brasil, p. 1-5, 1991.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. **Raposa Serra do Sol: agentes políticos, conflitos e interesses**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SNI. **Chapas Concorrentes à Eleição no Clube Militar. ACE 039318**. Serviço Nacional de Informações, 12 de janeiro de 1984.

SOARES, Samuel Alves. **Militares e Pensamento Político: Análise de Monografias da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (1985-1993)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, 1994.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). **A Volta aos Quartéis: Memória Militar sobre a Abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e Autonomia: As Forças Armadas e o Sistema Político Brasileiro (1974-1999)**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SOBRAL, Eliane. General diz para Collor 'dar tiro na cabeça'. **O Estado de S. Paulo**, 11 de maio de 1990. Política, p. 4, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUTO, Cíntia Vieira; SILVA, André Luiz Reis da. A Atuação Diplomática da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP) na Década de 1940. **Revista Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 28, setembro/dezembro de 2022.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, Marcelo Pimentel Jorge de. A Palavra Convence e o Exemplo Arrasta. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **Os Militares e a Crise Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2021.

SOUZA, Marcelo Pimentel Jorge de. Fontes, falas e alas. **Jornalistas Livres**, 2023. Acessado em: <https://jornalistaslivres.org/fontes-falas-e-alas/>.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STEPAN, Alfred. **Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1988.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

SUZUKI, Natália. Ex-comandante revela que deu permissão para tropa abrir fogo contra supostos bandidos. **Carta Maior**, 20 de setembro de 2006. Acessado em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Ex-comandante-revela-que-deu-permissao-para-tropa-abrir-fogo-contrasupostos-bandidos/6/11485>.

TABAK, Flávio. Entidades militares apoiam general. Clube da Aeronáutica pede a Heleno que ‘não recue’. **O Globo**. 19 de abril de 2008. O país, p. 10, 2008.

TABAK, Flávio. Governador de Roraima acusa Funai de servir a ONGs na Raposa Serra do Sol. **O Globo**, 30 de maio de 2008. O País, p. 4, 2008b.

TABAK, Flávio; MENEZES, Maiá. Cúpula militar critica governo. Atuação federal em áreas indígenas é alvo de ataques de comandantes do Exército. **O Globo**, 17 de abril de 2008. O país, p. 3, 2008.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. Bolsonarismo, Militares e a 'Abertura' Política: o passado como projeto. In: MARTINS FILHO, João Roberto. (Org.). **Os Militares e a Crise Brasileira**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2021.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco; SCHURSTER, Karl. Militares e Bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco; SCHURSTER, Karl (orgs.). **A República Sitiada: militares e bolsonarismo no Brasil**. Recife - PE: Edupe, 2022.

TELLES, Ruy. **General Newton Cruz: Cassado e Caçado por ser patriota**. São Paulo: Chiado Books, 2018.

TOMAZELA, José Maria. As Farc podem vir, adverte general. **O Estado de S. Paulo**, 20 de abril de 2008. Nacional, p. 6, 2008.

TOSTA, Wilson. Chefe do Estado-Maior do Comando do Leste endossa críticas. General Mário Madureira afirma que comandante do Exército, Enzo Peri, já conhecia o teor da fala de Heleno. **O Estado de São Paulo**, 19 de abril de 2008. Brasília, p. A4, 2008.

TRAJANO, Andrezza. Assembleia dos tuxauas – Parlamentares e general proibidos de acompanhar visita do ministro. **DefesaNet**, 20 de março de 2008.

TRICONTINENTAL. O lobby dos militares no Legislativo. Boletim Especial nº1/2023. **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**. Jun 2023.

VALENTE, Rubens. Amazônia é maior preocupação do Exército. **Folha de S. Paulo**, 14 de novembro de 2004. Brasil, 2004. Acessado em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1411200409.htm>.

VASCONSELOS, Cláudio Beserra de. A política repressiva contra militares no Brasil após o Golpe de 1964. **Locus revista de História**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006.

VIANA, Natalia. **Dano Colateral: a intervenção dos militares na segurança pública**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021

VICTOR, Fábio. **Poder Camuflado: Os Militares e a Política, do Fim da Ditadura à Aliança com Bolsonaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao Longo da História**. São Paulo: Contexto. 2009.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. **Lawfare: uma introdução**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de Sabres: tutela militar ou controle civil?**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.